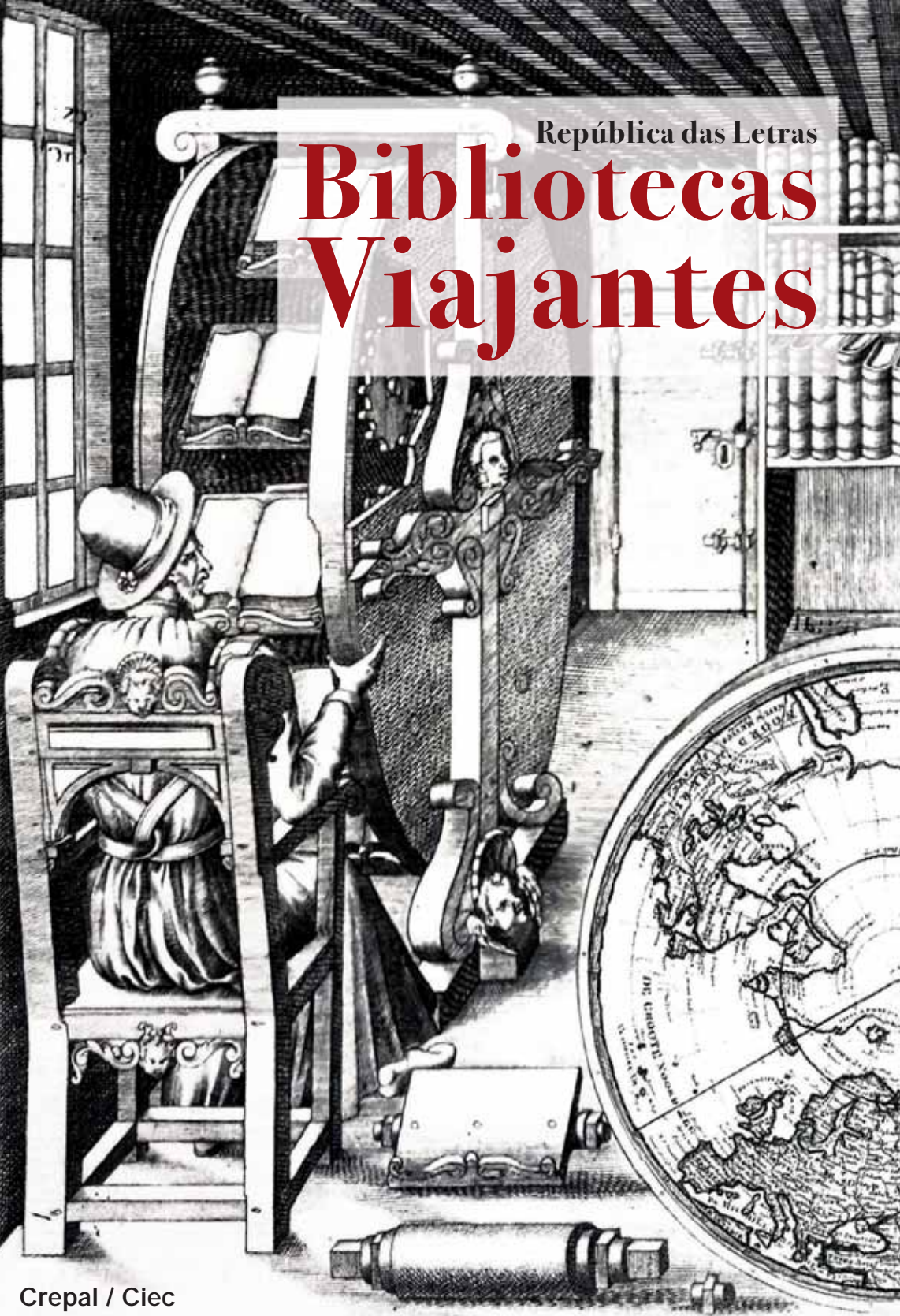


República das Letras

Bibliotecas Viajantes



República das Letras

Bibliotecas Viajantes

REPÚBLICA DAS LETRAS. BIBLIOTECAS VIAJANTES

Coordenação de ILDA MENDES DOS SANTOS e ISABEL ALMEIDA

Concepção da capa, a partir de uma gravura de *Le Diverse et artificieuse machine del capitano Agostino Ramelli* (Paris, 1588, f. 317), por Jorge Borges

© 2020 CREPAL / Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos

Paginação, impressão e acabamento:

PAPELMUNDE

1.ª edição: Dezembro de 2020

ISBN: 978-989-8660-11-4

Depósito legal: 477387/20

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Social Europeu

República das Letras

Bibliotecas Viajantes

ORGANIZAÇÃO DE
Ilda Mendes dos Santos & Isabel Almeida

**Sorbonne
Nouvelle**  CREPAL - EA 3421
centre de recherches sur
les pays lusophones



Índice

- 9 Agradecimentos
- 11 Bibliotecas viajantes. Peregrinando por República(s) das Letras
1. Livros de mão, livros impressos
- 19 *Adma Muhana*, Manuscritos e impressos – séculos XVI-XVIII
- 43 *Diogo Ramada Curto*, Em torno do *Epitome de la Biblioteca Oriental i Occidental, Nautica i Geografica* (Madrid, 1629) de Antonio de León Pinelo
2. Corpos de livrarias, livros viajantes
- 53 *Pierre Civil*, Entre Espagne et Italie: de quelques bibliothèques des vice-rois de Naples (XVI^e -XVII^e siècles)
- 71 *Ana Isabel Buescu*, A composição da livraria de D. Teodósio I, duque de Bragança. Proveniências, circuitos e agentes: uma sondagem
- 87 *Rui Manuel Loureiro*, Itinerários livrescos de um viajante ilustrado: Notas sobre os *Comentarios* de Don García de Silva y Figueroa
- 111 *Christophe Giudicelli*, Des livres aux confins. *Circulation des livres et contrôle social en Nouvelle Biscaye. Début XVII^e siècle*
- 131 *Alain Cantillon*, Ouverture d'un nouveau rayon de la bibliothèque européenne; ou l'histoire d'un combat franco-anglais (à partir du premier livre posthume de Blaise Pascal, 1663)
- 147 *Mathilde Albisson*, Inquisition et marché du livre: le contrôle des bibliothèques et des librairies dans l'Espagne du XVII^e siècle

3. De mão em mão – circulações, circuitos

- 171 *Sara Ceia*, Eremitérios de papel: reclusão e erudição na República das Letras
- 191 *Isabel Ferreira da Mota*, Viagem, Erudição e República das Letras: Manuel Caetano de Sousa no “Jardim do Mundo”
- 207 *Luís de Moura Sobral*, Livros, Gravuras e Emblemas entre a Europa e as Américas. Notas sobre a Cultura Visual Barroca no Espaço Atlântico

4. Marcas de posse – ler e inscrever

- 243 *Sylvie Deswarte-Rosa*, *The Case of the Anonymous Portuguese*. Identification de l’Anonyme portugais du *Museo Cartaceo* de Cassiano del Pozzo: Nicolau de Frias à Rome (1568-1570)
- 269 *Fernanda Maria Guedes de Campos*, “Ó livro se te perderes”: Práticas de circulação, posse e uso dos livros em bibliotecas religiosas
- 287 *Ana Cristina Araújo*, Ler na fronteira entre a vida e a morte nos séculos XVII e XVIII, em Portugal

Expressamos o nosso reconhecimento à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que acolheu entre 23 e 25 de Novembro de 2017 o encontro *A República das Letras. Bibliotecas Viajantes*, sem o qual este livro não existiria.

Agradecemos igualmente à Cátedra Solange Parvaux, I.P., U. Sorbonne Nouvelle, bem como aos Centros de Investigação – CREPAL (Centre de Recherches sur les Pays Lusophones), CIEC (Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos) e CHAM (Centro de História d’Além Mar), na pessoa de António Camões Gouveia – o apoio concedido a essa iniciativa. Ao CREPAL e ao CIEC devemos o patrocínio desta edição.

Jorge Borges deu-nos um contributo precioso, no que à arte gráfica concerne. Adma Muhana e Pierre-Antoine Fabre têm sido interlocutores constantes. A todos agradecemos.

À Papelmunde, em particular ao Senhor Luís Magalhães, ficamos gratas pelo cuidado e pela paciência demonstrados neste processo de publicação.

Bibliotecas viajantes. Peregrinando por República(s) das Letras

República das Letras – criado no século XV, afortunado na época moderna e caído em desuso no século XX, o sintagma ressurgiu nos nossos dias, e por motivos que parece fácil apurar. Sinal de resistência ou busca de alternativa? A este ressurgimento não serão alheios a crise das humanidades, a profunda transformação do meio académico, o geral estado das Letras.¹

Decerto, a pristina *República das Letras* (aquela que no início de Quatrocentos foi ideada e assumida por um grupo de humanistas italianos, deslumbrados pelo que anunciavam como o resgate de uma Antiguidade matricial²) metamorfoseou-se em diacronia, alargou-se e multiplicou-se até, quer na sua definição conceptual quer nos contornos da sua forma e na prática que a caracterizou³. Todavia, se o interesse por uma comunidade ou mesmo uma ordem de vocação transou supranacional (comunidade ou ordem *outra*, alicerçada em modalidades de produção e circulação de saber, promovendo a interação dos seus membros e o desejo de um bem comum⁴) passou por mudanças e alimentou debates, não

¹ Ver Vítor Aguiar e Silva, “A Biblioteca da Universidade e a *República das Letras*”, in *Colheita de Inverno. Ensaios de Teoria e Crítica Literárias*, Coimbra, Almedina, 2020, pp. 307-319; Marc Fumaroli, *La République des Lettres*, Paris, Éditions Gallimard, 2015.

² Enfatize-se este princípio estruturante, da máxima importância no desenvolvimento da *Respublica Litterarum*. Dele se fazem pregoeiras vozes tão distintas como a de um Maquiavel orgulhoso por entrar, no sossego do seu escritório, “nelle antique corti degli antiqui huomini” (ver Lina Bolzoni, “«Entro nelle antique corti degli antiqui huomini»: la lettura come incontro e dialogo con l’autore”, in Christian Mouchel et Colette Nativel (ed.), *République des Lettres, Républiques des Arts. Mélanges offerts à Marc Fumaroli*, Genève, Droz, 2008, pp. 37-48), ou a de Quevedo, num soneto como “Retirado en la paz de estos desiertos”, ao confessar o prazer do convívio com “pocos, pero doctos, libros juntos” e a infinita volúpia de “escuch[ar] con [sus] ojos a los muertos”. Ver também, a este respeito, Roger Chartier, *Écouter les morts avec les yeux*, Paris, Collège de France/Fayard, 2008.

³ Ver Hans Bots & Françoise Waquet, *La République des Lettres*, Paris, Belin-De Boeck, 1997.

⁴ Ver Peter Miller, *L'Europe de Peiresc. Savoir et vertu au XVII^e siècle*. Préface de Marc Fumaroli, Paris, Albin Michel, 2015.

menos conduziu a uma evidência: da vasta e plurifacetada *Respublica Litterarum* é inalienável uma dimensão cívica e política.

Ninguém duvida de que existem estreitas relações entre a sociedade e o saber nela procurado ou desprezado, aplaudido ou ostracizado, prestigiado ou temido. Claro será também que as *Letras* não se reduzem nem confinam, na época moderna, aos campos disciplinares estanques onde viriam a ser colocadas, já pela separação progressiva das humanidades e das ciências, já pela construção das Histórias nacionais. Por isso, para estudar a *República das Letras*, há que ver para além do cânone e do que a historiografia literária fixa ou faz ressaltar na narrativa que propõe. Há que explorar o mundo do manuscrito, do “papel” (cartas, alvitres, panfletos, gazetas), do livro, porventura ainda mais meândrico e fascinante do que Vieira tão eloquentemente sugeriu:

o livro visto por fora não mostra nada; por dentro está cheio de mistérios; o livro, se se imprimem muitos volumes, tanto tem um como todos, e não têm mais todos que um; o livro está juntamente em Roma, na Índia, e em Lisboa, e é o mesmo; o livro, sendo o mesmo para todos, uns percebem dele muito, outros pouco, outros nada; cada um conforme a sua capacidade; o livro é um mudo, que fala; um surdo, que responde; um cego, que guia; um morto, que vive; e não tendo acção em si mesmo, move os ânimos, e causa grandes efeitos.⁵

Em suma, na esteira de investigadores como Alain Viala, Anthony Grafton, Armando Petrucci, Christian Jouhaud, Diogo Ramada Curto, Fernando Bouza, Hans Bots, João Adolfo Hansen, José Adriano de Freitas Carvalho, Marc Fumaroli, Margarida Vieira Mendes, Michel Foucault, Roger Chartier..., há que explorar o universo da escrita, com a portentosa comunicação e partilha que consente, com os modos de representação e auto-representação que proporciona, com a vigilância e a censura que suscita, com seus bastidores e tensões, com seus códigos e protocolos, com seus muitos e vários actores-agentes-autores, tantas vezes desvalorizados ou esquecidos.

Tudo pode ser interrogado, desde logo a noção de *obra*, que importará apreciar não só enquanto conjunto de opções e realizações de um sujeito, mas também como testemunho cultural, fruto colectivo de contactos (quiça, de paixões intelectuais⁶), de iniciativas de divulgação e, eventualmente, de gestos de

⁵ “Sermão de Nossa Senhora de Penha de França”, in *Sermões I*, direcção científica Arnaldo do Espírito Santo, Lisboa, CEFi – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, p. 381.

⁶ Ver Elisabeth Badinter, *Les Passions intellectuelles*, 3 vols., Paris, Fayard, 1999.

natureza técnica (*v.g.*, tipográfica) ou de decisões editoriais. Por este ângulo, mais do que apenas um texto final (com seu subtexto e seus prováveis paratextos), *obra* significará um processo – um labor de oficina, condicionado pelas circunstâncias e por um contexto – onde, para lá do autor, outros participam e deixam sua marca.

Nos séculos XVI-XVIII, o tempo foi de revitalização e revisão de géneros clássicos. A expressão em idioma vernáculo coexistiu com o recurso ao latim, língua franca, reinventada entre uma elite sem fronteiras. Por seu turno, ao eleger e difundir alguns modernos, sem se limitar ao repertório antigo, a tradução terá contribuído, e a uma escala ampla, para renovar as Letras, no âmbito das quais iam ganhando lugar múltiplas possibilidades. Lembremos, por exemplo, o gosto pelas vidas laicas, pelas autobiografias, pelos memoriais ou pelas miscelâneas. Se, tipicamente, a história literária não os contempla como seus objectos, resta concluir: falta uma história do *literário*, ou, melhor, *do que fazem letrados*.

O conceito de *República das Letras* é operatório e heurístico: abre caminho, sendo ele próprio alvo de discussão; serve de chave de entendimento de homens, obras, desempenhos, estatutos; constitui uma ferramenta de reconstituição e análise de densas redes de conexão cultural. Por exemplo, chama a atenção para fenómenos como o trânsito de religiosos, diplomatas, académicos (e – acrescente-se – de fugitivos e exilados) – gente que circula, transportando consigo memórias e conhecimento a que só a experiência da *peregrinatio* dá acesso⁷. Mas não chama menos a atenção para aqueles que, muito embora sem sair, mantendo-se na sombra amena de suas ou de alheias livrarias, são parte da comunidade de doutos, graças à troca epistolar, ao convívio em tertúlias e academias, à leitura que chega de perto ou de longe.⁸

Lidar com o conceito de *República das Letras* obriga a considerar um mapa que, incluindo Portugal, indicia – pela sua extensão e pelos movimentos de que é palco – uma instigante abertura de horizonte. A curiosidade (*a curiositas* grata a gregos e latinos) foi estimada no período em destaque. Não surpreende que anime agora aqueles que se vêm dedicando a compreendê-lo.

⁷ Ver Paul Dibon & Françoise Waquet, *Johannes Gronovius Pèlerin de la République des Lettres. Recherches sur le voyage savant au XVII^e siècle*, Genève, Librairie Droz, 1984.

⁸ Ver Liam Matthew Brockey, “An Imperial Republic: Manuel Severim de Faria surveys the globe, 1608-1655”, in Maria Berbara and Karl A. E. Enekel, *Portuguese Humanism and the Republic of Letters*, Leiden-Boston, Brill, 2012, pp. 265-285.

Desde 2016, um grupo de pesquisadores de diferentes disciplinas, oriundos de áreas geográficas diversas (França, Portugal, Brasil...), tem promovido encontros sobre as vivências da República das Letras (ou das Repúblicas das Letras?), favorecendo, graças a essa heterogeneidade policêntrica, um olhar abrangente sobre conexões e redes ibéricas e lusófonas, intra e extra-europeias; “redes” movediças, que nascem, crescem e morrem, atravessando ciclos de força e de enfraquecimento.

Se numa primeira etapa o tema nuclear foi *Itinerários lusófonos – diálogos*, pretendeu-se então aliar ao desenho de perspectivas panorâmicas o estudo de alguns casos. Seguir os passos ou a carreira de cidadãos da *Respublica Litterarum* permitiu captar-lhes um perfil, amiúde *doublé* dos traços do *civis mundi*. Não à toa. A liberdade que a esta figura andava idealmente associada seria tanto mais apetecível quanto maior a consciência da instabilidade dos governos humanos, dos desequilíbrios de valores ou do peso de quadros hierárquicos moldados em função de filiações ou da pertença a malhas clientelares.

A segunda etapa, que deu azo à presente publicação, privilegiou as *Bibliotecas Viajantes*, com o propósito de salientar dinâmicas da(s) República(s) das Letras, observando os diálogos explícitos ou implícitos entre línguas, saberes, práticas de escrita e de leitura. Não raro erigidas em factor ou símbolo de poder, as livrarias geram fluxos de importação e exportação cultural, podendo ser deslocadas – indivisas ou parcelares – ao sabor das estações da vida do seu proprietário. Na verdade, porém, encruzilhadas ou pontos de confluência (em que medida dissonante?) de uma pluralidade de tempos e espaços, as bibliotecas são sempre, ainda que de maneira indirecta, viajantes: ou porque reflectem o percurso feito pelos livros que as integram, ou porque delas podem irradiar novos rumos, (re)criações. Que convívios, que silêncios, que confrontos e conflitos, que inclusões ou rejeições não cabem aí?

Nesta incursão por *Bibliotecas viajantes*, os passos dados vão das Américas ao Oriente. Códices, papéis, livros, entre a manuscritura e a impressão, cruzando línguas antigas e modernas ou articulando letras e artes, mostram-se-nos como elos de união de comunidades (ou de uma grande comunidade) de personagens cultas, que se aplicam a enriquecer as suas colecções bibliográficas quer quando recebem o que chega de fora quer quando trazem, de seus périplos, o que lograram amealhar. Há quem não dispense a sua biblioteca e consigo a leve quando sai, ora para ler o mundo a partir do que ali aprende, ora para verificar o que lê diante do que concretamente vê. Rasto desse hábito que exige a presença do

livro, guardam-no, outrossim, os registos – notas, sublinhados, esboços – materialmente detectáveis em espécimes bibliográficos. Ninguém – nem nada – regressa igual de uma *peregrinação* digna desse nome: *si enim sapiens est, peregrinatur, si stultus, exulat*.¹

Podem ser mais longos ou próximos os percursos que convergem nas bibliotecas ou as envolvem. Compreendemos, porém, melhor a República das Letras quando a situamos na *respublica* em que foi logrando afirmar-se e persistir: quando reparamos no aparelho censório que quis (com que sucesso?) controlar leituras e disciplinar a circulação de potenciais insubordinadores de almas; quando olhamos também para o que (pura ilusão?) parece ficar nos antípodas de “cette complaisance voluptueuse qui nous chatouille par l’opinion de science”² – bibliotecas mínimas, leituras populares e histórias de vidas quase minúsculas, senão anónimas.

NOTA INCONCLUSIVA

Este livro é um passo num projecto e num “programa” editorial em construção entre Paris, Lisboa, São Paulo. Corolário desse trabalho, que pretende juntar ensaios e edições de texto (em alguns casos, texto até agora inédito), será a elaboração de uma bibliografia. Apesar de inevitavelmente imperfeita, espera-se que valha como um instrumento útil a quem ambicione aventurar-se na descoberta ou na exploração da *Respublica Litterarum*.

Ilda Mendes dos Santos e Isabel Almeida

¹ O aforismo, que louva a *peregrinatio* (no sentido etimológico do termo), pode traduzir-se como “o sábio viaja, o tolo deambula” e acha-se em “Ad Galionem De Remediis Fortuitorum”, atribuído a Séneca (L. Annæi Senecæ, Philosophi Stoicorum Omnium Acutissimi. *Opera quae extant omnia* [...], Basileae, Ex Officina Hervagiana, 1573, p. 233).

² Michel de Montaigne, “De la phisionomie”, in *Essais*. Texte établi et annoté par Albert Thibaudet, Paris, Pléiade, 1940, p. 1008 (III, XII).

1

Livros de mão,
livros impressos

Manuscritos e impressos – séculos XVI-XVIII

Adma Muhana

Universidade de São Paulo

Os registros manuscritos dos séculos XVI a XVIII têm sido publicados em momentos variados, com critérios diversos, mas sempre carregando consigo uma espécie de lamento, mais ou menos explicitado, acerca da sua condição de texto não editado, texto de arquivo, texto silencioso. Como se sua condição de manuscrito refletisse sempre um menor valor, por sua condição privada, restrita, sem capacidade de afetar de modo significativo a própria contemporaneidade. Alguns estudos recentes têm mostrado o quanto essa visão é parcial e deformadora em relação à produção e à recepção dos textos em períodos anteriores à imprensa – e ainda nos dois ou três séculos posteriores à difusão da imprensa na Europa, quando vigorava uma concepção retórica em tudo o que dizia respeito aos discursos, não só em termos de seus gêneros (comportando audiência, tempo e lugar de enunciação) mas também da própria materialidade das coisas literárias.¹

Para começar, lembro aqui o capítulo IX do *Dom Quixote* de Cervantes, em que se narra precisamente o achado do manuscrito árabe do livro, que é mandado traduzir ao castelhano e, em seguida, editado da forma em que o conhecemos – é o que o narrador diz no livro que hoje podemos ler, publicado em letra de fôrma. A narrativa é suspensa no capítulo VIII, justo quando o engenhoso fidalgo está a ponto de enfrentar um viscaíno. O narrador então congela a cena, alegando o autor dela desconhecer o resto da história por não ter encontrado sua sequência; mas que confiava poder encontrá-la em papéis depositados em arquivos ou em escritórios. E então se inicia o capítulo IX do seguinte modo:

Dejamos en la primera parte desta historia al valeroso vizcaíno y al famoso don Quijote con las espadas altas y desnudas, [...] y que en aquel punto tan

¹ Ver, especialmente, Fernando Bouza, *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*.

dudoso paró y quedó destroncada tan sabrosa historia, sin que nos diese noticia su autor dónde se podría hallar lo que della faltaba.

Causóme esto mucha pesadumbre, porque el gusto de haber leído tan poco se volvía en disgusto, de pensar el mal camino que se ofrecía para hallar lo mucho que, a mi parecer, faltaba de tan sabroso cuento. Parecióme cosa imposible y fuera de toda buena costumbre que a tan buen caballero le hubiese faltado algún sabio que tomara a cargo el escribir sus nunca vistas hazañas, cosa que no faltó a ninguno de los caballeros andantes

de los que dicen las gentes
que van a sus aventuras,

[...]. Pasó, pues, el hallarla en esta manera:

Estando yo un día en el Alcaná de Toledo, llegó un muchacho a vender unos cartapacios y papeles viejos a un sedero: y como yo soy aficionado a leer, aunque sean papeles rotos de las calles, llevado desta mi natural inclinación, tomé un cartapacio de los que el muchacho vendía, y vile con caracteres que conocí ser arábigos. Y puesto que aunque los conocía no los sabía leer, anduve mirando si parecía por allí algún morisco aljamiado que los leyese, y no fué muy dificultoso hallar intérprete semejante, pues aunque le buscara de otra mejor y más antigua lengua le hallara. En fin, la suerte me deparó uno, que, diciéndole mi deseo y poniéndole el libro en las manos, le abrió por medio, y leyendo un poco en él, se comenzó a reir.

Preguntéle yo de qué se reía, y respondiéndome que de una cosa que tenía aquel libro escrita en el margen por anotación. Díjele que me la dijese, y él, sin dejar la risa, dijo:

– Está, como he dicho, aquí en el margen escrito esto: “Esta Dulcinea del Toboso, tantas veces en esta historia referida, dicen que tuvo la mejor mano para salar puercos que otra mujer de toda la Mancha.”

Cuando yo oí decir “Dulcinea del Toboso”, quedé atónito y suspenso, porque luego se me representó que aquellos cartapacios contenían la historia de don Quijote. Con esta imaginación, le dí priesa que leyese el principio, y, haciéndolo así, volviendo de improviso el arábigo en castellano, dijo que decía: *Historia de don Quijote de la Mancha, escrita por Cide Hamete Benengeli, historiador arábigo*. Mucha discreción fué menester para disimular el contento que recibí cuando llegó a mis oídos el título del libro; y salteándosele al sedero, compré al muchacho todos los papeles y cartapacios por medio real; que si él tuviera discreción y supiera lo que yo los deseaba, bien se pudiera prometer y llevar más de seis reales de la compra. Apartéme luego con el morisco por el claustro de la iglesia mayor, y roguéle me volviese aquellos

cartapacios, todos los que trataban de don Quijote, en lengua castellana, sin quitarles ni añadirles nada, ofreciéndole la paga que él quisiese. Contentóse con dos arrobas de pasas y dos fanegas de trigo, y prometió de traducirlos bien y fielmente y con mucha brevedad. Pero yo, por facilitar más el negocio y por no dejar de la mano tan buen hallazgo, le truje a mi casa, donde en poco más de mes y medio la tradujo toda, del mesmo modo que aquí se refiere.²

Aqui podemos ver um conjunto de características dos manuscritos, quais sejam: (1) o fato de que nos primeiros tempos da imprensa apenas uma porção dos gêneros conhecidos é publicável; (2) que muitas vezes o papel ou o pergaminho valem mais do que o que neles se escreve; (3) que se distinguem do caráter unitário que o livro impresso pretende ter; e (4) que sua autoria se distribui entre os escritores, copistas, tradutores, comentadores, editores, ao passo que sua destinação, pelo contrário, visa a leitores individualizados.

1. QUANTO AO GÊNERO

As poesias, as epopeias em prosa, os livros de cavalarias, as novelas pastoris – apesar da sua profusão – têm dificuldade em ganhar letra de imprensa. As tipografias habitualmente pertenciam a ordens religiosas, ou, como a célebre de Aldo Manuzio, especializavam-se em um ou outro gênero para letrados e acadêmicos. No seu primordial *O Aparecimento do Livro* (1958), Lucien Febvre e Henry-Jean Martin mostram que as primeiras tipografias e as demais que se seguiram por toda a Europa se dedicavam a bíblias, livros de doutrina e antigos latinos e gregos, visando principalmente à instrução de teólogos e universitários. De acordo com estes autores, somente a partir da metade do século XVII se difundiu a impressão de livros de histórias; todavia, na Itália e na Península Ibérica, alguns exemplares famosos surgiram anteriormente ao primeiro terço do século XVI.

No caso ibérico – quase desconhecido para Febvre e Martin –, é livro famoso a *Estoria do muy noble Vespasiano emperador de Roma*, um incunábulo de 1496, de difícil classificação. Traduz um impresso francês de 1475, sendo resumo da primeira parte do *José de Arimateia*; a narrativa configura-se de modo misto como história de cavalarias, história romana e do cristianismo – ao tratar da destruição de Jerusalém e da dispersão dos judeus, assunto que dominava a

² Miguel de Cervantes Saavedra, *Don Quijote de la Mancha*, pp. 91-92, 93-94 (cap. IX, parte II).

Espanha e Portugal, os quais estão em vias de decretar a expulsão dos judeus de seus domínios.

Outros exemplos de prosa, de difícil determinação genérica (‘difícil’ nos dias de hoje, quero dizer), foram impressos em letra de fôrma, mantendo características próprias dos manuscritos. Está nesse caso uma miscelânea impressa em Lisboa, em 1502, reunindo as traduções do livro de Marco Polo, das viagens de Nicolò dei Conti e de uma carta de Girolamo da Santo Stefano, os quais “todos escreveram das Índias a serviço de Deus, e aviso de aqueles que agora vão para as ditas Índias” – justifica o anônimo editor, tradutor, impressor³. Igualmente a cavaleiro entre o manuscrito e o impresso, há a narrativa ascético-mística intitulada *Boosco Deleytoso*. Também anônimo, redigido em algum momento do século XIV, o *Boosco* foi publicado em 1515 no âmbito da corte vincadamente religiosa da Rainha viúva D. Leonor. Com um fio narrativo que traça o itinerário de uma alma até sua comunhão mística com Cristo, em setenta dos seus cento e trinta e seis capítulos reproduz em tradução o *De Vita Solitaria*, de Petrarca. Tanto o *Boosco* como o *Livro de Marco Paulo*, à semelhança de tantos outros, são impressos que, à maneira dos livros manuscritos, têm uma destinação certa e comportam um fim adicional, além da leitura em si. Não se desvinculando do seu auditório real e concreto, da mesma maneira que o manuscrito, esses livros impressos mantêm firme o princípio maior do *decorum* relativamente à sua audiência. Sua impressão não visa propriamente a um público amplo, mas tão-só a um estamento mais numeroso (aqueles que “vão para as ditas Índias”), ou mais elevado (a corte da Rainha). Na ausência dessas condições, sendo seu auditório circunscrito ou humilde, não há por que se dar à impressão textos que têm uma utilidade imediata. É desta maneira, já no século XVIII, que, em Belém do Pará, Lourenço Álvares Roxo justifica a falta de notícias de escritores da sua ordem religiosa, afirmando que as letras deles, apesar da sua importância local, são

quazi todas manuscriptas; por razão da pobreza dos Religiozos; e por que como são em linguas de nações de gentios a que elles somente se applicão, e não os das outras relligiões, que apenas trataõ somente da lingua geral; lhes ficão estes livros sendo desnecessarios; e assim somente os capuchos de Santo Antonio se servem delles tresladando-os.⁴

³ Apud Diogo Ramada Curto, *Cultura imperial e projetos coloniais*, p. 112.

⁴ Carta de Lourenço Álvares Roxo a D. Francisco de Almeida Mascarenhas, de 20 de Outubro de 1740. *Documentos com informação biobibliográfica de autores religiosos portugueses*, BNL, códice 908, fl. 288. Dom Lourenço Álvares Roxo de Potflis (1699-1756), chantre da Catedral de Belém no Estado do Grão-Pará e Maranhão, é autor de um manuscrito sobre pássaros da Amazônia,

Disso decorre que ainda hoje muitos escritos dos séculos XVI e XVII permaneçam em manuscritos, tendo sido redigidos para um círculo definido de leitores, ou como documentos privados, ou como exercícios retóricos, ou como prenda para alguma dama ou mecenas, ou não havendo, ademais, quem bancasse sua impressão. Isso não quer dizer evidentemente que não circulassem. Circulavam em cópias que eram lidas de mão em mão, sendo às vezes reproduzidas para a venda, num comércio pouco visível hoje.

A arte epistolar foi um desses grandes gêneros da manuscritura (até o século XX, aliás). Povoou as letras ibéricas nos séculos XVI e XVII, com incremento particular pela Companhia de Jesus, como instrumento da Contra-Reforma. Um dos principais responsáveis pela expansão da arte epistolar no interior da Companhia foi Alfonso Polanco, secretário de Inácio de Loyola, por meio da instituição das “cartas circulares”. É dele a organização das cartas que lhe chegavam das quatro partes do mundo, as quais mandava transcrever e enviar às distintas assistências para serem lidas aos neófitos e alunos dos colégios jesuíticos. Essa correspondência circulante deveria não só informar como também persuadir à ação missionária. Em suas *Reglas que han de observar en el escribir los de la Compañía que andan repartidos fuera de Roma*, de 1547⁵, Polanco recomendava como as cartas circulares deveriam ser escritas, de modo que os companheiros de Roma e os das demais latitudes pudessem como que ver e escutar-se uns aos outros. Para tanto, preceituava retoricamente a sua composição: primeiro, o que se devia escrever; segundo, em que modo; terceiro, com que diligência e como enviá-las em segurança, por meio de diversas cópias. Cartas sobre os mesmos assuntos deviam ser compostas segundo dois gêneros maiores: um visando a produzir “affectos buenos y santos”, destinado aos jovens, e outro em que se informasse aos superiores acerca das dificuldades encontradas, os fracassos, desistências, problemas disciplinares, conflitos com autoridades locais, etc. Nem tudo se deve dizer a todos, como é evidente.

enviado ao naturalista francês Charles Marie de La Condamine em 1752, e hoje depositado na biblioteca do *Museum National d'Histoire Naturelle*, Paris (ms. 2251). Segundo Dante Martins Teixeira, Nelson Papavero e Lorelai Brilhante Kury, em um esclarecedor artigo – “As aves do Pará segundo as ‘memórias’ de Dom Lourenço Álvares Roxo de Potflis (1752)” –, esse documento parece ser a única parte efetivamente escrita por Lourenço de Potflis de uma obra ambiciosa sobre os três reinos naturais, intitulada “Memórias zoológicas, fitológicas e mineralógicas ou descrições físico-históricas das mais notáveis produções animais, vegetais e minerais do Estado do Grão-Pará”. É curioso saber que nesta carta, pouco abaixo, D. Lourenço já noticia a D. Francisco de Almeida a redação da sua obra (“Fico averiguando outras noticias para outro Cathalogo que remeterey para a primeyra monção querendo Deos, como tambem as memorias Zoologicas, que vou trabalhando nella com todo o calor, visto V. Ex.^a R.^{ma} mo ordenar” etc.), o que antecipa em doze anos a data conhecida dos autores do artigo supracitado para a escrita das “Memórias”.

⁵ *Monumenta Ignatiana*, t. I, pp. 536-549.

Nos domínios portugueses, são muitos os testemunhos acerca da recepção das cartas manuscritas vindas a bordo das naus da carreira da Índia. Vale a pena destacar o comentário de Luís Fróis, um dos mais importantes missionários do Japão. Estando no Colégio de São Paulo de Goa, em 1552, narra a seus irmãos de Coimbra a ocasião de chegada de cartas oriundas de Portugal e do Brasil, as quais são logo resumidas e copiadas para serem enviadas a outras assistências da Companhia e relidas pelos irmãos:

As cartas que de Purtugual vieraõ, asi dese colegio como do Brasil, no ano de 52, sobremaneyra nos alegraraõ, e ouve com ellas asás de fervor. Na noite que cheguaraõ, se leraõ com quampainha tangida até à huma dipois de mea noite e no refeytorio todos os dez dias segintes; e logo, tresladado o sumario dellas, foraõ mandadas à China e Yapão, Maluquo e Malaqua, e todas as mais partes donde os Padres nosos andaõ. E se soubeceys, charissimos, quanto quá soaõ as novas que de llá vem, e quanto o povo, alem dos Irmãos, as deseja e cobiça, e quantas relíquias se quá faz de vosas cartas, sen duvida que me parece que vos oferecereis a qualquer detrimento do corpo, por dardes quá aos Irmãos recreaçõis tan suaveis.⁶

Visando a uma circulação das informações externas aos diversos e distantes colégios da Companhia e que atingisse um público de letrados mais vasto, desde 1551-1552 se imprimiram opúsculos de cartas da Índia, do Japão e do Brasil, as quais foram reunidas em 1555 em um único volume⁷. Em todas as naus, seguem cópias de cartas remetidas ao Reino; geralmente são três ou quatro as cópias tiradas de cada correspondência enviada, as chamadas segundas vias, objetivando minimizar a probabilidade de perda delas em naufrágios ou ataques de inimigos e piratas⁸. Resguardadas com cuidado, no século XVIII as cartas podem ser enviadas em secretárias ou mesmo em barris, juntamente com saguates e encomendas, como aparece na correspondência entre os padres jesuítas Belchior dos Reis, em Lisboa, e João Monteiro, Provincial da Companhia, em Goa, no ano de 1733:

Há huns poucos de dias *que* o barril das nossas cartas anda de Herodes para Pilatos, já aberto na Nao, já levado ao correio, já tornado a caza da India, e athe hoje 14 de Março pelas 12 horas de dia não tem chegado. Tudo isto cauza a fome de ouro, e dos diamantes, pelos quaes se fazem excessos, *que* outrem

⁶ *Documenta Indica*, II, p. 488.

⁷ *Copia de unas cartas de algunos padres y hermanos dela compañía de Jesus que escrivieron de la India, Iapon, y Brasil [...]*, Coimbra, João Álvares, 1555.

⁸ Ver João Pedro Ferro, “A epistolografia no quotidiano dos missionários jesuítas”.

pode ser, *que* relate. Parece-me *que* não he bom já fazer barril para as cartas, e *que* nelle se não metão algumas encomendas, *que* de lá para ca remetem: mas la fação, o que lhe parecer melhor.⁹

Isso tudo mostra, portanto, que a circulação dos manuscritos dava-se, não necessariamente entre um número reduzido de pessoas, mas sim que seus leitores eram previstos e individualizados conforme seus lugares na hierarquia social, algo que aos poucos deixa de ocorrer em relação ao impresso. A retórica, desde sempre subordinada à oratória, preceitua acerca da audiência se ela ocupa um lugar social superior, igual ou inferior ao daquele que compõe o discurso, e normatiza o modo de se escrever para quem se situa em cada um desses estamentos. A propagação pela manuscritura intensifica esse aspecto: em seus diversos gêneros, os escritos à mão eram para ser lidos por um rei, um governador, os irmãos em religião, os membros de uma academia de letrados, os deputados, o conselho dos ministros, ou às mulheres e crianças em seu aprendizado, ou em voz alta para os tantos analfabetos. Com isso, um gênero como o epistolar, privilegiadamente, jamais era indiferente ou universal, mas dirigido a leitores específicos. É conhecido que o polígrafo Manuel de Faria e Sousa, atualizando a conhecida máxima de Horácio, recusava-se a publicar seus inúmeros manuscritos, argumentando que não escrevia para ser lido pelo vulgo. E que um profuso escritor como Manuel Pires de Almeida – cujos manuscritos ocupam quatro grossos volumes *in folio* com discussões e rascunhos acerca da poesia, da poética e de poetas – pouco mais que nada tenha publicado, mantendo seus escritos em estado de debuxos, faltosos de destinação certa.¹⁰

2. A PUBLICAÇÃO MANUSCRITA

Isso nos leva ao segundo ponto: o comércio dos manuscritos como fator de circulação. Inexistindo como tal uma concepção de direito autoral, do mesmo modo que inexistia em relação à pintura, sempre feita por encomenda e sendo propriedade daquele que a mandava realizar, o comércio dos manuscritos permitia que o possuidor de um deles se constituísse de direito em seu dono. Disso resultava que fosse ele, o detentor do manuscrito, e não seu pretendido autor, quem dispunha do direito de usá-lo como melhor lhe aprouvesse, vendendo-o, doando-o,

⁹ Miscellaneo Tomo 3.º, BNP, Cod. 1523, fl. 347.

¹⁰ Pesquisas recentes acerca de Manuel Pires de Almeida realizadas por Isabel Almeida têm desvendado o isolamento do censor de Camões entre seus pares acadêmicos e literatos.

publicando-o, uma vez tendo-o reduzido, ampliado, comentado, etc. Por isso, a mercancia de manuscritos também não era esporádica nem ocasional, ‘privada’. Pelo contrário, reconhece-se um intenso comércio de livros manuscritos, seja por encomenda seja por compra avulsa, para não falar dos tantos comerciantes de papel, que os adquirem sobretudo pela utilidade do material. Há relatos de que, por ocasião das invasões holandesas da Bahia, livrarias de conventos foram dissipadas e os livros vendidos a boticários e outros comerciantes para embrulhar mercadorias – se tal não for uma anedota de cunho católico, ilustrativa do desprezo pela tradição por parte dos protestantes... Fernando Bouza, que escreveu o incontornável *Corre manuscrito*, mostra um profícuo comércio de livros, que não passava pelos impressos, os quais por vezes eram demasiado caros para os que desejavam adquiri-los. É esse comércio em grande parte responsável pelo caráter coletâneo de tantos livros e manuscritos do período, cuja unidade se produzia muitas vezes *a posteriori*, dependente apenas da chancela de um título e de uma autoria arbitrários, da autorização recebida pela tipografia ou casa de impressão.

Em *Los trabajos de Persiles e Sigismunda – História Setentrional* (1617), o mesmo Miguel de Cervantes inventa uma personagem admirável que se torna autora involuntária de um livro, ao mandar registrar num caderno os adágios, máximas e provérbios de que têm conhecimento aqueles com que depara em sua deambulação. Embora nenhuma das sentenças recolhidas seja de sua lavra, espera enriquecer com o labor de ajuntá-las num manuscrito, o que o converterá em seu dono, isto é, em alguém que pode comerciar e usufruir do fruto da sua coleta:

Algunos libros he impreso, de los ignorantes non condenados por malos, ni de los discretos han dejado de ser tenidos por buenos. Y como la necesidad, según se dice, es maestra de avivar los ingenios, este mío, que tiene un no sé qué de fantástico e inventivo, ha dado en una imaginación algo peregrina y nueva, y es que a costa ajena quiero sacar un libro a la luz, cuyo trabajo sea, como he dicho, ajeno, y el provecho mío. El libro se ha de llamar *Flor de aforismos peregrinos*; conviene a saber, sentencias sacadas de la misma verdad, en esta forma: quando en el camino o en otra parte topo alguna persona cuya experiencia muestre ser de ingenio y de prendas, le pido me escriba en este cartapacio algún dicho agudo, si es que le sabe, o alguna sentencia que lo parezca, y de esta manera tengo ajuntados más de trecientos aforismos, todos dignos de saberse y de imprimirse, y no en nombre mío, sino de su mismo autor, que lo firmó de su nombre, despues de haberlo dicho.¹¹

¹¹ Miguel de Cervantes Saavedra, *Los Trabajos de Persiles y Sigismunda*, p. 1327 (cap. 1, livro IV).

Quer dizer, o proprietário do cartapácio, aquele cujo engenho ordena sua feitura, selecionando o que nele consta e em que ordem, é o mesmo que pode dispô-lo como um bem e pô-lo à venda. Com isso, o manuscrito, em suas múltiplas cópias, tornava-se a seu modo público e publicado, sendo organizado conforme o interesse e desejo dos seus possíveis compradores. Não à toa, em todos os arquivos e bibliotecas encontramos livros manuscritos contendo miscelâneas, as quais obedecem a uma lógica particular daquele que o vendeu ou do que o adquiriu. Marcello Moreira, em seu *Crítica Textualis in Caelum Revocata? – Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra* (2011), identifica uma quantidade de cartapácios com cópias de trechos de livros proibidos, libertários, que foram encontrados na mão dos revoltosos contra o domínio português na Bahia do século XVIII, *ad usum* dos sediciosos.

No *Quixote*, vimos o narrador adquirindo um livro manuscrito em árabe, que manda traduzir, tornando-se seu editor, ou, na metáfora do prólogo, seu *padrasto*, isto é, alguém que não gerou do seu engenho a história que nele consta, mas alguém que dela se apropria, empenhadamente. Embora o manuscrito traga inscrito o nome do *pai*, vale dizer, do autor – um historiador árabe chamado Cide Hamete Benengeli –, o pretense editor se arvora o direito de suprimir ou acrescentar comentários à história original, por tê-la adquirido e assim se convertido em seu proprietário.

No trecho citado do *Persiles y Sigismunda*, Cervantes toca em outra questão relativa à composição e autorização do livro manuscrito. Além de ele ser propriedade de quem o possui materialmente, seu ‘autor’ pode significar tão-somente aquele que o grafou de sua própria mão. Este é um aspecto do próprio comércio livresco, no qual uma classe como a dos estudantes tinha papel fundamental enquanto copistas de livros inteiros ou de partes suas, tanto de manuscritos, como de livros impressos, ofício que lhes rendia melhores meios de subsistência. Na medida em que o escriba, ou escrevente, assina a escritura com seu nome, tendo-a caligraficamente copiado, torna-se uma espécie de autor dela. Não muito diferente da autoria dos pintores de quadros, dos artífices de azulejos e dos compositores de música, que apunham um *Fulano fecit* naquilo que materialmente compunham, mesmo que a maior parte do trabalho tivesse sido realizada por aprendizes, ou que a *res* tivesse sido buscada em outros quadros, ou numa gravura anterior, ou numa poesia pré-existente, etc. Já aquele que faz publicar a obra, o impressor ou o mecenas, participando de outro modo da autoria, é o que se nomeia seu dono e dela pode se beneficiar.

Por isso, a passagem em questão de *Los trabajos de Persiles y Sigismunda* conclui assim:

No daré el privilegio de este libro a ningún librero de Madrid, si me da por él dos mil ducados; que por allí no hay ninguno que no quiera los privilegios de balde, o a lo menos, por tan poco precio que no le luzga al autor del libro.¹²

Ou seja, como o autor ganha nada ou quase isso com a impressão, lucrando apenas o livreiro – que muitas vezes é quem possui também a oficina de tipografia –, mais vale (quem o pode) doar ou vender cópias do seu próprio manuscrito, de mão em mão. Essa situação se prolonga até muito entrado o século XVII, afirmando Febvre e Martin, quando o escritor do livro impresso se torna detentor de algum direito de autor, recebendo como paga algo mais do que apenas um ou dois exemplares do livro cujo manuscrito escreveu, como era costume anteriormente.

A dedicatória a um mecenas, imprescindível nesses casos, faz parte do processo: o dedicado era quem recompensava o autor pelo seu labor de escritura, ou o editor, pelo labor da impressão, ou ambos, pela homenagem que lhe faziam na dedicatória, no frontispício e nos textos encomiásticos anexos; isto sem falar nas ocasiões em que era este mecenas mesmo quem encomendava o trabalho de escritura ou de impressão.

Um caso interessante, mas não incomum, é o do poema *Prosopopeia*, de Bento Teixeira, que, em sua primeira edição, de 1601, aparece como suplemento a uma relação de naufrágio, anônima, editada em segunda impressão, e cuja fatura na maior parte se deve não ao autor nem ao editor, mas propriamente ao livreiro, isto é, o comerciante do livro. O volume contém, nesta ordem, os seguintes escritos: “Soneto ao Senhor Iorge Dalbuquerque Coelho” – anônimo; “Prologo a Iorge Dalbuquerque Coelho, Capitão, & Governador de Parambuco, Noua Lusitania” – assinado pelo livreiro da rua Nova, Antonio Ribeyro, cujo prólogo faz as vezes de dedicatória, ao oferecer o conjunto do livro, com a relação do naufrágio e as rimas nele inclusas, a Jorge de Albuquerque Coelho, enquanto uma sua “obrigação de criado”; o “Navfragio, qve passov Iorge Dalbvqverqve Coelho, Capitão, & Governador de Paranambvco” – que dá título ao volume, sem nome de autor; novo “Prólogo Dirigido a Jorge d’Albuquerque Coelho, Capitão e Governador da Capitania de Parambuco, das partes do Brasil da Nova Lusitânia, etc.” – da lavra do poeta Bento Teixeira; o poema “Prosopopea Dirigida a Iorge Dalbuquerque Coelho etc.” – do mesmo; e, finalmente, um “Soneto per eccos, ao mesmo Senhor Iorge Dalbuquerque Coelho” –, redigido em castelhano e sem menção de autoria, que consiste num epitalâmio em possível comemoração do consórcio entre Jorge de Albuquerque Coelho e D. Ana de Meneses, em 1587. Além desses escritos, o livro comporta diversas gravuras: a primeira, um brasão de armas de Jorge de

¹² *Ibidem*, p. 1329.

Albuquerque Coelho; adiante, ao fim do prólogo do livreiro, um retrato possivelmente do mesmo Albuquerque, que se repete ao término da *Prosopopeia*, seguido de um retrato do primeiro marquês de Santa Cruz, Don Álvaro Bazán, que foi um famoso comandante da história naval espanhola, galardoado por Felipe II com o título de Capitão Geral do Mar Oceano e da Gente de Guerra do Reino de Portugal, falecido em Lisboa, em 1588. Outras gravuras contêm o livro, que ilustram passagens seja do “Navfragio”, seja da “Prosopopea”: uma nau no meio de tempestade, com mastros caindo; uma nau já sem mastros, no meio de tempestade, e, no horizonte, uma imagem da Senhora da Piedade; uma nau junto à costa com penedos, sobre os quais se ergue uma capela; e, no fim da “Prosopopea”, mas antes do “Soneto per ecos”, um pelicano a abrir seu peito com o bico, oferecendo a carne aos filhotes famintos – símbolo crístico desde a Europa medieval –, gravura rodeada por uma divisa com letras invertidas: *Fortis est ut mors dilectio. Cant. 8* (isto é, “o amor é tão forte como a morte”, citação do *Cântico dos Cânticos*, 8: 6).

Muito haveria que dizer desse composto, que glorifica a imagem do governador de Pernambuco, Jorge de Albuquerque Coelho, em diversos gêneros em prosa, em verso e em gravuras, enaltecendo suas ações e trabalhos. Mas, quem quer que tenha sido o responsável, ou, os responsáveis por essa edição, e quem os autores (certamente mais de um), seus nomes mal aparecem, obscurecidos que são pelo nome alto e devoto do Governador, ponto central do livro e matéria que unifica e engrandece cada uma das suas variadas partes. Abaixo dele, apenas o nome do livreiro sobressai, e por cima daquele do poeta, como quem pode julgá-lo e outorgar-lhe o benefício de uma publicação impressa; isto é, como quem tem os meios de fazer livros, fazendo deles de modo concreto um ex-voto, ou seja, uma obra de agradecimento:

Tambem vão juntas a elle [ao relato do Naufrágio] algũas Rimas, de animo mais afeyçoado, que poetico, Vossa merce receba tudo com aquella begniulencia natural cõ que sempre fauoreceo minhas cousas: Que isso me bastara pêra ficar satisfeyto do trabalho dellas.

3. CANCIONEIROS MANUSCRITOS MUSICAIS E POÉTICOS

Desde a famosa *Antologia Palatina*, a poesia teve como meio de transmissão privilegiado as miscelâneas manuscritas. A própria *Antologia* se compôs de poemas curtos em língua grega, de diversos gêneros, produzidos entre os séculos VII a.C. e VII d.C. Sua reunião deveu-se a editores que agregaram sucessivamente

poesias às antigas, num movimento de ampliação que só se concluiu no mundo bizantino no século XIV.

Coincidentes e indiretamente derivadas das *antologias* são as coletâneas de poesia trovadoresca, galego-portuguesas e provençais, os códices das *Cantigas de Santa Maria* e os cancioneiros musicais, que consistiram todos em compilações genéricas, a mando de um editor. Esses livros manuscritos realizaram-se como objetos singulares, únicos, assim permanecendo como propriedade, não dos seus autores – que podiam ser vários e não detinham a posse de sua escritura, como se disse, e até porque em sua maior parte eram há muito desaparecidos –, mas como herança de seus encomendadores ou comendatários. São tantos e detentores de tantas especificidades, que aqui apenas menciono alguns, ilustrativamente, para remeter à razão de estes manuscritos terem permanecido como tais, dada a sua condição de manuscritos com precisa e direcionada destinação.

Primeiro, os cancioneiros dos trovadores provençais e occitânicos, que conservam mais de 2500 composições de cerca de 350 trovadores, em uma centena de códices; e, ainda assim, sabemos que não recobrem a totalidade da produção poética e musical trovadoresca. Esses manuscritos são datáveis da segunda metade do século XIII, embora preservem canções dos séculos XI e XII. Consistem em antologias nas quais as poesias, organizadas por proximidade genérica, são escolhidas por critérios desconhecidos – eventualmente, pela disponibilidade ou por seleção do mecenas que as mandou reunir. Muitas delas apresentam notação musical, ilustrações e *vidas* dos trovadores ou *razós* das canções, numa perspectiva, podemos dizer, museográfica, para um público já distante temporalmente da possibilidade de sua prática ativa, quando tais canções eram executadas em público.

O caso do cancioneiro mariano de Afonso X, na segunda metade do século XIII, algo diverso dos cancioneiros profanos, é um dos mais conhecidos. De corte trovadoresco e paralitúrgico, apresenta mais de 400 cantigas, diferenciando-se tanto da temática dos trovadores, como da música sacra da época. Foi mandado compor pelo rei e comparece em quatro códices, cada um dos quais apresenta um número variado de cantigas, de notação musical e de iluminuras; em todos, porém, as composições se sucedem segundo uma ordem de nove cantigas de *miragre* (relatos de milagre), rematadas por uma *de loor* (louvor a Nossa Senhora), numa rigorosa arquitetura verbal. Correspondendo à maravilha do seu assunto, à glória da Senhora e à excelência do seu encomendador, os códices conhecidos são caligrafados do modo o mais ornamentado possível, com colorido e requintado lineamento da notação musical. Contêm também as mais belas iluminuras acerca das artes da música, da poesia, da dança e do canto no período.

Outro famoso cancionero (o qual o maestro e músico catalão Jordi Savall tem divulgado em suas apresentações) é o *Cancionero de Palacio*, reencontrado no final do século XIX e hoje arquivado na Real Biblioteca de Madrid. O manuscrito contém mais de 400 composições poético-musicais do último terço do século XV até o início do XVI – tempo que coincide aproximadamente com o reinado dos Reis Católicos. Foi compilado ao longo de cerca de quinze anos, entre 1505 e 1520, identificando-se na sua confecção nove mãos diferentes. O sucessivo acrescentamento de músicas corresponde aqui à incorporação de cadernos adicionais ao códice inicial – como aliás é praxe na manuscritura, dependente sempre da materialidade do papel e da tinta. A maior parte das poesias está em castelhano, embora as haja em latim, francês, catalão, basco e português, e tratando elas de vários assuntos: amorosos, religiosos, festivos, cavaleirescos, satíricos, pastorais, burlescos, políticos, históricos, etc.

No que diz respeito aos cancioneros propriamente poéticos, isto é, aqueles em que a poesia independe da música, e somente em língua portuguesa, não é possível deixar de referir o *Cancionero Geral* de Garcia de Resende, de 1516, as *Rhythmas* de Camões, editadas em 1595, e as que se lhes sucederam; bem como as miscelâneas *Fenix Renascida* e *Postilhão de Apolo*, publicadas ambas no século XVIII.

O *Cancionero Geral*, célebre por muitas e justas razões, foi a primeira coletânea de poesia impressa em Portugal, incluindo cerca de 880 poesias da pena de quase trezentos expertos na arte das trovas dos séculos XV e XVI, sobre assuntos e personagens da corte de D. Manuel, D. João II e D. Afonso V, além de poemas de temática religiosa, amorosa, elegíaca e tentativas épicas. Foi compilado pelo fidalgo da Casa Real e escrivão da fazenda Garcia de Resende, ele mesmo poeta, que o dedica como prenda ao príncipe, o futuro D. João III:

por em algũa parte satisfazer ao desejo que sempre tive de fazer algũa cousa em que Vossa Alteza fosse servido e tomasse desenfadamento, determinei ajuntar algũas obras que pude haver d'algũs passados e presentes e ordenar este livro, nam pera por elas mostrar quaes foram e sam, mas para os que mais sabem s'espertarem a folgar d'escrever e trazer aa memoria os outros grandes feitos, nos quaes nam sam dino de meter a mão.¹³

Quer dizer, as poesias aí reunidas divergem do caráter museológico que os cancioneros manuscritos de poesia trovadoresca e as antologias apresentavam, bem como da sua ordenação sequencial, quase inventário de autores.

¹³ *Cancionero geral de Garcia de Resende*, Prólogo.

O propósito de reunião dessa poesia culta e cortesã em que consiste o *Cancioneiro Geral* é sobretudo monumental e ostentatório, na medida em que fixa coletivamente a produção letrada que circula na corte manuelina, dedicando-a ao rei futuro: o que evidencia que “a poesia compilada reflectia ou ostentava o prestígio cultural do grupo social da nobreza, que a apreciava, a par da narrativa ficcional construída em torno do amor e da *militia*”¹⁴. É isso também que singulariza esse livro, em grande parte composto por poesias coletivas, de longa extensão, em detrimento de conjuntos de poesias individualizadas pelo nome dos seus autores, e cuja aparente desordem os estudiosos buscam minimizar. Todavia, não é a ordem pedestre dos denominadores comuns o que aí se releva; acompanhando Jorge Osório, pensamos que um “livro de poesia” como o *Cancioneiro Geral* emula os mais bem executados cancioneiros de mão, magnificando-se em grande fólio e se perenizando como um bem excelente, a ser guardado e transmitido como herança; mesmo e principalmente no caso em que tenha sido enviado aos bocados, aos cadernos, para a casa impressora. Sua assimétrica monumentalidade, grande feito de letras do compilador e poeta Garcia de Resende, configura-se como espelho da nobreza, a animar outros trovadores e poetas cortesãos a celebrar regamente as demais obras de portugueses, dignas, portanto, de serem fixadas e imitadas em grandes letras. Essa é a sua ordem.

Por tanto, a publicação de poesias no *Cancioneiro Geral* não modificou o padrão da circulação de cancioneiros manuscritos para a maior parte dos demais poetas, até bem entrado o século XVIII. Um caso que se distingue pela sua excepcionalidade foi o da lírica de Camões. A primeira publicação das suas *Rhythmas* foi feita em 1595, como sabemos, com base em cancioneiros manuscritos. Essa edição já expõe a dificuldade em estabelecer uma atribuição fiável aos poemas que corriam sob seu nome, escassos quinze anos após sua morte. Diogo do Couto, o historiador, afirma na *Década VIII* que, quando retornava da Índia para Portugal, em 1570, encontrara Camões na ilha de Moçambique, onde o poeta escrevia um livro que intitulava *Parnaso de Luís de Camões*, “de muita erudição, doutrina e filosofia”, o qual lhe furtaram. Perdido o original e morto o poeta em 1579 ou 1580, a primeira edição da sua poesia lírica foi feita a partir de múltiplas cópias, sendo responsável pela ordenação dos poemas, evidentemente artificiosa, o editor, o também poeta Fernão Rodrigues Lobo Soropita. Nela, os poemas estão agrupados em cinco partes, as quais se justificam no *Prólogo ao Leitor* por analogia às partes da poesia e da eloquência, segundo seu grau decrescente de dificuldade. Primeiro, os sonetos, uma vez que são “composição de mais merecimento por causa das dificuldades dela”. Depois, as canções e odes; as elegias e oitavas, em seguida; as élogas, na quarta parte, e, por último, “as glosas, e voltas e

¹⁴ Jorge Osório, “Do Cancioneiro ‘ordenado e emendado’ por Garcia de Resende”, p. 295.

outras composições de verso pequeno, que são próprias da nossa Hespanha”. Essas últimas são deixadas para o fim do volume por representarem uma poesia vinculada aos cancioneiros do Quatrocentos, menos valorizada pela poética então em voga, de cunho italiano, renascentista, a imitar a Antiguidade. Interessante é verificar que essa distribuição da lírica segundo os gêneros poéticos carrega um forte sentido de unidade editorial, conferindo às rimas de Camões o semblante de uma obra copiosa e vária, mas unitária, e, ao poeta, o de uma individualidade, embora errante, coesa e contínua, tal como a conhecemos. Nessa construção de *vida* produzida pelo agrupamento dos poemas, cabem as protestações de verdade, a identificação de sintagmas biográficos, e, até, de uma periodização cronológica, traduzida em termos de ‘estada em Ceuta’, ‘retorno a Portugal’, ‘estada na Índia’, ‘naufrágio na Ásia’, ‘velhice no Reino’, etc. As edições que se sucederam foram acrescentando mais e mais poemas pretensamente descobertos em outros cancioneiros manuscritos¹⁵, que reforçaram e delinearão com mais precisão aquela *vida*; a um ponto tal que a maior parte da produção poética quinhentista, hoje atribuída a diversos poetas, constava no século XIX sob a autoridade desse poeta agigantado de nome “Camões”. Além de razões de ordem política, nacionalista, a crença romântica na genialidade poética o permitiam. Com isso, desconhecia-se o princípio latino da *imitatio*, bem como o sistema dos motes e glosas, motor da produção poética quinhentista, e aceitava-se como pertencente a Camões uma espécie de imenso cancioneiro de assuntos, procedimentos e figuras (com semelhanças na invenção, disposição e elocução), cabendo tão-somente ao crítico editor atestar ou não sua pertença ao *Parnaso* do vate. Todavia, dada a impossibilidade de identificar a origem de um ou outro poema pelo estilo individual do autor Camões – critério maior de atribuição literária do romantismo em diante –, e, ao mesmo tempo, o excessivo número de poemas a ele designados, houve no século XX quem passasse a estabelecer como prova científica de pertencimento de certo poema a Camões o ser-lhe atribuído sem contestação em pelo menos três cancioneiros manuscritos quinhentistas. O certo é que só nas últimas décadas os estudiosos foram bem-sucedidos em destacar desses cancioneiros o contorno de excelentes poetas como Pero de Andrade Caminha, André Falcão de Resende, o próprio Fernão Rodrigues Lobo Soropita, Francisco Rodrigues Lobo, Martim de Castro do Rio, e outros. Possibilitou-se assim que suas vozes se separassem daquela variada e coletiva, sinônima da língua portuguesa em seu momento mais enaltecido e imperial, a camoniana.

¹⁵ Veja-se Leodegário de Azevedo Filho, “Os sonetos de Camões”, p. 208: “Apenas como ilustração, vejamos alguns números, em determinadas edições publicadas do século XVI ao século XIX: na edição de 1595, a primeira, há 65 sonetos, com a dúvida de um deles declarada no prólogo; na edição de 1598, a segunda, aparecem 105 sonetos; na edição de 1685, a de Faria de Sousa, há 264; na edição de 1860, a do Visconde de Juromenha, há 352”, etc.

Algo semelhante ocorreu com os cancioneiros que no século XVIII recolhem a poesia atribuída em folhas volantes a Gregório de Mattos e Guerra, do final do século XVII, e que permaneceu em códices até o século XIX, quando foram editados por Francisco Adolfo de Varnhagen, no seu *Florilegio da Poesia Brasileira* (1850) e, recentemente, estudados e republicados por João Adolfo Hansen e Marcello Moreira. Em sua edição das poesias atribuídas a Gregório de Mattos¹⁶, Hansen e Moreira demonstram que a concepção autoral unifica como obra uma multiplicidade de escritos que a princípio não foram pensados nessa condição, nem verossimilmente pertencem a um só autor empírico. Com efeito, conta-se que o governador da Bahia, a modo do personagem de Cervantes, dispusera um caderno na entrada do Palácio do Governo na capital da América Portuguesa, a fim de que quem conhecesse poesias do Boca do Inferno as transcrevesse num cartapácio¹⁷. Desse modo, terão sido coletados e aglutinados poemas soltos de Gregório de Mattos, os quais, a princípio, eram peças singulares e muitas vezes de circunstância, dirigidas a uma dama, um mecenas, um amigo, um inimigo, um acontecimento político, um sentimento ou uma imagem religiosa, etc. Essas composições, como é próprio da concepção poética do período, contrafazem ou imitam outras do mesmo gênero. Em vez de, a partir daí, labutarem por demonstrar o pertencimento do conjunto da obra ou de partes suas a um sujeito empírico, Hansen e Moreira propuseram a constelação de possibilidades poéticas como significativa por si da autoridade atribuída ao poeta, mantendo as indeterminações como intrínsecas à sua transmissão manuscrita. O resultado revoluciona o modo de aproximarmo-nos da dita tradição poética.

Diz com propriedade Diogo Ramada Curto que a “lógica da circulação manuscrita parece estar estreitamente ligada à cultura de *excerpta*”, acrescentando: “onde se torna difícil precisar a autoria de certos textos e se assiste a conflitos diversos em consequência da manipulação dos mesmos”¹⁸. A manipulação plural dos textos, todavia, não parece conflituosa senão do ponto de vista da póstera imprensa, que insiste em identificar uma autoria coincidente com uma escritura unívoca, de única subjetividade e unitária propriedade.

A *Fenix Renascida* é um exemplo maior desse tipo de coletânea, com felicidade designado mais que um livro, “uma pequena biblioteca de campanha”¹⁹.

¹⁶ J. A. Hansen e M. Moreira. *Para que todos entendais. Poesia atribuída a Gregório de Mattos e Guerra*.

¹⁷ Manuel Pereira Rabelo, *Vida do excelente poeta lírico o doutor Gregório de Mattos Guerra*: “Governava então D. João d’Alencastre secreto estimador das valentias desta Musa, que a toda a diligência lhe entesourava as obras desparcidas, fazendo-as copiar por elegantes letras”. Ver J. A. Hansen e M. Moreira. *Para que todos entendais...*, vol. 5, esp. pp. 139-142.

¹⁸ Diogo Ramada Curto, *Cultura imperial e projetos coloniais*, p. 99.

¹⁹ Ver *A Fénix Renascida*, p. 736.

Seus cinco volumes foram publicados ao longo de doze anos (1716-1728), perfazendo, em sua segunda edição (1746), algo como 660 poemas de duas dezenas ou mais de autores. No prólogo ao leitor do primeiro tomo (1.^a edição), o editor Matias Pereira da Silva não oculta que usou do direito de trocar ou acrescentar palavras às cópias encontradas por considerar que algumas delas estavam incompletas (“padeciam diminuição”), ou alteradas, aconselhando-se com “amigos, que melhor o entendiam”, acerca da versão a ser impressa. Desde esse prólogo, a deliberação, por parte do editor, de que a impressão se fizesse a partir de um critério antológico, manifesta-se plenamente:

Não dou logo juntas todas as obras de cada um Autor; assim porque me pareceu mais conveniente que em todos os Tomos tivessem todos parte, e deste modo multiplicados chegasse à notícia de todos a de cada um deles, como também para que se, depois de impressas juntas todas as obras de cada um, aparecesse outra, de que eu não tivesse notícia, não ficasse privada do seu lugar entre as outras; porque dificultosamente o teria particular depois de todas as outras já impressas e separadas.²⁰

Quer dizer, a coleção não foi assistemática nem casual, mas obedeceu a um plano segundo o qual cada volume continha igualmente o todo: a modo de um florilégio, ou ramalhete – como a metáfora revela –, em que cada poeta comparece em todos os buquês, fazendo de cada um dos volumes uma obra coletiva copiosa e variada. Esse sistema comportava outra qualidade, que era a possibilidade de não limitar por ignorância o número das poesias de cada poeta, sendo sempre possível encontrar outras a ele atribuídas em novos cartapácios. Essa possibilidade e a questão da autoria nos manuscritos é exposta no prólogo do segundo tomo (1.^a edição):

Em duas cousas pode reparar o Leitor: primeira, em darmos a algumas obras Autores Anónimos; segunda em atribuir a outros diferentes algumas, que correm em nome de alguns determinadamente. Quanto à primeira, pareceu conveniente dar-lhes Autor Anónimo, porque a todo o tempo que se lhes descobrir o verdadeiro, tomará delas posse; [...] Quanto à segunda, respondo que muitas destas obras andam roubadas a seus legítimos senhores, e conhecidas por tais devem restituir-se-lhes como suas.²¹

²⁰ *Ibidem*, pp. 768-769.

²¹ *Ibidem*, p. 778.

Novamente, não por incúria ou desatenção as autorias encontradas na *Fenix Renascida* são incorretas: por tentativa de acerto e raciocinada indeterminação, evitou-se ser taxativo nessas autorias.

Vale lembrar que o princípio da coletânea também foi seguido pelo padre Antônio Vieira na impressão dos seus *Sermoens*, o que faz que cada um dos seus quinze volumes (1679-1697) apresente um conjunto variegado de sermões, significativo por si e independente da cronologia ou da matéria neles pregada – embora ainda haja quem os edite seja em ordem cronológica, seja a partir de um pretense “sermonário”, segundo o calendário litúrgico. No caso específico dos *sermões* de Vieira (em que o *docere* e o *movere* sobressaem, em vez do *delectare* dos cancioneiros poéticos), acresce a presença do *ductus* a efetuar uma ulterior unificação dos sermões escolhidos pelo autor para a impressão, de modo a que a sua publicação contivesse uma finalidade adicional concernente à seleção dos sermões a serem publicados e ao momento da sua publicação: interferir na política portuguesa contemporânea – como o demonstrou Rodrigo Gomes Pinto, em seu *Entre borões e cadáveres: os sermões de Domingo da Quaresma de Antônio Vieira*²². Então, aquilo que aparentemente é uma recolha desordenada, mostra-se como produção de uma unidade decorosa, relativa não ao autor e à datação sucessiva da sua escritura, mas aos leitores pretendidos e supostos na coletânea.

4. DECORUM DA MANUSCRITURA: O CIRCUNSTANCIAL

Não só coletâneas – de adágios, aforismos, sentenças, poemas, sermões –, mas também narrativas e tratados desconhecem o princípio de unidade que rege a concepção unitária e fechada do livro como vinculado à escritura de um único autor. Ainda em meados do século XVI não são raras as narrativas impressas que, emulando a lógica do manuscrito, aglutinam, sem unificar, histórias cavaleirescas, sentimentais e palacianas, bem como o verso e a prosa, e porções em duas ou três línguas, como, por exemplo, a *Historia de los amores de Clareo y Florisea y de los trabajos de Isea con otras obras en verso parte al estilo español y parte al italiano*, de Alonso Nuñez Reinoso (1552), e a própria *Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro (de 1554), entre outras.

Tudo o que temos visto na circulação manuscrita leva-nos a considerar como inversas as posições do autor e do leitor, relativamente à do autor e do leitor dos

²² Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2009. Seu ponto de partida é o trabalho seminal de Margarida Vieira Mendes, *A oratória barroca de Vieira* (Lisboa, Caminho, 1989).

livros impressos. Conceitos-chave das práticas letradas dos séculos XV, XVI e XVII – como sejam, a fatura coletiva da construção poética, narrativa ou tratadística, a instabilidade do escritor como individualidade, a indeterminação dos seus escritos como “obra” entre os leitores pretendidos, a inserção desses escritos em gêneros pré-concebidos, etc. – aparecem plenos na manuscritura, deixando paulatinamente de persistir na transmissão impressa; esta, unificada e singularizada por um título e um autor na folha de rosto do livro de páginas numeradas, recusa que se lhe acrescentem cadernos; nela, o leitor não passa de um “curioso leitor”: cuidadoso, mas anônimo. Na manuscritura, diferentemente, se o autor pode ser quase uma projeção coletiva, como vimos, a anonímia do leitor está fora de questão. É ele que se exhibe como fim do discurso, é ele o juiz ou o espectador, em cuja ação a eficácia das palavras proferidas se conclui. O princípio retórico fundamental de ordenação das partes consoante um fim – o *decorum*, ou *prépon* – tem de ser levado em conta, sempre, mormente quando se trata de textos que apresentam uma destinação precisa. A alteração de destinatários, por sua vez, faz com que se configurem como diferentes livros, mesmo quando a matéria ou o assunto permanece o mesmo. Isso fica sobremaneira evidente em escritos de polêmica religiosa.

Os escritos teológicos do padre Antônio Vieira são dos mais notáveis nesse sentido. Processado da Inquisição pelos seus sucessivos papéis, entre os anos de 1663 e 1667, seus escritos amplificam seus destinatários, com o que lhes transmuta os gêneros: a carta “Esperanças de Portugal” (1659), a *História do Futuro* e a *Apologia das Coisas Profetizadas* (indissociáveis, escritas simultaneamente entre 1663 e 1664), o *Livro Antepimeiro da História do Futuro* (finais de 1664-1665), a *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício* (outubro de 1665-junho de 1666), a *Defesa do Livro Intitulado Quinto Império* (1667), último escrito do seu processo inquisitorial, e finalmente a *Clavis Prophetarum* (já das décadas de 1680-1690). Muitos desses títulos são supostos e da responsabilidade de seus editores, como a *Apologia das Coisas Profetizadas* (escrito incompleto, que Vieira apenas designa como “minha apologia”), a *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício* (igualmente, apenas “minha defesa”, repartida em duas “Representações”) e a *Defesa do Livro Intitulado Quinto Império* (apenas “Memorial”). Nenhum deles foi impresso em vida ou por determinação do seu autor. Cópias suas (todas incompletas, excetuando a carta “Esperanças de Portugal”, a *Defesa* e o *Memorial*), manipuladas em sua ordenação ou em estado fragmentário, estão dispersas por arquivos, sem que possamos saber de que modo aí chegaram, tendo escapado aos olhos observadores da Inquisição.

Pois bem, o processo inquisitorial se inicia com uma carta que o padre Antônio Vieira escreve ao bispo eleito do Japão, o padre André Fernandes, confessor da rainha viúva D. Luísa de Gusmão, na qual, baseado em trovas tidas por proféticas do

sapateiro Bandarra, afirma ser provável a ressurreição do rei D. João IV, falecido em 1656. De posse dessa carta, em 1661, o Santo Ofício de Lisboa manda-a qualificar em Roma, com a falsa notícia de que a sua pretensa autoridade (as *Trovas* de Bandarra) estava há muito proibida pela Inquisição portuguesa. Deste modo, os qualificadores romanos averbam a carta “Esperanças de Portugal” com nove censuras, sobre as quais se instaura o processo contra Vieira. Sem negar ter escrito a carta, num primeiro momento Vieira nega que o cometido fosse de qualquer maneira censurável. Declara que as censuras inquisitoriais incidiam sobre um sentido das proposições diverso do que propusera, e que, por conseguinte, as proposições de que ele mesmo era autor, em seu sentido próprio, ainda não haviam sido julgadas; estas, provará que eram lícitas, e lícito que, numa controvérsia privada, com o confessor da rainha, sem publicação, portanto, as houvesse escrito. É por este motivo que requer que lhe seja permitido defender-se, expondo o verdadeiro sentido das proposições e as autoridades de fé em que se fundava. Essa “defesa” só será escrita após sua reclusão nos cárceres do Santo Ofício de Coimbra, no papel designado como “Primeira Representação”, destinado à leitura dos inquisidores.

Porém, além da carta “Esperanças de Portugal”, na origem dos interrogatórios inquisitoriais encontra-se também uma denúncia de Fr. Jorge de Carvalho acerca de um livro que Vieira teria dito que pretendia escrever: a *Clavis Prophetarum*. Aqui, a acusação concerne a um livro que ainda não tem existência. Não se trata, como na carta, de algo cuja veracidade, significação ou intenção não se pode provar (a afirmação que alguém nega ter dito, ou aquela cujo sentido é ambíguo). Trata-se de algo inexistente: “desejos”, “idéia” ou “pensamento de livros”, como nomeia Vieira, repetidas vezes. Insistindo neste argumento ele ergue outra linha de defesa: afirma que, embora o livro cujo significado lhe argüem não exista, nem nunca tenha existido, obedecendo às perguntas que lhe fazem escreverá o que nele constaria se o tivesse escrito. Ou seja: Vieira exige que a Inquisição, conforme seus próprios enunciados, interrogue-o apenas sobre se havia ou não uma intenção herética no livro que pensara escrever. A essa suspeita, então, Vieira responde pela própria composição do suposto livro: exige o direito de escrever o livro que teria escrito para que a Inquisição possa julgar se nele haveria alguma afirmação contrária à fé. Quer dizer, por meio dessa sinuosa dialética, Vieira se outorga o direito de legitimamente o escrever, na medida em que o dota do estatuto de resposta obediente às questões inquisitoriais. Em suma, tal livro não escrito, acerca do qual é acusado, converte-se em sua própria defesa, incorporando a cada passo refutações aos questionamentos e censuras inquisitoriais. Esta é a gênese compósita da *História do Futuro* (parte uma *Apologia*, parte uma *Clavis Prophetarum*), que se interrompe a meio, em seus capítulos e no conjunto, inclusive no denominado

Livro Antepimeiro da História do Futuro. Todos esses papéis, hoje livros, concebidos na situação inquisitorial, foram deixados em estado de manuscritos incompletos. Tendo como leitores supostos ora a Inquisição (*Apologia*), ora a realza (*História do Futuro*), ora a Cúria romana (*Clavis*), constituem possibilidades do livro censurado antes de ter sido escrito. Apenas na “Segunda Representação” da sua defesa – que escreve na reclusão resumindo e justificando a noção do Quinto Império que atravessa aqueles escritos –, Vieira apresenta aos inquisidores um arrazoado consistente e finito, ordenado em questões e respostas.

Se todo o esforço inquisitorial consiste em dotar as palavras da carta “Esperanças de Portugal” de historicidade, unidade e coerência, por meio das quais constituam-nas como errôneas e, àquele que as pronunciou, como *autor* responsável, e, como tal, culpável, Vieira, por sua vez, esforça-se por demonstrar que essa substancialização de seus pensamentos é falsa porque não os disse como soam; ou porque não havia escrito um livro prévio às suas defesas; ou porque seus esboços de defesa, inconclusos, não consistiam em “livros” acerca dos quais se pudesse julgar seu sentido final, etc., etc. Hoje, todos aqueles títulos recobrem partes dessas múltiplas e parciais defesas, que se modificavam conforme surgiam novas censuras (ao final do processo são 104 as proposições censuradas!), decorrentes elas próprias das novas afirmações constantes nos novos documentos.

Editar hoje esses escritos como livros, por mais atenção que se tome em reconhecer as hesitações, lacunas e equívocos da escritura, é ignorar sua condição inerente de manuscritos, o que quer dizer, serem papéis dirigidos a leitores precisos, constituídos como juízes – os quais aliás detiveram o poder de arquivá-los até o momento em que passaram à guarda do Estado. Os próprios autos dos processos inquisitoriais dispunham de uma cláusula proibindo-os de serem sequer conhecidos, restando de leitura exclusiva dos inquisidores – razão por que grande parte desses processos ainda permanece pouco divulgada, fonte de uma cultura de escribas e escreventes. Pela mesma razão, por não encontrarem autorização para se tornarem públicas, várias peças de polêmica religiosa em língua portuguesa (contra protestantes, hindus, confucionistas, muçulmanos e judeus), só em tempos mais recentes vieram à luz.

Um segundo caso formidável é o dos escritos de Uriel da Costa, censurados pela Sinagoga desde a escritura das “Propostas contra a tradição” (ca. 1616) – as quais, como conhecemos, não passam de anotações pontuais acerca de práticas e ritos, enviadas às autoridades judaicas de Hamburgo²³ – e que, con-

²³ As “Propostas” permaneceram manuscritas, apesar de sua evidente circulação na *nação portuguesa*. Possivelmente traduzidas ao hebraico e daí vertidas novamente ao português por Moseh Raphael de Aguiar, em 1640, foram nessa versão publicadas por Carl Gebhardt, *Die Schriften des Uriel da Costa*, pp. 22-25.

traditadas, deram origem a dois diferentes livros, do mesmo nome. A história é embaralhada: para se defender das censuras rabínicas às “Propostas”, Uriel da Costa redigiu um “Exame das tradições fariseias”, presumivelmente encaminhado aos censores, o qual, em manuscrito, foi furtado e antagonizado por um deles, o médico Samuel da Silva, num opúsculo impresso intitulado *Tratado da Imortalidade da Alma* (1623). Neste, Silva afirma que obstara a publicação do livro de Costa, retirando-o da tipografia em que se encontrava. A fim de se defender dessa acusação de intentar publicar afirmações contrárias ao cristianismo e ao judaísmo, e das demais culpas político-religiosas que aí lhe são lançadas, Uriel da Costa escreve um segundo *Exame das Tradições Fariseias* (1624), ampliado, e detentor, digamos assim, de duas cabeças: a primeira parte, que responde às censuras sobre as Propostas (assunto do primeiro *Exame*), e uma segunda parte, que responde àquelas censuras acerca do próprio *Exame*, o que fora furtado. Este novo *Exame* adquire assim o caráter de uma proposição, de uma defesa e de uma invectiva contra as autoridades religiosas da *nação portuguesa* judaica de Amsterdã, caráter inexistente no primeiro, *et pour cause*; tal segundo e revisado *Exame das Tradições Fariseias* é enfim publicado por Uriel da Costa na mesma tipografia em que seu adversário publicara o *Tratado da Imortalidade da Alma*. Dado que os livros foram queimados em praça pública pelos dirigentes da Sinagoga, só há pouco, após 300 anos, pudemos ter conhecimento do seu conteúdo, por enfim ter sido descoberto um exemplar da edição, na Dinamarca.²⁴

Nenhum desses supramencionados escritos constituem de antemão “livros”, tal como hoje os consideramos, isto é, impressos destinados a uma recepção coletiva e anônima, produzidos por uma individualidade que nele expressa autonomamente seus pensamentos e emoções. Em vez disso, têm destinações específicas e é em relação a estas que as coisas são ditas e o como-são-ditas deve ser interpretado. Sem atentar para sua dimensão retórico-dialética, os escritos de Uriel da Costa, tanto quanto os de Antônio Vieira, e muitos outros, poderiam ser tomados por expressão de uma subjetividade, irrisória aqui. Ao contrário, seus instáveis livros manuscritos – inconclusos, fragmentários, coleâneos, duplicados – demonstram que a dimensão retórico-dialética da escritura define um autor múltiplo, que incorpora os discursos que os antagonizam ou prolongam, ao mesmo tempo que comporta sentidos dependentes de leitores singularizados e presentes historicamente – posições de autoria e leitura inversas àquelas que se cristalizarão a partir da “grande invenção da imprensa”.

²⁴ Ver H. P. Salomon e I. S. D. Sassoon, *Examination of Pharisaic Traditions*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MANUSCRITOS

Miscellaneo 3.º tomo, Biblioteca Nacional de Portugal, Cod. 1523

IMPRESSOS

A Fénix Renascida ou Obras Poéticas dos melhores Engenhos Portugueses. Ed. Ivo Castro, Enrique Rodrigues-Moura, Anabela Leal de Barros, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2017

ALMEIDA, Isabel, “Guerra e paz. Leituras seiscentistas de Camões”, *Colóquio/Letras*, n.º 197, Jan. 2018, pp. 9-23

AZEVEDO Filho, Leodegário de, “Os sonetos de Camões”, *Humanitas*, vols. XXIX-XXX, Coimbra, 1977-1978, pp. 205-218

Cancioneiro geral de Garcia de Resende. Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda Dias, 4 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de, *Don Quijote de la Mancha*. Texto y notas de Martín de Riquer, Barcelona, Editorial Juventud, 1958

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de, *Libro Primero de la Historia de los Trabajos de Persiles y Sigismunda*, in *Obra Completa*, vol. II, Edición de Florencio Sevilla Arroyo y Antonio Rey Hazas, Alcalá de Henares, Centro de Estudios Cervantinos, 1994

Copia de unas cartas de algunos padres y hermanos dela compañía de Iesus que escribieron de la India, Iapon, y Brasil a los padres y hermanos de la misma compañía, en Portugal trasladadas de portugues en castellano. Fueron recibidas el año de mil y quinientos y cinquenta y cinco, Coimbra, João Álvares, 1555

CURTO, Diogo Ramada, *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*, Campinas, Editora da Unicamp, 2009

Documenta Indica. Ed. Joseph Wicki, 18 vols. Roma, Monumenta Historicae Soc. Iesu, 1948-1988

FERRO, João Pedro, “A epistolografia no quotidiano dos missionários jesuítas”, *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, tomo V, 1993, pp. 137-158

GEBHARDT, Carl, *Die Schriften des Uriel da Costa*, Amsterdã, Societatis Spinozanae, 1922

HANSEN, João Adolfo & MOREIRA, Marcello, *Para que todos entendais. Poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra. Letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII*, 5 vols., Belo Horizonte, Autêntica, 2014

- Monumenta Ignatiana. Series Prima. Epistolae et instructione*, Madrid, Tipografia Gabriel Lopez del Horno, 1903-1911 (MHSI, vol. 22)
- OSÓRIO, Jorge, “Do Cancioneiro ‘ordenado e emendado’ por Garcia de Resende”, *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, Porto, II Série, vol. XXII, 2005, pp. 291-335
- PINTO, Rodrigo Gomes, *Entre borrões e cadáveres: os sermões de Dominga da Quaresma de Antônio Vieira*, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009
- SALOMON, Herman Prins & SASSOON, I. S. D., *Examination of Pharisaic Traditions. Supplemented by Samuel da Silva’s Treatise on the Immortality of the Soul*, Leiden, Brill, 1993
- TEIXEIRA, Dante Martins & PAPAVERO, Nelson & KURY, Lorelai Brillhante, “As aves do Pará segundo as ‘memórias’ de Dom Lourenço Álvares Roxo de Potflis (1752)”, *Arquivos de Zoologia*, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, vol. 41, n.º 2, 2010, pp. 97-131

Em torno do
Epítome de la Biblioteca Oriental i Occidental, Nautica i Geografica
(Madrid, 1629) de Antonio de León Pinelo

Diogo Ramada Curto

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Tão difícil quanto inútil será reduzir a um único género a totalidade da obra escrita de Antonio de León Pinelo (1590 ou 1591-1660). Conforme reconheceu, em 1655, ao fim de mais de trinta anos dedicados ao projecto de publicação de uma *Recopilación de Leyes de las Indias Occidentales*, “esta obra, mientras no está impresa, nunca estará acabada”¹. Mas, se os seus trabalhos em torno de uma compilação geral das leis das Índias costumam ser vistos como constituindo a espinha dorsal da sua actividade como escritor e da sua prática como jurista, também foi como historiador que se procurou afirmar. As suas extensas obras deixadas em manuscrito, *El paraíso en el Nuevo Mundo; comentario apologético, historia natural y peregrina de las Indias Occidentales islas de tierra firme del mar oceano*, e os *Anales de Madrid*, cobrindo o período de 1598 a 1621, atestam uma curiosidade situada muito para além do seu trabalho como jurista e compilador de leis. Mas uma visão de conjunto da sua obra terá ainda de integrar o que este mesmo letrado – descendente directo de cristãos-novos portugueses, educado em Lima, mas que veio viver cedo para Madrid e trabalhar no sistema dos conselhos da monarquia – escreveu: textos acerca das mulheres ou do cacau; a biografia de um eclesiástico; e, ainda, uma série de arbítrios e memoriais, incluindo-se nestes tanto os novos projectos de dinamização do comércio à escala do Atlântico, em que a sua própria família tinha interesses declarados, como um plano de pacificação dos índios e de colonização de novas províncias no Novo Mundo.

Uma análise da trajetória de León Pinelo como escritor e, também, do elenco completo das suas obras, ajudará a pensar algumas das questões que

¹ Antonio de León Pinelo, *Aparato político de las Indias Occidentales, deducido y formado de su Derecho Real y decisiones de su Real y Supremo Consejo, en leyes, ordenanzas, provisiones, cédulas, cartas acordadas, instrucciones, decretos, consultas y despachos generales y particulares de su gobierno* (Madrid, 1653), in *Discurso sobre la importancia, forma, y disposición de la Recopilación de Leyes de las Indias Occidentales...* 1623, p. 103. Desenvolvo a análise do caso de León Pinelo em artigo dos *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno* (2005).

ultrapassam o inquérito biográfico, para comprometer quadros mais amplos e sociológicos de interpretação. Refiro-me, antes de mais, à própria conflitualidade interna, determinada por fortes relações de concorrência, que caracterizou o meio dos letrados de Madrid. Que um dos padrões de tal concorrência se encontrava nas disputas entre diferentes casas e mecenas parece mais do que evidente. Embora seja sempre de acrescentar que não é possível reduzir o papel dos escritores ao de criados, como demonstrou à sociedade Manuel de Faria e Sousa nas suas memórias autobiográficas. Depois, haverá que considerar com que identidade de base – de descendente de cristão-novo ou de peruleiro instalado em Madrid – León Pinelo lutou em Madrid pelo seu próprio reconhecimento. Foi no interior destas mesmas lutas que os seus saberes jurídicos e de polígrafo capaz de abraçar géneros tão diversos e miscelânicos se impuseram como um instrumento de distinção social. Quanto a competição directa, ainda está por esclarecer qual o sentido mais profundo, e talvez conflitual, da convergência de interesses com Juan de Solórzano Pereira, uma vez que este foi mais célere na publicação de uma recolha legislativa sobre as Índias, que conjugou com interesses literários e artísticos na arte dos emblemas. Por último, não se esqueça que, à poligrafia e à capacidade para cruzar géneros ou temas tão díspares, numa espécie de jogo do diverso que hoje alguns identificariam como sendo da ordem do barroco, León Pinelo soube sobrepor um espírito obsessivamente classificatório e sistemático.

O *Epitome de la Biblioteca Oriental i Occidental, Nautica i Geografica*, publicado em Madrid, em 1629, é uma das suas obras onde se afigura mais evidente o peso das classificações na organização do conhecimento. Trata-se de uma bibliografia acerca das duas Índias. Um livro pioneiro no tema, embora se inscreva na tradição das bibliografias, publicadas desde meados do século XVI, por autores como Conrad Gessner ou o jesuíta Antonio de Possevino. Impresso em pleno período do governo do Conde-Duque de Olivares, com o seu projecto de União de Armas, equivalente a uma coordenação centralizada da guerra no âmbito da monarquia espanhola, o mesmo livro separa os impérios português e espanhol, e, por isso, posiciona-se contra a penetração dos interesses portugueses nos territórios das denominadas Índias de Castela. De um ponto de vista mais analítico, a mesma obra constitui-se no exemplo de uma configuração de bibliotecas e de uma República das Letras, investida de uma lógica própria, em boa medida determinada por relatos de viagem, descrições e histórias. Porém, para compreender o funcionamento desta última lógica de organização da escrita e da sua classificação tipológica, será necessário identificar padrões sociais de comunicação e circuitos de informação que não pertenceram a essa mesma lógica da

escrita letrada e do trabalho intelectual. Ou seja, impõe-se perceber quais os mundos que lhe foram exteriores ou que com ela mantiveram uma relação de concorrência ou mesmo de sobreposição.

As grandes estruturas culturais que enquadram o trabalho de León Pinelo são conhecidas com algum pormenor, pelo menos em relação a quatro aspectos. Primeiro, desde finais do século XVI as universidades peninsulares alcançaram um pico de diplomas, contribuindo para um aumento substancial do número de letrados, que acabou por cair na segunda metade do século XVII. Os dispositivos de controle, entre os quais se contavam os diferentes modos de censura, também se multiplicaram, a ponto de se criar uma tensão entre ortodoxos e heterodoxos. Os poderes monárquicos, nobiliárquicos, eclesiásticos e municipais reiteraram directrizes e suscitaram formas de mecenato, embora seja necessário reconhecer que existiu sempre uma margem para a actuação individual e para o aparecimento de novas formas de sociabilidade intelectual, nomeadamente de academias como as de Évora. Por último, será de atender ao modo como a imprensa, os circuitos do livro e a moda de bibliotecas se organizou, cruzando-se com os anteriores espectros de carácter estrutural, oscilando entre o envolvimento no mercado e as pequenas estratégias de distinção fundadas no gosto pelo colecionismo e a bibliofilia. Porém, mesmo quando considerados na sua especificidade, como procurei fazer noutros lugares, será difícil deduzir com base neste conjunto de factores o sentido mais preciso de uma lógica de escrita.

Muito para além de caracterizações gerais, relativas ao *siglo de oro*, ao barroco ou a um campo cultural articulado com a crise do século XVII, existem cinco grandes dimensões que poderão ajudar a reconstituir melhor o contexto e explicar as lógicas de escrita reveladas por León Pinelo e o referido livro de sua autoria. A primeira dessas dimensões, talvez a mais fácil de entender, diz respeito a uma profunda tomada de consciência entre o espaço e os poderes, a qual é mediatizada pela escrita. Não se trata, aqui, de encontrar uma nova causa última e determinante da política, fundada numa teoria dos climas ou dos condicionalismos geográficos e influenciada directa ou indirectamente por Jean Bodin. Trata-se, antes, de encontrar, em diferentes dimensões de natureza espacial, novos sentidos para as práticas de escrita no tempo de León Pinelo. À escala do autor, as suas bolandas da Península para Lima, no Peru, a sua curta estadia em Buenos Aires e, depois, a sua permanência em Madrid, talvez tivessem criado as condições de base para a referida consciência espacial. Por sua vez, o trabalho obsessivo de compilação das leis das Índias, a que se entregou durante décadas, ter-lhe-á devolvido uma dupla percepção. Por um lado, a percepção das dinâmicas locais, a começar pelas limenhas, levou à construção de

uma matriz destinada à avaliação do que pôde constatar mais tarde na capital madrilena, onde *solo Madrid es corte*. Refiro-me a um momento particularmente intenso na vida intelectual de Lima, marcado pela publicação ali de três obras, de recorte ambicioso e carácter inovador: a *Miscelanea Austral* de Diego Dávalos y Figueroa (1602-1603), o *Labyrintho de comercio* de Juan Hevia Bolaños (1617) e *La Ovandina* de Pedro Mexia de Ovando (1621). Pela mesma altura, em Lisboa, dos prelos de Pedro Craesbeeck saíram duas obras da autoria do Inca Garcilaso de la Vega, *La Florida* (1605) e a *Primera parte de los commentarios reales: que tratan del origen de los Yncas, reyes que fueron del Peru* (1609). Por outro lado, será de ter em conta a intensa competição suscitada pela elevada concentração de letrados e escritores num centro cortesão tal como Madrid. Aí, a acumulação de riquezas e de conhecimentos sobre outras terras e gentes só encontrava paralelo numa série de disputas, pois todos os grupos tinham expectativas de reconhecimento público que não poderiam ser goradas por muito tempo.

A segunda dimensão prende-se com as disputas acabadas de referir. As mais conhecidas assumiram um carácter mais propriamente literário. Foram suscitadas por divergências em torno da *ars rethorica*, tendo o *Arte nuevo de hazer comedias en este tiempo*, de Lope de Vega (1609), como obra de referência. Fixaram-se, também, nos modelos e na prática da poesia, em particular de Góngora. Outras polémicas comprometeram a escrita da história, no confronto com a fábula, envolvendo regimes de prova material próprios de um saber de antiquários. Neste quadro do primeiro quartel do século XVII, estão por avaliar no seu conjunto os debates em torno da historiografia do jesuíta Juan de Mariana, da *Monarquia Lusitana*, que contam com a participação de Diogo de Paiva de Andrade, e do legado de João de Barros, continuado em relação à Ásia por Diogo do Couto e João Baptista Lavanha, e disputado em termos de um relato de aventuras pelos editores de Fernão Mendes Pinto. A este mesmo respeito, são escassos os indícios de que dispomos acerca das missões e peregrinações, orientados para a identificação tanto de antiguidades como de locais de culto sagrado, suscitados a partir de Granada ou de Évora por círculos de letrados e antiquários. Aliás, são os inúmeros inquéritos e debates suscitados por processos de santificação e sua certificação, bem como sobre a autenticidade das relíquias enquanto objectos de culto, que nos fazem suspeitar que existiu uma matriz inicial de polémica construída no quadro da história sacra, que foi transferida para a história civil. De qualquer modo, será preciso chegar a meados da década de 1630 para se assistir a uma politização mais evidente da história civil contemporânea, primeiro na guerra de panfletos opondo a Espanha à França, depois nos surtos independentistas da Catalunha e de Portugal de 1640.

Uma terceira dimensão, ainda mais heterogénea, diz respeito aos sistemas centrais de valores, em parte pensados em função de modelos educativos que a Europa católica multiplicou. Com base num conjunto de temas discursivos será possível pensar algumas das divisões pelas quais se distribuem os referidos valores: entre as armas e as letras; entre as tentativas para acabar com o alargamento da população escolarizada dos colégios e de um sistema de ensino, restabelecendo a reprodução social e uma idealizada vida nos campos, e as reacções frente aos novos grupos de letrados que se desprestigiavam por não encontrarem postos compatíveis com os seus títulos; ou, ainda, entre a oposição do campo à cidade, atravessando o romance pastoril, ou entre o campo e a corte, suscitadora de uma crescente literatura, na qual se inclui a *Fastigínia* de Tomé Pinheiro da Veiga. A todas estas divisões, concebidas em termos antinómicos, seria ainda necessário acrescentar a que separa os pobres e os ricos, traduzindo-se numa reflexão ambivalente, que tanto se poderia concretizar em projectos arbitristas de apoio aos pobres, como em lição de ascetismo tendo em vista o cumprimento de um modelo de abnegação e de vida devota, em comunhão com os votos de pobreza. Uma última referência às divisões que se encontram num sistema central de valores em transformação (mas que ultrapassam em muito as simples antinomias entre armas e letras, alargamento ou limites do sistema educativo, aldeia e cidade ou corte, pobreza e riqueza) radica nas discussões acerca dos modelos de educação e de honra. Francisco Rodrigues Lobo pensava-os com base numa tipologia que incluía cortesãos, cavaleiros dedicados às armas e letrados que tanto poderiam integrar as carreiras de oficiais da coroa como as eclesiásticas. Mas é de notar que, pela mesma altura, Duarte Gomes de Solis, nos seus arbítrios, procurou inserir no mesmo plano a própria legitimação de mercadores e banqueiros.

Se o simples inventário dos valores, através de divisões antinómicas ou mais elaboradas, convoca temas discursivos e livros específicos, também pode ser pensada com base em novos géneros. Ao agrupá-los, entramos na quarta dimensão do nosso exercício de reconstituição do contexto em que León Pinelo trabalhou. Mas quais são, então, os novos géneros de escrita, alguns deles recriados literariamente, que se difundem no tempo de León Pinelo? Refiro-me, antes de mais, aos que têm uma força prescritiva, impondo-se como modelos de comportamento, na prática do viver associado. A escrita de memoriais e petições para promoção individual ou familiar gerou formas de auto-representação ou mesmo de autobiografia – bem distintas dos simples inventários confessionais – e que se situaram entre a folha de serviços e a recriação literária, mais ou menos influenciada pelo relato dos infortúnios picarescos. A multiplicação de manuais

de correspondência gerou outras tantas formas de prescrição comportamental, sendo que a carta também foi objecto de múltiplos usos literários. Depois, as listas de aconselhamento à leitura, as quais, transcendendo em muito anteriores directrizes aconselhadas para a educação dos príncipes, entraram no controlo do mercado do livro e dos seus circuitos mais internacionais, indo da conhecida censura inquisitorial às discussões sobre a leitura de livros de cavalarias do *Quijote*. Por último, haverá que colocar no mesmo plano tanto as listas de obras e de autores, formadas pelos catálogos da moda de bibliotecas ou pela bibliografia de León Pinelo, como as considerações literárias que sobre os mesmos escritores e suas respectivas obras existem nas diferentes Cortes de Apolo, de Lope de Vega ou Agostinho Manuel de Vasconcelos.²

Numa quinta e última dimensão, será necessário articular elementos diferentes, que divisões disciplinares recentes tornam opacos, mau grado os esforços empreendidos pela tão rica historiografia do *Siglo de Oro*. Refiro-me, antes de mais, ao modo como proliferaram os discursos arbitristas, suscitados em parte pela defesa de interesses individuais, mas também pela ambição em contribuir para mudar e racionalizar inúmeras funções do Estado em construção, tanto à escala da Península, como dos dois grandes impérios que faziam parte da monarquia espanhola. A integração desses mesmos programas políticos nos processos de tomada de decisão política a cargo dos conselhos, que se faz sentir com particular intensidade no tempo de Olivares, tinha-se já anteriormente feito sentir através de inúmeros ecos e modos de recriação literária, dos diálogos do *Soldado Prático* ao teatro espanhol, como demonstrou há muito no seu trabalho pioneiro Jean Vilar. A vastidão de assuntos e de objectos dos discursos arbitristas só encontra paralelo na proliferação, essa sim exclusivamente literária, do género de discursos vários, de miscelâneas de catalogação difícil, se não mesmo impossível. É que a mesma explosão de interesses, um sentido quase inesgotável de curiosidade e uma instabilidade própria da escrita de ensaios, de natureza mais ou menos fragmentada, que afecta a organização das miscelâneas, também

² Ver Agostinho Manuel de Vasconcelos, *Cortes polyticas de Appolo celebradas neste anno de 1628 na villa de Cintra. Resumidas, e divulgadas por mandado de S. Magestade clarissima pello excelentissimo Mercurio, embaixador, e interprete dos deoses e presidente do conselho de reformação serenissima*. Várias cópias deste manuscrito em português sobreviveram (na Biblioteca Nacional de Portugal, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e numa colecção privada), sem qualquer referência explícita ao nome do autor. É esse o caso, também, da cópia pertencente ao ANTT (*Casa Fronteira*, Cod. 21, fls. 67-109). Há, todavia, testemunhos onde se encontra uma referência explícita ao nome do autor (ver *Dicionário bibliográfico português*, vol. XXII). Para dissipar dúvidas relativas à autoria do texto, basta compará-lo com algumas passagens de um dos livros de Agostinho Manuel de Vasconcelos, *Vida de Don Duarte de Meneses, tercero conde de Viana y sucessos notables de Portugal en su tiempo* (Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1627).

se encontra numa apreciação geral dos discursos arbitristas. A ponto de se poder argumentar que o inventário sistemático, a construção de uma tipologia classificatória, mais concretamente uma bibliografia arrumada, são tudo operações que só poderão ser concebidas na contramão de todos os discursos vários e das miscelâneas que lhes são coevas. Última componente desta mesma quinta dimensão de carácter tão heterogéneo, evocada aqui telegraficamente: os modos de representação visual e teatral, que, a exemplo dos discursos anteriores arbitristas e miscelânicos, também se distribuem por temas tão diversos, denotando uma curiosidade tão vasta, e contribuem para criar novos espaços públicos de representação. Mais precisamente, o seu tratamento feito a par da análise de dois discursos escritos deverá contribuir para esbater as fronteiras, demasiado esquemáticas, embora inspiradas na tese de Jürgen Habermas, entre espaços de representação de grande impacto visual e simbólico e espaços de comunicação da conversação em salões e da escrita em jornais.

Aqui expostas de forma breve, estas cinco dimensões são sobretudo conjecturas, com o valor de hipóteses de trabalho, destinadas a pensar o contexto em que se insere o *Epitome de la Biblioteca* de León Pinelo, tomado como um dos traços indiciários da República das Letras na sua configuração ibérica da primeira metade do século XVII. De fora – ou mesmo em oposição a todos esses elementos de natureza muito variada e que a arrumação moderna em disciplinas não permite pensar no seu conjunto – ficam tanto os modos de organização da vida comunitária e familiar, como as instituições que assumiram o controlo da vida devota. Refiro-me, em sentido genérico, ao trabalho de identificação das relações de parentesco, concretizado na escrita de genealogias, bem como em modelos de vida mais orientados para a espiritualidade devota, organizada em função de crenças e rituais, procurando a transcendência e a depuração em relação aos inimigos. Confrarias, instituições de controlo eclesiástico, preocupadas sobretudo com a administração dos sete sacramentos, também se encontraram associadas a práticas específicas de escrita, indo dos manuais de confissão aos modelos de parenética e aos catecismos; dos relatórios de visitas aos processos inquisitoriais. Porém, a República das Letras, bem como a experiência das viagens acumulada por León Pinelo, encontram-se nos antípodas de tais formas de viver associado, bem como da lógica de escrita que lhes corresponde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CURTO, Diogo Ramada, “Notes on the history of European Colonial Law and Legal Institutions”, *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, vol. 33-34, n.º 1, 2004-2005, pp. 13-71
- HABERMAS, Jürgen, *Strukturwandel der Öffentlichkeit: Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1990 (1.ª ed., 1962; *A transformação estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Lumir Nahodil; rev. cient., introd. João Pissarra Esteves, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2012)
- LEÓN PINELO, Antonio de, *Discurso sobre la importancia, forma, y disposición de la Recopilación de Leyes de las Indias Occidentales... 1623*, ed. José Toribio Medina, Santiago de Chile, Fondo Historico y Bibliografico José Toribio Medina, 1956
- Epitome de la Biblioteca Oriental i Occidental, Nautica i Geografica [...] Por el Licenciado Antonio de Leon, Relator del Supremo i Real Consejo de las Indias*, Madrid, Iuan Gonzalez, 1629
- VILAR, Jean, *Literatura y economia: la figura satírica del arbitrista en el Siglo de Oro*, Madrid, Revista de Occidente, 1973

2

Corpos de livrarias,
livros viajantes

Entre Espagne et Italie, de quelques bibliothèques des vice-rois de Naples (XVI^e –XVII^e siècles)

Pierre Civil

Sorbonne Nouvelle, CRES/ LECEMO

En 1504, le royaume de Naples passait sous l'autorité directe de l'Espagne et devenait pour plus de deux siècles l'un des principaux piliers de la *Monarquía hispánica*. Cette longue période de la "Naples espagnole" a fait l'objet de considérations différenciées. Si l'historiographie italienne a d'abord souligné les conséquences néfastes d'une mainmise étrangère, les points de vue apparaissent aujourd'hui plus nuancés. Des publications récentes ont contribué à préciser le fonctionnement politique, social, religieux, économique, et, plus largement, le cadre culturel de la *Napoli fedelissima* au cours des XVI^e et XVII^e siècles¹. Ainsi, des ouvrages tels que *Entre Espagne et Italie, Naples carrefour de cultures*, ou encore, *Naples, vice-royauté espagnole, capitale de la culture aux origines de l'Europe moderne*², ont privilégié les influences mutuelles entre les deux péninsules, notamment dans les domaines artistiques et littéraires. L'opulente et fébrile capitale compta jusqu'à 400 000 habitants, "burocrática y señorial, cortesana y forense, artesana y mercantil, prieta de pueblo y de pobres, de imponentes palacios y lugares sagrados, de soldados y eclesiásticos", telle que l'a évoquée l'historien napolitain Giuseppe Galasso.³

¹ Voir en particulier la synthèse proposée par José Luis Colomer, "España, Nápoles y sus virreyes", in *España y Nápoles: coleccionismo y mecenazgo virreinales en el siglo XVII*, et parmi les approches historiques récentes, G. Galasso & C. J. Hernando Sánchez (éds.), *El reino de Nápoles y la Monarquía de España*; Giovanni Muto, "Capital y Corte en la Nápoles española" et "Una lenta decadencia..."; Rosario Villari, *Un sogno di libertà. Napoli nel declino di un Impero (1585-1648)*.

² Pierre Civil, A. Gargagno, M. Palumbo et E. Sánchez García (dir.), *Fra Italia e Spagna, Napoli crocevia di culture durante il vicereame*; M. Bosse et A. Stoll (dir.), *Napoli Vicereame spagnolo, una capitale della cultura alle origini dell'Europa moderna (sec. XVII-XVIII)*. Voir aussi José Luis Colomer (dir.), *España y Nápoles: coleccionismo y mecenazgo virreinales en el siglo XVII*; I. Mauro et alii (éds.), *Visiones cruzadas. Los virreyes de Nápoles y la imagen de la Monarquía de España en el Barroco, 1400-1800*.

³ Cité par J. L. Colomer, "España, Nápoles y sus virreyes", p. 28. De Giuseppe Galasso, voir le classique *Alla periferia dell'impero: il Regno di Napoli nel periodo spagnolo. Secoli XVI-XVII*.

Le gouvernement du royaume de Naples, comme celui du royaume de Sicile et de Sardaigne, était alors confié à des vice-rois nommés par le roi d'Espagne. Ces derniers appartenaient généralement à la haute aristocratie castillane et la durée de leurs mandats, de trois années en théorie, était le plus souvent reconduite ou prolongée. Des lignages illustres, comme celui des Toledo, des Lemos ou des Alba, ont compté plusieurs vice-rois de Naples⁴. La charge constituait en effet une sorte de sommet du *cursus honorum* des serviteurs de la *Monarquía católica*, comme en faisaient l'apologie des textes de l'époque tels que le *De lo que es la dignidad de virrey de Nápoles*⁵. La fonction était assurément une étape de carrière prestigieuse, parmi les plus *famosas*, au sens de génératrice de *fama*. De fait, la diversité des personnalités et la relative brièveté des mandats tendaient à particulariser les engagements de chacun et à marquer, avec plus ou moins d'éclat, le passage par la cité parthénoépéenne. L'immuable cérémonie de la transmission des pouvoirs assurait alors une certaine continuité sinon la parfaite cohésion des gouvernements successifs.⁶

Même si chaque vice-roi eût à gérer des situations spécifiques, notamment en termes de défense du *virreinato* par l'usage de la force militaire, ces *alter ego* du monarque espagnol furent, pour la plupart, de remarquables représentants d'une autorité royale dont le rigoureux cérémonial de cour et les brillantes manifestations publiques donnaient à voir toute la dimension symbolique⁷. De telles implications engendraient nécessairement une attention soutenue à l'expression

⁴ Sur les vice-rois de Naples, voir l'indispensable somme de Domenico Antonio Parrino, *Teatro eroico, e politico de' Governi de' Vicere del regno di Napoli, 1692-1694*. Parmi les études récentes sur le sujet, voir Carlos José Hernando Sánchez, "Los virreyes de la Monarquía española en Italia. Evolución y práctica de un oficio de gobierno"; Aurelio Musi (éd.), *L'Italia dei viceré. Integrazione e resistenza nel sistema Imperiale spagnolo*.

⁵ *De lo que es dignidad de Virrey de Nápoles*, B.N. Madrid, ms. 11004-10. Il s'agit d'un manuscrit anonyme de la fin du XVI^e siècle. "El cargo del gobierno de Nápoles es el primero de Europa y aun quizá del mundo [...] porque esta organizado de manera que en la persona del Virrey se junta la auctoridad del Príncipe y las acciones de los ministros..." peut-on lire dans une *Relación* rédigée par Alonso Fernández de Guevara à Naples, le 20 février 1646, adressée au nouveau vice-roi "antes de entrar a las cosas del gobierno...", B.N. de Naples, Ms. 12.XV.B33, f. 1, citation rapportée par C. J. Hernando Sánchez, "Los virreyes", p. 45.

⁶ Pour autant, dans les faits, les intérêts de la monarchie et les intérêts personnels des vice-rois furent parfois confondus ou conciliés avec des bonheurs divers. Quelques abus valurent à certains des remises au pas, voire de cruelles disgrâces. N'ont pas manqué non plus les surenchères, les polémiques et les rivalités entre les vice-rois, notamment lors des passations de pouvoir.

⁷ La question du cérémonial de la cour napolitaine fut au centre de bon nombre d'écrits de l'époque, parmi lesquels le texte de Miguel Díez de Aux, *Libro en que se trata de todas las ceremonias acostumbradas hazerse en el palatio del reino de Nápoles y del gobierno*, ou encore celui de Jusepe Renao, *Libro de los Virreyes y Manual mui necesario para el Officio de los Porteros de Cámara de su Excelencia* (BNE, ms. 2979).

formalisée du pouvoir, en même temps que le déploiement d'une culture visuelle axée sur la magnificence et l'exaltation de la grandeur de l'Espagne⁸. À travers les représentations artistiques et la rhétorique parfaitement huilée de la littérature encomiastique, le mécénat culturel se concevait comme un instrument de légitimation de la puissance espagnole.

I – COLLECTIONS DE LIVRES RÉUNIES À NAPLES

Les mécanismes du patronage artistique ont suscité de multiples études qui ont notamment mis en relief l'attrait que la cour du vice-roi exerçait sur les peintres et les graveurs italiens, mais aussi espagnols, flamands ou français: Giorgio Vasari, le Caravage et bien d'autres artistes séjournèrent et réalisèrent des œuvres de premier plan dans la Naples des XVI^e et XVII^e siècles⁹. Figure majeure de la peinture napolitaine entre 1616 et 1652, José de Ribera, connu comme *lo spagnoletto*, entretint avec le pouvoir espagnol des relations privilégiées¹⁰. Bon nombre de vice-rois eurent à cœur de s'entourer d'une cour littéraire composée de poètes, d'historiens et de dramaturges, qui mirent leur plume au service de l'exaltation de la *Monarquía hispánica*. Dans son étude sur la *Imprenta y cultura en la Nápoles virreinal: los signos de la presencia española*, Encarnación Sánchez García a répertorié de façon exhaustive les nombreux ouvrages publiés à Naples en langue castillane au cours de la période. Les conventionnelles dédicaces élogieuses au vice-roi ou à la vice-reine soulignent et pérennisent symboliquement une reconnaissance de légitimité et un lien de vassalité pleinement assumé entre le gouvernant et le créateur intellectuel, accordant ainsi aux livres et autres écrits imprimés une place centrale dans la politique culturelle de la vice-royauté. Les monographies qui ont récemment considéré le mécénat artistique de tel ou tel vice-roi font état de documents,

⁸ Parmi les travaux récents sur le sujet, Diana Carrio-Invernizzi, *El gobierno de las imágenes*, et Diego Sola, "En la corte de los virreyes. Ceremonial y práctica de gobierno en el virreinato de Nápoles (1595-1637)".

⁹ Sur les activités artistiques et parmi de nombreuses monographies, voir E. Belluci (dir.), *Civiltà del Seicento a Napoli*, catalogo della mostra di Napoli, Museo Nazionale di Capodimonte, et Nicola Spinosa, "La pittura a Napoli nel Seicento".

¹⁰ Sur le sujet, voir notamment Fernando Bouza, "De Rafael a Ribera y de Nápoles a Madrid. Nuevos inventarios de la colección Medina de las Torres-Stugliani (1641-1656)", note 14, p. 68; Marcus B. Burke, "Paintings by Ribera in the collection of the Duque de Medina de las Torres"; Antonio Ernesto Denunzio, "Alcune note inedite per Ribera e il collezionismo del duca di Medina de las Torres, viceré di Napoli"; Gabriele Finaldi, "Ribera, the Viceroy of Naples and the King. Some Observations on their Relations". Voir aussi John A. Marino, *Becoming Neapolitan: citizen culture in Baroque Naples*.

le plus souvent des inventaires ou des témoignages épistolaires, mettant en avant l'intérêt que ces hommes de grande culture ont manifesté pour le savoir livresque. Ces sources fragmentaires ne permettent que rarement d'avoir une idée très sûre de leur possession d'une bibliothèque privée ou de leur attachement, comme ce fut le cas de certains d'entre eux, à fonder ou à doter des bibliothèques destinées à un plus large public de lecteurs.

Pour éclairer un sujet qui n'a guère suscité d'approche synthétique, il convient de prendre en compte, sur un arc chronologique assez large, les informations permettant d'appréhender les pratiques et d'en interpréter les significations comme une modalité du pouvoir dont étaient détenteurs ces vice-rois. On ne saurait répondre ici aux questions inhérentes aux études traditionnelles sur les bibliothèques nobiliaires, à savoir celles relatives à leur conception, leur constitution, leur utilisation et usage, ou encore à l'évolution des fonds et à leur maintenance. Pour autant, ces collections de livres réunies à Naples, de façon le plus souvent provisoire et circonstancielle, n'en étaient pas moins des formes évidentes d'expression aristocratique.¹¹

Quelques cas significatifs en apportent confirmation. Ils concernent quatre vice-rois parmi les plus représentatifs de la fonction entre le XVI^e et la première moitié du XVII^e siècle et dont les mandats ont embrassé des époques distinctes de l'histoire de la Naples espagnole: Pedro Álvarez de Toledo, marquis de Villafranca, plus connu comme Pedro de Toledo (vice-roi de 1532 à 1553), Pedro Fernández de Castro, comte de Lemos (1610-1616), Manuel de Fonseca y Zúñiga, comte de Monterrey (1631-1637) et Ramiro Núñez de Guzmán, duc de Medina de las Torres (1637-1644), autant de figures de l'élite nobiliaire espagnole qui, en des temps et à des niveaux différents, manifestèrent un vif intérêt pour le livre et la culture livresque, faisant preuve parfois d'une véritable passion de bibliophile.

Naples l'érudite ne manquait pas de bibliothèques. Au XV^e siècle, le roi d'Aragon Alphonse le Magnanime s'était entouré d'une brillante cour humaniste et avait constitué dans une salle du Castel Nuovo une imposante bibliothèque de manuscrits¹². Au cours du XVI^e siècle, bon nombre d'institutions religieuses et d'académies napolitaines possédaient la leur, de même que plusieurs hommes de lettres et hauts dignitaires jouissaient de riches bibliothèques privées.

¹¹ Sur les bibliothèques au XVII^e siècle, voir, parmi d'autres nombreux travaux, O. Wood *et alii* (éds.), *Poder y saber. Bibliotecas y bibliofilia en la época del conde-duque de Olivares*, et Giovanni Lombardi, "Tipografia e commercio cartolibrario a Napoli nel Seicento".

¹² Voir José Alcina Franch, *La biblioteca de Alfonso V de Aragón en Nápoles*.

II – PEDRO ÁLVAREZ DE TOLEDO, MARQUIS DE VILLAFRANCA

Le vice-roi Pedro de Toledo prit ses fonctions à Naples, en 1532, lorsque l'empire de Charles Quint atteignait sans doute son apogée¹³. Cet homme de guerre de la Maison d'Albe n'en était pas moins ouvert aux arts et aux lettres, conformément à son appartenance à la plus haute aristocratie espagnole. Son gouvernement de vingt-et-une années fut l'un des plus longs que connut la vice-royauté, ce qui lui permit de mener d'une main de fer un ambitieux programme de rénovation de la gestion du royaume et de l'urbanisme de la ville de Naples, tout en jouant un rôle actif de promoteur de culture italo-espagnole, en réponse à l'opposition que manifestaient certains secteurs de la noblesse locale¹⁴. La protection et l'amitié qu'il accorda au poète italien Luigi Tansillo, prompt à célébrer la gloire du vice-roi et de sa cour, ainsi qu'au poète tolédan Garcilaso de la Vega, lors du séjour de ce dernier dans la capitale du royaume, témoignent de son vif intérêt pour la poésie de son temps. Les inventaires de biens dressés après sa mort en 1553 font état de l'opulence de son train de vie. On conserve un répertoire de 175 livres de sa bibliothèque personnelle, précieux document qui a été analysé de façon détaillée¹⁵. Les ouvrages mentionnés, parfois difficiles à identifier, ne représentent peut-être pas la totalité des titres possédés mais la liste n'en est pas moins indicative de ses goûts intellectuels et de sa curiosité autant que de l'efficacité de certains critères politiques et idéologiques. On y relève 89 ouvrages en castillan, 56 en latin et 25 en italien. Il est tout à fait probable que l'important noyau de la bibliothèque avait voyagé depuis l'Espagne mais il est évident qu'une importante quantité de volumes, ceux édités après 1540, a été acquise en Italie. Les préférences du vice-roi vont clairement aux traditionnels livres de chevalerie, à la poésie de cour, aux chroniques historiques médiévales, aux ouvrages techniques et professionnels, portant notamment sur l'art de la guerre, ainsi qu'aux traités doctrinaires, bien que la matière religieuse n'y soit pas la mieux représentée. Figurent, par exemple, la *Historia general y natural de las Indias* de Gonzalo Fernández de Oviedo, l'*Espejo del principe cristiano* de Francisco de Monzón, ouvrage publié à Lisbonne en 1544, les principales œuvres de l'Antiquité classique, mais aussi des éditions de Pétrarque, Juan de Mena, Garcilaso et Boscán ou encore le *Cortegiano* de Baldassare Castiglione. De cet ensemble éclectique

¹³ Sur Pedro de Toledo, voir le récent E. Sánchez García (dir.), *Rinascimento meridionale, Napoli e il viceré Pedro de Toledo (1532-1553)*.

¹⁴ Voir l'étude de C. J. Hernando Sánchez, *Castilla y Napóles en el siglo XVI. El virrey Pedro de Toledo. Linaje, estado y cultura (1532-1553)*.

¹⁵ C. J. Hernando Sánchez, "Poder y cultura en el Renacimiento napolitano: la biblioteca del virrey Pedro de Toledo".

on relève sans peine le pragmatisme qui caractérise la personnalité du vice-roi, en prise avec les réalités de sa charge, mais plus encore et au-delà d'un équilibre convenu entre tradition et modernité, la rencontre nécessaire entre les cultures espagnoles et italiennes, reflet de la cour raffinée et cosmopolite du Marquis de Villafranca, Pedro de Toledo. On ignore si à la mort de ce dernier, en 1553, la bibliothèque fut envoyée en Espagne; il est plus vraisemblable qu'elle échut à ses descendants demeurés en Italie.

III – PEDRO FERNÁNDEZ DE CASTRO, COMTE DE LEMOS

Pedro Fernández de Castro, VII^e comte de Lemos, est connu avant tout dans l'histoire de la littérature comme le mécène le plus important du début du XVII^e siècle, âge d'or des lettres espagnoles¹⁶. Il eut pour secrétaire Lope de Vega, fut célébré par des vers de Góngora, protégea Francisco de Quevedo et fut mis à l'honneur par Cervantès qui lui dédia, en des pages restées fameuses, l'essentiel de ses livres, notamment ceux publiés après 1610. Lemos lui-même fut d'ailleurs à ses heures poète et auteur de textes de théâtre.

Neveu du tout-puissant favori de Philippe III, le duc de Lerma, le comte épousa la fille de ce dernier, Catalina de la Cerda y Sandoval, sa propre cousine. Ceci expliquant cela, il fut aussi un homme de pouvoir actif à divers postes éminents dans le domaine de la politique internationale de la *Monarquía hispánica*. Nommé vice-roi de Naples en 1609, comme l'avait été son propre père entre 1599 et 1601, il rejoignit son poste en 1610 emmenant avec lui depuis le port de Vinaroz, près de Valence, des artistes, des hommes de sciences et des philosophes mais aussi des figures du monde littéraire comme les frères Argensola, le Conde de Villamediana, le comédiographe Mira de Amescua et quelques religieux, dont le franciscain Diego de Arce, qui fut aussi son confesseur. Pedro Fernández de Castro devait alors susciter, semble-t-il, un certain dépit chez ceux qui, malgré leurs espoirs, ne firent pas partie du voyage, notamment Cervantès et Góngora. La cour de Naples, telle qu'elle avait été institutionnalisée par ses prédécesseurs comme l'expression majeure du pouvoir vice-royal, devint plus que jamais un lieu de fêtes brillantes et de représentations théâtrales, d'échanges intellectuels et scientifiques. Le comte appuya par exemple la fondation, par Giovan Battista

¹⁶ Sur le comte de Lemos, voir Isabel Enciso Alonso-Muñumer, *Nobleza, poder y mecenazgo en tiempos de Felipe III: Nápoles y el Conde de Lemos*, et *Linaje, poder y cultura. El virreinato de Nápoles a comienzos del XVII. Pedro Fernández de Castro, VII conde de Lemos*. Voir aussi Morgane Kappès, *Le mécénat littéraire du septième comte de Lemos (1576-1622)*.

Manso, de la prestigieuse *Academia degli Oziosi* dont firent partie les élites napolitaines mais aussi espagnoles, alors établies à Naples. Collectionneur avisé d'œuvres d'art, il s'entoura de livres en tout genre, sans que l'on soit autrement plus informé sur la forme que prit concrètement sa bibliothèque personnelle ni sur son contenu, même si, comme il était d'usage, plusieurs ouvrages publiés à Naples lui furent expressément dédiés. Les dédicaces émanant du poète ou du savant consacraient alors le prince comme l'inspirateur par excellence de leurs œuvres¹⁷. Plus qu'une simple bibliothèque nobiliaire, elle était de fait une véritable bibliothèque princière, le vice-roi faisant office de substitut du monarque espagnol. Elle concentrait dès lors le meilleur de la production écrite, proclamant hautement sa double fonction, utilitaire et représentative.

Pour la connaissance de son contenu, on ne dispose que de documents tardifs et fragmentaires, tel cet inventaire de 1628 d'une donation de 202 livres faite au couvent de Santa Clara de Monforte de Lemos par la veuve du vice-roi. Des témoignages de la période napolitaine avançaient un chiffre de 2000 ouvrages qu'aurait alors possédés le comte. Les livres répertoriés en 1628 attestent l'inspiration classique et italienne qui présida à la constitution de la bibliothèque: on y relève des dictionnaires, des livres de grammaire et d'apprentissage de la langue italienne, accompagnant les œuvres majeures de Dante, Boccace, Pétrarque, Sannazaro, Marsile Ficin, mais aussi du Tasse, Bandello ou Giralddi, sans doute la part des lectures personnelles du couple vice-royal.

Lemos fut aussi un réformateur avisé du royaume dans de multiples domaines. Il n'est pas dénué d'intérêt de relever qu'il entreprit une réforme ambitieuse de l'Université de Naples, dotant celle-ci d'un nouveau bâtiment construit hors les murs, avec des règles précises de fonctionnement et d'organisation des études, et d'une bibliothèque universitaire, au cœur même de l'édifice, conçue sur le modèle de celle de Salamanque¹⁸. Les chroniqueurs propagandistes napolitains rappelaient que, sous l'impulsion de Lemos lui-même, "si aveva disegnato di più in una gran stanza una famosa libreria dove fosse stato lecito a tutti di studiare", une bibliothèque pourvue comme il se devait "di una quantità bastante di libri di tutte le scienze". Elle était placée sous la direction d'un bibliothécaire, "un libraio molto intelligente ed esperto in libri, il quale terrà pensiere di tenere detti libri politi e senza polvere, posti in ordine". La *Pragmática* en question précisait aussi les règles d'usage, les jours et horaires d'ouverture, les contrôles et les soins à apporter aux livres. La nouvelle Université, pas encore achevée, fut inaugurée

¹⁷ Voir Roger Chartier, "Le Prince, la bibliothèque et la dédicace".

¹⁸ Sur la bibliothèque et sa constitution, voir Vincenzo Trombetta, *Storia della Biblioteca Universitaria di Napoli*, et Isabel Enciso Alonso-Muñumer, *Linaje, poder y cultura. El virreinato de Nápoles*, pp. 157-176.

le 14 juin 1615. Sans doute le fond initial fut-il pourvu par le vice-roi lui même qui allait quitter Naples pour l'Espagne quelques mois plus tard. Il était prévu de l'amplifier par des achats et d'éventuels dons privés.

Il est tout aussi probable que soit intervenu, dans le processus de création de cette bibliothèque "publique" ou spécialisée pour l'étude, le franciscain Diego de Arce, confesseur du vice-roi et de la vice-reine, qui semble avoir fait office de bibliothécaire à la cour de Naples¹⁹. Diego de Arce était l'auteur d'un traité rédigé en Espagne, demeuré manuscrit jusqu'au XIX^e siècle, au titre tout à fait éloquent²⁰: *De las librerías, de su antigüedad y su provecho, de su sitio, de la estimación que de ellas deben hacer las repúblicas y de la obligación de los principes, assi seglares como eclesiásticos, tienen de fundarlas, aumentarlas y conservarlas*.

À l'évidence, le passage du comte de Lemos par la vice-royauté de Naples marqua un temps fort des relations politiques mais aussi culturelles entre l'Espagne et l'Italie, comme en témoigne l'importance de la circulation des livres et des œuvres d'art sur la période. Il fut bénéfique à la production artistique et littéraire, notamment dans les domaines de la poésie et du théâtre. La mise en relation des deux cultures s'y traduisit plus concrètement à travers le contact des poètes espagnols avec les œuvres de Marino ou de Basile, celui des penseurs avec les thèses de Tommaso Campanella, des auteurs de *comedias* avec le théâtre populaire napolitain. Un jeu d'échanges quelque peu asymétrique devait contribuer à façonner durablement une image idéale de la ville de Naples et de son royaume aux yeux des Espagnols.

IV – MANUEL DE FONSECA Y ZÚÑIGA, COMTE DE MONTERREY

Le remarquable Manuel de Fonseca y Zúñiga, VI^e comte de Monterrey, assura le gouvernement du royaume de Naples de 1631 à 1637. Son mandat fut dans la tonalité de celui de ses prédécesseurs au niveau des activités de représentation, de mécénat littéraire et artistique.²¹

¹⁹ Sur Diego de Arce, voir Juan Meseguer Fernández, "La bibliofilia del P. Diego de Arce y la biblioteca de San Francisco de Murcia"; Francisco Henares Díaz, "El franciscano Diego de Arce, predicador, calificador del Santo Oficio", ainsi que le récent travail de Roberto Mondola sur les activités de Diego de Arce à Naples, "Erudizione, bibliofilia e confessionalizzazione nella Napoli del conte di Lemos: il caso di Diego de Arce".

²⁰ L'opuscule du franciscain Diego de Arce, rédigé en Espagne bien avant le séjour napolitain, est un éloge des bibliothèques qui passe en revue des exemples connus, depuis l'Antiquité jusqu'au XVI^e siècle. Le texte resta manuscrit jusqu'à la fin du XIX^e siècle. Il fut publié sous son titre original en 1888.

²¹ Monterrey fut un important mécène et collectionneur de peinture, pourvoyeur de tableaux pour Philippe IV et admirateur de Ribera, dont il acquit plusieurs œuvres. Il avait épousé une sœur du comte-duc d'Olivarès qui, lui même, avait épousé une sœur du comte de Monterrey.

Le 18 mai 1637, Felipe IV adressait un courrier au comte de Monterrey le priant d'envoyer à Madrid plusieurs exemplaires de livres édités à Naples au cours des années précédentes²². Le monarque demandait par ailleurs que Fulvio Lanario, "Advogado fiscal del Patrimonio de esse Reyno", fût chargé de collecter les livres en question et de les adresser à Barcelone:

... a Francisco y Juan Antonio Gorgollón o a Pelegro Verarde correspondientes de Juan Pedro Imbonati hombre de negocios en esta Corte a cuyo cargo está el dinero de los gastos de este Consejo de quien tendrán aviso para que los reciban y remitan aquí. Y assí os encargo y mando proveais y deis la orden que convenga al dicho fiscal Lanario.

Il s'agissait de faire parvenir "treze cuerpos de libros de cada impresión nueva que en esse Reyno se hiziere demás de los que en el se han de dar a mi virrey y Regentes de mi Consejo Collateral y secretario desse Reyno". Une loi récente contraignait en effet les éditeurs de Naples à remettre aux autorités des exemplaires de tout livre imprimé dans le royaume, une procédure pionnière de l'actuel dépôt légal.

À la réception de cet ordre du roi, Monterrey se mit en devoir de l'exécuter et confia à Lanario la charge de réunir les livres en question. Ce dernier organisa la collecte et s'acquitta de sa mission en plusieurs livraisons. On envoya alors, en quinze caisses, huit exemplaires de chacun des 171 livres concernés (soit un total de 1368), édités à Naples sur la période²³. Parmi les exemplaires arrivés à Madrid, un au moins rejoignit la bibliothèque de l'Escorial, tandis que d'autres semblent avoir été répartis entre différents membres du Conseil d'Italie, comme cela se pratiquait au Conseil de Castille.

En ce qui concerne la bibliothèque personnelle de Monterrey, on ne dispose que de rares informations. Lorsque moururent le comte et la comtesse, on ne fit pas un véritable inventaire de leurs livres; on dressa seulement une liste de ceux qui étaient conservés dans leur résidence du Prado de San Jeronimo, à Madrid, un total de 259 volumes. Il est vraisemblable qu'une large part de cet ensemble avait été acquise en Italie. Des livres comportant les armes du comte de Monterrey se trouvent aujourd'hui dispersés dans diverses bibliothèques madrilènes.

²² Ce courrier du roi Philippe IV à Monterrey est rapporté et commenté par Ángel Rivas Albaladejo, *Entre Madrid, Roma y Nápoles. El VI conde de Monterrey y el gobierno de la Monarquía Hispánica (1621-1653)*, pp. 557-558. Sur la production des livres à Naples sous le mandat de Monterrey, voir particulièrement les pages 542-557.

²³ La requête concernait des ouvrages publiés récemment, entre 1624 et 1637.

V – RAMIRO NÚÑEZ DE GUZMÁN, DUC DE MEDINA DE LAS TORRES

Succéda au comte de Monterrey, Ramiro Núñez Felípez de Guzmán, duc de Medina de las Torres, gendre du comte-duc d'Olivares, le favori de Philippe IV. Lui aussi s'était distingué en Espagne par la protection qu'il accorda aux hommes de lettres et aux artistes²⁴. Il arriva à Naples en 1637 accompagné du poète et mathématicien portugais d'origine converse, Miguel de Silveira, qui prenait ainsi quelque distance avec la menace que représentait pour lui l'Inquisition espagnole²⁵. En parfait poète courtisan, Silveira rédigea des poèmes d'éloge, des discours épидictiques ainsi que des compositions épiques, tels que *El sol vencido*, glorifiant le re-mariage du duc avec Ana Carafa Gonzaga, mariage qui liait ce dernier à l'une des plus puissantes et prestigieuses familles italiennes. Il composa surtout les vingt chants de son œuvre la plus connue, *El Macabeo poema heroico*, centré sur le personnage biblique de Judas Maccabée et sur la restauration de Jérusalem. L'ouvrage fut édité en espagnol à Naples en 1638 et dédié au vice-roi.²⁶

Ce poème, riche d'allusions à la cour napolitaine et à ses événements marquants, évoque, notamment en forme *d'ecphrasis*, les fameuses collections de cartes géographiques qui ornaient alors la bibliothèque du duc. La superbe page de titre propose la traditionnelle composition architecturale en forme d'arc de triomphe, accordant une place de choix aux armes du duc et de son épouse, sous la couronne et le bandeau portant l'inscription *Philip IV munificentia*, signifiant ainsi que l'édition avait été prise en charge par le roi lui-même. Les deux allégories représentent la justice, à gauche, et une figure plus rare, à droite, celle des mathématiques. Dans la partie supérieure, deux statues: l'une arborant l'inscription *natura ducente* et l'autre *arte perficiente*, renvoyant à l'idée que l'œuvre a été guidée par la nature et perfectionnée par l'art. Enfin, deux emblèmes sur le socle lui-même représentant un chien à l'ombre d'un arbre (symbole de la protection

²⁴ Sur le vice-roi Medina de las Torres, voir, d'Encarnación Sánchez García, "*Aplicossi a render immortale la sua memoria nel Regno. El virrey Medina de las Torres en Nápoles (1636-1644)*"; "Il viceré Medina de las Torres a Napoli: decoro del lignaggio e avanguardia culturale", notamment le chapitre "Medina de las Torres bibliofilo"; "Ocultamiento y ostentación del virrey de Nápoles Medina de las Torres".

²⁵ Sur le personnage et son œuvre, voir Mercedes Blanco, "La ley con fuego escrita: acerca de *El Macabeo* de Miguel de Silveira", et Encarnación Sánchez García, "Épica barroca y nuevas teorías cosmológicas: *El Macabeo* de Miguel de Silveira (Nápoles, Egidio Longo, 1638)".

²⁶ Miguel de Silveira publia à Naples trois de ses œuvres majeures tandis qu'il occupait les fonctions de médecin du vice-roi Ramiro Felípez de Guzmán, duc de Medina de las Torres: *El Macabeo*, poema heroico (Naples, Egidio Longo, 1638); *El Sol vencido*, poema heroico (Naples, Egidio Longo, 1639); *Parténope Ovante* (Naples, Egidio Longo, s. d.), un éloge du vice-roi.

qui incombe au duc) et, sur la droite, un soleil et une fleur, allusion à un passage des *Métamorphoses* d'Ovide sur le mythe de Clizia transformée en héliotrope qui suit le mouvement du soleil. La gravure exalte ainsi la figure du vice-roi dans ses fonctions de gouvernant mais aussi dans ses goûts intellectuels, que partageait assurément le poète portugais.



Miguel Silveira, *El Macabeo poema heroico*, Naples, Egidio Longo, 1638.

À son arrivée à Naples, Medina de las Torres avait transporté depuis Madrid sa bibliothèque personnelle, qu'il devait enrichir considérablement par la suite. Il acquit des livres rares auprès des libraires napolitains et annexa plusieurs collections italiennes, dont la fameuse *biblioteca sabbionetana* de Vespasiano Gonzaga, héritage de la famille de son épouse. La bibliothèque du vice-roi devint alors l'une des plus importantes et des plus fameuses de la péninsule, placée sous la tutelle d'un surintendant, Giovanbattista Montalbano della Fratta²⁷. Les ouvrages furent tous luxueusement reliés, la plupart en maroquin rouge avec les armes et l'emblème personnel du duc, la devise *Revoluta focundant* et une voûte céleste étoilée de laquelle naissent des plantes et des fleurs. Dans les bibliothèques qui en conservent des exemplaires, ces volumes sont aujourd'hui connus sous le nom de *medine*.

Le vice-roi acheta aussi des livres précieux destinés au roi Philippe IV. On a souligné l'abondance des ouvrages scientifiques ou pseudo-scientifiques qu'il avait réunis, conformément à son goût personnel pour l'étude du cosmos, pour les mathématiques et l'astronomie, aspects dont se nourrit aussi le *Macabeo* que lui dédia Miguel Silveira. Le mécénat²⁸ du vice-roi Medina favorisait tout particulièrement la poésie héroïque à vocation scientifique, en prise avec les avancées de l'époque dans un domaine alors très contrôlé par les autorités religieuses.

Lorsque le duc quitta ses fonctions en 1644, il n'emporta pas immédiatement sa bibliothèque, qui demeura à Naples jusqu'en 1649, date à laquelle les quelques 7000 volumes furent transportés en Espagne dans 67 caisses. Sans doute n'était-elle pas au complet, car un certain nombre de ces *medine* se retrouvent aujourd'hui dans les bibliothèques napolitaines. À la mort de Medina de las Torres en 1668, la bibliothèque se composait encore de 5000 *cueros*, terme en vigueur dans les inventaires, dont 420 manuscrits ainsi que la précieuse collection de cartes. L'inventaire *post mortem* ne précise pas les titres et se limite à donner le nombre de volumes par armoires et par étagères. Un recensement de ces ouvrages, aisément reconnaissables à leur reliure, pourrait aider à la reconstitution de l'une des plus remarquables bibliothèques privées de l'époque dont bien des livres franchirent par deux fois la Méditerranée.

²⁷ Voir Alfonso Miola, "Una ignota biblioteca di un viceré di Napoli, rintracciata nei suoi sparsi avanzi".

²⁸ Voir Filomena Viceconte, *Il duca de Medina de las Torres (1600-1668) tra Napoli e Madrid: mecenatismo artistico e decadenza della monarchia*; Milena Viceconte, "No hay más que ver en el mundo: I panni ricamati del duca di Medina de las Torres da Napoli a Madrid".

VI – BIBLIOTHÈQUES ET *INSTRUMENTA REGNI*

Dans l'atmosphère de haute culture qui caractérisait la vice-royauté de Naples, les bibliothèques "voyageuses" s'affirmaient ainsi comme des *instrumenta regni* propres à glorifier la pratique du pouvoir. De tels ensembles de livres, étroitement liés à la personnalité de leur possesseur, n'en relevaient pas moins du système institutionnalisé du patronage littéraire et, au-delà, de la mise en valeur des activités artistiques. Ils déterminaient des espaces de représentation et des stratégies culturelles, témoignant du souci d'accorder les cultures espagnoles et italiennes, tout en mettant en relief des fonctions multiples, privées ou publiques²⁹. Reste cependant posée la question de leur accès et de leur finalité, et donc de leur statut réel entre bibliothèque personnelle et bibliothèque ouverte à la consultation.

Dans son célèbre *Avis pour dresser une bibliothèque*, publié en 1627³⁰, Gabriel Naudé déclarait, un peu dans l'esprit du traité de Diego de Arce, qu' "il n'y a aucun moyen plus honnête et assuré pour acquérir une grande renommée parmi les peuples que de dresser de belles et magnifiques bibliothèques pour après les vouer et consacrer à l'usage du public". Le rapprochement des cas et des pratiques qui ont été ici examinées engage à l'évidence un commun dénominateur³¹: la référence au modèle de la bibliothèque nobiliaire, paradigme dominant dans l'Europe de la période moderne, mais qui, dans la situation spécifique des vice-rois de Naples, offrait un certain nombre de nuances ou de variations l'orientant aussi vers la bibliothèque d'apparat.

En premier lieu, la pratique du mécénat littéraire, mise en œuvre à différents niveaux, accordait au livre publié en espagnol à Naples un prestige rejailissant sur la personne du gouvernant et sur la cour de lettrés qui lui servait d'écrin. Si la plupart des ensembles de livres qui ont été considérés paraissent avoir été constitués en Espagne et transportés jusqu'en Italie, le rapprochement et le contact avec la culture napolitaine a contribué à enrichir et à développer certains domaines par l'adjonction d'ouvrages italiens, en particulier la poésie d'éloge, les livres d'histoire et les traités scientifiques et politiques. Il resterait à

²⁹ Sur la question, voir C. J. Hernando Sánchez, "Idea y realidad de una corte periférica en el Renacimiento", in L. C. Álvarez Santaló et M. C. Cremades (éds.), *Mentalidad e ideología en el Antiguo Régimen*.

³⁰ Gabriel Naudé, *Avis pour dresser une bibliothèque*, 1627, cité par Roger Chartier, *Culture écrite et société. L'ordre des livres (XIV^e-XVIII^e siècle)*, p. 84.

³¹ Ce travail ne saurait prétendre à l'exhaustivité. Il constitue une première approche à compléter à partir de sources d'archives et à amplifier avec les cas, certains non moins intéressants, d'autres vice-rois de Naples.

évaluer plus précisément la portée du phénomène dès lors que les bibliothèques personnelles des vice-rois revenaient en Espagne³². Celles-ci sont aussi le reflet de rapports complexes entre les deux péninsules, placés sous le signe supérieur des enjeux politiques. Enfin, se fait jour un certain souci du bien commun et d'effets de sociabilité qui tendent à redéfinir une culture livresque et un rapport aux savoirs, globalement limités à une élite cultivée. Pour l'exprimer à travers une belle assertion de Roger Chartier: "la bibliothèque se mue en un miroir où se reflète l'absolue puissance du Prince"³³, mais, au-delà de ses fonctions de représentation, il n'est peut-être pas inopportun de relever aussi, dans le cadre d'un usage exclusivement privé, le goût personnel de tel ou tel vice-roi et sans doute le principe partagé du plaisir de lecture.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

MANUSCRITS

De lo que es dignidad de Virrey de Nápoles, Biblioteca Nacional de España, ms. 11004-10

DÍEZ DE AUX, Miguel, *Libro en que se trata de todas las ceremonias acostumbradas hazerse en el palatio del reino de Nápoles y del gobierno, edificios y memorias hechas por los virreyes desde el Gran Capitán a esta parte*, Biblioteca Nacional de España, ms. 2979

RENAO, Jusepe, *Libro de los Virreyes y Manual mui necesario para el Officio de los Portereros de Cámara de su Excelencia*, Biblioteca Nacional de España, ms. 2979

IMPRIMÉS

ARCE, Diego de, *De las librerías, de su antigüedad y su provecho, de su sitio, de la estimación que de ellas deben hacer las republicas y de la obligación de los principes, assi seglares como eclesiasticos, tienen de fundarlas, aumentarlas y conservarlas*, Madrid, Biblioteca Nacional, 1888

BELLUCI, E. (dir.), *Civiltà del Seicento a Napoli*, catalogo della mostra de Napoli, Museo Nazionale di Capodimonte, 2 vols., Naples, Electa, 1984

BLANCO, Mercedes, "La ley con fuego escrita: acerca de *El Macabeo* de Miguel de Silveira", in E. Sánchez García (dir.), *Lingua spagnola e cultura ispanica a*

³² Il est entendu que la culture italienne livresque pénètre en Espagne par bien d'autres canaux, mais les relations politiques avec le royaume de Naples et l'activité des vice-rois furent, à cet égard, déterminantes.

³³ R. Chartier, "Le prince, la bibliothèque et la dédicace", p. 220.

- Napoli fra Rinascimento e Barocco. Testimonianze a stampa*, Naples, Tullio Pironti Editore, 2013, pp. 293-353
- BOSSE, M. & Stoll, A. (dir.), *Napoli Vicereame spagnolo, una capitale della cultura alle origini dell'Europa moderna (sec. XVII-XVIII)*, 2 vols., Naples/Kassel, Vivarium/Reichenberger, 2001
- BOUZA, Fernando, "De Rafael a Ribera y de Nápoles a Madrid. Nuevos inventarios de la colección Medina de las Torres-Stugliani (1641-1656)", *Boletín del Museo del Prado*, tome 27, 2009, pp. 44-71
- BURKE, Marcus B., "Paintings by Ribera in the collection of the Duque de Medina de las Torres", *The Burlington Magazine*, CXXXI, 1989, pp. 132-136
- CARRIO-INVERNIZZI, Diana, *El gobierno de las imágenes. Ceremonial y mecenazgo en la Italia española de la segunda mitad del siglo XVII*, Madrid/Francfort, Iberoamericana/Vervuert, 2008
- CHARTIER, Roger, *Culture écrite et société. L'ordre des livres (XIV^e-XVIII^e siècle)*, Paris, Albin Michel, 1996
- CHARTIER, Roger, "Le Prince, la bibliothèque et la dédicace", in M. Baratin et C. Jacob (dir.), *Le pouvoir des bibliothèques. La mémoire des livres en Occident*, Paris, Albin Michel, 1996, pp. 204-223
- CIVIL, Pierre & GARGANO, A. & PALUMBO, M. & SÁNCHEZ GARCÍA, E. (dir.), *Fra Italia e Spagna, Napoli crocevia di culture durante il vicereame*, Naples, Liguori, 2011
- COLOMER, José Luis, "España, Nápoles y sus virreyes", in *Idem* (dir.), *España y Nápoles: coleccionismo y mecenazgo virreinales en el siglo XVII*, Madrid, Centro de Estudios Europa Hispánica, 2009, pp. 13-38
- DENUNZIO, Antonio Ernesto, "Alcune note inedite per Ribera e il collezionismo del duca di Medina de las Torres, viceré di Napoli", in J. Martínez Millán, M. Rivero Rodríguez (dir.), *Centros de poder italianos en la monarquía hispánica (siglos XV-XVIII)*, vol. II, Madrid, Ediciones Polifemo, 2010, pp. 1981-2003
- ENCISO ALONSO-MUÑUMER, Isabel, *Linaje, poder y cultura. El virreinato de Nápoles a comienzos del XVII. Pedro Fernández de Castro, VII conde de Lemos*, thèse doctorale, dirigée par J. Alcalá Zamora, Universidad Complutense de Madrid, 2002
- ENCISO ALONSO-MUÑUMER, Isabel, *Nobleza, poder y mecenazgo en tiempos de Felipe III: Nápoles y el Conde de Lemos*, Madrid, Actas, 2007
- FERNÁNDEZ MESEGUER, Juan, "La bibliofilia del P. Diego de Arce y la biblioteca de San Francisco de Murcia", *Murgetana*, 38, 1972, pp. 5-32
- FINALDI, Gabriele, "Ribera, the Viceroy of Naples and the King. Some Observations on their Relations", in José Luis Colomer (éd.), *Arte y*

- Diplomacia de la Monarquía Hispánica en el siglo XVII*, Madrid, Fernando Villaverde/Casa de Velázquez, 2003, pp. 379-387
- FRANCH, José Alcina, *La biblioteca de Alfonso V de Aragón en Nápoles*, 2 vols., Valence, Generalitat Valenciana, 2003
- GALASSO, Giuseppe, *Alla periferia dell'impero: il Regno di Napoli nel periodo spagnolo. Secoli XVI-XVII*, Turin, Giulio Einaudi, 1994
- GALASSO, G. & HERNANDO SÁNCHEZ, C. J., (éds.), *El reino de Nápoles y la Monarquía de España. Entre agregación y conquista (1485-1535)*, Madrid, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2004
- HENARES DÍAZ, Francisco, "El franciscano Diego de Arce, predicador, calificador del Santo Oficio", *Revista de la Inquisición*, 8, 1999, pp. 219-273
- HERNANDO SÁNCHEZ, C. J., "Poder y cultura en el Renacimiento napolitano: la biblioteca del virrey Pedro de Toledo", *Cuadernos de Historia Moderna*, 9, 1988, pp. 13-33
- HERNANDO SÁNCHEZ, C. J., "Idea y realidad de una corte periférica en el Renacimiento. Aproximación a la dialéctica público-privado del poder virreinal en Nápoles durante la primera mitad del siglo XVI", in L. C. Álvarez Santaló & C. M. Cremades (éds.), *Mentalidad e ideología en el Antiguo Régimen*, Murcie, Universidad de Murcia, 1993, pp. 261-277
- HERNANDO SÁNCHEZ, C. J., *Castilla y Nápoles en el siglo XVI. El virrey Pedro de Toledo. Linaje, estado y cultura (1532-1553)*, Valladolid, Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 1994
- HERNANDO SÁNCHEZ, C. J., "Los virreyes de la Monarquía española en Italia. Evolución y práctica de un oficio de gobierno", *Studia Historica, Historia moderna*, 26, 2004, pp. 43-73
- KAPPÈS, Morgane, *Le mécénat littéraire du septième comte de Lemos (1576-1622). Grandeur et asservissement de la création littéraire en Espagne au début du XVII^e siècle*, thèse de doctorat sous la direction de P. Civil, Université Sorbonne Nouvelle-Paris III, 2004
- LOMBARDI, Giovanni, "Tipografia e commercio cartolibrario a Napoli nel Seicento", *Studi Storici*, 39, 1, 1998, pp. 137-160
- MARINO, John A., *Becoming Neapolitan: citizen culture in Baroque Naples*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2011
- MAURO, I. & VICECONTE, M. & PALOS, J.-L. (éds.), *Visiones cruzadas. Los virreyes de Nápoles y la imagen de la Monarquía de España en el Barroco, 1400-1800*, Barcelone, UBE, 2018
- MIOLA, Alfonso, "Una ignota biblioteca di un viceré di Napoli, rintracciata nei suoi sparsi avanzi", *Bollettino del Bibliofilo*, CIX, 1918-1919, pp. 81-93

- MONDOLA, Roberto, “Erudizione, bibliofilia e confessionalizzazione nella Napoli del conte di Lemos: il caso di Diego de Arce”, in R. Mondola (dir.), *Manso, Lemos, Cervantes, Letteratura, arti e scienza nella Napoli del primo seicento*, Naples, Tullio Pironti, 2018, pp. 87-110
- MUSÍ, Aurelio, *L'Italia dei viceré. Integrazione e resistenza nel sistema Imperiale spagnolo*, Naples, Avagliano Editore, 2000
- MUTO, Giovanni, “Capital y Corte en la Nápoles española”, *Reales Sitios*, 158, 2003, pp. 3-15
- MUTO, Giovanni, “Una lenta decadenza: il Regno di Napoli e la monarchi degli ‘Austrias’ durante la seconda metà del XVII secolo”, *Estudis: Revista de història moderna*, 33, 2007, pp. 9-26
- NAUDÉ, Gabriel, *Advis pour dresser une bibliothèque présenté à Monseigneur le Président de Mesme*, Paris, François Targa, 1627
- PARRINO, Domenico Antonio, *Teatro eroico, e politico de' Governi de' Vicere del regno di Napoli*, Naples, Parrino e Mutii, 1692-1694
- RIVAS ALBALADEJO, *Entre Madrid, Roma y Nápoles. El VI conde de Monterrey y el gobierno de la Monarquía Hispánica (1621-1653)*, thèse de doctorat dirigée par Joan Lluís Palos Peñarroya, Université de Barcelone, 2015
- SÁNCHEZ GARCÍA, Encarnación, *Imprenta y cultura en la Nápoles virreinal: los signos de la presencia española*, Florence, Alinea, 2007
- SÁNCHEZ GARCÍA, E. (dir.), *Rinascimento meridionale, Napoli e il viceré Pedro de Toledo (1532-1553)*, Naples, Tullio Pironti, 2016
- SÁNCHEZ GARCÍA, E., “Épica barroca y nuevas teorías cosmológicas: *El Macabeo* de Miguel de Silveira (Nápoles, Egidio Longo, 1638)”, in P. Laskaris et P. Pintacuda (éds.), *Intorno all'epica ispanica*, Pavie, Ibis, 2016, pp. 103-120
- SÁNCHEZ GARCÍA, E., “*Aplicossi a render immortale la sua memoria nel Regno*. El virrey Medina de las Torres en Nápoles (1636-1644)”, in Adolfo Carrasco Martínez (éd.), *La nobleza y los reinos. Anatomía del poder en la Monarquía de España (Siglos XVI-XVII)*, Madrid/Francfort, Iberoamericana/Vervuert, 2017, pp. 361-394
- SÁNCHEZ GARCÍA, E., “Il viceré Medina de las Torres a Napoli: decoro del lignaggio e avanguardia culturale”, in Pietro Belli (éd.), *Palazzo Donn'Anna. Storia, arte, cultura*, Turin, Allemandi, 2017, pp. 39-69
- SÁNCHEZ GARCÍA, E., “Ocultamiento y ostentación del virrey de Nápoles Medina de las Torres”, in Béatrice Perez (dir.), *La Reputación. Quête individuelle et aspiration collective dans l'Espagne des Habsbourg. Hommage à la professeure Araceli Guillaume-Alonso*, Paris, Sorbonne Université Presses, 2018, pp. 453-471

- SILVEIRA, Miguel de, *El Macabeo, poema heroico*, Naples, Egidio Longo, 1638
- SILVEIRA, Miguel de, *El Sol vencido, poema heroico*, Naples, Egidio Longo, 1639
- SILVEIRA, Miguel de, *Parténope Ovante*, Naples, Egidio Longo, s. d.
- SOLA, Diego, “En la corte de los virreyes. Ceremonial y práctica de gobierno en el virreinato de Nápoles (1595-1637)”, *Tiempos Modernos*, 31, 2015, pp. 244-270
- SPINOSA, Nicola, “La pittura a Napoli nel Seicento”, in M. Bosse & A. Stoll (dir.), *Napoli Viceregno spagnolo, una capitale della cultura alle origini dell’Europa moderna (sec. XVII-XVIII)*, vol. II, Naples/Kassel, Vivarium/Reichenberger, 2001, pp. 435-472
- TROMBETTA, Vincenzo, *Universitaria di Napoli. Dal viceregno spagnolo all’unità d’Italia*, Naples, Vivarium, 1995
- VICECONTE, Filomena, *Il duca de Medina de las Torres (1600-1668) tra Napoli e Madrid: mecenatismo artistico e decadenza della monarchia*, thèse de doctorat, Universitat de Barcelona, 2012
- VICECONTE, Milena, “‘No hay más que ver en el mundo’: I panni ricamati del duca di Medina de las Torres da Napoli a Madrid”, *Locus Amoenus*, 12, 2013-2014, pp. 115-129
- VILLARI, Rosario, *Un sogno di libertà. Napoli nel declino di un Impero (1585-1648)*, Milan, Mondadori, 2012
- WOOD, O. Noble & ROE, J. & LAWRENCE, J. (éds.), *Poder y saber. Bibliotecas y bibliofilia en la época del conde-duque de Olivares*, Madrid, CEEH, 2011

A composição da livreria de D. Teodósio I, duque de Bragança. Proveniências, circuitos e agentes: uma sondagem

Ana Isabel Buescu

FCSH/UNL-CHAM-UA

Resultado de um estudo inserido num projecto de investigação do CHAM, dirigido por Jessica Hallett sobre o património da Casa do 5.º duque de Bragança¹, fomos dando conta em vários encontros, colóquios e publicações da dimensão e conteúdos da livreria dos duques de Bragança ao tempo D. Teodósio, falecido em 1563. Fisicamente desaparecida, apenas a conhecemos através de uma cópia seiscentista do inventário do património da Casa ducal.

Em síntese, trata-se, em termos de dimensão, da maior livreria portuguesa do século XVI (no actual estado dos conhecimentos, maior do que a biblioteca régia), sendo também possível concluir, através de um estudo comparativo com outras livrerias aristocráticas e régias europeias do tempo, que se trata de uma grande livreria do Renascimento. No que diz respeito aos conteúdos, constituía uma livreria que contemplava os principais ramos do saber, tal como então eram concebidos e valorizados: da teologia aos cânones e às leis, da literatura religiosa e espiritual à profana, da arquitectura à poesia e à música, da filosofia à geografia e à história, da matemática à astrologia/astronomia e à arte militar e da guerra, unindo num todo coerente e estruturado muitos dos autores e obras maiores do Cristianismo e da Igreja, da cultura greco-latina e da sua própria época nas suas dominantes culturais, artísticas, políticas e religiosas, mas também em algumas das suas tensões, como a da polémica religiosa, além de um número restrito, mas culturalmente significativo, de obras em língua hebraica e de autores árabes, estes em particular entre as obras de medicina, astrologia e matemática.

Entre autores antigos e modernos, virtualmente todos os grandes nomes e as obras fundamentais de cada saber – e, portanto, também muitos dos grandes lugares de edição e dos grandes editores da época – se encontravam

¹ Projecto *De Todas as Partes do Mundo. O Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I*. (PTDC/EAT-HAH/098461/2008), financiado pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), coordenado por Jessica Hallett. <http://www.cham.fch.unl.pt/teodosio/>.

representados na actualizadíssima livraria da Casa de Bragança na primeira metade do século XVI.

Procurando sintetizar algumas das linhas-de-força que emanam da análise desta grande colecção, tratava-se, nas suas múltiplas vertentes, de uma livraria por um lado solidamente assente e inscrita em tradições e legados, quer de cariz religioso e jurídico-normativo (teologia, cânones, leis), quer da cultura de matriz greco-romana (historiadores em latim e em linguagem, filosofia, poesia, astrologia e matemática), quer ainda de uma memória cristalizada pela história (cronística). Quanto a esta última, três dominantes são claras: a forte e influente presença da história antiga, uma preocupação declarada pelo conhecimento da história e das realidades de uma Europa que se alarga nos seus limites e fronteiras, e finalmente os espaços geográficos e políticos não europeus, com destaque para o Império Otomano e para aspectos da expansão marítima europeia, designadamente ibérica.

Da relação de D. Teodósio com os livros não estava ausente o gosto da fruição individual dos livros e da leitura, como sabemos pelos seus interesses intelectuais e como é patente num apontamento de que dá conta Caetano de Sousa: “Em quanto comia [D. Teodósio] mandava ler livros curiosos, e de lição proveitosa, em que tinha satisfação, e em a dar entretendo aos que o servião”², além de que à mesa o duque discutia aspectos astronómicos que tanto o cativavam.

A sólida preparação intelectual e o gosto pela literatura e pelas artes por parte de D. Teodósio, em parte transmitidas por D. Jaime, *doctissimus princeps*³, eram indiscutíveis, e no seu testamento o duque era eloquente quanto à importância patrimonial que atribuía à livraria: “Deixo minha Livraria, e todos os livros, que tiver, ao Duque de Barcellos, meu filho, para que ande em Morgado, e não dará elle nem os seus successores da dita Livraria nenhuns livros, sem comprarem outros como elles, que metão na dita Livraria.”⁴

Pela sua dimensão e pela especificidade de muitos dos seus conteúdos tornava-se evidente não constituir apenas uma biblioteca de leitura da maior casa aristocrática do Portugal de Quinhentos, ou, até, de uma biblioteca ao serviço de latinistas, humanistas, teólogos ou homens de ciência que frequentavam ou estavam ao serviço da corte de Vila Viçosa. O duque tinha, para a sua

² A. C. de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VI, p. 52. A leitura à mesa era uma antiga prática da realeza e da aristocracia, existindo abundantes testemunhos para a Idade Média e a Época Moderna.

³ Apreciação do humanista Cataldo Sículo, significativa mesmo descontando algum efeito retórico (A. da C. Ramalho, “Cataldo no reinado de D. Manuel I”, p. 50).

⁴ A. C. de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VI, p. 47. Testamento na íntegra nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, IV, pp. 243-244 para o passo que interessa.

livraria, um outro objectivo concreto: D. Teodósio diligenciou junto da Santa Sé e obteve autorização papal para a instituição de “huma Universidade de estudos geraes” em Vila Viçosa, que chegou a ser concedida por breve do Papa Pio IV em 1560. Tal projecto não teve, no entanto, seguimento⁵. Em 1559 era fundada a Universidade de Évora, a instâncias e com o patrocínio do cardeal e inquisidor-mor D. Henrique, e em 1563 morria o duque, gorando-se o seu projecto de estudos superiores em Vila Viçosa de modo definitivo, apesar de D. Teodósio ter deixado recomendada ao filho, em testamento, a prossecução do seu projecto⁶. D. João, cumprindo em parte o espírito do testamento, deu começo a duas classes públicas de Gramática, Latim e Grego.⁷

Como já foi sublinhado, D. Teodósio foi um bibliófilo eminente e acumulou laboriosamente a sua livraria, que “fez mais preciosa pelos seus manuscritos”, de acordo com António Caetano de Sousa. Também Venturino, o secretário do núncio que em 1571 se deslocou a Portugal, dava notícia da livraria que D. Jaime começara a organizar, e referia que nela existiam “libri di Teologia, Filosofia, Medicina, Musica, Umanita, Istorica Latina, Volgari, Italiana, Spagnole ed Portugheze”, secções em que podemos divisar traços da composição da futura livraria de D. Teodósio. É igualmente preciosa a informação do P.^e Rafael de Jesus de que os duques acumulavam toda a produção bibliográfica que era dada à estampa, não só em Portugal mas ainda em Espanha, França e Alemanha, destacando também os manuscritos existentes e sublinhando que estas aquisições beneficiavam de isenção tributária régia.⁸

Uma livraria com esta dimensão e com este horizonte de proveniências implicava a existência de uma rede de agentes nos mais importantes lugares de produção e comercialização livreira da Europa do Renascimento, difícil de divisar em concreto, já que, como seria expectável, as características do inventário inviabilizam uma cartografia das proveniências, embora possam colocar-se algumas hipóteses. Rastrear os circuitos, através de agentes e relações, é uma tarefa complexa, em grande medida desconhecida, mas essencial para procurar entender como iam chegando os livros, de que forma e em função de que critérios. Embora Luís de Matos, no seu trabalho sobre a corte ducal, nada refira a este

⁵ Fr. A. da Purificação, *Chronica*, P. II, Liv. VI, Tit. VI, fls. 197v-199.

⁶ A. Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VI, cap. XI, p. 54.

⁷ J. Teixeira, “A adição promovida por D. Teodósio I”, p. 42. No seu testamento, D. Teodósio encomendava “muito a meu filho, que queira dar ao Mosteiro de Santo Agostinho de Villa Viçosa a Chancelaria da casa como eu lha dou pera se acabar o Collegio, e que tenha muita conta com ir adiante, e des que forem feitos os Gerais, pessa [sic] aos Padres que ponhão Mestres para ler artes” (*Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, IV, p. 239).

⁸ José Teixeira, “A adição promovida por D. Teodósio I”, pp. 40-41.

respeito, é certo que alguém se encarregava e tinha a seu cargo a manutenção da biblioteca ducal – para além do pajem Nuno Álvares Pereira, encarregado de tomar conta dos livros em permanência⁹ –, nomeadamente a de se manter a par das publicações no grande circuito livreiro europeu. Cidades como Antuérpia, Nuremberga, Lovaina, Lyon; no caso italiano, Florença, Roma e Veneza; em Espanha, Sevilha e Salamanca, eram alguns desses centros principais, e de onde acaba por ser proveniente a maioria das edições que pudemos identificar.

Dada a extrema actualização da biblioteca, a Casa de Bragança tinha de manter, de uma forma ou outra, contacto com as grandes casas editoras da época. Verosímil é, também, que os próprios teólogos, médicos, juristas, astrólogos/astrónomos como António Maldonado, fidalgos eruditos como Afonso Vaz Caminha, e humanistas que frequentavam ou desempenhavam cargos na corte brigantina, como Diogo Sigeu, que entrou ao serviço de D. Jaime em 1530 e se manteve na corte durante vinte anos¹⁰, completando a formação humanística do duque (grego e hebraico) e preparando os seus irmãos para os estudos superiores¹¹, pudessem aconselhar a política de aquisições para uma biblioteca que, se já era apreciável no tempo do 4.º duque, D. Jaime († 1532), ganhou uma nova dimensão com D. Teodósio.

O filho e herdeiro de D. Jaime recebera esmerada educação com destacados mestres humanistas, quer na corte de D. Manuel, quer na dos duques de Bragança, em Lisboa, onde o humanista italiano Cataldo Parisio Sículo, já bastante idoso, foi ainda mestre de latim de um muito jovem D. Teodósio¹². Com Diogo Sigeu, vindo para Portugal em 1522, por seu turno, aprendeu grego e hebraico, completando assim a tríade linguística dos *studia humanitatis* do Renascimento. Na sua livraria, para além de centenas de livros em língua latina, encontramos 24 livros em grego e 27 em hebraico.

Também em Lisboa o duque de Bragança tinha decerto livreiros ao seu serviço, como aconteceria, já em tempos de D. Teodósio II, com João de Ocanha¹³. Informação de particular relevância, que se pode ter repetido noutros casos, é a

⁹ “Regimento dos Officiaes...”, in *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, IV, p. 200. A. A. Nascimento, “Erudição e livros...”, p. 728.

¹⁰ Para depois passar ao serviço da corte régia como mestre dos moços-fidalgos.

¹¹ Luís de Matos, “A corte literária”, p. 17.

¹² “[...] sendo o humanista já velho e atacado de gota, foi seu aluno o primogénito de D. Jaime, o pequeno D. Teodósio, [...] fidalgo célebre por sua cultura e mecenato. Os últimos epigramas encomiásticos de Cataldo que se encontram manuscritos na Biblioteca Pública de Évora foram-lhe dedicados”, A. da C. Ramalho, “Cataldo”, in *Colóquio Internacional de Estudos/Convegno Internazionale di Studi*, p. 39.

¹³ Segundo J. Brandão (de Buarcos), Lisboa possuía em 1552 “vinte tendas de livreiros”, *Grandeza e abastança*, p. 185.

de que D. Teodósio adquiriu, para a sua livraria, a importante colecção de livros de Direito de Joane Mendes de Vasconcelos, seu desembargador e procurador. Este, no seu testamento, em 1557, recomendava que os seus noventa e quatro livros fossem transportados e vendidos em Coimbra, o que não veio a acontecer, acabando por ser adquiridos para a livraria ducal.¹⁴

Externamente, uma casa aristocrática como a de Bragança possuía uma rede de contactos e de agentes, que a informava dos meandros da política europeia, a que o duque D. Teodósio estava muito atento, e portanto também das novidades culturais. Já António Caetano de Sousa sublinhava que o duque “teve grande curiosidade em se instruir do que passava nas Cortes Estrangeiras, e a este fim entretinha nellas Agentes à sua despeza, para que lhe participassem tudo o que sucedia, principalmente na Cúria Romana, na Corte do Imperador, e em Veneza”. Ainda de acordo com Caetano de Sousa, D. Teodósio reunira informações recebidas dos seus agentes em Espanha, Vaticano e Veneza, nos famosos “Livros de muitas couzas”, infelizmente perdidos: “Da util curiosidade deste Principe se fizeram varios volumes de Relações, a que chamavão depois: ‘Os Livros das muitas Couzas’; e Fr. Jeronymo Roman¹⁵ afirma, que erão dignos de se ver pelo que continhão, do que naquelle tempo passara”¹⁶. Perdidos embora, sabemos onde se encontravam pelo menos alguns deles pelo inventário da livraria: um “Livro de diversas cousas”, avaliado em 800 reais, nos livros profanos em romance; na secção dos historiadores em linguagem, outro “Livro de diuersas cousas do tempo do Duque Dom Teodósio em diante”, com a particularidade de se acrescentar “E do anno de quinhentos E trinta E dous”, data da morte do duque D. Jaime. Em todo o caso, é certo tratar-se de um volume de grande importância dentro da livraria, a atendermos à avaliação de 2 000 reais.

Para além das muito intensas relações ibéricas, o principal foco de informação era, como no caso da Coroa, Roma e a Cúria pontifícia, centro nevrálgico da Cristandade e depois do mundo católico, após a Reforma. Poderosíssimo foco de atracção, lembremos que em 1510 D. Jaime de Bragança enviara a Roma em seu serviço o anónimo “fidalgo de Chaves”, de que resultou um valioso e longo

¹⁴ M. I. Pestana, “Joane de Vasconcelos”, pp. 5-6. Em fac-símile reproduz-se a relação dos “Liuros que o Duque tomou do doutor Joane mendez”, que ascende a noventa e quatro entradas (algumas com vários volumes).

¹⁵ Cronista da Casa de Bragança, autor de uma crónica perdida, com o título *Historia da Sereníssima Casa de Bragança, na qual compreende muita genealogia, e a ascendencia do conde D. Nuno Alveres Pereira*, de que existia cópia na Casa Cadaval, ainda vista por Camilo Castelo Branco (*Narcóticos*), copiada do manuscrito existente na biblioteca régia. É amplamente citada na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ver Martinho da Fonseca, “Os manuscritos da Casa Cadaval”, pp. 27-28.

¹⁶ A. C. de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VI, pp. 77-78.

manuscrito sobre a Roma do Renascimento, fruto de uma estadia que se prolongou até 1517, que foi recentemente estudado na íntegra.¹⁷

No âmbito da embaixada de 1514 chefiada por Tristão da Cunha, as dádivas entre o rei e o papa foram mútuas. Leão X ofereceu a D. Manuel um volume iluminado, bem como uma chaminé de mármore branco, que alguns atribuem a Miguel Ângelo, inicialmente montada no paço de Almeirim, onde perdurou até ao terramoto de 1755, sendo depois transferida por ordem do marquês de Pombal para o paço de Sintra, onde hoje se encontra¹⁸. Vários episódios no reinado de D. João III, tendo como protagonistas, inclusive, membros da família real, como o cardeal D. Afonso (†1540), irmão do rei, ou o já citado D. Miguel da Silva, evidenciam como a Cidade Eterna exercia, quer sob o ponto de vista político, intelectual, espiritual e artístico, um fascínio imenso e era, verdadeiramente, o maior centro de poder.¹⁹

Explorando um pouco estes dois exemplares casos, para ambos era fundamental a relação com a Cúria. Quanto ao cardeal D. Afonso²⁰, por dois motivos centrais: primeiro, porque acalentou o projecto de conseguir para si a legação permanente da Santa Sé em Portugal, para o que enviou a Roma o seu agente italiano Pierantonio Casulano²¹; depois, mais tarde, porque pretendeu partir para Roma, na sua condição de cardeal, para participar no concílio ecuménico marcado para 1538, desejo a que D. João III sempre se opôs. Não era segredo que D. Afonso queria viver em Roma, como comentava o nuncio ao secretário do papa, dando conta das conversas mantidas com o cardeal-infante a propósito do seu firme desejo de “venire alla corte [di Roma]”.²²

O próprio papa Paulo III escrevia ao monarca, a 21 de Dezembro de 1538, intercedendo por D. Afonso e pedindo ao rei a sua autorização para que o

¹⁷ Ms. da Biblioteca da Academia da Historia de Madrid, objecto de transcrição e fixação integrais e estudo no âmbito da dissertação de doutoramento de P. Lopes, publicada com o título *Um agente português na Roma do Renascimento*.

¹⁸ A. P. Cardoso, *A Presença Portuguesa em Roma*, p. 55. Outras hipóteses de autoria sobre esta magnífica peça artística em José Teixeira, “A adição de D. Teodósio”, pp. 56-60.

¹⁹ Sobre esta nova e pujante centralidade de Roma, depois de um longo período de decadência, J. Delumeau, *La seconde gloire de Rome*. E, no entanto, “A Roma do fim do século XVI, visitada por Montaigne em 1580-1581, estava ‘em mais de dois terços vazia’ e flutuava dentro dos limites de Aureliano. No forum da república clássica, transformado em ‘campo de vacas’, fazia-se a venda de porcos, fabricava-se carroças e cangas.” (J. Delumeau, *A Civilização do Renascimento*, I, p. 269).

²⁰ J. P. Paiva, “Um príncipe na diocese de Évora: o governo episcopal do cardeal infante D. Afonso”.

²¹ Como escrevia o então nuncio Marco Vigerio della Rovere em 16/5/1534. Charles De Witte (ed.), *La Correspondance...*, doc. 24, carta de Vigerio a Ambrogio Ricalcato, de 20/2/1535, p. 96, e doc. 25, carta ao mesmo de 25/2-4/3/1535, p. 98.

²² Charles De Witte (ed.), *La Correspondance...*, doc. 65, carta de Capodiferro a Ambrogio Ricalcato, de 18 de Janeiro de 1538.

cardeal-infante pudesse assistir ao projectado Concílio²³. Quanto a D. Miguel da Silva, que durante dez anos (1515-1525) servira a coroa portuguesa como embaixador em Roma, adquirindo uma sólida cultura “romana” que depois procurou transpor para o reino²⁴, as ofertas feitas e a disponibilidade demonstrada pelos assuntos romanos articulavam-se com uma situação de crescente desconforto na corte portuguesa, em particular perante a família real e o monarca. D. Miguel da Silva aspirava a regressar em definitivo à Roma de Clemente VII, o que acabou por fazer, fugindo de Portugal em gravíssimo litígio com D. João III, no Verão de 1540, para não mais voltar ao reino. Morreu em Roma, em 1556.²⁵

A correspondência dos núncios permanentes em Portugal durante o reinado de D. João III, antes da extinção da nunciatura por ordem régia em 1553, é, pois, uma fonte documental de grande importância, e encerra também informações relevantes sobre o duque de Bragança. Na sua condição de senhor da maior casa aristocrática do reino, D. Teodósio procurou cimentar uma autonomia na sua relação com a Cúria e, facto nunca referido, mas evidenciado na correspondência²⁶, na expectativa do estabelecimento de um vínculo matrimonial com a casa Farnese, através do seu casamento com Vittoria Farnese (1521-1602), irmã do cardeal²⁷, por sua iniciativa mas aparentemente com o acordo de D. João III²⁸. Esta e outras estratégias de natureza política passavam por dádivas e ofertas, procurando cimentar relações e interesses.

Em missiva datada de Janeiro de 1538, o núncio Capodiferro anunciava o envio para Roma de um “libro de una carta di navigazione universale”, oferta do duque de Bragança ao cardeal Farnese, sabendo-se que o duque lhe ofereceu cavalos também várias vezes²⁹. Canais de comunicação de que os livros não deveriam estar arredados. Aliás, não deixa de ser significativa a presença,

²³ ANTT- CC, I, mç. 63, doc. 82.

²⁴ R. Moreira, “D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura do Renascimento”, pp. 5-23; *Idem*, “O primeiro mecenas”, pp. 332-339.

²⁵ S. Deswarte, *Il “Perfetto Cortegiano”*; A. I. Buescu, “D. João III e D. Miguel da Silva”; J. A. de Freitas Carvalho, “Revisitando a dedicatória de *Il Libro del Cortegiano*...”, pp. 335-359.

²⁶ “[*Le duc de Bragance s’est adressé à Hieronimo Capodiferro*] da sé medesimo a farmi per un suo [a?] posta discoprir il desiderio che avria del matrimonio della predetta signora Vittoria, [semble-t-il avec l’accord de Jean III]”, Carta de Capodiferro ao cardeal Farnese, de 25/8/1539, doc. 127, pp. 381-382. Importante e esclarecedora resposta de Alessandro Farnese, evocando cartas prévias sobre o assunto, nomeadamente as enviadas ao pai, Pier Luigi Farnese, e solicitando ao núncio novas informações “della persona et qualità sue, così del corpo come del animo, et del stato et particularmente come el stia con el re [...]”. Carta de 30/9/1539, doc. 130, Charles De Witte (ed.), *La Correspondance...*, pp. 389-390.

²⁷ Ambos filhos de Pier Luigi Farnese e Gerolama Orsini, e portanto netos de Paulo III.

²⁸ Vittoria Farnese veio a casar em 1548 com o duque de Urbino, Guidobaldo II della Rovere (†1574), no que constituiu o segundo casamento do duque.

²⁹ Charles De Witte (ed.), *La Correspondance...*, doc. 91, p. 299.

na livreria de D. Teodósio, de várias obras de Luiggi Lippomano (†1559), cardeal de Verona, hagiógrafo e núncio papal em Portugal entre 1542 e 1545; uma delas, três volumes da monumental *Vitarum Sanctorum Priscorum Patrum*, em oito volumes, publicados em Veneza entre 1551 e 1560, considerada a sua mais importante obra. As outras obras de Lippomano na livreria ducal são a *Catena in Genesim* (1546) – esta terminada em Portugal aquando da nunciatura – e a *Catena in Exodum ex Auctoritatibus Ecclesiasticis* (1550)³⁰. Quer nestes casos quer no de uma outra obra sua presente na livreria em língua italiana³¹, é verosímil ter-se tratado de uma oferta pessoal do antigo núncio, que conheceu o duque aquando da sua estadia na corte portuguesa, ou, em alternativa, de uma compra para a livreria através dos circuitos do comércio livreiro.

Em síntese, a questão das proveniências dos livros desta livreria é um problema em aberto: um núcleo importante teve origem na livreria do 4.º duque, D. Jaime, falecido em 1532. D. Jaime recebera a sua primeira educação literária no exílio, na corte dos reis Católicos, ao lado de outros jovens da nobreza castelhana, contando-se entre os primeiros discípulos do humanista Pietro Mártir de Anghiera, que o embaixador conde de Tendilla trouxera de Itália para Espanha. D. Jaime não pode ter deixado de trazer livros com ele quando regressou ao reino, bem como uma sensibilidade literária e cultural tocada pela cultura de corte castelhana e pelo humanismo. Há mesmo um caso concreto referenciado, excepcional neste inventário. Trata-se da obra *Cosmographia* do célebre Pedro Apiano (†1552), humanista alemão, matemático e astrónomo, cuja entrada assinala “da Rainha Isabel” – a explicação mais plausível, ou mesmo a única, é ter sido uma oferta da rainha ao então jovem D. Jaime, aquando do seu exílio e educação na corte castelhana.³²

Outros livros, sobretudo livros devocionais, em que se contam onze livros de horas (descritos nos “livros fora da livreria”, n.ºs 139, 140, 156, 157 e 2172-2178 do inventário geral dos bens), terão pertencido, pelo menos em parte, já que também existiam na casa ducal ao tempo de D. Jaime, à duquesa D. Leonor, primeira mulher de D. Jaime e mãe de D. Teodósio, prematura e dramaticamente

³⁰ N.º 3799. A advertência ao leitor da *Catena in Genesim* é datada de Évora, cal. Maii, 1545, e a carta dedicatória da *Catena in Exodum* a D. João III é datada de Trento, cal. Jan. 1546 (BNP: 1546, R 1374 A e 1550, R 4491 A).

³¹ N.º 4543, descrito como “Luis Lepomano sobre o símbolo apostolico”. Trata-se da *Esposition volgare del reverend. M. Luigi Lippomano sopra Il simbolo Apostolico, cio è il Credo, sopra il Pater noster i due precetti della charità*, publicada em 1552.

³² N.º 4498, descrito como “Cosmografia de Pedro Opiano [sic] em taboas da Rainha Isabel e outros em quarto Em pasta foi aualiado Em cemto E uimte reais”. Não temos elementos que nos permitam identificar se se tratava de uma edição latina ou castelhana.

desaparecida em 1512³³, bem como a D. Isabel, irmã de D. Teodósio, da qual estão arrolados, no inventário das coleções do duque em 1564-1567, sete livros de horas³⁴. Na secção de teologia está presente um único breviário manuscrito iluminado, sendo que todos os outros, como referimos acima, se encontravam fora da livraria, nomeadamente na capela ducal.³⁵

Depois, deveremos ainda considerar as ofertas e a compra nos circuitos do mercado do livro, através de agentes e contactos na Península Ibérica. No quadro peninsular, a esmagadora maioria dos impressores eram também livreiros, vendendo as obras que editavam assim como as de outros impressores peninsulares e do estrangeiro, em particular dos grandes centros impressores em França (Paris e Lyon) e Itália (Veneza)³⁶. No cosmopolita meio lisboeta havia em 1552, de acordo com João Brandão de Buarcos, “20 tendas de livreiros”³⁷, das quais, presumimos, onze na Rua Nova; acrescentava João Brandão que os livros estavam isentos de direitos, e “[...] a grossura delas [livrarias], e valia, e os alugueres que pagam”, levavam-no a concluir que “a mor parte dos livreiros todos [sic] são ricos”³⁸. Em Évora, nos anos trinta, vivia um livreiro belga conhecido de Clenardo, João Filipe, que depois se mudou para Coimbra, e que não era caso único³⁹. Nesta minuciosa estatística quinhentista não existe qualquer referência aos impressores que exerciam a sua actividade em Lisboa, sendo que os números conhecidos confirmam, quer em termos absolutos quer em termos comparativos, a exiguidade da arte tipográfica em Portugal no século XVI.

As edições sevilhanas e salmantinas são muito abundantes na livraria, mas o mesmo sucede com as edições de além-Pirenéus, em que se destacam as muitas obras provenientes dos prelos de Paris, Lyon, Antuérpia, Basileia, Lovaina, Roma e Veneza. Explorar a rede de contactos do duque sob este ponto de vista será um aspecto da maior importância para, tanto quanto seja possível, cartografar

³³ M. P. A. Gonçalves, *A senhora duquesa e o pajem...* “Foi o Duque D. Jayme – escreve António Caetano de Sousa – verdadeiramente grande em tudo, e seria ainda mais venerada a sua memória, se a não manchara com o sangue da Duquesa D. Leonor, preocupado de hum ciúme, ou da melancolia, que o empenhou nesta fatal desgraça [...]”. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, V, p. 556.

³⁴ V. Serrão, *O Fresco Maneirista*, p. 220.

³⁵ Secção “Mais liuros de teologia fora os atras lançados”, um breviário manuscrito (n.º 4091) descrito como “Hum missal de letra de mão antiga Eluminado Com figuras Com brochas de prata E os tecidos com guarniçõens do mesmo de folha em taboas, digo que he breuiario foi aualiado Em dous mil E quatrocentos reais”.

³⁶ T. Dadson, *Libros, lectores y lecturas*, pp. 29-35.

³⁷ J. Brandão (de Buarcos), *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, p. 185.

³⁸ *Idem*, p. 99 e p. 64.

³⁹ Em carta ao arcediogo da sé de Évora, João Petit, escrita de Braga, a 8 de Setembro de 1537, Clenardo recomendava “recados meus ao meu compadre João Filipe e a sua esposa”, M. G. Cerejeira, *O Renascimento em Portugal, I – Clenardo e a sociedade portuguesa*, p. 313.

as proveniências de um número substancial de livros impressos da sua livreria. Em todo o caso, uma cartografia sistemática de proveniências afigura-se impossível, pois na maioria dos casos não é possível garantir qual a edição presente, quando se trata de obras – e são muitas – que têm um grande número de edições para o período em causa (até 1563).

Além de agentes como o já mencionado “fidalgo de Chaves”, que viveu em Roma ao serviço de D. Jaime entre 1510 e 1517 e dessa estadia escreveu um extenso *Tratado* dirigido ao duque, com pormenorizada descrição de factos político-militares e aspectos arquitectónicos e artísticos e do quotidiano da Roma do Renascimento, existiam na livreria de D. Teodósio os lendários – como já foram chamados, uma vez que o seu rasto desapareceu – “Livros de muitas cousas”, a que acima fizemos referência, presentes na secção de livros “Profanos em Romance” e que evidenciariam, entre outros assuntos europeus de relevo, essa verdadeira “rede” de contactos.

Rede a que não era alheia a “alavanca” da própria Coroa, como se infere da carta de D. Manuel ao seu embaixador em Roma D. Miguel da Silva, quando lhe dava instruções precisas para apresentar e patrocinar junto do pontífice assuntos do interesse de D. Jaime. Um desses casos era para que “*elle* [D. Jaime] podese prouer allgumas pesoas atee xv igrejas com o abito da ordem de christos [...] porque asy nos prazera o fazerdes, como se o negocio fosse proprio noso”, como o monarca escrevia em carta de 11 de Maio de 1517. Nesta mesma missiva – e interessa-nos particularmente este aspecto – o monarca referia-se a uma das figuras que serviam os interesses do duque de Bragança em Roma: “e se pera esta expediçam convier ao solicitador do duque, que ysto vos ha de Requerer e lembrar, emprestardes quinhentos ou seiscentos ducados do dinheiro noso que la tendes, enprestay os cobrando asynado [...]”. O solicitador de D. Jaime não era o seu único servidor na Cidade Eterna; e além das questões e informações políticas e de interesse da Casa, aquisições de todo o tipo de bens, entre os quais livros, poderiam também passar por eles⁴⁰. Em tempos do seu sucessor na Casa destacava-se, é claro, o próprio embaixador do duque D. Teodósio em Roma. Tratava-se de D. Afonso († 1575), comendador-mor da Ordem de Cristo, primo e cunhado do duque, pois era irmão da primeira mulher de D. Teodósio, D. Isabel⁴¹.

⁴⁰ “Cartas de crença e despachos para D. Miguel da Silva (1517 – Maio 11?)”, in Luís Augusto Rebello da Silva (ed.), *Corpo diplomático portuguez*, I, pp. 432-433.

⁴¹ Filhos de D. Dinis de Portugal e de Beatriz de Castro Osório. A. M. F. P. de Vasconcelos, *Nobreza e ordens Militares*, pp. 3-4. O casamento de D. Teodósio com D. Isabel teve lugar a 25 de Junho de 1542. Depois de enviuar, em 1558, D. Teodósio contraiu novo matrimónio, a 4 de Setembro de 1559, com D. Beatriz de Lencastre, filha de D. Luís de Lencastre, comendador-mor de Avis, e de sua mulher D. Madalena de Granada, neta de D. Jorge, duque de Coimbra. Este segundo consórcio do duque realizou-se sem autorização da regente D. Catarina.

Da sua actividade ao serviço do duque de Bragança não estiveram certamente arredados os livros e as informações sobre novidades literárias e editoriais.⁴²

Uma outra possibilidade concreta era, além dos estreitos laços familiares nas grandes casas de Castela, que também favoreciam a circulação de pessoas e bens, a de parentes que partiam para fazer os seus estudos em universidades estrangeiras, como sucedeu em tempo de D. Jaime, que por carta de 22 de Julho de 1525 pedia ao rei D. João III uma mercê para o seu sobrinho D. Pedro, que então mandava para o Estudo de Paris⁴³. O caso dos estudantes e bolseiros da Coroa em universidades transpirenaicas, já uma realidade com D. João II mas intensificando-se nos reinados seguintes, é outra possibilidade a ponderar nesta circulação cultural, envolvendo a Coroa e a Casa de Bragança. Reinando ainda D. Manuel, o monarca emitia um alvará para se dar a Francisco de Melo, fidalgo da Casa Real e matemático distinto, 38 160 réis de moradia enquanto estivesse a estudar em Paris.⁴⁴

Provável, embora em fase já tardia, é também o papel de D. Teotónio de Bragança (†1602), futuro arcebispo de Évora, quinto filho de D. Jaime⁴⁵, que viajou por Espanha, Itália, Alemanha e Inglaterra, fixando-se em 1556 em Paris, para continuar por cerca de quatro anos os seus estudos de Teologia e Humanidades. Grande amante de livros, possuía um elevado número de impressos raros e de valor, muitos manuscritos portugueses e outros gregos, arábicos e de outras línguas orientais, que, por sua morte, foram mais tarde integrados na Cartuxa de Évora⁴⁶. Durante a sua estadia em Paris, é legítimo pensar que terá adquirido livros e contactos de livreiros, não só para si próprio, mas para o duque seu irmão.

Também Diogo Mendes de Vasconcelos (†1599), embaixador de D. João III e sobrinho do bispo D. Gonçalo Pinheiro, com quem partiu para França nos finais dos anos 30, tendo estudado em Bordéus e mais tarde Orleães e Paris, figura marcante do humanismo eborense, pode ter sido um contacto de

⁴² Por carta de 22 de Junho de 1554, D. Teodósio solicitava a D. João III que mandasse regressar o seu embaixador ao reino, referindo os relevantes serviços que lhe tinha feito o comendador-mor em Roma, ANTT, CC, P. I, mç. 92, doc. 160.

⁴³ ANTT, CC, P. I, mç. 32, doc. 74.

⁴⁴ ANTT, CC, P. I, mç. 21, doc. 43, de 20 de Fevereiro de 1517. Cerca de dois anos mais tarde, D. Manuel emitia novo alvará para se dar a Francisco Melo 100 cruzados para continuar os estudos. ANTT, CC, P. I, mç. 24, doc. 42, A. I. Buescu, "Francisco de Melo, orador régio em Évora", pp. 365-374.

⁴⁵ E de D. Joana de Mendonça (†1580), dama da rainha D. Leonor, com quem o duque D. Jaime casou em segundas núpcias em 1520, e de quem teve vários filhos e filhas, entre os quais D. Constantino, D. Fulgêncio e D. Teotónio de Bragança. Sobre a sua acção cultural e bibliófila, M. A. B. S. Hespagnol, *Dom Theotônio de Bragança*. Agradecemos a Fernanda Campos esta referência.

⁴⁶ A. C. de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, V, p. 664.

D. Teodósio, no que respeita aos livros⁴⁷. Outra hipótese a considerar é a figura do prestigiado humanista e teólogo Aquiles Estaço (†1581), que, com raízes familiares em Évora, se encontrava em Paris em 1548 e a partir de c. 1555 em Roma, onde manteve uma relação estreita com a Cúria. Estaço foi secretário e bibliotecário do cardeal Guido Ascanio Sforza, então cardeal protector do reino português, a quem o humanista português dedicou em 1561 a famosa carta de Portugal encomendada a Fernão Álvares Seco. Publicou traduções e comentários de autores clássicos em Lovaina, Antuérpia e Paris. Em Roma, sempre com ligações a Portugal, proferiu quatro orações de obediência ao pontífice, e a Roma haveria de legar os seus livros⁴⁸. Sabemos também, como escrevemos atrás, que alguns espólios de letrados portugueses, como é o caso de Joane de Vasconcelos, desembargador da Casa de Bragança e procurador do duque, foram adquiridos para a livreria de D. Teodósio. E finalmente, como ventilámos, importa ter presentes as ligações directas do duque em Itália, em cidades espanholas como Salamanca ou Medina del Campo, de grande tradição livreira, e ainda noutras cidades europeias.

São estas algumas das hipóteses de constituição e acrescentamento desta importantíssima biblioteca de Quinhentos, onde, para além da matriz teológica, eclesiástica e espiritual, a cultura europeia do Renascimento, nas suas mais diversas vertentes artísticas, científicas, jurídicas e literárias, bem como nas suas interações com a cultura antiga, chegava, também através do livro, potenciado pela arte tipográfica, aos círculos eruditos portugueses do século XVI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MANUSCRITOS

ANTT, CC, P. I, mç. 63, doc. 82

ANTT, CC, P. I, mç. 92, doc. 160

ANTT, CC, P. I, mç. 32, doc. 74

ANTT, CC, P. I, mç. 21, doc. 43

⁴⁷ B. F. Pereira, “Duas bibliotecas humanísticas”, pp. 847-848. Sobre Mendes de Vasconcelos, J. G. Freire, pp. 1-260; A. da C. Ramalho, “Diogo Mendes de Vasconcelos”, pp. 219-220. Também Diogo Mendes de Vasconcelos ofereceu vários dos seus livros ao mosteiro de *Scala Coeli*, em Évora. Belmiro F. Pereira, “Duas bibliotecas...”.

⁴⁸ Ver o esboço biográfico sobre Aquiles Estaço em Belmiro F. Pereira, *As Orações de Obediência*, pp. 11-46.

IMPRESSOS

- “Regimento dos Officiaes da Casa do Duque Dom Theodósio I”, in *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, T. IV, Lisboa, Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1745, pp. 186-207
- BRANDÃO, João (de Buarcos), *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, org. e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1990
- BUESCU, Ana Isabel, “Francisco de Melo, orador régio em Évora (1535)”, in *Actas do Colóquio Évora, o Foral Manuelino e o Devir Quinhentista, A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*, II Série, 6, Lisboa, 2002-2006, pp. 365-374
- BUESCU, Ana Isabel, “D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu: novas razões para um ódio velho”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 10, t. I, 2010, pp. 141-168. Disponível em: <http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_10>
- BUESCU, Ana Isabel, *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2016
- CARDOSO, Arnaldo Pinto, *Presença portuguesa em Roma*, Lisboa, Quetzal, 2001
- CARVALHO, José Adriano de Freitas, “Revisitando a dedicatória de *Il Libro del Cortegiano* de Baltasar Castiglione: das circunstâncias políticas ao peso das recordações”, in *Derecho, Historia y universidades. Estudios dedicados a Mariano Peset*, Valência, Universitat de València, 2007, pp. 335-359
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, *O Renascimento em Portugal. I – Clenardo e a sociedade portuguesa (com a tradução das suas principais cartas)*, 4.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1974
- DADSON, Trevor J., *Libros, lectores y lecturas. Estudios sobre bibliotecas particulares españolas del siglo de oro*, Madrid, Editorial Arco/Libros, 1998
- DELUMEAU, Jean, *A civilização do Renascimento*, vol. I, Lisboa, Estampa, 1984
- DELUMEAU, Jean, *La seconde gloire de Rome XV^e-XVII^e siècles*, Paris, Perrin, 2013
- DESWARTE, Sylvie, *Il “Perfetto cortegiano”. D. Miguel da Silva*, Roma, Bulzoni, 1989
- FONSECA, Martinho da Fonseca, “Os manuscritos da Casa Cadaval”, *Boletim da Sociedade de Bibliófilos Barbosa Machado*, III, Lisboa, 1915, pp. 27-28
- FREIRE, José Galdes, “Obra poética de Diogo Mendes de Vasconcelos”, *Humanitas*, 15-16, 1963-1964, pp. 1-260
- GONÇALVES, Maria Paula Anastácio, *A senhora duquesa e o pajem. Um caso de adultério na aristocracia quinhentista*, Lisboa, Chiado Editora, 2013
- HESPAÑHOL, Maria Antónia Barreiras Sequeira, *Dom Theotónio de Bragança: o Primeiro Arcebispo de Évora no Domínio Filipino*, dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Universidade de Évora, Évora, 1993

- LOPES, Paulo, *Um agente português na Roma do Renascimento. Sociedade, quotidiano e poder num manuscrito inédito do século XVI*, Prefácio de Ana Isabel Buescu, Apresentação de João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa, Temas e Debates, 2013
- MATOS, Luís de, *A corte literária dos duques de Bragança no Renascimento*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1956
- MOREIRA, Rafael, “D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura do Renascimento em Portugal”, *O Mundo da Arte. Revista de Arte, Arqueologia e Etnografia*, s. 2, I, Lisboa, 1988, pp. 5-23
- MOREIRA, Rafael, “O primeiro mecenas: D. Miguel da Silva e a arquitectura no Norte”, in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, II – *Do ‘Modo’ Gótico ao Maneirismo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 332-339
- NASCIMENTO, Aires Augusto, “Erudição e livros em Portugal, ao tempo de Arias Montano: a biblioteca do duque de Bragança”, in José Maria Maestre Maestre, Eustaquio Sánchez Salor, Manuel Antonio Díaz Gito, Luis Charlo Brea, Pedro Juan Galán Sánchez (eds.), *Benito Arias Montano y los humanistas de su tiempo*, Junta de Extremadura/Instituto de Estudios Humanísticos, Mérida, 2006, pp. 723-749
- PAIVA, José Pedro, “Um príncipe na diocese de Évora: o governo episcopal do cardeal infante D. Afonso”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 7, 2007, pp. 127-174. http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_7
- PEREIRA, Belmiro Fernandes, *As orações de obediência de Aquiles Estaço*, Coimbra, INIC, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1991
- PEREIRA, Belmiro Fernandes, “Duas bibliotecas humanísticas: alguns livros doados à Cartuxa de Évora por Diogo Mendes de Vasconcelos e por D. Teotónio de Bragança”, *Humanitas*, XLVII, 1995, pp. 845-860
- PESTANA, Manuel Inácio, “Joane de Vasconcelos, Desembargador da casa de Bragança e Simão de Sousa, Cavaleiro de S. João de Malta, seu irmão”, *Callipole*, 9, 2001, pp. [1-10]
- PURIFICAÇÃO, Frei António da, *Chronica da antiquissima Provincia de Portugal, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho*, Lisboa, na Officina de Domingos Lopes Rola, 1656
- RAMALHO, Américo da Costa, “Diogo Mendes de Vasconcelos em Roma”, *Humanitas*, 29-30, 1977-1978, pp. 219-220
- RAMALHO, Américo da Costa, “Cataldo no reinado de D. Manuel I (1495-1521)”, in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua Época*, IV, *Arte e Cultura*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 47-55

- SERRÃO, Vítor, *O Fresco Maneirista do Paço de Vila Viçosa, Parnaso dos Duques de Bragança (1536-1640)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 2008
- SILVA, Luís Augusto Rebello da (ed.), *Corpo diplomatico portuguez, contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o seculo xvi ate os nossos dias*, I, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1862
- TEIXEIRA, José, “A adição promovida por D. Teodósio I”, in *O paço ducal de Vila Viçosa: sua arquitectura e suas colecções*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1983, pp. 32-63
- VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, *Nobreza e ordens Militares. Relações sociais e de poder. Séc. XIV a XVI*, dissertação de doutoramento em História Medieval e do Renascimento apresentada à FLUP, II, Porto, 2008
- WITTE, Charles-Martial de (ed.), *La correspondance des premiers nonces permanents au Portugal (1532-1553)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1980

Itinerários livrescos de um viajante ilustrado: Notas sobre os *Comentarios* de Don García de Silva y Figueroa

Rui Manuel Loureiro

CHAM – Centro de Humanidades, Universidade Nova de Lisboa

D. García de Silva y Figueroa foi um personagem relativamente obscuro, mas que ganhou alguma notoriedade porque em 1614 viajou de Lisboa para a Pérsia, como embaixador de Filipe III de Espanha (e II de Portugal) ao poderoso monarca safávida ‘Abbas I. Durante esta relevante missão diplomática, que se estenderia ao longo de uma década, o fidalgo espanhol foi redigindo uns prolixos e interessantes *Comentarios*, cujo manuscrito autógrafo, com mais de quinhentos fólios, se conserva hoje na Biblioteca Nacional de España, em Madrid¹. O original espanhol manteve-se inédito na época, pois o autor morreria ao largo dos Açores, em 1624, antes de completar a viagem marítima de regresso à Europa. Mas a sua obra conheceria alguma circulação através de uma tradução francesa parcial, preparada pelo diplomata neerlandês Abraham de Wicquefort, que foi impressa em Paris em 1667 com o título de *L’ambassade de D. Garcias de Silva Figueroa en Perse*.²

O título dos *Comentarios* relembra a obra homónima de Júlio César, de que certamente D. García possuía uma edição impressa, pois os *Commentarii de bello Gallico* ficaram disponíveis em sucessivas edições impressas em prelos europeus a partir dos primeiros anos do século XVI, sendo uma leitura muito popular na Península Ibérica³. Mas não é impossível que o embaixador se tivesse inspirado também nos *Commentarios de Afonso Dalboquerque* (obra que conhecia bem), da autoria de Afonso Brás de Albuquerque, primeiro impressos em Lisboa em 1557, com uma segunda e alargada edição em 1576, na mesma cidade.⁴

¹ D. García de Silva y Figueroa, *Comentarios de don García de Silva...* BNE, Mss. 18217.

² D. García de Silva y Figueroa, *L’ambassade de D. Garcias de Silva Figueroa en Perse*, trad. Abraham de Wicquefort, 1667. Sobre Wicquefort, uma figura assaz curiosa, que preparou traduções de outros relatos de missões europeias à Pérsia, ver Maurice Keens-Soper, “Abraham de Wicquefort and diplomatic theory”, *Diplomacy & Statecraft*, pp. 16-30.

³ Ver Daniel Ménager, “La Figure de César dans les recueils biographiques de la Renaissance”.

⁴ Referências a Afonso de Albuquerque em D. García de Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*

Tal como a do conhecido estadista romano, também a obra de Silva y Figueroa é maioritariamente escrita na terceira pessoa. Mas o manuscrito que hoje se conhece é comprovadamente autógrafa. Trata-se de um longuíssimo relato de viagens, que se inicia em Lisboa, em princípios de Abril de 1614, e que termina algures no Atlântico, dez anos mais tarde, depois de um longo itinerário que levou o autor primeiro até Goa, onde permaneceu até Março de 1617, depois até Mascate e Ormuz, daí através da Pérsia safávida, entre Outubro de 1617 e Setembro de 1619, com posterior regresso a Goa em Abril de 1620, e com novo embarque rumo a Portugal em Fevereiro de 1624. Vale a pena reparar nas longas paragens que marcaram esta jornada. D. García, como referido, faleceria na viagem de regresso à Europa, em 1624, de uma doença a que então se dava o nome de ‘mal de Luanda’, e que costuma ser identificada com o escorbuto.

Uma síntese do conteúdo dos *Comentarios* revela desde logo a extraordinária importância deste relato de viagens:

- O livro I, que ocupa os fls. 9-91v, relata as peripécias da jornada marítima entre Lisboa e Goa, num dos navios da carreira portuguesa da Índia⁵. Trata-se de uma das mais extensas e mais circunstanciadas descrições que se conhecem desta longa e penosa viagem, que desde finais do século XV era regularmente feita por embarcações portuguesas.
- O livro II, que abrange os fls. 92-161v, descreve a vida e as andanças de Silva y Figueroa em Goa durante um período de mais de dois anos, contendo profusas notícias, difíceis de encontrar noutras fontes coetâneas, sobre o quotidiano daquele território indiano sob controle português.⁶
- O livro III, ocupando os fls. 162-194v, debruça-se sobre a relativamente curta viagem marítima entre Goa e Ormuz, entreposto dominado pelos portugueses à entrada do Golfo Pérsico, contendo ainda detalhadas descrições das cidades de Mascate, na costa omanita, e de Ormuz, na ilha do mesmo nome.⁷

al Rey Xa Abbas de Persia (1614-1624). vol. I, pp. 36, 90, 102, 105, 121, etc. Para uma edição moderna, ver Afonso Brás de Albuquerque, *Comentários de Afonso de Albuquerque*.

⁵ Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. I, pp. 5-92. Para análise da viagem, ver José Manuel Malhão Pereira, “Aspectos náuticos das viagens por mar de D. García de Silva y Figueroa entre 1614 e 1624”.

⁶ Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. I, pp. 92-155. A respeito da estância do embaixador em Goa, ver Fernando Mariás Franco, “Don García de Silva y Figueroa y la percepción del oriente: la ‘Descripción de Goa’”; e também Ângela Barreto Xavier, “Entre a curiosidade e a melancolia. Deambulações pela Goa de Don García”.

⁷ Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. I, pp. 157-196. Sobre a passagem do embaixador por Mascate, ver Dejanirah Couto, “New insights into the History of Oman in the Sixteenth Century: a Contribution to the Study of the Evolution of the Muscat Fortifications”.

- O livro IV, que compreende os fls. 194v-340, relata as peripécias da jornada de D. García de Silva y Figueroa através da Pérsia safávida, entre a ilha de Ormuz e a cidade de Qazvin. Mais uma vez, trata-se de uma valiosíssima descrição, repleta de notícias inéditas sobre o mundo iraniano.⁸
- O livro V, compreendendo os fls. 340-413, é dedicado a uma narrativa histórica e geográfica sobre a Pérsia, a Mesopotâmia, e diversas regiões da Ásia Central. Recorrendo a observações e experiências pessoais, mas também fazendo uso de uma alargada bibliografia ocidental e oriental, o diplomata espanhol apresenta um panorama actualizado e muito informado de todas estas regiões asiáticas, anteriormente pouco conhecidas na Europa.⁹
- O livro VI, que ocupa os fls. 414-505v, descreve a viagem terrestre do embaixador entre Qazvin e Ormuz, incluindo a posterior jornada marítima de regresso a Goa.¹⁰
- Enfim, o livro VII, que abrange os fls. 506-548v, regista o regresso a Goa, a nova residência naquela cidade, que se estende por vários anos, e as várias tentativas de D. García regressar a Lisboa por via marítima, através da rota do Cabo.¹¹

Até há relativamente pouco tempo, D. García de Silva y Figueroa foi uma figura praticamente desconhecida da moderna historiografia portuguesa, apenas referido por um limitadíssimo número de investigadores¹². Em Espanha, evidentemente, D. García suscitou a atenção de diversos estudiosos, e a versão integral dos seus *Comentarios* foi pela primeira vez impressa em Madrid no início do século XX, numa edição preparada por Manuel Serrano y Sanz. De resto, embora a obra não voltasse a ser publicada em Espanha, a historiografia espanhola mais recente não deixou de se ocupar da figura de D. García de Silva y Figueroa, sobretudo no contexto das relações entre a Espanha e a Pérsia safávida.¹³

⁸ Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. I, pp. 197-380. Sobre esta e as seguintes secções da obra de D. García, ver os diversos estudos incluídos em Loureiro & Resende (eds.), *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa*, e em Loureiro, Biedermann & Nieto McAvoy (eds.), *Anotações e Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa*.

⁹ Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. II, pp. 383-486.

¹⁰ *Ibidem*, pp. 487-613.

¹¹ *Ibidem*, pp. 615-701.

¹² Ver, por exemplo, Francisco Mendes da Luz, *O Conselho da Índia: Contributo ao estudo da administração e do comércio do ultramar português nos princípios do século XVI*; e também a obra esquecida de Manuel Ruela Pombo, *União Ibérica: Oriente (1613-1626) – Subsídios Históricos*.

¹³ Ver a edição da epistolografia do embaixador, antecedida de larguíssima introdução, da autoria de Luis Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa: Epistolario Diplomático*; e também a cuidada biografia preparada por Carlos Alonso, *La embajada a Persia de D. García de Silva y Figueroa (1612-1624)*.

Entretanto, em anos mais recentes, e no âmbito do estudo da história das relações ibero-safávidas, D. García de Silva y Figueroa mereceu uma atenção inusitada da comunidade académica nacional e internacional. Em primeiro lugar, o manuscrito de D. García está hoje disponível *on-line*, na Biblioteca Digital Hispánica, à distância de um simples clique¹⁴. O mesmo sucede com a primeira edição da obra, da responsabilidade de Serrano y Sanz, que está igualmente disponível em versão digital¹⁵. Depois, uma equipa de investigação portuguesa, que coordenei, num projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, publicou em Portugal, em 2011, os quatro volumes da primeira edição crítica dos *Comentarios* de D. García de Silva y Figueroa¹⁶. Em seguida, em 2014, o embaixador espanhol foi tema de uma exposição bibliográfica na Biblioteca Nacional de Portugal, no catálogo da qual tentei identificar alguns dos livros que fariam parte da sua biblioteca pessoal, recorrendo a referências intertextuais presentes nos próprios *Comentarios*¹⁷. Mais recentemente, em 2016, dois investigadores espanhóis publicaram uma edição crítica e anotada de um anteriormente desconhecido *Libro diario de gastos* da embaixada de D. García, um preciosíssimo documento que está depositado num pequeno arquivo espanhol de província e que revela aspectos muito interessantes da viagem à Pérsia do diplomata espanhol¹⁸. Enfim, em meados de 2017, dois investigadores americanos publicaram uma excelente tradução inglesa anotada da obra de D. García de Silva y Figueroa, que decerto contribuirá para um mais alargado e mais informado conhecimento deste relato fundamental¹⁹. Não menciono um alargado conjunto de estudos que têm sido dedicados ao embaixador espanhol e à sua missão diplomática, mas pode afirmar-se que existe hoje uma bibliografia muito razoável a respeito de D. García e da sua embaixada à Pérsia.²⁰

E é sobre este homem, sobre os seus escritos e sobre a sua biblioteca, ou antes, sobre as suas muitas leituras, que me proponho dissertar brevemente. Infelizmente, não é muito o que se consegue apurar sobre D. García. Sabemos

¹⁴ Cf. <http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000135558> [acesso em 26-05-2018].

¹⁵ Cf. <https://archive.org/> [acesso em 26-05-2018].

¹⁶ G. Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*.

¹⁷ Rui Manuel Loureiro, *A biblioteca do Embaixador*.

¹⁸ José María Moreno González e Carlos Martínez Shaw, *Un extremeño en la Persia del siglo XVII: Nuevos testimonios de la embajada de don García de Silva y Figueroa (1614-1624)*.

¹⁹ D. García de Silva y Figueroa, *The Commentaries of D. García de Silva y Figueroa on his Embassy to Shāh 'Abbās I of Persia on Behalf of Philip III, King of Spain*.

²⁰ Ver Loureiro e Resende (eds.), *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa*; e também R. Loureiro, Z. Biedermann e E. Nieto McAvoy (eds.), *Anotações e Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa*.

que nasceu nas proximidades de Zafra, não muito longe de Badajoz, em 1548²¹. Mas, curiosamente, nada se sabe sobre a sua vida até perto dos 50 anos, o que é verdadeiramente extraordinário. Apenas se consegue apurar que a partir de 1595 (quando já tinha 47 anos), e até cerca de 1609, desempenhou o cargo de corregedor em diversas localidades espanholas, nomeadamente em Jaén, Toro e Badajoz. O corregedor (ou *corregidor*) era ao nível local o representante do poder régio e detinha competências bastante alargadas, no que tocava à justiça, à polícia, à fazenda, ao comércio ou às obras públicas. Ao contrário do que tem sido sugerido, não há registos da passagem de D. García de Silva y Figueroa pela Universidade de Salamanca. Mas para exercer o cargo de corregedor ele deveria ter certamente alguma formação académica²². As suas origens, curiosamente, também ainda não estão estabelecidas com todo o rigor. Através de alguma correspondência que se conserva, e que foi parcialmente publicada, sabe-se que D. García se relacionou assiduamente com destacados membros da nobreza e da intelectualidade espanhola do seu tempo²³. Talvez esta proeminência social se possa explicar pela sua ligação à Casa de Feria, que tinha o seu epicentro em Zafra.²⁴

Nos intervalos do exercício do cargo de corregedor, há indícios da presença de Silva y Figueroa em Madrid. E curiosamente surge ali associado a diversos assuntos de âmbito histórico e geográfico, de que darei três rápidos exemplos, pouco conhecidos.

- Primeiro caso. Em 1595 aparece envolvido na polémica sobre os chamados “Libros Plúmbeos del Sacromonte”, um conjunto de escritos registados em chapas de chumbo, em latim e em árabe, que tinham sido descobertos nos arredores de Granada, e que supostamente conteriam escritos proféticos e litúrgicos dos primeiros tempos da era cristã²⁵. Foi um assunto que mobilizou muitos homens de saber na época, entre os quais os conhecidos humanistas Benito Arias Montano e Pedro de Valencia. Pois D. García de Silva foi um dos especialistas que foram convidados a pronunciar-se sobre

²¹ As mais recentes investigações sobre as origens e a biografia de D. García encontram-se em Luis Gil, “Biografía de don García de Silva y Figueroa”, in R. Loureiro & Resende (eds.), *Estudios sobre Don García de Silva y Figueroa*, pp. 3-59, e Moreno González & Martínez Shaw, *Un extremeño en la Persia del siglo XVII*, pp. 15-56.

²² A respeito deste cargo, ver María Asenjo-González, “Función pacificadora y judicial de los corregidores en las villas y ciudades castellanas, a fines de la edad media”.

²³ Ver Luis Gil, *García de Silva y Figueroa, passim*.

²⁴ Ver Moreno González & Martínez Shaw, *Un extremeño en la Persia del siglo XVII*, pp. 15-56.

²⁵ Sobre esta questão, ver Mercedes García-Arenal e Fernando Rodríguez Mediano, *Un Oriente español: Los moriscos y el Sacromonte en tiempos de Contrarreforma*.

o assunto, subscrevendo um parecer que ainda se conserva manuscrito na Biblioteca Nacional de España e que defendia que se tratava de uma falsificação, como efectivamente depois se veio a comprovar.²⁶

- Segundo caso. Em 1601 foi publicada em Madrid a primeira das décadas da *Historia general de los hechos de los Castellanos en las Islas i Tierra Firme del Mar Oceano*, de Antonio de Herrera y Tordesillas, uma das mais importantes crónicas gerais da expansão espanhola no Novo Mundo. Um dos pareceres preliminares incluídos nesta obra, e preparado por encomenda expressa do Consejo de Indias, foi subscrito por D. García de Silva y Figueroa em finais de 1599.²⁷
- Terceiro caso. Em 1609 surgiu em Madrid, nos ambientes ligados ao círculo régio, um tal Lorenzo Ferrer Maldonado, afirmando, numa relação que foi apresentada ao rei Filipe III, que anos antes teria navegado do oceano Atlântico para o oceano Pacífico pelo norte do continente americano. Na opinião deste aventureiro, esta rota, através do chamado *estreito de Anian*, seria muito mais rápida para chegar às Filipinas. D. García, mais uma vez, foi chamado a dar um parecer, como especialista em questões cartográficas, e denunciou o navegador como o impostor que de facto era.²⁸

Estes três casos sugerem-nos que D. García de Silva y Figueroa, apesar de não se lhe conhecerem estudos académicos formais, seria de facto um especialista de mérito reconhecido em diversas áreas. Era decerto um homem ilustrado, assíduo leitor (e talvez colecionador) de livros da mais diversa natureza, mas sobretudo relacionados com temas históricos e geográficos, precisamente aqueles em que o vemos intervir como voz autorizada. E estava seguramente envolvido de forma activa nos mais importantes debates que sobre estas questões se travavam em Espanha. As suas ligações familiares e sociais, associadas a estas características intelectuais, terão contribuído para que a sua pessoa fosse considerada pelo *Consejo de Estado* quando Filipe III, em 1610, decidiu enviar um novo embaixador à Pérsia.²⁹

²⁶ BNE, *Discursos, relaciones y cartas tocantes a las cenizas, láminas y libros hallados en el Monte Sancto de Granada*, Mss. 7187.

²⁷ Antonio de Herrera y Tordesillas, *Historia general de los hechos de los Castellanos en las Islas i Tierra Firme del Mar Oceano*, 1601. Sobre Herrera, ver Mariano Cuesta Domingo, *Antonio de Herrera y su obra*.

²⁸ Ver Percy G. Adams, *Travelers and Travel Liars, 1660-1800*, pp. 64-79.

²⁹ Sobre o contexto desta embaixada, ver Luis Gil, *El imperio luso-español y la Persia safávida*, vol. II, pp. 241-358; e também Joan-Pau Rubiés, "A Dysfunctional Empire? The European context to Don García de Silva y Figueroa's embassy to Shah Abbas", pp. 85-133.

Faço aqui um pequeno parêntese, para contextualizar esta embaixada. Os portugueses controlavam a ilha de Ormuz, à entrada do Golfo Pérsico, desde os primeiros anos do século XVI. Tratava-se de um lugar estratégico, de primeiríssima importância na densa teia de fortalezas, feitorias e rotas marítimas que configurava o Estado da Índia. A fortaleza de Ormuz era uma das mais rentáveis do Estado da Índia, graças aos direitos cobrados na sua alfândega sobre o intensíssimo tráfico mercantil que cruzava as Portas do Estreito.³⁰

Em 1588, com a subida ao poder de ‘Abbas I, as coisas começaram a mudar, pois o jovem xá iniciou um violento processo de centralização do poder e de consolidação territorial³¹. O xá ‘Abbas começou por estabelecer um exército próprio, conseguindo pouco a pouco liquidar as oposições internas e hegemonizar as sucessivas províncias persas, ao mesmo tempo que reorganizava e centralizava a administração. Uma vez consolidada a sua posição política, através de uma hábil conjugação de campanhas militares e de iniciativas diplomáticas, enfrentou os seus oponentes externos, infligindo sucessivas derrotas aos uzbeques a leste e aos otomanos a oeste, conseguindo reforçar e mesmo alargar as fronteiras do seu império.

O poder safávida começou a estender-se para as margens do Golfo Pérsico, que até então haviam permanecido relativamente autónomas. E, desde o início do século XVII, com a conquista das ilhas de Bahrain, ‘Abbas I desencadeou um lento mas progressivo assalto às posições que os portugueses detinham na região³². Por isso mesmo, a Coroa ibérica, ao longo de várias décadas, tentou de forma continuada estabelecer um diálogo diplomático com o xá ‘Abbas, através de uma regular troca de emissários e de embaixadores. Tratava-se de manter a todo o custo uma posição portuguesa sólida na região do Golfo Pérsico. D. García de Silva y Figueroa era o último de uma série de embaixadores que tentavam manter aberto o diálogo com os safávidas.³³

Voltemos ao parecer do *Consejo de Estado* espanhol que há pouco referi e que é extremamente interessante³⁴. Primeiro, definia quais as qualidades que devia reunir o embaixador, e que segundo os conselheiros eram “muchas y difíciles de hallar en sólo una persona”, e incluíam nomeadamente: ter muita notícia

³⁰ A respeito de Ormuz, ver a síntese de Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, *Ormuz, 1507 e 1622: Conquista e Perda*.

³¹ Sobre a carreira política de ‘Abbas I, ver David Blow, *Shah Abbas: The Ruthless King Who Became an Iranian Legend*.

³² Sobre a queda de Ormuz, ver D. Couto e R. Loureiro, *Ormuz, 1507 e 1622*, pp. 65-113. E a respeito desta temática, merece ainda consulta atenta a obra de Niels Steensgaard, *The Asian Trade Revolution of the Seventeenth Century: The East India Companies and the Decline of the Caravan Trade*.

³³ Estas sucessivas embaixadas são historiadas por Luis Gil, *El imperio luso-español y la Persia safávida*.

³⁴ O parecer é transcrito por Luis Gil, “Biografía de don García de Silva y Figueroa”, p. 21.

daquelas partes; ter muita perspicácia para desvendar as intenções do xá da Pérsia; e ter alguma prática em matéria de fortificações, para organizar a defesa de Ormuz. Em segundo lugar, os conselheiros apresentavam D. García de Silva como o candidato ideal, pois, para além de ter apelido português e se dar cordialmente com os portugueses, era dos maiores cosmógrafos que havia em Espanha, sendo muito lido em histórias portuguesas e um grande estudioso das coisas da Pérsia. Além do mais, como referia o parecer, “no es casado, ni tiene casa que le estorbe”. Estava assim definido o retrato do perfeito embaixador para as circunstâncias da missão à Pérsia que estava a ser delineada nos círculos régios.

Depois de prolongadas negociações, D. García de Silva y Figueroa estava em Lisboa em princípios de 1614, preparado para embarcar nos navios da carreira da Índia, com rumo à Pérsia. Em Lisboa, o embaixador encontrou D. Vicente Nogueira, um português que em tempos conhecera em Madrid³⁵. O célebre bibliófilo ofereceu-lhe um conjunto indefinido de livros, do qual apenas se consegue identificar um dos títulos. Tratava-se de uma volumosa colectânea de textos historiográficos sobre Espanha, em 4 tomos, a *Hispaniae illustratae seu rerum urbiumque Hispaniae, Lusitaniae, Aethiopiae et Indiae scriptores varii*, organizada pelo jesuíta flamengo Andrés Schott, e que fora publicada muito recentemente em Frankfurt³⁶. É este o primeiro título da biblioteca do embaixador que conseguimos identificar com segurança.

D. García fez bom uso deste presente, pois ao longo da viagem marítima até Goa, e durante os primeiros meses de residência naquela cidade, redigiu um pequeno tratado de história de Espanha, que concluiu em meados de 1615, e que terá remetido para Portugal, ao cuidado do seu amigo D. Vicente Nogueira. Esta obra seria publicada alguns anos mais tarde em Lisboa, em 1628, a instâncias do mesmo D. Vicente, a quem de resto estava dedicada. Trata-se da *Hispanicae Historiae Breviarium*, uma obra assaz rara, de que a Biblioteca Nacional de Portugal possui dois exemplares (que curiosamente têm portadas diferentes).³⁷

As peripécias da embaixada e os pormenores do itinerário de D. García são hoje bastante bem conhecidos, e não quero aqui debruçar-me sobre eles. Mas, para

³⁵ A respeito de D. Vicente, um personagem extremamente interessante, ver Martim de Albuquerque, “*Biblos*” e “*Polis*”: *Bibliografia e Ciência Política em D. Vicente de Nogueira (Lisboa, 1586-Roma, 1654)*. As suas relações com o embaixador foram estudadas por Juan Gil, “D. García de Silva y D. Vicente Nogueira”, pp. 411-450.

³⁶ A respeito desta colectânea, ver Fernando Sánchez-Marcos e Fernando González del Campo, “*Historiography and Intellectual Debate in Late Renaissance Europe: The Hispaniae Illustratae by Andreas Schott and Johan Pistrus*”, pp. 175-187.

³⁷ D. García de Silva y Figueroa, *Hispanicae Historiae Breviarium*, Lisboa, 1628, BNP Res. 187 P, disponível em <http://purl.pt/14485>. Existe um outro exemplar em Viena de Áustria, na Österreichische Nationalbibliothek, disponível em <https://books.google/pt>.

o tema que agora nos interessa, vale a pena referir que durante a sua estadia na cidade de Isfahan, em finais de 1619, o embaixador escreveu uma carta a D. Alonso de la Cueva, marquês de Bedmar, que até pouco tempo antes tinha sido embaixador de Espanha em Veneza. Esta missiva chegou rapidamente às mãos do destinatário, que então se encontrava na Flandres e que a fez publicar no ano seguinte em Antuérpia, em tradução latina, com o título *De Rebus Persarum Epistola*³⁸. Trata-se da primeira obra impressa de D. García, e nela o embaixador desvenda algumas das peripécias da sua missão, relatando nomeadamente a visita que tivera ocasião de efectuar às ruínas da antiga Persépolis, nas proximidades da cidade de Xiraz. Pormenor assaz relevante, o embaixador descreve as ruínas da antiga cidade persa com os clássicos na mão, citando diversos autores antigos, mas destacando sobretudo a lição de Diodoro Sículo, historiador grego do século I a.C., que é “entre todos estos autores el que resume la historia de un modo más elegante”³⁹. Este raríssimo opúsculo fornece-nos os primeiros indícios de que D. García de Silva y Figueroa era um leitor aficionado e que muito provavelmente se fazia acompanhar por um conjunto alargado de livros. Aliás, numa outra passagem desta carta, ele queixava-se da falta de livros europeus em Isfahan, “con cuya lectura pudiera recrearse el ánimo”.⁴⁰

Mas é nos *Comentarios* da embaixada à Pérsia que é possível encontrar abundantes indícios da composição da biblioteca do embaixador, pois ao longo das páginas (ou dos fólhos) da obra multiplicam-se as referências livrescas explícitas. D. García viajava com a sua biblioteca à mão, recorrendo frequentemente a um conjunto alargado de títulos para encontrar referências livrescas à geografia e à história antiga e moderna da Pérsia, que eram comparadas com observações feitas no terreno ou com informações recolhidas junto de observadores fidedignos. Vejamos um exemplo.

Já em território persa, durante o trajecto entre Xiraz e Isfahan, percorrido em Abril de 1618, D. García efectuou um pequeno desvio para visitar as celebradas ruínas de Persépolis, como já referi. O embaixador, nas suas próprias palavras, pretendia “ver este famoso y grande edificio, tan digno de ser mirado, y notado, ansi por su antiguedad como, por su estupenda y soberuia grandeza”; mas, logo acrescentava, o local interessava-lhe sobretudo pelo facto de divergi-rem entre si as diversas descrições disponíveis, por não ter havido quem “con propiedad, o alguna erudicion vuiese hecho del, la rrelaçion que mereçia”⁴¹. Por outras palavras, Don García sublinhava a circunstância de o seu testemunho

³⁸ Ver Luis Gil, “La *Epistola de Rebus Persarum* de don García de Silva y Figueroa”.

³⁹ *Ibidem*, p. 81.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 79.

⁴¹ Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. I, p. 270.

ser presencial e, ao mesmo tempo, escorado num sólido saber livresco. Assim, a cuidada descrição do monumento persa, que apresenta nas páginas do seu itinerário de viagem⁴², é complementada por múltiplas remissões a uma bibliografia especializada, para além de ser ilustrada por oito desenhos expressamente realizados pelo pintor que acompanhava a comitiva.⁴³

As menções a Diodoro Sículo repetem-se ao longo de toda a descrição de Persépolis⁴⁴, surgindo também em outras secções dos *Comentarios*⁴⁵. O próprio embaixador identifica a edição que tinha à sua disposição, “la version de Diodoro, de Angelo Cospo Boloñes”, cujas descrições confronta com o cenário que tinha diante dos olhos⁴⁶. Angelo Bartolomeo Cospi foi responsável por uma tradução parcial da obra de Diodoro, primeiro impressa em Viena em 1516, e logo no ano seguinte em Veneza, com o título *Diodori Siculi Scriptoris Graeci Libri duo*⁴⁷. Esta obra revestir-se-ia de especial importância para um viajante ilustrado, já que incluía largas secções sobre a Ásia, e nomeadamente sobre as viagens orientais do célebre Alexandre Magno, que é repetidamente invocado nos *Comentarios*.⁴⁸

Outros autores antigos são também convocados por D. García para testemunharem sobre Persépolis, e nomeadamente “Arriano, [...] Plutarcho y Quinto Curçio”, os quais, segundo refere o embaixador, “engrandeçen y alaban encarecidamente el mucho primor, y hermosura deste soberuio palaçio”⁴⁹. O historiador romano de origem grega Arriano de Nicomédia, também conhecido como Lúcio Flávio Arriano (séculos I-II), era o autor da fonte mais credenciada sobre os feitos de Alexandre Magno, e a sua *Anabasis* fora em várias ocasiões publicada na Europa, nomeadamente numa versão italiana integral, em Veneza, em 1544, com o título *De i fatti del magno Alessandro*⁵⁰. As *Vidas Paralelas* de Plutarco, his-

⁴² *Ibidem*, pp. 270-286. As ruínas de Persépolis haviam sido anteriormente referidas, e mesmo descritas com alguma atenção, por viajantes portugueses, ver José Nunes Carreira, *Outra Face do Oriente: O Próximo Oriente em relatos de viagem*, pp. 151-159.

⁴³ Cf. reproduções destes desenhos em G. Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. I, extra-texto, figuras 7 a 14.

⁴⁴ G. Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. I, pp. 284-285.

⁴⁵ *Ibidem*, vol. II, pp. 389, 473, 477.

⁴⁶ *Ibidem*, vol. I, p. 285.

⁴⁷ Ver Massimo Danzi, *La biblioteca del Cardinal Pietro Bembo*, p. 156.

⁴⁸ G. Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. I, pp. 140, 141, 201, 259, 268-270, 284; vol. II, pp. 387-388, 395, 403, 429, 445, 452, 473, 476-477 e 504. Para uma edição moderna das secções da *Biblioteca Histórica* referentes à Ásia, ver Diodorus Siculus, *The Antiquities of Asia: A Translation with Notes of Book II of the 'Library of History'*.

⁴⁹ G. Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. I, p. 284.

⁵⁰ Ver George B. Parks, “The Contents and Sources of Ramusio’s *Navigazioni*”, pp. 1-39 (cf. p. 11). Para uma edição moderna do relato de Arriano sobre a viagem de Alexandre, ver Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, ed. Marica Milanese, vol. II, pp. 429-462.

toriador de origem grega (séculos I-II), sobretudo os livros XVI e XVII, eram também uma fonte indispensável para o conhecimento da gesta alexandrina, leitura obrigatória para um viajante como D. García, e é provável que o embaixador tivesse à mão uma das muitas edições da obra saídas dos prelos europeus depois de a primeira versão latina integral ser impressa em meados do século XV.⁵¹

Entretanto, Arriano era também autor de um conhecido *Périplo do Mar Eritreu*, repetidamente editado na época, e que D. García decerto conheceria, através da versão publicada por Giovanni Battista Ramusio no primeiro volume das suas *Navigazioni et Viaggi*, primeiro impresso em Veneza em 1550, com numerosas edições subsequentes⁵². Quanto a Quinto Cúrcio Rufo, historiador romano do século I, edições latinas da biografia algo romanceada, *De rebus gestis Alexandri Magni*, tinham começado a circular impressas também a partir de meados do século XV um pouco por toda a Europa, e é quase certo que Silva y Figueroa possuía uma dessas edições, tanto mais que volta a referir-se ao mesmo autor noutra secção dos *Comentarios* de uma forma muito precisa⁵³. As observações de Silva y Figueroa sobre a visita às ruínas de Persépolis, entretanto, são explicitamente confrontadas com os escritos de dois outros autores modernos, um dos quais coetâneo do embaixador.

Em primeiro lugar, os *Comentarios* fazem referência a “Sebastian Serlio Boloñes” e à sua “Architectura antigua y moderna”⁵⁴. D. García adianta tratar-se de um dos poucos autores que terão tido alguma notícia das antigas ruínas persas, embora critique as imprecisões da respectiva iconografia: “dexandonos una estampa de este edificio, esta es de quarenta columnas pequenas, no señalando su grandeza”⁵⁵. Estava a aludir ao conhecido teórico italiano Sebastiano Serlio, cuja obra *D'Archittetura* foi publicada ao longo do século XVI, quer em livros autónomos, quer em edições integrais, numa ordem algo complexa. O embaixador teria também disponível em Espanha uma tradução parcial das obras de Serlio, da autoria de Francisco de Villalpando, *Tercero y Quarto Libro de Architectura*,

⁵¹ Para outras referências do embaixador a Plutarco, cf. G. Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. II, p. 434 e p. 450. Sobre estes dois autores, Arriano e Plutarco, ver N. G. L. Hammond, *Sources for Alexander the Great: An Analysis of Plutarch's 'Life' and Arrian's 'Anabasis Alexandrou'*.

⁵² Ver George B. Parks, “The Contents and Sources”, p. 12. Para uma edição moderna do relato de Arriano, ver Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, ed. Marica Milanese, vol. II, pp. 497-536.

⁵³ Quando se refere aos Jardins Suspensos da antiga Babilónia: Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. II, p. 472. Sobre Quinto Cúrcio, ver Elizabeth Baynham, *Alexander the Great: The Unique History of Quintus Curtius*. O texto de Quinto Cúrcio era bem conhecido na Península Ibérica, como releva Ellen M. Oliveira, em *The Portuguese Alexander*.

⁵⁴ G. Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. I, p. 285.

⁵⁵ *Ibidem*, vol. I, p. 285.

publicada em Toledo em 1552⁵⁶. E faria todo o sentido, para alguém como Silva y Figueroa, interessado em antiguidades orientais e que planeasse viajar pela Ásia, fazer-se acompanhar da obra do arquitecto italiano, que era amplamente ilustrada. Possuiria assim um manual bem informado sobre estilos arquitectónicos, que permitira uma melhor descodificação de eventuais ruínas antigas encontradas durante a jornada.

Em segundo lugar, os *Comentarios* contêm na secção dedicada a Persépolis uma curiosa alusão à “rrelaçion, que fray Antonio de Gouea, Obispo de Çirene le hizo, en España”⁵⁷. À primeira vista poderia tratar-se de uma referência a um encontro ocorrido algures em Portugal ou Espanha, entre Gouveia e o embaixador. No fim de contas, o religioso agostinho visitara anteriormente a Pérsia como membro de duas embaixadas, primeiro em 1602-1603 e depois em 1608-1609. Adiante, efectuara uma viagem à Europa entre 1610 e 1613, acompanhando um embaixador persa⁵⁸. Por esta altura, frei António de Gouveia seria, fora de qualquer dúvida, um dos melhores conhecedores ibéricos de assuntos persas. E, durante uma das suas peregrinações através da Pérsia, tivera oportunidade de visitar as ruínas de Persépolis. Nada mais natural do que um encontro entre o antigo e o novo embaixador, em 1612 ou 1613, depois da nomeação de Silva y Figueroa para a missão à Pérsia.

Contudo, a indicação consignada nos *Comentarios* pode também referir-se à obra que António de Gouveia publicou em Lisboa em 1611, a *Relaçam em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grãde Rey da Persia Xá Abbas do grão Turco Mahometto & seu filho Amethe*, na qual descreve circunstanciadamente as suas viagens iranianas, incluindo a visita efectuada a Persépolis⁵⁹. D. García, sempre interessado em livros, teria oportunidade de adquirir esta obra nas livrarias lisboetas durante a sua estância na capital portuguesa, e nela faria decerto proveitosas leituras. Gouveia dedica três páginas à descrição das ruínas de “Chelminara”, que em língua persa “quer dizer quarenta alcorões”⁶⁰. E nota mesmo as curiosas inscrições que ali se encontravam e que ninguém conseguia decifrar, “porque nam são Parsias, nem Arabias, nem Armenias, nem Hebreas,

⁵⁶ Sobre Serlio, ver Sabine Frommel, *Sebastiano Serlio, architecte de la Renaissance*. A respeito do arquitecto Francisco de Villalpando, ver J. R. Paniagua, “Sobre la teoria de la arquitectura en España en el siglo XVI. Fecha y fuentes de la traducción castellana del tratado de arquitectura de Sebastián Serlio”.

⁵⁷ G. Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. I, p. 285.

⁵⁸ Ver Rui Manuel Loureiro, “The Persian ventures of Fr. António de Gouveia”, pp. 249-264. Para uma biografia do frade agostinho, ver Carlos Alonso, *Antonio de Gouea, O.S.A.*

⁵⁹ Frei António de Gouveia, *Relaçam em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grãde Rey da Persia Xá Abbas do grão Turco Mahometto & seu filho Amethe*, fls. 30v-32.

⁶⁰ *Ibidem*, fls. 30v-31.

que sam as que hoje correm por aquellas partes”⁶¹. Mas não chega a identificar o lugar visitado como a antiga Persépolis, diversamente do que fará o embaixador espanhol poucos anos mais tarde. De resto, Don García considera que o frade agostinho se ocupou apenas “indistinta y confusamente, de aquesta insigne fabrica”.⁶²

Torna-se evidente, pois, que D. García de Silva y Figueroa viajou através do Oriente munido de uma biblioteca especializada, que foi manuseando e utilizando ao correr das suas deambulações, como adjuvante na descodificação e na descrição da geografia e da história das regiões visitadas. Ao longo dos *Comentarios*, assim, sobretudo em determinadas secções de natureza mais historiográfica, abundam as referências intertextuais a autores antigos e modernos, em alguns casos de forma muito discreta, noutros casos em termos apologéticos, noutros casos ainda de forma abertamente crítica. A lista de autoridades referenciadas é bastante longa, integrando nomes muito sonantes, ao lado de figuras menos conhecidas. Para além da já mencionada descrição de Persépolis, que é pontuada por numerosas citações bibliográficas, pode apontar-se o caso exemplar da menção às antigas Amazonas, momento em que o embaixador se apoia num alargado conjunto de referências livrescas para comprovar a existência, também na Europa, de mulheres guerreiras:

sin la memoria que dellas hazen Juan Magno y Olao Magno, aunque sospechosos de ser mas largos de lo *que* la rrazon pide, la auturidad de Juan Saxon, basta para darse credito, a lo que açerca desto en su Historia escriue [...]. Hector Boeçio y Virgilio Polidoro, en las perpetuas y sangrientas guerras de los Pictos y Scotos, y en las de estos con los Ingleses, nos dicen, auer muchas vezes, peleado mugeres entre los esquadrones armados de los honbres. [...] Y aunque se pudieran çitar otros muchos autores, dos se offreçen agora a la memoria *que* con mucha distincion escriuen lo tocante a estas señaladas mugeres, que son Eneas Siluio, *que* fue Sumo Pontifiçe, y se llamo Pio Sigundo, y Juan, obispo Olmuçense, en la Historia particular que escriuiuo del Reyno de Bohemia.⁶³

As fontes citadas são de identificação relativamente simples, e revelam mais alguns títulos que poderiam fazer parte da biblioteca do embaixador. A primeira referência diz respeito aos irmãos suecos Johannes Magnus e Olaus Magnus, duas conhecidas figuras no mundo católico quinhentista: um deles,

⁶¹ *Ibidem*, fl. 32. Ver, a propósito, José Nunes Carreira, *Do Preste João às ruínas da Babilónia: viajantes portugueses na rota das civilizações orientais*, pp. 85-98.

⁶² G. Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. I, p. 285.

⁶³ G. Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. II, p. 436.

que foi arcebispo de Uppsala, escreveu uma *Gothorum Suevorumque Historia*, publicada postumamente em Roma em 1554, com diversas edições posteriores; o outro foi autor, entre outras obras, de uma monumental *Historia de Gentibus Septentrionalibus*, impressa também em Roma, em 1555, e que depois conheceu outras edições e traduções. Em ambas as obras, de facto, apareciam referências às amazonas⁶⁴. Surge depois, no trecho citado dos *Comentarios*, um algo enigmático “Juan Saxon”, autor de uma “Historia” merecedora de grande “credito”, nas palavras de D. García de Silva y Figueroa. É possível identificar um humanista frísio chamado Johannes Saxonijs, activo no século XVI, mas que escreveu sobretudo textos relacionados com retórica.⁶⁵

Provavelmente, o embaixador Silva y Figueroa teria cometido aqui um lapso, e estaria antes a referir-se a Saxo Grammaticus, um escritor dinamarquês dos séculos XII-XIII, autor de uma obra de natureza cronística, primeiro impressa em Paris em 1514 sob o título *Danorum Regum heroumque Historiae*. Esta crónica dos “reis e heróis” dos dinamarqueses, que conheceria alguma popularidade no século XVI, continha efectivamente diversas alusões a amazonas⁶⁶. De seguida, é citado Hector Boece, um universitário escocês dos séculos XV-XVI, autor de uma *Scotorum historiae a prima gentis origine*, impressa em 1527 em Paris pela primeira vez, mas com variadas edições e traduções subsequentes⁶⁷. Por seu lado, Polidoro Virgílio era um humanista italiano que nos primeiros anos do século XVI se fixou em Inglaterra; autor de uma vasta obra, publicou em Basileia, em 1534, uma *Anglica Historia*, que seria depois repetidamente editada e que é certamente o título a que se refere Don García.⁶⁸

Quanto a Enea Silvio Piccolomini, trata-se de um humanista italiano bem conhecido, que entre 1458 e 1464 foi papa sob o nome de Pio II. Autor de uma obra vasta e diversificada, escreveu nomeadamente uma *Historia Bohemica*, com primeira edição em Roma, 1475, que mais tarde seria incluída nas suas *Opera omnia* publicadas em Basileia em 1551, e depois repetidamente ao longo do século XVI. Talvez Don García se estivesse a referir a este texto, já que a

⁶⁴ Sobre os irmãos Magnus e as suas relações com o humanismo português, ver Jean Aubin, *Le Latin et l’Astrolabe*, vol. I, pp. 237-307. Existe uma tradução inglesa recente da obra de Olaus Magnus, *A Description of the Northern Peoples, 1555*.

⁶⁵ Ver Lawrence D. Green e James J. Murphy, *Renaissance Rhetoric: Short-Title Catalogue 1460-1700*, p. 390.

⁶⁶ Sobre este cronista, ver os ensaios recolhidos em Karsten Friis-Jensen (ed.), *Saxo Grammaticus: A Medieval Author Between Norse and Latin Culture*. Para uma edição moderna da obra, ver Saxo Grammaticus, *The History of the Danes*.

⁶⁷ Sobre Boece, ver Peter G. Bietenholz e Thomas B. Deutscher (eds.), *Contemporaries of Erasmus*, vol. I, p. 158. Para uma tradução inglesa da obra, ver Hector Boece, *The History and Chronicles of Scotland*.

⁶⁸ A respeito de Polidoro, ver Bietenholz & Deutscher (eds.), *Contemporaries of Erasmus*, vol. III, pp. 397-399. Para uma tradução inglesa, ver *The Anglica Historia of Polydore Vergil, A.D. 1485-1537*.

respectiva citação ocorre juntamente com outra referência bibliográfica relacionada com a história da Boémia. E, neste caso, poderia estar a utilizar uma tradução espanhola, *La historia de Bohemia en romance*, impressa em Sevilha em 1509⁶⁹. Mas não deve ser posta de parte a possível utilização, pelo embaixador Silva y Figueroa, da descrição da Ásia da autoria do mesmo Enea Silvio, que também conheceu grande popularidade em finais do século XV e primeiros anos da centúria imediata, e onde se repetem as alusões a amazonas⁷⁰. Enfim, o bispo “Olmuçense” é identificável com o humanista checo Johannes Dubravius, também conhecido como Jan Skala, bispo de Olomouc, na Boémia, que em 1552 publicou em Prossnitz, na Morávia, uma *Historia regni Boemiae*. Esta obra foi depois várias vezes reimpressa em outras cidades europeias, aparecendo o autor identificado como *Episcopi Olomucensis*.⁷¹

Note-se de passagem que não deixa de ser interessante o conhecimento que o embaixador revela de todas estas obras relacionadas com a história medieval da Europa do Norte, um tópico da sua cultura que mereceria posterior inquérito. D. García de Silva cultivaria decerto um activo interesse pelo “mito gótico”, tão popular entre os escritores espanhóis dos séculos XVI e XVII, que discutiam a possível influência dos godos na história de Espanha⁷². Entretanto, e curiosamente, muitos dos títulos incluídos na biblioteca de D. García surgem igualmente nas listas de leituras de outros autores ibéricos com experiência oriental. Diogo do Couto, que viveu longos anos na Índia, onde escreveu as suas *Décadas da Asia*, refere muitas das obras e autores citados por Don García⁷³. Este facto não deixa de ser interessante, já que o embaixador se terá decerto cruzado com o cronista português, que viveu em Goa até 1616, data da sua morte. Muito provavelmente, Silva y Figueroa possuiria mesmo um exemplar da *Década Quarta* de Couto, que fora impressa em Lisboa em 1612, precisamente na altura da sua passagem pela capital portuguesa⁷⁴. Seria a mais óbvia das aquisições para qualquer homem de cultura em vésperas de embarcar para o Oriente.

⁶⁹ Ver Bietenholz & Deutscher (eds.), *Contemporaries of Erasmus*, vol. III, pp. 97-98. A bibliografia sobre Enea Silvio é vastíssima; ver por exemplo Rosamund J. Mitchell, *The Laurels and the Tiara*.

⁷⁰ Ver Eneas Silvio Piccolomini (Papa Pío II), *Descripción de Asia*.

⁷¹ A bibliografia sobre Dubravius, mais conhecido pelos seus tratados sobre peixes e piscicultura, não abunda. Ver a síntese (que não pude consultar) de Ivo Hlobil & Eduard Petru, *Humanism and the Early Renaissance in Moravia*.

⁷² De entre uma abundante bibliografia sobre o tema, ver Rafael González Fernández, “El mito gótico como configurador de la Nación Española”.

⁷³ A propósito de Couto, das suas *Décadas* e das fontes nelas utilizadas, consultar Rui Manuel Loureiro, *A biblioteca de Diogo do Couto*.

⁷⁴ Ver a edição crítica desta obra, Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*.

Muitas outras referências livrescas se conseguem identificar nos *Comentarios* de Silva y Figueroa, que aparece assim como um verdadeiro viajante ilustrado. Para além de outros exemplos que se poderiam citar, vejamos as menções explícitas a autores como:

- “Marco Polo”, o célebre viajante medieval veneziano, de que D. García conheceria decerto o relato de viagens, talvez na versão que dele publicou o erudito italiano Giovanni Battista Ramusio, no segundo volume das suas *Navigazioni et Viaggi*, impresso pela primeira vez em Veneza em 1559.⁷⁵
- “Rui González Clavijo” ou Ruy González de Clavijo, um emissário espanhol que em inícios do século XV viajou até Samarcanda; o relato da sua embaixada foi publicado em Sevilha por Gonzalo Argote de Molina, em 1582, como *Historia del Gran Tamorlan*, e esta obra faria decerto parte da biblioteca de Silva y Figueroa.⁷⁶
- “Busbequio”, uma alusão a Ogier Ghiselin de Busbecq, diplomata flamengo enviado a Istambul, que de regresso aos Países Baixos publicou um conjunto de cartas sobre a sua missão com o título *Itinera Constantinopolitana et Amasium*, impresso em Antuérpia em 1581.⁷⁷

A lista é extraordinária, como se pode verificar, e aqui está incompleta⁷⁸. Inclui uma mistura de autores antigos, medievais e modernos que se ocuparam de assuntos orientais, dando a ideia de que D. García de Silva y Figueroa, tal como o faria um viajante actual, preparou minuciosamente a sua viagem à Pérsia, através da consulta de numerosas obras histórico-geográficas que então estavam disponíveis na Europa em edições impressas. Entretanto, as fontes livrescas são utilizadas por Silva y Figueroa sempre de forma activa e crítica, em confronto com a experiência no terreno e com as notícias de informadores locais.

Pormenor interessante, o diplomata espanhol, de forma assaz inovadora, tenta construir um saber geográfico e histórico que incorpore não só a lição de

⁷⁵ G. Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. II, pp. 389-390. Para uma edição recente do relato poliano, ver Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, ed. Milanese, vol. III, pp. 21-297; sobre a edição ramusiana, ver Toni Veneri, “Il riscato geografico di Marco Polo”.

⁷⁶ G. Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. II, p. 413. Ver edição e comentários a este relato em Rafael López Guzmán (ed.), *Viaje a Samarcanda: Relación de la Embajada de Ruy González de Clavijo (1403-1406)*.

⁷⁷ G. Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. II, p. 432. Para uma edição recente da obra do escritor flamengo, ver Ogier Ghiselin de Busbecq, *Les Lettres Turques*; sobre Busbecq, ver Ignace Dalle, *Un Européen chez les Turcs: Auger Ghiselin de Busbecq (1521-1591)*.

⁷⁸ Para identificação dos autores e títulos citados por D. García de Silva, com referências bibliográficas, ver R. Loureiro, *A biblioteca do Embaixador*, pp. 97-195.

autores ocidentais, mas também a de escritores orientais. E é esta uma das características mais relevantes dos *Comentarios*, a utilização regular de fontes persas, na reconstituição da história e da geografia da Ásia. E estas fontes são sistematicamente confrontadas com a lição dos escritores europeus, amiúde de forma muito positiva. Pelo menos três distintas crónicas persas são extensamente citadas nos *Comentarios*, das quais D. García terá obtido traduções portuguesas ou espanholas em Isfahan, junto dos missionários agostinhos ou carmelitas ali residentes. As suas referências apontam para os escritos de “Condamir e Mirhon, autores de grande autoridade”, e também para a crónica de “Califa Emir Alixir que tambien nos la dexo aunque en su lingua Persiana”⁷⁹. Estas alusões concentram-se na secção dos *Comentarios* dedicada à biografia do grande conquistador asiático Tamerlão, que parece ter impressionado sobremaneira o embaixador espanhol, tal a proximidade da sua narrativa.⁸⁰

D. García de Silva referia-se, por um lado, a dois nomes bem conhecidos. Um deles era Mirkhvand (ou Muhammad ibn Sayyd Burhan al-Din Khvandsha), cronista de língua persa muito activo em Herat, na corte timúrida, sob o patrocínio de Mir ‘Alishir, um dos conselheiros do sultão Hasayn Bayqara. A obra em questão seria uma secção da extensíssima crónica *Rauzat al-safa* (ou ‘Jardim da Pureza’), completada nos últimos anos do século XV⁸¹. O outro cronista era Khvandamir (ou Ghias al-Din ibn Human al-Din Muhammad), neto do primeiro, homem de letras que viveu em Herat na passagem do século XV para o século XVI, e que foi também patrocinado por Mir ‘Ali Shir. Entre outras obras, este cronista de língua persa compilou um conjunto de biografias a que se dá o título de *Habibu’s-siyar* (ou ‘Estimadas Biografias’), onde surge um panegírico de Tamerlão⁸². Ambas as obras, ou partes delas, poderiam ter sido adquiridas por D. García de Silva em Ormuz ou Isfahan, em tradução portuguesa ou espanhola. Por outro lado, a menção do embaixador espanhol a um enigmático “Califa Emir Alixir” poderia reportar-se a Mir ‘Ali Shir Nava’i, já antes referido. Para além de uma obra multifacetada, que englobava sobretudo composições poéticas em língua turco-chagatai, este político e homem de letras, muito activo em Herat, na segunda metade do século XV, escreveu também textos de natureza historiográfica.⁸³

⁷⁹ G. Silva y Figueroa, *Comentarios de la Embaxada*, vol. II, pp. 394-395.

⁸⁰ *Ibidem*, pp. 396-416. Sobre estas questões, ver Rui Manuel Loureiro, “The History of Tamerlan in Don García de Silva y Figueroa’s *Comentarios* (1624)”.

⁸¹ Para uma tradução parcial em língua inglesa, ver Mirkhvand, *Rauzat-us-safa or, Garden of Purity*. Sobre a cronística timúrida, ver Michele Bernardini, *Mémoire et Propagande à l’Époque Timouride*.

⁸² Ver tradução inglesa parcial, Khvandamir, *Habibu’s-siyar – Tome three: The Reign of the Mongol and the Turk*. Sobre Khvandamir, ver M. Bernardini, *Mémoire et Propagande*.

⁸³ Sobre ‘Ali Shir, ver V. V. Barthold, *Four Studies on the History of Central Asia*, vol. III, pp. 1-72.

Uma nota final para referir os silêncios mais significativos de D. García de Silva y Figueroa, que nunca cita nem refere as obras de três viajantes que o tinham antecedido muito recentemente naquelas paragens asiáticas, e que também tinham publicado relatos de viagem. Em primeiro lugar, D. Juan de Persia, um persa convertido ao catolicismo, de seu nome Uruj Beg Bayat, que, depois de se fixar em Espanha em inícios do século XVII, publicou em Valladolid em 1604 umas curiosíssimas *Relaciones*, que continham alargadas notícias sobre a geografia e a história dos territórios persas⁸⁴. Em segundo lugar, Pedro Teixeira, um físico e viajante português que estanciou longamente em Ormuz e na Pérsia, e que de regresso à Europa publicou as suas *Relaciones* (note-se a coincidência do título) em Antuérpia em 1610⁸⁵. E em terceiro lugar frei Gaspar de São Bernardino, um franciscano português que viajou por terra desde Ormuz até às margens orientais do Mediterrâneo, que em Lisboa, em 1611, publicou o seu *Itinerário da Índia por terra*, descrevendo as peripécias da sua jornada e os territórios atravessados.⁸⁶

É pouco provável que o embaixador espanhol não levasse estes três livros na sua biblioteca pessoal, mas o facto de nunca os citar parece sugerir a sua intenção de se apresentar ao futuro público leitor como um especialista e um descobridor em termos de realidades centro-asiáticas, pois parece evidente que D. García de Silva y Figueroa pretenderia publicar os seus *Comentarios*, na sequência do eventual regresso à Europa, que afinal nunca se concretizou. E a obra do embaixador espanhol, de facto, lê-se como um itinerário simultaneamente vivencial e livresco dos caminhos da Pérsia e das regiões asiáticas circundantes. D. García aparece-nos como um homem extremamente culto e informado, possuidor de vasta erudição, conhecedor dos meandros da *república das letras* europeia, inserido numa alargada rede de contactos intelectuais e possuidor de um significativo conjunto de obras impressas.

⁸⁴ A respeito deste curioso autor, ver José Francisco Cutillas Ferrer, “Las Relaciones de Don Juan de Persia: una imagen exótica de Persia narrada por un musulmán shii convertido al cristianismo a principios del s. XVII”; e também Juan Gil, “Tras las huellas de don Juan de Persia y otros persas”.

⁸⁵ Sobre Teixeira, ver Rui Manuel Loureiro, “Medical Practices and Asian Drugs in the *Relaciones* of Pedro Teixeira (Antwerp, 1610)”.

⁸⁶ Sobre frei Gaspar, ver Paulo Mendes Pinto e Célia do Carmo José, *Bíblicos, antigos e contemporâneos na formulação do conhecimento Renascentista: a biblioteca virtual de Frei Gaspar de São Bernardino*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MANUSCRITOS

- Comentarios de don García de Silva que contienen su viaje a la India y de ella a Persia, cosas notables que vió en él y los sucesos de la embajada al Sophi*, BNE, Mss. 18217
- Discursos, relaciones y cartas tocantes a las cenizas, láminas y libros hallados en el Monte Sancto de Granada*, BNE, Mss. 7187

IMPRESSOS

- ADAMS, Percy G., *Travelers and Travel Liars, 1660-1800*, Berkeley / Los Angeles, University of California Press, 1962
- ALBUQUERQUE, Afonso Brás de, *Comentários de Afonso de Albuquerque*, ed. Joaquim Veríssimo Serrão, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973
- ALBUQUERQUE, Martim de, *“Biblos” e “Polis”: Bibliografia e Ciência Política em D. Vicente de Nogueira (Lisboa, 1586 – Roma, 1654)*, Lisboa, Vega, 2005
- ALONSO, Carlos, *Antonio de Gouvea, O.S.A., Diplomático y Visitador Apostólico en Persia (†1628)*, Valladolid, Ed. Estudio Agustiniano, 2000
- ALONSO, Carlos, *La embajada a Persia de D. García de Silva y Figueroa (1612-1624)*, Badajoz, Diputación Provincial de Badajoz, 1993
- ASENJO-GONZÁLEZ, María, “Función pacificadora y judicial de los corregidores en las villas y ciudades castellananas, a fines de la edad media”, *Medievalista*, n.º 18, 2015, edição on-line, www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista
- AUBIN, Jean, *Le Latin et l’Astrolabe*, 3 vols., Lisboa / Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian & Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1996-2006
- BARTHOLD, V. V., *Four Studies on the History of Central Asia*, trad. V. Minorsky & Tatiana Minorsky, 4 vols., Leiden, Brill, 1956-1962
- BAYNHAM, Elizabeth, *Alexander the Great: The Unique History of Quintus Curtius*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1998
- BERNARDINI, Michele, *Mémoire et Propagande à l’Époque Timouride*, Paris, Association pour l’Avancement des Études Iraniennes, 2008
- BLOW, David, *Shah Abbas: The Ruthless King Who Became an Iranian Legend*, Londres / Nova Iorque, I. B. Tauris, 2009
- BOECE, Hector, *The History and Chronicles of Scotland*, trad. John Bellenden, 2 vols., Edimburgo, W. and C. Tait, 1821
- CARREIRA, José Nunes, *Do Preste João às ruínas da Babilónia: viajantes portugueses na rota das civilizações orientais*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1990

- CARREIRA, José Nunes, *Outra Face do Oriente: O Próximo Oriente em relatos de viagem*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997
- COUTO, Dejanirah; LOUREIRO, Rui Manuel, *Ormuz, 1507 e 1622: Conquista e Perda*, Lisboa, Tribuna da História, 2007
- COUTO, Dejanirah, “New insights into the History of Oman in the Sixteenth Century: a Contribution to the Study of the Evolution of the Muscat Fortifications”, in Rui Manuel Loureiro, Zoltán Biedermann e Eva Nieto McAvoy (eds.), *Anotações e Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os “Comentarios” da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa & Universidade dos Açores, 2011, pp. 129-153
- COUTO, Diogo do, *Década Quarta da Ásia*, ed. Maria Augusta Lima Cruz, 2 vols., Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Oriente & Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999
- DALLE, Ignace, *Un Européen chez les Turcs: Auger Ghiselin de Busbecq (1521-1591)*, Paris, Fayard, 2008
- DANZI, Massimo, *La biblioteca del Cardinal Pietro Bembo*, Genebra, Droz, 2005
- DIODORUS SICULUS, *The Antiquities of Asia: A Translation with Notes of Book II of the ‘Library of History’*, ed. Edwin Murphy, New Brunswick, New Jersey, Transaction Publishers, 1989
- DOMINGO, Mariano Cuesta, *Antonio de Herrera y su obra*, Segóvia, Colegio Universitario de Segovia, 1998
- FERRER, José Francisco Cutillas, “Las Relaciones de Don Juan de Persia: una imagen exótica de Persia narrada por un musulmán shií convertido al cristianismo a principios del s. XVII”, *Sharq Al-Andalus*, n.º 16-17, 1999-2002, pp. 213-228
- FRANCO, Fernando Marías, “Don García de Silva y Figueroa y la percepción del oriente: la ‘Descripción de Goa’”, *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte*, n.º 14, 2002, pp. 137-149
- FRIIS-JENSEN, Karsten (ed.), *Saxo Grammaticus: A Medieval Author Between Norse and Latin Culture*, Copenhagen, Museum Tusulanum Press, 1981
- FROMMEL, Sabine, *Sebastiano Serlio, architecte de la Renaissance*, Paris, Gallimard, 2002
- G. BIETENHOLZ, Peter; DEUTSCHER, Thomas B. (eds.), *Contemporaries of Erasmus: A Biographical Register of the Renaissance and Reformation*, 3 vols., Toronto, University of Toronto Press, 2003

- GARCÍA-ARENAL, Mercedes; MEDIANO, Fernando Rodríguez, *Un Oriente español: Los moriscos y el Sacromonte en tiempos de Contrarreforma*, Barcelona, Marcial Pons, 2010
- GHISELIN DE BUSBECQ, Ogier, *Les Lettres Turques*, trad. / ed. Dominique Arrighi, Paris, Honoré Champion, 2010
- GIL, Luis (ed.), *García de Silva y Figueroa: Epistolario Diplomático*, Cáceres, Institución Cultural “El Brocense”, 1989
- GIL, Juan, “Tras las huellas de don Juan de Persia y otros persas”, *Silva – Estudios de humanismo y tradición clásica*, n.º 2, 2003, pp. 111-130
- GIL, Luis, *El imperio luso-español y la Persia safávida*, 2 vols., Madrid, Fundación Universitaria Española, 2006-2009
- GIL, Juan, “D. García de Silva y D. Vicente Nogueira”, in Rui Loureiro e Vasco Resende (eds.), *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os “Comentarios” da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa & Universidade dos Açores, 2011, pp. 411-450
- GIL, Luis, “Biografía de don García de Silva y Figueroa”, in Rui Loureiro e Vasco Resende (eds.), *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os “Comentarios” da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa & Universidade dos Açores, 2011, pp. 3-59
- GIL, Luis, “La *Epistola de Rebus Persarum* de don García de Silva y Figueroa”, in Rui Loureiro e Vasco Resende (eds.), *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os “Comentarios” da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa & Universidade dos Açores, 2011, pp. 61-83
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Rafael, “El mito gótico como configurador de la Nación Española”, in F. Carmona Fernández e J.M. García Cano (eds.), *Europa y sus Mitos*, Murcia, Universidad de Murcia, 2004, pp. 127-141
- GONZÁLEZ, José María Moreno; SHAW, Carlos Martínez, *Un extremeño en la Persia del siglo XVII: Nuevos testimonios de la embajada de don García de Silva y Figueroa (1614-1624)*, Badajoz, Diputación de Badajoz, 2016
- GOUVEIA, Frei António de, *Relaçam em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grãde Rey da Persia Xá Abbas do grão Turco Mahometto & seu filho Amethe*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1611
- GREEN, Lawrence D.; MURPHY, James J., *Renaissance Rhetoric: Short-Title Catalogue 1460-1700*, Aldershot, Ashgate, 2006
- HAMMOND, N. G. L., *Sources for Alexander the Great: An Analysis of Plutarch's ‘Life’ and Arrian's ‘Anabasis Alexandrou’*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993

- HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de, *Historia general de los hechos de los Castellanos en las Islas i Tierra Firme del Mar Oceano*, Madrid, Emplenta Real, 1601
- HLOBIL, IVO; PETRU, Eduard, *Humanism and the Early Renaissance in Moravia*, trad. Jana Stoddart & Michael Stoddart, Olomouc, Votobia, 1999
- KEENS-SOPER, Maurice, “Abraham de Wicquefort and diplomatic theory”, *Diplomacy & Statecraft*, vol. 8, n.º 2, 1997, pp. 16-30
- KHVANDAMIR, *Habibu’s-siyar – Tome three: The Reign of the Mongol and the Turk*, trad. W.M. Thackston, 2 vols., Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1994
- LÓPEZ GUZMÁN, Rafael (ed.), *Viaje a Samarcanda: Relación de la Embajada de Ruy González de Clavijo (1403-1406)*, Granada, El Legado Andalusi, 2009
- LOUREIRO, Rui Manuel, *A biblioteca de Diogo do Couto*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1998
- LOUREIRO, Rui Manuel, “The Persian ventures of Fr. António de Gouveia”, in Rudi Matthee e Jorge Flores (eds.), *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*, Lovaina, Peeters, 2011, pp. 249-264
- LOUREIRO, Rui Manuel, *A biblioteca do Embaixador: Os livros de D. García de Silva y Figueroa*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2014
- LOUREIRO, Rui Manuel, “The History of Tamerlan in Don García de Silva y Figueroa’s *Comentarios* (1624)”, in Enrique García Hernán, José Cutillas Ferrer e Rudi Matthee (eds.), *The Spanish Monarchy and Safavid Persia in the Early Modern Period: Politics, War and Religion*, Valencia, Albatros, 2016, pp. 177-198
- LOUREIRO, Rui Manuel, “Medical Practices and Asian Drugs in the *Relaciones* of Pedro Teixeira (Antwerp, 1610)”, *Romance Philology*, vol. 71, n.º 2, 2017, pp. 499-522
- LUZ, Francisco Mendes da, *O Conselho da Índia: Contributo ao estudo da administração e do comércio do ultramar português nos princípios do século XVI*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952
- MAGNUS, Olaus, *A Description of the Northern Peoples, 1555*, ed. Peter Foote, trad. Peter Fisher & Humphrey Higgins, 3 vols., Londres, Hakluyt Society, 1996-1998
- MÉNAGER, Daniel, “La Figure de César dans les recueils biographiques de la Renaissance”, *Cahiers de Recherches Médiévales et Humanistes*, vol. 13, 2006, pp. 9-21, disponível em <http://crm.revues.org/844>
- MIRKHVAND, *Rauzat-us-safa or, Garden of Purity*, trad. E. Rehatsek & ed. F. F. Arbuthnot, 3 vols., Londres, Royal Asiatic Society, 1891

- MITCHELL, Rosamund J., *The Laurels and the Tiara: Pope Pius II, 1458-1464*, Londres, Harvill Press, 1962
- OLIVEIRA, Ellen M., *The Portuguese Alexander: Edition of the Portuguese Manuscript Translation of Quintus Curtius Rufus' "History of Alexander", with Pietro Candido Decembrio's text of the "Comparison"*, dissertação de doutoramento policopiada, Santa Barbara, Califórnia, University of California, 2011
- PANIAGUA, J. R., "Sobre la teoría de la arquitectura en España en el siglo XVI. Fecha y fuentes de la traducción castellana del tratado de arquitectura de Sebastián Serlio", *Anales de Historia del Arte*, n.º 5, 1995, pp. 179-187
- PARKS, George B., "The Contents and Sources of Ramusio's *Navigazioni*", in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni et Viaggi: Venice 1563-1606*, ed. R. A. Skelton & George B. Parks, vol. III, Amsterdão, Theatrum Orbis Terrarum Ltd., 1970, pp. 1-39
- PEREIRA, José Manuel Malhão, "Aspectos náuticos das viagens por mar de D. García de Silva y Figueroa entre 1614 e 1624", in Rui Manuel Loureiro e Vasco Resende (eds.), *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os "Comentarios" da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa & Universidade dos Açores, 2011, pp. 183-205
- PICCOLOMINI, Eneas Silvio (Papa Pío II), *Descripción de Asia*, ed. & trad. Domingo F. Sanz, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2010
- PINTO, Paulo Mendes; JOSÉ, Célia do Carmo, *Bíblicos, antigos e contemporâneos na formulação do conhecimento Renascentista: a biblioteca virtual de Frei Gaspar de São Bernardino*, Lisboa, Centro de Estudos de Teologia / Ciência das Religiões – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2000
- POMBO, Manuel Ruela, *União Ibérica: Oriente (1613-1626) – Subsídios Históricos*, Lisboa, s. e., 1957
- RAMUSIO, Giovanni Battista, *Navigazioni e Viaggi*, ed. Marica Milanese, 6 vols., Turim, Einaudi, 1978-1988
- REDONDO, Augustin, *Revisitando las Culturas del Siglo de Oro: Mentalidades, Tradiciones Culturales, Creaciones Paraliterarias e Literarias*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2007
- RUBIÉS, Joan-Pau, "A Dysfunctional Empire? The European context to Don García de Silva y Figueroa's embassy to Shah Abbas", in Rui Loureiro e Vasco Resende (eds.), *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os "Comentarios" da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa & Universidade dos Açores, 2011, pp. 85-133

- SÁNCHEZ-MARCOS, Fernando; GONZÁLEZ DEL CAMPO, Fernando, “Historiography and Intellectual Debate in Late Renaissance Europe: The *Hispaniae Illustratae* by Andreas Schott and Johan Pistorius”, in Jo Tollebeek, Georgi Verbeeck e Tom Verschaffel (eds.), *De lectuur van het verleden: Opstellen over de geschiedenis van de geschiedschrijving aan geboden aan Reginald de Schryver*, Lovaina, Leuven University Press, 1998, pp. 175-187
- SAXO GRAMMATICUS, *The History of the Danes*, ed. Hilda Ellis Davidson; trad. Peter Fisher, 2 vols., Cambridge, D. S. Brewer, 1979-1980
- SILVA Y FIGUEROA, D. García de, *Hispanicae Historiae Breviarium*, Lisboa, Manuel da Silva, 1628 (BNP Res. 187 P), disponível em <http://purl.pt/14485> [acesso em 26-05-2018], Österreichische Nationalbibliothek, disponível em <https://books.google.pt>
- SILVA Y FIGUEROA, D. García de, *L'ambassade de D. Garcias de Silva Figueroa en Perse*, trad. Abraham de Wicquefort, Paris, Jean Dupuis / Louis Billaine, 1667
- SILVA Y FIGUEROA, García de, *Comentarios de la Embaxada al Rey Xa Abbas de Persia (1614-1624)*, Rui Manuel Loureiro, Ana Cristina Costa Gomes e Vasco Resende (eds.), 2 vols., Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa & Universidade dos Açores, 2011
- SILVA Y FIGUEROA, D. García de, *The Commentaries of D. García de Silva y Figueroa on his Embassy to Shāh 'Abbās I of Persia on Behalf of Philip III, King of Spain*, ed. / trans. Jeffrey Scott Turley & George Bryan Souza, Leiden / Boston, Brill, 2017
- STEENSGAARD, Niels, *The Asian Trade Revolution of the Seventeenth Century: The East India Companies and the Decline of the Caravan Trade*, Chicago / Londres, The University of Chicago Press, 1974
- VENERI, Toni, “Il riscato geografico di Marco Polo”, *Quaderni Veneti*, vol. I, n.º 2, 2012, pp. 33-57
- VÍRGILIO, Polidoro, *The Anglica Historia of Polydore Vergil, A.D. 1485-1537*, trad. Denys Hay, Londres, Royal Historical Society, 1950
- XAVIER, Ângela Barreto, “Entre a curiosidade e a melancolia. Deambulações pela Goa de Don García”, in Rui Loureiro e Vasco Resende (eds.), *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os “Comentarios” da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa & Universidade dos Açores, 2011, pp. 207-243

Des livres aux confins: circulation des livres et contrôle social en Nouvelle Biscaye, début XVII^e siècle

Christophe Giudicelli

Sorbonne Université | CLEA/ CHAC/ CREDA UMR 7227

L'inclusion du présent travail dans un ouvrage consacré à la circulation des livres et bibliothèques a, *a priori*, de quoi surprendre. En effet, rien ne semblait la justifier, et ce pour plusieurs raisons. La première est purement matérielle: sur ces lointaines frontières de l'Amérique espagnole, la présence de l'écrit était limitée au strict minimum, y compris en matière administrative et judiciaire; les officiers royaux allaient même jusqu'à justifier les prises de décision les plus drastiques sans trace écrite, faute d'encre et de papier¹. La seconde raison qui ne prêchait pas en faveur de l'inclusion de cette étude est que ces espaces n'étaient pas lusophones, même si le recensement des étrangers effectués au début du XVII^e siècle attestent de la présence significative de Portugais parmi les "Espagnols" de la Nouvelle Biscaye, où certains d'entre eux ont joué un rôle important dans les opérations de conquête et de colonisation². Pour tout dire, dans le contexte d'affrontement permanent qui caractérisait les relations entre populations indiennes et agents coloniaux, les bibliothèques relèvent tellement de la frivolité et les livres de l'accessoire qu'il est assez rare d'en croiser. Tout au plus rencontre-t-on quelques volumes dans les *fontes* des missionnaires jésuites,

¹ On citera par exemple ces instructions données par le gouverneur du Tucumán, Gonzalo de Abreu, à l'un de ses lieutenants, Hernán Mexía Miraval, en 1576: "[...] vos cometo y mando que luego que este mi mandamiento vos sea entregado bays a qualesquier pueblos partes y lugares donde entenderedes qua andan o estan los dichos malhechores y aberigüeis breve y sumariamente [...] que yndios caziques y otras personas que hazen y cometen los dhos delitos y dan favor y ayuda para ello y sin que *ynterbenga para ello papel ni tinta ni se haga otra diligencia alguna mas que la que de palabra tomaredes por no dar lugar a ello la pobreza de la tierra hagais acerca de los dhos delitos castigos exemplarios [...] condenando a los culpables en pena de muerte y dejarretandolos y cortandoles narizes pies manos y las demas penas que os paresciere necessario [...]*", "Comisión dada por el gobernador Gonzalo de Abreu al capitán Hernán Mexía Miraval para que execute la justicia contra indios salteadores", in Roberto Levillier, *Probanzas de méritos y servicios de los conquistadores*, vol. 1, pp. 177-178. [Nous soulignons].

² Censo de Francisco de Urdiñola 1607, dans Vito Alessio Robles, *Francisco de Urdiñola y el norte de la Nueva España*.

en général des ouvrages à usage pratique comme ce catéchisme “pour grossiers et rustiques”, un instrument destiné à l’édification des masses rurales peu orthodoxes des campagnes de Galice, d’Andalousie, de Sicile ou de Corse, que l’un de ces missionnaires s’était mis en devoir de traduire en *o’dam* (la langue des Indiens Tepehuanes) pour faciliter la tâche de ses frères en religion, afin de faire en sorte qu’ils ne soient pas trop dépaysés entre les Indes d’ici et les Indes de là-bas.³

Les livres n’étaient cependant pas complètement absents, même dans ces marges continentales chaotiques. L’affaire qui constituera le cœur de notre travail était apparue dans une période particulièrement troublée: la guerre totale déclenchée à partir de novembre 1616, dans la quasi-totalité de la Nouvelle Biscaye, par les Indiens Tepehuanes pour chasser tous les colons hispano-créoles et détruire systématiquement toutes les infrastructures coloniales (villes et bourgades, mines, missions, établissements agricoles)⁴. Les deux affaires enchâssées que nous allons évoquer concernent deux personnages assez différents de la petite société de Nouvelle Biscaye, du début du XVII^e siècle, qui ont eu maille à partir avec l’Inquisition: un notable de la capitale, Durango, et un petit commerçant établi à l’intérieur des terres, ruiné par l’offensive indienne à laquelle il avait survécu miraculeusement. Elles sont une bonne illustration – marginale certes – de l’efficacité du maillage territorial mis en place par la Couronne pour établir via son bras normalisateur armé, le Tribunal du Saint-Office, un contrôle sur l’orthodoxie religieuse à partir d’une traque des livres et des informations interdites, provenant en particulier des “hérésiarques” protestants. Nous verrons que, paradoxalement, la longueur du bras de l’Inquisition n’était pas forcément proportionnelle à son *efficacité pratique*.

LE CONTRÔLE DES LIVRES EN NOUVELLE ESPAGNE AU DÉBUT DU XVII^e SIÈCLE

Ces deux histoires croisées s’inscrivent dans un contexte bien particulier: celui, bien connu, du contrôle de la circulation des livres entre l’Europe et le Nouveau Monde, un contrôle où la censure inquisitoriale jouait un rôle central. En principe, tous les chargements de livres imprimés faisaient l’objet d’une inspection systématique et stricte depuis Séville et d’un contrôle non moins sévère

³ Il s’agit du *Catecismo para rudos* du père Antonio del Rincón dont on sait qu’il était traduit en *o’dam* dès 1613. “Annua de 1613”, in Luis González Rodríguez, *Crónicas de la Sierra Tarahumara*, p. 174.

⁴ Christophe Giudicelli, *Pour une géopolitique de la guerre des Tepehuán (1616-1619)*.

à leur arrivée en Nouvelle Espagne. Ce principe général prévalait depuis les premiers temps de la conquête et il s'était considérablement durci dans la seconde moitié du XVI^e siècle, dans le sillage du Concile de Trente et des mesures drastiques prises pour endiguer la progression de ce que la très catholique Espagne, championne de la Contre-Réforme, qualifiait d'hérésie protestante. Ce tour de vis normalisateur coïncidait par ailleurs avec la reprise en main des territoires américains par Philippe II et l'imposition de l'autorité de l'État dans les deux vice-royautés qu'étaient le Pérou et la Nouvelle Espagne. On rappellera, pour mémoire, l'écrasement à Mexico de la conspiration de Martín Cortés et d'autres fils de conquistadors, en 1566-1567⁵, et l'arrivée à Lima du vice-roi Francisco de Toledo, en 1569⁶, qui mettait elle aussi un terme définitif à toute velléité d'autonomie politique de la part des conquistadors ou de leur descendance. C'est dans ce contexte que la Couronne installa le Tribunal du Saint-Office, à Lima en 1569 et à Mexico en 1571.

L'Inquisition s'occupa très vite des dangers que faisaient courir à l'orthodoxie catholique les déviances idolâtriques provenant des cultes autochtones et des croyances des esclaves africains, mais elle n'en délaissa pas moins pour autant son rôle, éminemment politique, de traque de l'influence des ennemis de la foi catholique et de l'Espagne sur l'ensemble des territoires où s'exerçait sa souveraineté. À un moment où la guerre des Flandres et, plus généralement, les conflits de religion étaient en train d'embraser l'Europe, menaçant concrètement l'hégémonie espagnole sur tous les fronts, Philippe II et ses conseillers faisaient montre d'une extrême fermeté. Dans ce cadre-là, l'un des premiers soucis du Saint-Office était naturellement de débusquer les livres que les ennemis de la Vraie Foi – on adoptera ici son point de vue pour des raisons rhétoriques – ne manquaient pas de propager pour pervertir les fidèles et les conduire sur la pente dangereuse de l'apostasie et de la rébellion⁷. Pour ce faire, elle reproduisit autant qu'elle le put ce qui avait assuré sa redoutable efficacité en Espagne: un maillage territorial le plus dense possible, une organisation stricte, des commissaires, des familiers et un réseau d'informateurs efficace⁸. Il s'agissait en fait de traquer sans relâche les ouvrages suspects depuis les quais de débarquement du port de Vera Cruz jusqu'aux bibliothèques privées

⁵ Grégoire Salinero, *La trahison de Cortés. Désobéissances, procès politiques et gouvernement des Indes de Castille, seconde moitié du XVI^e siècle*.

⁶ Manfredi Merluzzi, *Gobernando los Andes. Francisco de Toledo virrey del Perú (1569-1581)*; Nejma Kermele, "Idéologie et réforme dans le Pérou du XVI^e siècle: le projet politique de Don Francisco de Toledo".

⁷ Carmen Val Julián, "Surveiller et punir le livre en Nouvelle Espagne".

⁸ Solange Alberro, *Inquisition et société au Mexique 1571-1700*; John F. Chuchiak IV, *The Inquisition in New Spain, 1536-1820: A Documentary History*.

les plus isolées, en passant par les librairies de Mexico. Pour ce faire, les inspecteurs de l'Inquisition s'appuyaient sur une série de textes et de listes qui recensaient les ouvrages interdits, sur le modèle de l'Index des livres interdits émis en 1564, au lendemain de la conclusion du Concile de Trente, régulièrement remis à jour par l'Inquisition espagnole. Preuve de ce que cette question était une priorité absolue, le premier édit de l'Inquisition de Mexico sur les livres fut publié dès son installation, en 1571⁹. Dans les faits cependant, l'efficacité n'était pas toujours au rendez-vous. Les études sur la corruption au sein même de l'institution, dans le sillage du travail classique d'Irving Leonard¹⁰, montrent que ces règles strictes ont donné lieu à des pratiques nettement plus laxistes: en 1613, un inspecteur de l'Inquisition de Mexico, Blas de Velasco, s'insurgeait ainsi contre les violations systématiques des règles de censure.

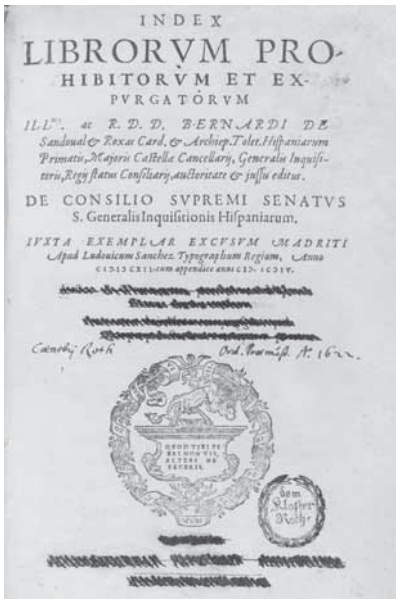


Figure 1: *Index* de l'inquisiteur Bernardo de Sandoval, 1612.

Des livres interdits étaient embarqués en Espagne et débarqués à Vera Cruz, déjouant allègrement tous les contrôles. Ils circulaient de main en main et, comble des combles, étaient même parfois vendus dans des librairies ayant pignon sur rue à Mexico¹¹. Une situation dont le travail de Pedro Guibovich sur la censure inquisitoriale au Pérou nous apprend qu'elle était probablement générale à l'ensemble des territoires américains¹². Régulièrement, la constatation alarmiste du relâchement du contrôle et la mise en évidence de la circulation de livres pourtant interdits débouchaient sur un accroissement temporaire de la pression, qui ne tardait pas à retomber.

⁹ Cet édit a été publié dans l'ouvrage classique de Francisco Fernández del Castillo, *Libros y libreros en el siglo XVI*, pp. 459-463.

¹⁰ Irving A. Leonard, "Spanish Shipboard Reading in the Sixteenth Century".

¹¹ Idalia García, "The Importation of Books into New Spain During the Seventeenth Century". Sur l'Inquisition à Mexico, on consultera également Martin Nesvig, *Ideology and Inquisition*.

¹² Pedro Guibovich Pérez, *Lecturas prohibidas. La censura inquisitorial en el Perú tardío colonial*.

LA BIBLIOTHÈQUE DU NOTABLE LORENZO DE VERA Y MESA

C'est dans ce contexte-là que s'inscrit notre histoire. En 1612, une nouvelle version actualisée de l'Index avait été publiée sous la direction du Grand Inquisiteur Bernardo de Sandoval. Le relâchement dénoncé par le zélé Blas de Velasco devait donner lieu à l'envoi d'inspections aux quatre coins de l'immense vice-royauté, depuis le Honduras au sud jusqu'en Nouvelle Biscaye, la province la plus septentrionale, à l'exception du Nouveau Mexique où nous la voyons arriver en 1616. En février de cette même année, en effet, un édit du tribunal du Saint-Office fut rendu public sur la place principale de Durango, le centre politique de la province. Il enjoignait à toutes les personnes possédant des livres de bien vouloir les porter à la connaissance de l'Inquisition afin que celle-ci procède à une expurgation systématique sous la direction d'un inspecteur dûment mandaté par le Roi, le jésuite Luis de Bonifaz¹³. L'arrivée de cette campagne inquisitoriale a eu une conséquence positive pour nous: elle permet d'avoir une trace des collections de livres des particuliers touchés par la censure. C'est ainsi que l'Archivo General de la Nación de Mexico, dans sa section Inquisition, conserve un certain nombre de "memorias de libros" remis de gré ou de force à l'Inquisition par leurs propriétaires sur une période qui court depuis le début du XVII^e siècle jusqu'à l'aube du XIX^e. C'est grâce à ce zèle inquisiteur que l'on a connaissance de l'inventaire de la bibliothèque de l'un des deux personnages qui nous intéressent ici, un certain Lorenzo de Vera y Mesa qui occupait la charge importante d'*alguacil mayor* – qui correspond en partie à celle des échevins dans la France du Nord –, ce qui faisait de lui l'une des personnalités principales de la ville. Cet officier municipal de tout premier plan présenta le 1^{er} novembre 1616, dans l'église principale de Durango, une liste de trente-huit ouvrages, bibliothèque considérable pour l'époque, surtout pour un territoire aussi éloigné des centres de lecture que pouvait l'être la capitale de la Nouvelle Biscaye. Dans cette liste, qui comprenait des imprimés issus des principaux centres d'édition de l'époque, figurait au moins un titre qui n'a pu que faire frémir l'inspecteur en question ainsi que le commissaire de l'Inquisition local, Juan Martínez de Zugastimendia, un basque comme la plupart des notables locaux qui détenaient une partie du pouvoir, ce qui ne doit pas surprendre outre mesure dans cette province de Nouvelle Biscaye très marquée depuis sa fondation par l'origine de ses fondateurs. L'ouvrage en question apparaît en effet sous la mention "Philips Melanconis", nom qui revient une seconde fois dans la liste associé à un auteur *a priori* moins suspect: Marcus Tullius Cicero, Cicéron. Cet auteur sulfureux pour les inquisiteurs est bien sûr

¹³ Luis Carlos Quiñones Hernández, *Inquisición y vida cotidiana en Durango*, p. 111.

Philippe Melanchthon, l'un des tout premiers lieutenants de Martin Luther. Comme chacun sait, Melanchthon était l'un des principaux responsables de la Réforme dont il avait personnellement rédigé plusieurs des textes fondateurs, dont la *Confession d'Augsbourg* présentée à l'empereur Charles Quint devant la Diète d'Augsbourg le 25 juin 1530.

Une fois la liste présentée devant l'inquisiteur en tournée, encore fallait-il produire physiquement les ouvrages en question afin que l'inspecteur puisse les “qualifier” et statuer sur le sort qui devait leur être réservé, qui pouvait aller de la destruction par le feu à l'autorisation pure et simple, en passant par la correction de certains passages. C'est là que les affaires se compliquent quelque peu. Lorenzo de Vera expliquait que ces ouvrages n'avaient rien de répréhensible et qu'il les avait introduits en Nouvelle Espagne pour son frère, Alonso López de Mesa, étudiant au Colegio San Ildelfonso de Mexico, et qu'il ne les avait pas chez lui. Un événement allait suspendre cette histoire, la reléguant provisoirement au second plan des préoccupations immédiates des autorités civiles et ecclésiastiques de Durango: l'offensive aussi inattendue que massive des Indiens, une attaque simultanée sur la quasi-totalité de la province.¹⁴

En effet, dès le 15 novembre 1616, une large coalition indienne lançait une attaque coordonnée contre tous les établissements coloniaux, réduisant la province à une série de camps retranchés isolés en terre de

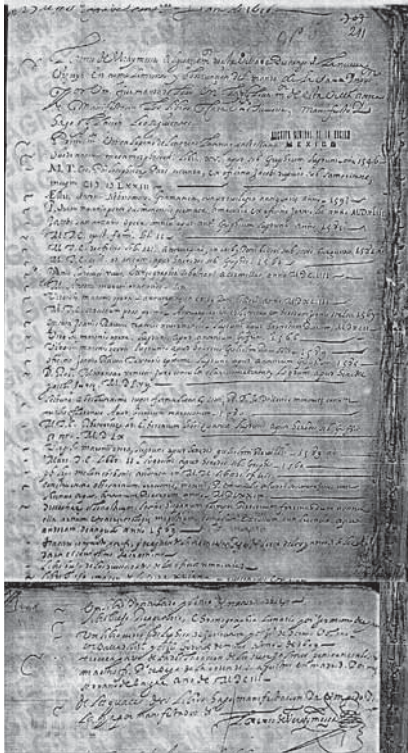


Figure 2: Inventaire de la bibliothèque de Lorenzo de Vera y Mesa, AGN, Inquisición 315, f. 211.

guerre, coupés de toute communication avec l'extérieur, ce qui ne facilitait évidemment pas les vérifications qu'aurait dû lancer le commissaire de l'Inquisition de Durango, Juan Martínez de Zugastimendia. À sa décharge, il faut reconnaître

¹⁴ Christophe Giudicelli, *Pour une géopolitique de la guerre des Tepehuán (1616-1619)*.

qu'il ne manquait guère d'occupation: ce soulèvement, porté par une prédication millénariste à fort contenu anti-chrétien, devait lui causer bien des soucis. Les massacres de prêtres et de missionnaires ne cessaient de se multiplier, de même que les outrages contre les images, les instruments du culte et les édifices religieux. Pour ne pas arranger ses propres affaires, l'un des *leaders* de la rébellion n'était autre qu'un de ses filleuls: un certain Mateo Canelas, métis, fils d'une indienne tepehuán et d'un capitaine portugais qui avait participé à la conquête de la province...¹⁵



Figure 3: l'offensive indienne de novembre 1616.

¹⁵ Christophe Giudicelli, "La double trahison de Mateo Canelas, leader métis de la guerre des Tepehuán".

SIMÓN ÁLVAREZ DE SOTOMAYOR, LE BLASPHÉMATEUR MALCHANCEUX

C'est ici qu'intervient le second individu inquiété par l'Inquisition que nous avons évoqué précédemment, un certain Simón Álvarez de Sotomayor. Nous laisserons donc provisoirement de côté la liste de notre *alguacil mayor* pour nous intéresser à ce second personnage. Les raisons qui ont mis ce Simón Álvarez dans une position délicate sont assez différentes: on ne lui reprochait pas de posséder des ouvrages interdits pour la bonne raison... qu'il ne possédait plus rien au moment où le Saint-Office s'intéressa à son cas. Cet individu comptait parmi les seuls six survivants du siège et de la destruction par les Indiens du village missionnaire de Santiago Papasquiario, survenue entre le 16 et le 18 novembre¹⁶. Il avait eu la chance de pouvoir se terrer avec d'autres dans le confessionnal de l'église des jésuites, confessionnal que les insurgés avaient négligé d'inspecter au moment où ils avaient ratisé l'église pour exécuter tous ceux qui s'y étaient réfugiés. Il avait aussi pu échapper au massacre et se traîner à travers champ, de nuit, jusqu'à l'*hacienda* fortifiée de La Saucedá, une centaine de kilomètres plus loin, sans se faire prendre par les Indiens (un autre groupe de fuyards avait été repris et exécuté)¹⁷. C'est là semble-t-il que sa bonne fortune s'était épuisée. Arrivé en piteux état à La Saucedá, où il dut subir plus d'un mois supplémentaire de siège avant de pouvoir enfin rejoindre Durango, sa situation ne s'améliora pas en arrivant dans la capitale provinciale, bien au contraire.

Avant le déclenchement de la guerre, il vivait à Santiago Papasquiario où il était établi comme commerçant (*mercader*). Le plus clair de son activité consistait apparemment à traiter avec les établissements espagnols de la région: nous savons qu'il avait des affaires en cours depuis les mines d'Indé et jusqu'à Durango, en passant par les *estancias* de la vallée du río Papasquiario¹⁸. Contrairement à d'autres survivants, sans doute mieux établis dans la société locale, il ne s'était pas remis des conséquences de la destruction de Santiago Papasquiario et avait tout perdu¹⁹. Il réapparut donc quelques mois plus tard, à Durango, sans domicile connu²⁰, dans un milieu de modestes artisans, à l'image d'un certain Gonzalo Ruiz, pourpointier²¹ de son état, avec qui il partageait le loyer d'une modeste

¹⁶ Christophe Giudicelli, "Acculturation et subversion. Siège et destruction de Santiago Papasquiario par les Tepehuanes (16-18 novembre 1616)".

¹⁷ AGI, Mex. 28, N46, *Relación de los autos que se seguían contra los yndios de la nación tepeguana por haverse alçado y revelado*.

¹⁸ AGN, Inquisición 315, *Información contra Simón Álvarez de Sotomayor*. 4-10-1617.

¹⁹ *Ibidem*, f. 374: "[...] estuve en Papasquiario tres días sin comer ni beber con los yndios [...] y salí perdido de todo quanto tenía [...]".

²⁰ *Ibidem*, f. 362: "no tiene domicilio ni vezindad".

²¹ *Ibidem*, f. 371: cet individu apparaît également comme tailleur (*sastre*). Il semble en fait que le pourpointier ait été un tailleur spécialisé dans la confection des cottes de maille.

maison appartenant à un forgeron répondant au nom de Francisco Iriarte. Ses finances n'avaient pas l'air de se porter à merveille au vu de sa mine pitoyable et, surtout, de l'état délabré de son habit, si l'on en croit les témoins qui déclarèrent contre lui²². Il en convint lui-même dans une lettre autographe sur laquelle nous reviendrons²³: c'est à peine s'il avait pu sauver une mauvaise chemise dans la bataille.

Pour subsister, il devait se consacrer à une activité en plein essor en cette période de guerre: la fabrication et le raccommodage des cottes de mailles. Mais la prospérité semblait le fuir avec constance: ses tribulations à Durango sont faites de dettes impayées et de salaires qu'on ne lui verse pas pour son travail. Une sombre histoire d'argent l'oppose, par exemple, au forgeron Bartolomé Sánchez à qui il avait commandé une pince spéciale pour redresser les mailles des cottes d'armes. Deux versions s'opposent à ce sujet: il aurait refusé de verser le prix de la pince parce que le capitaine Martín de Aveytia, qui lui avait commandé cette cotte, ne la lui avait pas payée ou, au contraire, il aurait avancé l'argent mais, mécontent de la qualité de la pince, il serait revenu en demander remboursement. Toujours est-il que les deux parties en étaient venues aux mains et que le forgeron avait asséné un violent coup de lime sur la tête de l'ex-marchand qui semblait prêt à sortir son épée. L'histoire s'arrêterait à cette bien triste fin si, en plus d'être en proie à un destin peu favorable, Simón Álvarez de Sotomayor n'avait eu une fâcheuse propension à des accès de colère, et si son tempérament emporté – aggravé, de son propre aveu, par un penchant pour la boisson – ne l'avait conduit à de dangereux excès de langage. Il jure et blasphème et, pour son malheur, il le fait toujours devant ses ennemis. En présence de Bartolomé Sánchez et de Domingo Gonzalez, le fabricant d'arquebuses dans la forge duquel se passe cette scène, il déclare que

Si Jésus Christ descend du Ciel et me dit que si je redresse une maille il me conduira au ciel et que sinon il m'enverra en enfer, pour ne pas faire ce que commande Jésus, je préfère aller en enfer!²⁴

Si Dieu descend du ciel et me promet de m'emmener au ciel vêtu et chaussé si je redresse une maille, je ne la redresserai pas et je préférerai aller en enfer!²⁵

²² Cristobal Ribera, qui le décrit comme étant “mediano de cuerpo, bestido de pardo, desarrapado, hombre como de treinta años, algo lampiño, blanco de rostro” (*Ibidem*, f. 370).

²³ *Ibidem*, f. 373.

²⁴ *Ibidem*, f. 365.

²⁵ *Ibidem*, f. 367: “si Dios baja del cielo y, porque adereçe una malla, me promete me llevará al cielo vestido y calçado, no la adereceré, y terné por mejor yr al infierno”.

Ajoutant pour faire bonne mesure:

[...] je ne suis pas homme à me repentir de ce que j'ai dit une fois, je pense que j'appartiens au démon et qu'il m'emportera.²⁶

Or, quelques semaines plus tôt, il avait également eu des mots avec le capitaine Martín de Aveytia pour une autre histoire de dettes. S'il ne s'en était pas suivi un pugilat comparable à celui que nous venons d'évoquer, Sotomayor avait clos l'échange d'amabilités par un retentissant blasphème: il apostropha son interlocuteur, lui disant qu'il savait que *le Diable l'emporterait* et lui demandant, devant sa mine interdite, *ce que cela pouvait bien lui faire que le Diable l'emporte?*²⁷. Pour "alléger sa conscience", le forgeron (l'auteur du coup de lime) se fit un devoir de dénoncer Sotomayor au commissaire de l'Inquisition, qui le fit aussitôt arrêter pour propos suspects, confirmés par tous les témoins interrogés, lesquels se firent également un devoir de confirmer par le menu les horreurs que l'irascible marchand de Santiago Papasquiario leur avait jetées au visage.

Comble de malchance, lorsque les autorités se présentèrent chez lui, ils le trouvèrent en train de discourir sur les rébellions alors en cours contre l'Espagne et, pire encore, en train d'évoquer Genève et les mœurs sexuelles qui y régnaient... Gabriel de Salazar Sotolongo, le lieutenant de l'échevin (*teniente de alguacil mayor*) – mis à la disposition du Saint-Office par le bibliophile et *alguacil mayor* Lorenzo de Vera de Mesa donc – rapporte en effet qu'alors qu'il s'était présenté devant la maison de Martín de Iriarte, dans laquelle se trouvait le suspect, il l'avait surpris en pleine discussion sur la rébellion du duc de Savoie contre sa majesté (un des rebondissements de la guerre de succession de Montferrat) – un sujet qui sentait déjà le soufre –, et sur certaines coutumes genevoises dont l'évocation scella immédiatement le sort du bavard. Ce dernier expliquait ainsi à ses interlocuteurs que

[...] à Mexico il avait rencontré un homme qui était devenu un camarade [...] cet homme lui avait dit qu'à Genève chacun vivait selon sa propre religion et qu'il avait vécu sept ans à Genève où il s'était marié dans la loi du Saint Esprit selon laquelle si un homme demande à un autre de lui céder sa femme, ce dernier était obligé de le faire.²⁸

²⁶ *Ibidem*, f. 365v.

²⁷ *Ibidem*, f. 369: "savía que el diablo lo avía de llevar", et en demandant à son interlocuteur "¿qué se le dava que le llevase el diablo?"

²⁸ *Ibidem*, f. 372.

Certes, il ne s'agissait que d'informations de seconde main qu'il tenait d'un calviniste repenté rencontré à Mexico et qui, disait-il, après avoir cédé sa propre femme, était allé faire amende honorable à Rome où il avait été absous de ses péchés. Cette histoire aggrava néanmoins les affaires de Simón Álvarez de Sotomayor. Le bruit de son arrestation rafraîchit la mémoire de plusieurs autres personnes de la société locale, à commencer par celle du commissaire de l'Inquisition qui ressortit de ses tiroirs une autre dénonciation enregistrée en septembre de l'année précédente: celle du curé des mines de Guanaceví, Amaro Fernández Pasos. Il l'avait un peu oubliée à cause de la guerre car, les chemins étant bloqués, il était matériellement impossible de procéder aux vérifications d'usage et d'interroger les témoins cités dans la dénonciation. Ce curé avait reçu des plaintes de plusieurs habitants des mines d'Indé qui avaient entendu le marchand de Santiago, furieux de ce qu'une de ses mules ait disparu, tonitruer [...] "que la mule n'était pas réapparue parce qu'il s'en était remis à Dieu, et que s'il avait invoqué le Diable la mule serait réapparue".²⁹

Or on ne plaisante pas avec le Diable... Pour finir de sceller le sort de l'accusé, Juan Rangel, un soldat qui participait à la guerre contre les Indiens, apprit les déboires de Sotomayor alors qu'il se trouvait dans ce même village minier d'Indé, à plus de 300 km au nord de Durango. Dès que son emploi du temps le lui permit, il traversa toute la province et alourdit le dossier de Sotomayor en rapportant une scène à laquelle il avait assisté quelque temps auparavant: alors que le jésuite Juan del Valle essayait d'arranger une autre dispute, également sur fond de dettes impayées, et tentait de convaincre Sotomayor de parvenir à un accord à l'amiable, ce dernier s'était exclamé "Nom de Dieu non, je ne le ferai pas!". Et, devant les vives remontrances du bon Père, il avait aggravé son cas en ajoutant "ne me dites pas de ne point jurer, je renie tous les saints et tous les saintes du ciel!"³⁰. Jeté en prison, sans argent, Simón Álvarez de Sotomayor sombra dans le désespoir le plus noir et donna des signes inquiétants d'agitation mentale: il riait, pleurait, refusait de manger ou réclamait sa pitance à grands cris. Détail intéressant pour nous: notre blasphémateur multirécidiviste, sans doute effrayé par la perspective d'une condamnation inquisitoriale, écrivit de sa main une lettre au représentant du Saint-Office. Il implorait bien évidemment la clémence et la miséricorde du tribunal, mais il ajouta de mauvais vers où il prenait soin de protester de sa foi en la Sainte Trinité, en la Vierge Marie, précisant qu'il était chrétien et qu'il n'avait jamais au grand jamais renié le dogme de l'Église.

²⁹ *Ibidem*, f. 364: "que por aberse encomendado a dios paresciese, la dicha mula no avía parescido, e que si la oviera encomendado al diablo, oviera parescido".

³⁰ *Ibidem*, f. 376r-v: "i voto a Dios que no lo e de hazer ! [...] i no me riña que no jure, que reniego de todos los santos y santas del cielo!"

Le cas de Lorenzo de Vera y Mesa, évoqué précédemment, est très différent. Il est plus apaisé – nous sommes entre gens de bonne compagnie; il n’y a pas de scandale visible et l’*alguacil mayor* doit jouer son rôle de garant de la sécurité publique en ces temps agités: on l’a vu, c’est lui qui fournit la force publique pour aller arrêter Sotomayor. Mais ce cas est aussi potentiellement plus grave: s’il s’avérait qu’un homme de sa qualité possédait et faisait circuler un ouvrage d’un théologien luthérien, nous serions en présence d’une pénétration inquiétante du protestantisme à l’intérieur des terres qui pourrait révéler des connexions dangereuses – ou perçues comme telles – pour le pouvoir espagnol.

La liste présentée par Lorenzo de Vera est impressionnante pour au moins deux raisons: son importance numérique et la provenance des ouvrages. Nous manquons de points de comparaison mais on peut supposer, sans risquer de se tromper outre mesure, qu’elle constituait la bibliothèque privée la plus importante de Durango. Seule la bibliothèque des Franciscains, présents depuis un demi-siècle dans la province, pouvait rivaliser avec elle, et encore n’avaient-ils en leur possession qu’une centaine de volumes, d’après une déclaration³² faite par l’un d’entre eux dans le cadre de cette même enquête inquisitoriale.

Cette bibliothèque privée parvenue jusques aux confins impériaux impressionne également par l’origine des titres. On y retrouve des livres imprimés dans les centres éditoriaux les plus florissants de l’époque: en France (à Lyon et à Bordeaux), en Italie (à Venise et à Florence), en Flandres (Anvers), en Espagne (Alcalá de Henares, Valladolid, Madrid) et, enfin, à Mexico qui, ne l’oublions pas, connaissait déjà une certaine activité éditoriale. Figurent en bonne place les imprimeurs lyonnais, ce qui ne doit surprendre qu’à moitié lorsque l’on connaît l’importance de la place de Lyon dans le marché du livre de la seconde moitié du XVI^e siècle et sa position dominante dans les exportations vers l’Espagne³³. On retrouve donc logiquement une forte proportion – plus d’un tiers du total – de volumes sortis des presses de Sébastien Gryphe, puis de ses héritiers, de son frère Antoine Gryphe, de Guillaume Rouillé, des héritiers de Jacob Junte et de Jean-Baptiste Buisson.

L’analyse de cette liste mériterait qu’on s’y arrête et il serait intéressant, puisque nous parlons ici du caractère itinérant des bibliothèques, d’en connaître la source. En l’état actuel de nos connaissances, il est difficile d’aller au-delà du dossier ponctuel dans lequel se trouve consignée cette affaire, c’est-à-dire le rapport conservé dans la section Inquisition de l’AGN de Mexico. L’analyse de son

³² Fray Gabriel Arias (AGN, Inquisición. Vol. 315, Exp. 4, f. 213r-v, 1617).

³³ Gérard Morise, “El comercio de libros de Lyon en Castilla en el siglo XVI. El caso de Medina del Campo”.

contenu est néanmoins intéressante. La bibliothèque présentée par Lorenzo de Vera y Mesa comportait essentiellement des classiques de l'antiquité latine (Cicéron, Virgile, Ovide, Jules César, Pline), des ouvrages de théologie, des manuels de conversion, un exemplaire de la grammaire d'Antonio de Nebrija, et l'on y trouvait enfin quelques ouvrages plus utilitaires, notamment un dictionnaire et une table de correspondance des monnaies. Pour s'en faire une idée précise, il faut revenir au document source³⁴, la seule version publiée qui existe étant irrémédiablement défectueuse.

Ce que l'on connaît en revanche, c'est le destin de cette bibliothèque. Lorenzo de Vera affirme d'emblée, nous l'avons vu, que ces livres étaient destinés à son frère Alonso López de Mesa alors étudiant à Mexico, ce qui est possible mais difficilement vérifiable: les livres sont introuvables. *L'alguacil mayor* les aurait envoyés à son frère, désormais résident à Guanaceví. On n'en saura pas plus: le dossier est clos le 11 novembre 1616, soit quatre jours avant le déclenchement ultra-violent de la guerre commencée justement dans la mission jésuite de Zape, proche des mines de Guanaceví. Les routes étant coupées, il était hors de question de parcourir les 300 km qui séparaient Durango de Guanaceví: il s'agissait du cœur de la terre de guerre. En fait de lecture de Cicéron, ce qui y avait cours relevait davantage de la pratique consistant à jalonner les chemins de cadavres, habitude commune aux soldats espagnols et aux Indiens soulevés. L'inspecteur inquisitorial Luís de Bonifaz, qui avait repéré les deux ouvrages suspects associés à Philippe Melanchthon, n'a apparemment pas jugé bon de poursuivre son enquête, et le commissaire du Saint-Office local n'a pas non plus éprouvé le besoin de creuser l'affaire. On pourrait chercher plusieurs explications à ce manque de suivi. La première est sans doute que les ouvrages en question ne présentaient aucun caractère de gravité. Certes, tous les Index, qu'ils soient romains ou espagnols, interdisaient formellement tout ouvrage quel qu'il soit de l'hérésiarque Melanchthon en raison de son rôle prééminent dans le schisme protestant, et l'on craignait par-dessus tout une pénétration du luthéranisme au Nouveau Monde. Cependant, avant d'être un ennemi de la Rome papiste, Melanchthon avait été un humaniste de tout premier plan et, notamment, un très fin latiniste. Il avait réalisé, outre des grammaires latines, des traités de rhétorique classique et de discussion philosophique (des commentaires sur *l'Éthique*

³⁴ L'original se trouve à AGN de Mexico Inquisición 315, exp. 4, fls. 211r-215v. L'inventaire de la bibliothèque inspectée (qui correspond au f. 211r et verso du dossier cité) a été reproduit par Luis Carlos Quiñones Hernández, *Inquisición y vida cotidiana en Durango*, pp. 289-291. Malheureusement cette transcription est presque inutilisable: elle a été réalisée par quelqu'un qui ne connaît visiblement pas le latin et qui ignore tout des éditeurs cités. Certaines références sont donc impossibles à identifier.

d'Aristote notamment), plusieurs éditions annotées de grands auteurs romains et, en particulier, le *De officiis* de Cicéron. Son édition critique a longtemps fait autorité, raison pour laquelle elle a été rééditée plusieurs fois, notamment par les imprimeurs lyonnais tels que Sébastien Gryphe, et c'est très certainement l'une de ses éditions qui apparaît dans notre liste. Derrière l'ombre inquiétante du croquemitaine protestant, on aurait en fait une presque innocente édition critique d'un grand texte de Cicéron. C'est peut-être d'ailleurs en partie cette prévention contre l'identité du philologue protestant qui avait dû pousser l'imprimeur à effacer son nom de la page de titre des éditions postérieures du même classique ou d'autres, comme celle de Térence qui faisait également autorité.³⁵



Figure 5: une édition du *De Officiis* de Cicéron, par Sébastien Gryphe à Lyon, avec des annotations d'Erasme et de Philippe Melanchthon.

³⁵ Une autre hypothèse serait que, s'agissant d'un livre destiné à l'apprentissage, il ne semblait pas nécessaire à l'éditeur de le mentionner, voir Raphaële Mouren, "Concevoir et fabriquer un livre".

La seconde explication à cet abandon des poursuites est sans doute à mettre en relation avec le statut de Lorenzo de Vera dans la société locale. Il faudrait, ici encore, en savoir davantage sur l'ascendance familiale du jeune échevin qui faisait manifestement partie de l'oligarchie du nord de la Nouvelle Espagne. Un suivi rapide des archives locales montre en tout cas que non seulement il n'a pas été inquiété mais qu'il a pu conserver son rang pendant près de cinquante ans dans la capitale de la Nouvelle Biscaye, comme en témoigne l'inventaire de ses biens au moment de sa mort au milieu des années 1660.³⁶

Quelles conclusions peut-on tirer de ces deux histoires mêlant circulation d'idées suspectes et de livres douteux dans une société de frontière, aussi réduite et précaire que pouvait l'être celle de la Nouvelle Biscaye au début du XVII^e siècle?

On peut sans doute souligner au moins deux faits saillants et contradictoires:

– La redoutable efficacité de l'Inquisition, capable de débusquer littéralement jusqu'au bout du monde, grâce à son réseau et à l'ascendant qu'elle avait sur l'ensemble de la société, des conduites déviantes et des écrits suspects d'hérésie.

– La non moins redoutable capacité de résilience de ce type de société de frontière. Si la marque de la normalisation inquisitoriale a bel et bien été imprimée par le châtement infligé à Simón Álvarez de Sotomayor et par la convocation de Lorenzo de Vera de Mesa, les choses n'en reviennent pas moins très vite à la normale. L'*alguacil mayor* n'est nullement inquiété, sa bibliothèque toujours en balade quelque part entre Durango, Mexico et Guanaceví, et il y a tout lieu de douter que quelque inspecteur que ce soit ait pu un jour statuer sur la pureté dogmatique du volume associé à la figure de Melanchthon: contrairement à la procédure, les ouvrages figurant dans la liste produite n'ont jamais été *qualifiés*. Simón Álvarez de Sotomayor, que nous avons laissé au fond de son cachot et au bord de l'exécution³⁷, a de même été assez vite réintégré dans la société de Durango. Dans un premier temps, le commissaire du Saint-Office le déclare fou et l'envoie à l'hôpital San Hipólito, ce qui a sans doute pour effet de relativiser la gravité des blasphèmes qu'on lui prête et des évocations de la Genève calviniste qu'on a surprises dans sa bouche. Plus surprenant, ce personnage réapparaît manifestement réhabilité en 1622. Il est en effet engagé très officiellement par les autorités religieuses à l'occasion d'un second procès ecclésiastique, extrêmement solennel, présidé par l'évêque fraîchement nommé de Durango, visant à lancer la procédure de béatification des huit "martyrs jésuites" tués par

³⁶ Archivo Histórico del Arzobispado de Durango, 0347 – *Autos relativos a la causa que sigue Lic. Juan de Lugo contra los bienes del finado alguacil mayor, Lorenzo de Vera y Mesa, 1666.*

³⁷ Il suppliait le commissaire de ne pas l'exposer, corde au cou, à une lapidation.

les Indiens pendant la guerre³⁸. Sotomayor, que l'on a connu moins respectueux de la religion et de ses représentants, y officie en tant que *nuncio y cursor*, ce qui veut dire qu'il joue le rôle de maître de cérémonie, notamment en introduisant les témoins devant la cour.³⁹

Ces deux micro-affaires posent donc la question du rôle effectif de l'intervention inquisitoriale. Elle a servi indubitablement à énoncer publiquement un rappel à l'ordre, en montrant sa capacité d'action contre les livres interdits et les propositions véhiculées par une culture écrite suspecte d'hérésie et susceptible, donc, de remettre en question l'ordre social et politique de la monarchie catholique. En revanche, ce que montre également ces deux affaires, c'est que le spectacle du retour à l'ordre n'impliquait pas nécessairement la mise en œuvre réelle des mesures annoncées: les deux personnes mises en cause lors du passage de l'inspecteur du Saint-Office de Mexico ne sont nullement mises au ban de la société locale. Elles purent réintégrer leur place sans encombre une fois l'inspection close, lorsque le rythme d'autorégulation de la société locale reprit ses droits.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

MANUSCRITS

ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [SÉVILLE], AGI, Mex. 28, N 46

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN [MÉXICO D.F.]

- AGN, Hist. 311

- AGN, Inquisición, 315

ARCHIVO HISTÓRICO DEL ARZOBISPADO DE DURANGO, *Autos relativos a la causa que sigue Lic. Juan de Lugo contra los bienes del finado alguacil mayor*, 0347

IMPRIMÉS

ALBERRO, Solange, *Inquisition et société au Mexique 1571-1700*, Mexico, CEMCA, 1988

CHUCHIAK IV, John F., *The Inquisition in New Spain, 1536-1820: A Documentary History*, Baltimore, The John Hopkins University Press, 2012

DEL CASTILLO, Francisco Fernández (comp.), *Libros y librerías en el siglo XVI*, Mexico, FCE, 2017 [1914]

³⁸ José Gutiérrez Casillas (SJ), *Mártires jesuitas de los Tepehuanes*.

³⁹ AGN, Hist. 311, exp. 5: *Información de todos los Religiosos muertos y martirizados a manos de los indios tepeguanos y de Sinaloa, y diligencias practicadas a este efecto*.

- GARCÍA, Idalia, “The Importation of Books into New Spain During the Seventeenth Century”, in Alexander Samuel Wilkinson and Alejandra Ulla Lorenzo, *A Maturing Market. The Iberian Book World in the First Half of the Seventeenth Century*, Leyde, Brill, 2017, pp. 45-66
- GIUDICELLI, Christophe, “Acculturation et subversion. Siège et destruction de Santiago Papasquiari par les Tepehuanes (16-18 novembre 1616)”, in Bernard Lavallé (éd.), *Transgressions et stratégies du métissage en Amérique coloniale*, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1999, pp. 55-74
- GIUDICELLI, Christophe, *Pour une géopolitique de la guerre des Tepehuán (1616-1619)*, Paris, Université Sorbonne Nouvelle, 2003
- GIUDICELLI, Christophe, “La double trahison de Mateo Canelas, leader métis de la guerre des Tepehuán”, in Bernard Lavallé (éd.), *Les autorités indigènes entre deux mondes. Solidarité ethnique et compromission coloniale*, Paris, CRAEC, 2004, pp. 131-147
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, Luís, *Crónicas de la Sierra Tarahumara*, Mexico, Secretaria de Educación Pública, 1987
- GUIBOVICH PÉREZ, Pedro, *Lecturas prohibidas. La censura inquisitorial en el Perú tardío colonial*, Lima, PUCP, 2013
- GUTIÉRREZ CASILLAS, José (SJ), *Mártires jesuitas de los Tepehuanes*, Mexico, Tradición, 1981
- IRVING, A. Leonard, “Spanish Shipboard Reading in the Sixteenth Century”, *Hispania* 32, n.° 1, 1949, pp. 53-58
- KERMELE, Nejma, “Idéologie et réforme dans le Pérou du XVI^e siècle: le projet politique de Don Francisco de Toledo”, in Nejma Kermele et Bernard Lavallé (coord.), *L'Amérique en projet: Utopies, Controverses et réformes dans l'Empire Espagnol (XVI^e-XVIII^e siècle)*, Paris, L'Harmattan, 2009, pp. 177-192
- LEVILLIER, Roberto, *Probanzas de méritos y servicios de los conquistadores*, Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1919, vol. 1, pp. 177-178
- MERLUZZI, Manfredi, *Gobernando los Andes. Francisco de Toledo virrey del Perú (1569-1581)*, Lima, Fondo Editorial PUCP, 2014
- MORISE, Gérard, “El comercio de libros de Lyon en Castilla en el siglo XVI. El caso de Medina del Campo”, in Antonio Sánchez del Barrio (coord.), *Libros y ferias. El primer comercio del libro impreso. V centenario de la imprenta de Medina del Campo (1511-2011)*, Valladolid, Fundación Museo de la Ferias, 2011, pp. 43-68
- MOUREN, Raphaële, “Concevoir et fabriquer un livre, une entreprise collégiale autour de quelques éditions savantes”, *Revue de l'Enssib*, 25 avril 2016 (en ligne)

- NESVIG, Martin, *Ideology and Inquisition: the World of Censors in Early Mexico*, New Haven, Yale University Press, 2014
- QUIÑONES HERNÁNDEZ, Luis Carlos, *Inquisición y vida cotidiana en Durango*, Durango, UJED, 2009
- ROBLES, Vito Alessio, *Francisco de Urdiñola y el norte de la Nueva España* (primera edición), Mexico, Porrúa, 1981 [1931]
- ROULET, Éric, *L'évangélisation des Indiens du Mexique: Impact et réalité de la conquête spirituelle (XVI^e siècle)*, Rennes, PUR, 2008
- SALINERO, Grégoire, *La trahison de Cortés. Désobéissances, procès politiques et gouvernement des Indes de Castille, seconde moitié du XVI^e siècle*, Paris, PUF, 2014
- VAL JULIÁN, Carmen, "Surveiller et punir le livre en Nouvelle Espagne", in Dominique de Courcelles (éd.), *Le pouvoir des livres à la Renaissance*, Paris, École des Chartes, 1998, pp. 92-111

Ouverture d'un nouveau rayon de la bibliothèque européenne; ou l'histoire d'un combat franco-anglais (à partir du premier livre posthume de Blaise Pascal, 1663)

Alain Cantillon

Université Sorbonne Nouvelle – GRIHL

L'expression "bibliothèques en voyage" sonne comme un appel à la poésie des lointains, surtout dans la ville de Lisbonne, lieu si propice à la rêverie de traversées sans fin, en partance de ce port ouvert sur le monde depuis tant de siècles, pas seulement, comme sa position pourrait le donner à croire, vers l'Occident mais aussi tout autour du globe; les bibliothèques, cependant, ne font pas toujours d'aussi longs voyages. Elles peuvent aller au plus proche, vers les prochains; cependant, c'est l'hypothèse qui va guider la présente étude, il se peut que, tout en jetant un pont, ces modestes trajets creusent de larges et sombres douves et fassent apparaître de nouvelles îles, montrant par là que, contrairement à ce que dit un célèbre vers de Donne, chacun est une île.

C'est à l'une de ces traversées minuscules que sont consacrées les pages qui suivent; les tout débuts de la constitution d'un nouveau rayon de la bibliothèque scientifique européenne du XVII^e siècle y seront regardés comme un premier voyage. Il y apparaîtra peut-être que, dans la mondialisation de la circulation des livres à l'époque moderne, toute bibliothèque est déjà, par sa nature propre de bibliothèque, un voyage; et cela, parmi tant d'autres conditions, rendrait possibles tous les voyages de bibliothèques.

Ce nouveau rayon, ou, tout au moins, la partie qui pourra être étudiée ici, se compose de trois livres en voyage entre Clermont-Ferrand et Paris d'une part, Londres et Oxford de l'autre, dont le premier, celui qui donne le mouvement, formalise et thématise le temps et l'espace. C'est un ouvrage scientifique d'un genre assez particulier, puisqu'il va servir de point de commencement à un nouveau rayon des bibliothèques de physique alors même qu'il déclare avec insistance, et à raison, n'apporter aucune nouvelle connaissance; il pourrait d'ailleurs aussi être considéré comme le point de départ d'un autre rayon, celui des *Œuvres complètes-de-Blaise-Pascal*, mais cela est une autre histoire. Ce livre ne trouverait donc pas la justification de sa publication dans la communication plus ou moins

large entre savants – ce groupe aussi célèbre qu'évanescant nommé "république des savants" –, ni dans la diffusion de nouvelles connaissances auprès d'un public un peu plus étendu, mais dans la potentialité qui est la sienne de susciter un nouveau rayon de bibliothèque en voyage, ce qui n'est pas sans implications sociales et politiques.

En 1663, un an après la mort de Blaise Pascal, paraît donc cet ouvrage: *Traitez de l'équilibre des liqueurs et de la pesanteur de la masse de l'air. Contenant l'explication des causes de divers effets de la nature qui n'avoient point esté bien connus jusques ici, & particulièrement de ceux que l'on avoit attribuez à l'horreur du Vuide. Par Monsieur Pascal.* C'est un livre d'une grande complexité publié par Florin Périer, le beau-frère de Pascal: sa préface explique qu'il est en majeure partie constitué de deux traités de physique que Pascal a, d'après cette même préface, rédigés à peu près quinze ans avant de mourir, mais qu'il n'a pas publiés (sous quelque forme que ce soit) parce que, à ce moment-là, il aurait compris qu'il y a plus important à faire, c'est-à-dire s'intéresser à son propre salut de chrétien en s'occupant de religion ... C'est la première apparition de la légende biographique (hagiographique) qui sera ensuite développée dans la *Vie de M. Pascal* écrite par sa sœur (l'une de ses deux sœurs, Gilberte Pascal, dont Florin Périer est le mari); ce discours de cadre précise qu'il n'en va pas de même pour les proches du grand homme défunt, aux yeux de qui tout ce qui vient de lui doit être rendu public.

C'est aussi dans cette préface que l'on trouve le premier récit de l'invention de la géométrie par Pascal enfant, de son propre génie. Ce récit et la publication des traités de physique tenus au secret servent très explicitement d'argument publicitaire à un autre livre, que la préface annonce, et qui donnera au public les réflexions de Pascal sur la religion (ce livre peut donc être considéré comme un prospectus publicitaire des *Pensées* qui ne seront éditées, après un lourd travail de réécriture, qu'en 1670); c'est pour cette raison que l'on peut aussi le considérer comme le premier du rayon des *Œuvres-complètes-de-Blaise-Pascal*.

À cette préface et aux deux traités inédits s'ajoute aussi la réédition d'un opuscule publié en 1648 et intitulé "Récit de la grand expérience de l'équilibre des liqueurs projetée par le sieur B. Pascal etc."; c'est la célèbre expérience dite "du puy de Dôme" faite par Florin Périer à la demande de Pascal. Cette réédition est suivie d'un autre récit, celui des "observations faites par Monsieur Périer continuellement jour par jour". Contrairement à ce que comprend Jean Mesnard dans son édition des *Œuvres-complètes-de-Blaise-Pascal*, qui veut que ce livre n'ait qu'un auteur, Pascal, c'est Florin Périer qui prend le rang d'auteur de ces expériences; Périer, qui rapporte ces observations à la première personne, ne dit en effet pas du tout que "c'est encore Pascal qui, sur ce point, comprit l'utilité

d'observations systématiques, et [que] c'est encore Florin Périer qui se fit l'exécutant"¹; il répartit les rôles entre celui qui propose une idée et celui qui invente une expérimentation pour vérifier cette intuition, trouver une régularité et une règle, et, par-là, déterminer la cause sans erreur possible:

Après l'expérience que je fis au Puy de Domme, dont la relation est cy-dessus, Monsieur Pascal me manda de Paris à Clermont où j'estois, que non seulement la diversité des lieux, mais aussi la diversité des temps en un mesme lieu, selon qu'il faisoit plus ou moins froid ou chaud, sec ou humide, causoient de différentes élévations ou abaissements du vif argent dans les tuyaux.

Pour sçavoir si cela estoit vray, & si la difference du temperament de l'Air causoient si regulierement & si constamment cette diversité, qu'on en pust faire une regle generale, & en determiner la cause univoque; je me resolus d'en faire plusieurs experiences durant un long-temps.²

Ces deux paragraphes, les deux premiers des "observations", racontent une tout autre histoire que le *Récit de la grande expérience* où Pascal "imagine" une expérience dont il explique le détail à son beau-frère, sollicité pour l'exécuter:

J'en ay imaginé une [une expérience] qui pourra seule suffire pour nous donner la lumiere, que nous cherchons, si elle peut estre executée avec justesse. C'est de faire l'expérience ordinaire du Vuide plusieurs fois en mesme jour, dans un mesme tuyau, avec le mesme vif argent, tantost au bas, & tantost au sommet d'une montagne élevée pour le moins de cinq ou six cent toises, pour éprouver si la hauteur du vif argent suspendu dans le tuyau se trouvera pareille ou différente dans ces deux situations. [...] Mais comme la difficulté se trouve d'ordinaire jointe aux grandes choses, j'en vois beaucoup dans l'exécution de ce dessein, puis qu'il faut pour cela choisir une montagne ecessivement haute, proche d'une ville, dans laquelle se trouve une personne capable d'apporter à cette épreuve toute l'exacritude necessaire: [...] et comme il est aussi rare de trouver des personnes hors de Paris, qui ayent ces qualitez, que des lieux qui ayent ces conditions, j'ay beaucoup estimé mon bonheur d'avoir en cette occasion rencontré l'un et l'autre, puis que notre ville de Clermont est au pied de la haute montagne du Puy de Domme, & que j'espere de vostre bonté, que vous m'accorderez la grace d'y vouloir faire vous mesme cette experience; [...].³

¹ Jean Mesnard, *Blaise Pascal, Œuvres complètes*, T. II, p. 738.

² Pascal, *Traitez de l'équilibre*, pp. 195-196.

³ *Ibidem*, pp. 172-174.

Dans le récit des “observations”, ce n’est plus Blaise Pascal qui trouve un assistant auquel il demande s’il veut bien faire pour lui des expériences qu’il détaille dans la lettre qu’il lui envoie, mais Florin Périer qui est montré comme l’origine de ces expériences, et même comme l’auteur d’expériences que Pascal aurait omis de faire; il y est question de vérifier expérimentalement les dires de Pascal (“pour voir si cela était vrai...”). C’est bien comme auteur que Florin Périer apparaît dans ces observations, et même doublement: auteur des observations (des expériences) et des *Observations* (le récit des expériences) racontées à la première personne. C’est un peu comme dans ces dessins où une image est cachée dans une image, et où, pour peu que l’on arrive à changer le regard que l’on lui porte, on voit apparaître la tête d’un lapin dans le contour formé par la rencontre d’un arbre et d’un nuage. Sitôt que l’on a compris que Florin Périer n’est pas seulement la cheville ouvrière de ce livre, on le voit apparaître comme l’autre auteur, c’est-à-dire aussi l’autre de l’auteur. Il l’était aussi déjà, bien que dans une moindre mesure, dans le *Récit de la grande expérience*, puisque c’est lui qui y raconte, dans une lettre qu’il adresse à Pascal, l’ensemble des expériences qu’il a coordonnées un certain jour dans la ville de Clermont et sur le puy de Dôme. Ailleurs dans le livre, les pièces qui ne sont pas de Pascal ne sont attribuées à personne. Ce livre a donc deux auteurs: un auteur principal, Pascal, et un auteur secondaire, Périer, qui apparaît donc assez naturellement, et implicitement, comme l’auteur de tout ce qui, dans ce livre, n’est pas de Pascal, puisque c’est à lui que le privilège est accordé; à tout le moins donc, auteur des *Observations* et directeur, coordinateur, metteur en œuvre, éditeur du reste, dont les écrits de Pascal contenus dans le livre. Aussi ce livre prend-il la défense et fait-il la promotion, conjointement, de deux réputations, voire d’une double réputation. C’est une affaire de famille. Florin Périer peint ostensiblement, dans ses *Observations*, le portrait d’un magistrat en savant. Sa vie a changé, grâce à Pascal; la science y fait irruption, elle lui donne un nouveau rythme en venant combler les moments vides de la profession de magistrat:

Je mis un tuyau avec son vif argent en experience continuelle, attaché dans un coin de mon cabinet, marqué par poulces & par lignes, depuis la superficie du vif argent où il trempoit jusques à 30. poulces de hauteur. Je le regardois plusieurs fois par jour, mais particulièrement le soir & le matin, & je marquois en une feuille de papier à quelle hauteur precisément estoit le vif argent à chaque jour le matin & le soir, & quelquefois mesme au milieu du jour lors que j’y trouvois des differences; & j’y marquois aussi les differences des temps, pour voir si l’une suivoit toûjours l’autre.⁴

⁴ *Ibidem*, p. 196.

Il devient même prescripteur d'expériences loin de Clermont, comme à Paris (inversant ainsi la relation instaurée par Pascal entre la capitale du royaume et celle de l'Auvergne), et en Suède où Descartes, dit ce récit, participe à ce nouveau réseau d'expérimentation. Ainsi accomplit-il la promesse que Pascal lui avait faite, dans sa lettre de 1648, en lui apprenant qu'il avait déjà œuvré à la réputation de la grande expérience du puy de Dôme, avant même son effectuation:

J'espere de vostre bonté, que vous m'accorderez la grace d'y [sur le puy de Dôme] vouloir faire vous mesme cette experience; et sur cette assurance, je l'ay faite espérer à tous nos curieux de Paris, et entr'autres au R.P. Mersenne, qui s'est déjà engagé par lettres qu'il en a écrites en Italie, en Pologne, en Suede, en Hollande, &c. d'en faire part aux amis qu'il s'y est acquis par son mérite.⁵

Il existe cependant une très grande différence entre la promesse de réputation du *Récit de la grande expérience*, en 1648, et la réputation attestée par le *Récit des observations*, qui ne tient pas seulement à l'écart qui sépare ce qui n'est que potentiel de ce qui est déjà réalisé; ce que Pascal promet en effet, c'est une réputation d'expérimentateur, d'ouvrier de quelque chose, certes, de grand, mais d'assistant seulement. C'est sans commune mesure avec la position d'éminence du véritable auteur d'une nouvelle expérience; seul peut être reconnu véritable auteur⁶ d'une vérité en matière de physique celui qui, pour la première fois, fait une expérience décisive. C'est précisément ce qui motive la lettre de Pascal à M. de Ribeyre, publiée en 1651⁷. Il y combat l'opinion proférée publiquement en présence de M. de Ribeyre par un père jésuite de Montferrand qui lui reproche de s'être mensongèrement attribué l'auctorialité de diverses expériences entrant dans la querelle du vide⁸; il se justifie expérience par expérience et finit par celle qui a été "faite en 1648 par M. Périer au haut et au bas du puy de Dôme"⁹, pour laquelle il conclut péremptoirement:

⁵ *Ibidem*, p. 174.

⁶ Sur le problème de l'identification du véritable auteur, voir le livre de Thierry Marchaisse, *Le théorème de l'auteur*, qui fait bien voir la place éminente qui revient à Pascal dans l'élaboration de ce problème.

⁷ Blaise Pascal, *Lettre de M. Pascal Le Fils. Adressante à M. Le Premier Président de la Cour des Aydes de Clermont-Ferrand* [Ribeyre].

⁸ Sur cette querelle voir, en particulier, Simone Mazauric, *Gassendi, Pascal et la querelle du vide*, et Pietro Redondi, *Galilée hérétique*.

⁹ Faute d'avoir pu consulter une des très rares éditions originales de cette lettre, nous citons ici dans la graphie de l'édition de Jean Mesnard, *Blaise Pascal, Œuvres complètes*, vol. II, p. 812.

Il est véritable, Monsieur, et je vous le dis hardiment, que cette expérience est de mon invention; et partant, je puis dire que la nouvelle connaissance qu'elle nous a découverte est entièrement de moi.¹⁰

Pour comprendre cette lettre, il ne faut pas oublier que M. de Ribeyre est le premier président de la cour des Aides de Clermont-Ferrand, qu'Étienne Pascal, le père de Blaise, avait été lui aussi, jusqu'en 1631, l'un des présidents de cette cour et que Florin Périer, lui, appartenait également à cette même cour, en tant que conseiller. En allant s'installer à Paris en 1631 avec ses enfants, Étienne Pascal devint l'un des illustres savants membres de l'académie de Mersenne.

Les Traitez de l'équilibre ne promeuvent donc pas seulement la réputation de Blaise Pascal, ne tendent donc pas uniquement à faire apparaître l'antériorité de ses découvertes sur le vide, dans un temps où de "Nouvelles expériences" sont "faites en Angleterre"¹¹. En faisant apparaître deux auteurs, ils publient qu'il existe dans cette famille un capital scientifique, attaché aux travaux sur le vide et sur l'hydrostatique. La contradiction que ce livre porte en lui entre, d'une part, le mépris affiché de l'activité scientifique et, de l'autre, le souci de bien établir une double auctorialité familiale est constitutive de ce que l'on peut appeler un agir dévot à cette époque: c'est lui qui permet de concilier un mépris général des biens de ce monde et une grande application à accumuler et conserver du capital au sein des familles¹². Ainsi donc ce livre ouvre-t-il un nouveau rayon d'une bibliothèque qui voyage entre la France et l'Angleterre, non pas dans un mouvement de développement de la connaissance, mais dans un travail social et politique d'apologie d'une famille.

Il le fait en donnant en représentation la république européenne des savants comme l'un des lieux de la lutte entre les nations, et en conjoignant la défense d'une famille et la glorification d'une nation. La longue présentation, qui clôt le livre, des "Nouvelles expériences faites en Angleterre, expliquées par les principes établis dans les deux Traitez precedens de l'Equilibre des Liqueurs & de la Pesanteur de la masse de l'Air"¹³, ne tend en effet, comme son titre le dit bien, qu'à minimiser la valeur de ces nouvelles expériences. Et pourtant la description

¹⁰ *Ibidem*, p. 813.

¹¹ Pascal, *Traitez de l'équilibre*, p. 210 sqq.

¹² Sur ce problème, voir, dans *Le Dieu caché* de Lucien Goldmann, tout ce qui a trait à l'attitude paradoxale du "refus intramondain du monde"; voir également l'article aussi remarquable que méconnu d'Albert Soboul, "Clermont au temps de Pascal"; et puis, à propos de la même période – les années 1640 – mais assez loin de Port-Royal, l'article de Michel de Certeau, "Politique et mystique. René d'Argenson (1596-1651)".

¹³ Blaise Pascal, *Traitez de l'équilibre*, p. 210 sqq.

critique qui est donnée de quelques-unes d'entre elles montre bien leur précision, leur complexité, telles qu'elles sont rapportées dans le *Nova experimenta Physico-Mechanica de Aëre* de Robert Boyle. Selon toute apparence, il importe de montrer que, alors même qu'elles ne peuvent pas être considérées comme des conséquences de traités qui n'ont pas été rendus publics, elles peuvent pourtant, dans certains cas, être interprétées comme autant de nouvelles manifestations du "principe" de la pesanteur de la masse d'air, découvert dans les traités pascaliens. Et, dans tous les cas, elles ne s'y opposent pas. Cette critique s'achève par un jugement sans appel:

Voilà ce que l'on a jugé à propos d'extraire du livre de Monsieur Boyle, & les expériences que l'on a trouvées les plus considerables; & qui ont le plus de rapport au sujet des Traitez précédens; dont les unes ont cela de particulier qu'elles prouvent clairement que l'Air a de la pesanteur, & toutes ont cela de commun qu'elles ne prouvent rien qui soit contraire à ce Principe.¹⁴

Le *Nova experimenta Physico-Mechanica de Aëre* est publié à Oxford en 1661¹⁵. Ces "Nouvelles expériences [...]" se présentent explicitement, dans leur introduction, comme un compte rendu critique de ce livre; et l'on peut même penser, en termes pascaliens, que la publication de cet ouvrage est la cause, sinon la raison (cette raison, c'est comme il vient d'être dit, la défense d'une famille et d'une nation), de celle des *Traitez*. Dans le livre de Robert Boyle, le nom de Pascal n'apparaît en effet qu'une seule fois, en passant, pour mentionner les expériences du puy de Dôme; bien qu'il y soit gratifié du titre de "noble Experimenter", il n'y figure pas sous les traits d'un véritable auteur mais est inscrit dans la postérité de Torricelli.¹⁶

En 1666 paraît un nouvel ouvrage du même auteur, répondant au titre de *Hydrostatical paradoxes*, présenté comme la publication de conférences données en mai 1664 à la *Royal Society*. Cette fois, tout au contraire, l'expression "Monsieur Paschall", en italique¹⁷, revient fréquemment, principalement dans les toutes premières pages où le livre publié par Florin Périer prend bien la valeur, sinon de sujet de ces conférences, du moins d'occasion de ce retour sur les problèmes, les paradoxes de la mécanique des fluides. Ce livre, dit l'auteur des conférences dans leurs premières lignes, lui a été confié pour qu'il en fasse

¹⁴ *Ibidem*, p. 232.

¹⁵ Sa version originale, en anglais (*New experiments physicommechanical*), date de 1660.

¹⁶ Robert Boyle, *Nova experimenta Physico-Mechanica de Aëre*, p. 22; version anglaise p. 32.

¹⁷ Robert Boyle, *Hydrostatical paradoxes*, 1666. Cette graphie est surprenante puisque, en 1660, c'était "Monsieur Pascal" et, en 1661, "Dni Pascalis (Fili)".

un examen approfondi¹⁸. Il faut souligner que cette position d'énonciation, dans ce lieu, est telle que Boyle n'entre pas en discussion avec le livre publié par Florin Périer; il le juge depuis la situation qui est celle d'un expert reconnu par une institution en 1664 et 1666. Il donne aussitôt, en quelques lignes, les raisons pour lesquelles il ne va rien dire du traité sur la pesanteur de la masse d'air: il a déjà, lors d'une précédente réunion de la *Society*, parlé d'un des dispositifs expérimentaux inventés par Pascal, et, dit-il avec une petite pointe de perfidie, certainement ce traité aurait été bien accueilli par les curieux s'il avait été publié à l'époque où l'on dit qu'il a été écrit¹⁹, mais maintenant c'est trop tard. Quant au traité sur l'équilibre des liqueurs, il y distingue d'une part les conclusions qui, prononce-t-il, sont majoritairement en accord avec les principes et les lois de l'hydrostatique, et d'autre part les expériences. Pour elles, il avoue ne pas avoir du tout l'intention de s'en servir²⁰, et pour trois raisons. D'abord, remarque-t-il, Pascal ne dit pas que ces expériences ont été réalisées, et il se peut donc qu'il ne les ait consignées que comme des choses qui *doivent* arriver, en se fondant sur la conviction justifiée de ne s'être pas trompé dans ses raisonnements²¹. Puis il ajoute que monsieur Pascal ne semble pas avoir désiré que d'autres puissent refaire ces expériences après lui puisqu'il imagine que les phénomènes sur lesquels il établit ses conclusions se sont produits à 15 ou 20 pieds sous l'eau; enfin il conclut en déclarant, avec une modestie pleine d'ironie²², que les instruments requis seraient difficiles à produire dans ce pays, parce que la précision avec laquelle ils doivent être faits, facile à imaginer par un mathématicien, serait difficilement accessible à un artisan. Cette critique de ce traité, en 1664-1666, contraste fortement avec les louanges adressées à l'auteur de la grande expérience du puy de Dôme en 1660-1661. Pascal se trouve, maintenant, par un effet assez ironique du livre qui était au contraire supposé rehausser encore sa réputation d'auteur d'expériences, ravalé au rang de mathématicien

¹⁸ Robert Boyle, *Hydrostatical...*: "I shall without any further preamble begin with taking notice, that upon perusal of *Monsieur Paschall's* small French Book, which was put into my hands, I find it [...]", p. 2.

¹⁹ *Ibidem*: "if they have been published at the time, when it is said to have been written".

²⁰ *Ibidem*, p. 4: "The experimental proofs he offers of his opinions are such, that I confess I have no mind to make use of them".

²¹ *Ibidem*, p. 5: "he might possibly have set them down as things that *must* happen, upon a just confidence that he was not mistaken in his Ratiocinations".

²² L'ironie ne fait pas de doute, non pas seulement parce qu'il n'est pas certain que les expériences présentées dans les traités attribués à Pascal aient jamais été effectuées, mais aussi parce que tous les travaux de la *Royal Society* sur le vide et sur l'hydrostatique font très nettement apparaître une grande supériorité technique des instruments disponibles dans ces années-là, en Angleterre et ailleurs, sur ceux qui sont décrits, voire représentés par des estampes, dans le livre publié par Florin Périer.

trop pressé et trop imaginaire. À la lecture des comptes rendus des séances de la *Royal Society*, de celle du 6 janvier 1664 où Robert Boyle fait mention du nouveau livre de Pascal et reçoit la mission de l'examiner pour en rendre compte ultérieurement, ou de celles qui l'entourent, on s'aperçoit que c'est justement l'activité d'expérimentation qui réunit ses membres. Par différentes voies, la nature entière paraît remplie de phénomènes étranges, sources de questionnements émerveillés. Ainsi l'un des sociétaires peut-il rapporter une observation personnelle, ou ce que l'une de ses connaissances a pu lui dire; ou bien encore, assez fréquemment, c'est la publication, quelque part en Europe, d'un nouveau livre qui signale l'un de ces phénomènes. À chacune de ces occasions, l'un des *fellows* est missionné pour faire une expérience, par exemple sur le dépôt laissé par le givre sur les vitres, ou sur la possibilité de faire du cidre en laissant macérer de fines lamelles de pommes dans de l'eau, ou sur la capacité des oiseaux plongés dans de la glace de revenir à la vie une fois cette glace fondue.²³

Pour qui est au fait de l'opposition que l'on a dressée en France, surtout au cours du XVIII^e siècle, entre Descartes et Pascal, justement autour de l'expérimentation, le premier de ces deux penseurs étant présenté comme l'homme du système, le second comme l'un des fondateurs de la physique expérimentale²⁴, il est savoureux de voir comment l'"experimenter" et le "natural philosopher" militant qu'est Boyle refuse, dans ces assemblées de la *Royal Society* où est en train de s'inventer un nouveau rapport à la nature, de considérer que les deux traités de Pascal nouvellement publiés répondent aux exigences des méthodes expérimentales. La plus corrosive de ses critiques consiste à s'interroger ingénument sur l'effectivité d'une expérience supposément faite à une profondeur de quinze à vingt pieds, sur un homme qui resterait ainsi assis sous l'eau. Monsieur Pascal, dit-il, ne nous apprend pas comment un homme pourrait rester en vie sous l'eau, ni, juge-t-il nécessaire d'ajouter, comme pour souligner l'absurdité de

²³ Thomas Birch, *The History of the Royal Society of London for Improving of Natural Knowledge*, Vol. I, pp. 367 sqq., 1664 January 6/13, meeting of the Society. Sur Robert Boyle et la *Royal Society* dans le temps de ses commencements, on pourra consulter, dans une immense bibliographie, de Steven Shapin et Simon Schaffer, *Leviathan et la pompe à air, Hobbes et Boyle entre science et politique*, principalement, pp. 109-111: "les fins de la philosophie" (sur la philosophie naturelle véritable) et le huitième et dernier chapitre, "La forme politique de la science: conclusions". Signalons aussi la très belle note bibliographique de Jérôme Lamy, "Sciences, techniques, pouvoirs et sociétés à l'époque moderne", pp. 11-32.

²⁴ Que l'on nous permette de renvoyer à Alain Cantillon, *Le Pari-de-Pascal: étude littéraire d'une série d'énonciations*, partie hébergée sur le site internet du GRIHL, p. 217 sqq., *Les Dossiers du Grihl*. On y voit que, en 1779, dans la première édition des *Œuvres-complètes-de-Blaise-Pascal* (anonyme, mais dont l'éditeur est Bossut), une mise au point de cette discussion, en faveur de Pascal, est utilisée pour défendre la nation française contre l'anglaise.

cette prétendue expérience, comment, dans une citerne aussi profonde, l'expérimentateur pourrait observer les modifications qui arrivent au mercure et au corps de cet homme.²⁵

Les jugements formulés dans ces *Hydrostatical paradoxes* dévoilent ainsi la très grande différence qui sépare le récit de la grande expérience de 1648 de ces traités et qui pourrait d'ailleurs très bien être, c'est une hypothèse faite en passant, la véritable raison du renoncement à leur publication²⁶. Boyle rejette le Pascal de 1663 du côté des mathématiciens²⁷. Le nouveau rayon de bibliothèque ouvert par le livre publié par Florin Périer n'en a pas pour autant fini de se remplir. Sans sortir de la relation entre la France et l'Angleterre, sans prendre par exemple la route de Magdeburg²⁸ sur laquelle ce nouveau rayon de bibliothèque a peut-être aussi voyagé, sa constitution par voyages se poursuit dans un retour en France: en 1686 paraît *Le Traité des mouvements des eaux et des autres corps fluides*, livre posthume lui aussi d'Edme Mariotte de l'Académie Royale des Sciences, "mis en lumière par les soins de M. de la Hire, Lecteur & Professeur du Roy pour les Mathématiques, & de l'Académie Royale des Sciences". Comme celui de Boyle, cet ouvrage émane d'une société placée sous la protection d'un roi²⁹; il se place directement sous l'autorité de Pascal, et produisant une relation de lignage scientifique avec le livre publié par Florin Périer:

Le traité de l'équilibre des liqueurs de M. Paschal est un des plus considérables tant pour les belles découvertes qu'il a faites, que pour les propriétés singulieres qu'il demontre d'une manière si claire & si convaincante, que nous ne pouvons pas douter que ce grand Genie n'eût entierement épuisé cette matiere s'il avoit examiné toutes les parties qui la composent.

²⁵ Robert Boyle, *Hydrostatical paradoxes*, pp. 5-6: "And one of them requires, that a Man should sit there with the End of a Tube leaning upon his Thigh. But he neither teaches us how a Man shall be enabled to continue under water, nor how in a great Cistern full of water, twenty foot deep, the Experimenter shall be able to discern the alterations, that happen to *Mercury* and other Bodies at the Bottome".

²⁶ Si l'on admet pour vrai le récit fait par Florin Périer dans sa préface.

²⁷ On peut voir là comme une façon de réactiver et de prolonger la querelle entre Pascal et les mathématiciens anglais autour de la Roulette (voir Blaise Pascal, *Œuvres complètes*, t. IV, pp. 147 sqq.); et, dans ce sens, on pourrait dire que l'entreprise de Périer a subi un cruel revers et qu'elle fut maladroitement puisqu'elle exposa la réputation de Pascal physicien.

²⁸ "Ceux de Magdebourg" dit le récit des *Nouvelles expériences*, p. 211, pour désigner les premiers inventeurs de la pompe à vide. L'auteur de cette invention en 1650 est Otto de Guericke, bourgmestre de Magdebourg.

²⁹ Les différences des relations que les pouvoirs royaux entretiennent avec le monde des savants, saisies dans le détail des procédures de prises de décisions, sont étudiées dans le livre d'Aurélien Ruellet, *La Maison de Salomon*.

Il y avoit plusieurs années que M. Mariotte s'appliquoit avec un soin *extraordinaire à faire les experiences* qui sont dans le Traité de M. Pascal pour voir s'il n'auroit point négligé des circonstances particulieres qui luy pussent donner lieu de remarquer quelque chose de nouveau. En effet dans ses experiences il a fait plusieurs observations que l'on ne trouve point dans le petit livre de M. Pascal, ny dans les autres qui l'ont precedé; & il se trouva ensuite *insensiblement engagé dans* la partie de cet ouvrage qui a de plus *grandes utilitez*, comme la mesure, & ce que l'on appelle la dépense des eaux suivant les différentes hauteurs des reservoirs, & les differens ajustages, il passe ensuite aux precautions qu'on doit prendre pour conduire les eaux, & ayant enfin traité fort au long de la resistance des solides, il parle de la force que doivent avoir les tuyaux pour resister aux differentes charges de l'eau.³⁰

Mariotte, si l'on en croit cette préface, a repris les expériences de Pascal, il les a “faites”, et non pas refaites, comme si, justement, elles avaient encore à être faites. Sur ce point, cette pièce liminaire semble d'accord avec Boyle, alors qu'elle fait pourtant l'éloge d'expériences qui sont décriées dans le livre du savant anglais. Cette reprise tend à montrer que le livre de 1686 parachève celui de 1663. Seulement l'analogie structurale qui unit les deux livres rend, dans le même mouvement, éclatantes leurs différences. Dans un cas comme dans l'autre, c'est un successeur, et apologiste, qui édite un traité posthume de celui dont il entend défendre la mémoire; mais la relation entre l'éditeur et l'auteur n'est pas aussi complexe en 1686 qu'elle l'était en 1663, en grande partie parce que l'opération n'est ni aussi délicate à mener à bien, ni peut-être aussi forte d'enjeux, et aussi parce que l'organisation sociale et politique de la vie des sciences a été complètement bouleversée en quelques années. Tout se concentre alors dans une Académie officielle dont un des membres rend public un traité rédigé par l'un des autres membres qui vient de mourir: travail du corps académique par lui-même. L'éditeur, Philippe de La Hire, se fit connaître par la publication d'un premier traité, en 1673, treize ans seulement avant son édition de celui de Mariotte, et devint l'un des membres de l'Académie des sciences en 1678. Il se fait connaître, littéralement, c'est par ce motif que s'ouvre l'épître dédicatoire à Colbert: un jeune savant, qui, dit-il, n'a pas l'honneur d'être connu par celui auquel il s'adresse, ose le faire cependant parce que “ceux qui font profession des Sciences et des Beaux-arts” trouvent un “libre accès” auprès de cet éminent personnage³¹. Les premiers ouvrages publiés par La

³⁰ Edme Mariotte, *Traite du mouvement des eaux et des autres corps fluides*. Divisé en V. parties, 1686. Préface, n. p. Nous soulignons.

³¹ Philippe de La Hire, *Nouvelle methode en geometrie pour les sections es superficies coniques*, 1673. Epistre n. p.

Hire manifestent une étonnante proximité avec ceux de Pascal: d'abord ce traité de 1673 dont le sujet est les sections coniques, et puis, en 1676 un opuscule, en latin cette fois, sur la cycloïde (la "roulette" en termes pascaliens). Cette particularité doit être rapprochée de la façon dont la préface du traité de Mariotte le fait "insensiblement" dériver des Traités de Pascal. Rien, cela va sans dire, ne permet de mettre en doute la véracité de ce récit; ce qui frappe toutefois à la lecture du traité de Mariotte, ce n'est pas sa proximité avec celui de Pascal, mais, bien au contraire, la longueur du chemin qui mène de l'état de l'hydrostatique en 1663 (le jugement critique de Boyle montre l'actualité, en 1664-1666, du traité publié sous le nom de Pascal³²) à celui de cette même science, en 1686; entre-temps les expériences se sont multipliées, à l'aide de machines complexes, et les mesures précisées, tout cela se traduisant par la formulation de lois qui ont de "grandes utilités". Cette tendance à faire revenir Pascal vingt ou quarante ans après, que l'on peut nettement percevoir dans les écrits signés par La Hire, prend une valeur fortement nationaliste à la lumière de l'avant-propos de son traité sur les sections coniques:

J'ai cru que ce seroit faire plaisir à notre Nation de produire cet Ouvrage en sa langue & que les étrangers ne seroient pas privez de l'utilité qu'ils en pourroient retirer, puisqu'il y en a fort peu qui ne la sçachent assez bien pour entendre les livres qui traittent des sciences dont ils ont la connaissance.³³

Aussi ce nouveau rayon de la bibliothèque scientifique du XVII^e siècle ne participe-t-il à la constitution d'une science européenne qu'en creusant un fossé entre deux nations qui, chacune selon les modalités qui lui sont propres, tendaient à une forme d'hégémonie technique. Il faut d'ailleurs souligner, pour finir, que le retour de ce rayon vers la France s'effectue à la faveur d'un profond bouleversement des conditions de la production scientifique, qui s'inscrit institutionnellement dans la création de l'Académie Royale des Sciences. Sans aucun doute l'activité scientifique de Pascal et de Florin Périer n'est ni gratuite ni détachée de possibles gratifications sociales, économiques, politiques, et la lutte est assez âpre pour se faire reconnaître comme le véritable auteur d'une expérience et d'une nouvelle connaissance. Ce qui change cependant entre les publications de ces deux traités, celui de Pascal par Périer et celui de Mariotte par La Hire, c'est qu'en 1686 le savant apparaît avant tout comme un ingénieur au service des puissants, et qu'il tient à le faire savoir, comme un titre de gloire:

³² Que ce traité ait ou n'ait pas été véritablement rédigé en 1650, tel qu'il fut publié en 1663, n'a pas d'importance en l'occurrence.

³³ Philippe de La Hire, *Nouvelle methode*, Avant-propos, n. p.

Je n'aurois pas différé si long temps à faire imprimer cet ouvrage si je n'en avois pas esté détourné par des occupations d'une tres-grande importance que MONSEIGNEUR DE LOUVOIS m'a fait l'honneur de me donner. Il avait considéré luy-mesme que la riviere d'Eure depuis sa source jusqu'à la rencontre qu'elle fait de la Seine vers le Pont de l'Arche où remonte le flux de la mer, ne parcourait que 45 lieuës; & que des mesmes sources de cette riviere il y avait quelques ruisseaux qui alloient avec une rapidité tres-grande rencontrer la riviere d'Huine, & ensuite par la Loire jusqu'à la Mer à prés de 80 lieuës de cette source commune; cette rapidité étant connuë d'ailleurs par plusieurs moulins qui vont par-dessus; il jugea donc que la riviere d'Eure devoit avoir une pente tres considerable, & peu de temps après la mort de Monsieur Mariotte, il m'ordonna de niveler la hauteur de cette riviere à l'égard du Château de Versailles.³⁴

Viennent ensuite plusieurs pages expliquant ces travaux de nivellement et, à leur suite, d'adduction de l'eau de l'Eure jusqu'à Versailles; c'est alors le moment d'installation de la cour à Versailles et, sans même compter les fontaines, on ne vit pas sans eau. Dans la préface de ce livre qui est le tombeau d'un grand savant, d'un des premiers membres de l'Académie Royale des Sciences, l'éditeur ne s'excuse pas du retard qu'il a dû prendre, mais fait de ce défaut un titre de gloire. Quelqu'un lui a donné des occupations, et l'honneur d'un savant de l'Académie consiste à se laisser détourner de la publication du traité, que son collègue lui a, dit-il, demandée pendant sa dernière maladie. L'affaire est d'importance, de très grande importance. Nivelier le cours de l'Eure, c'est-à-dire faire un travail de "niveleur", "géomètre [dit Furetière³⁵] qui prend le niveau d'un terrain, d'une riviere", c'est exactement faire de la géométrie un outil d'aménagement d'un territoire, et, en l'occurrence, un instrument du pouvoir royal. La mention de la Loire est une allusion à un échec, dû à des erreurs d'un nivellement entrepris par un autre savant quelques années auparavant. Les calculs de La Hire, au contraire, vérifiés par une commission composée d'autres membres de l'Académie, furent jugés suffisamment fiables pour que soient mis en route des travaux colossaux de creusement d'un canal, et de construction d'un aqueduc, par plusieurs milliers de soldats placés sous le commandement de Vauban³⁶. L'ironie de l'histoire fit que le chantier dut être abandonné dès la fin de 1688, au moment où commença la guerre de la Ligue d'Augsbourg, et qu'il n'en reste plus que la longue

³⁴ Edme Mariotte, *Traite du mouvement*, préface, n. p.

³⁵ Antoine Furetière, *Dictionnaire universel*, s.v. "niveleur", 1690.

³⁶ Voir J.-A. Le Roi, "Travaux hydrauliques de Versailles sous Louis XIV, 1664-1688".

ruine de l'aqueduc inachevé de Maintenon: *Pendent opera interrupta* proclamait, quelques années plus tôt, la vignette de titre de la première édition des *Pensées de M. Pascal*.

La Hire, déclare-t-il avec un sens particulier de la gloire des savants, s'est laissé détourner de son travail d'édition et de célébration de la mémoire d'un de ses prédécesseurs. Ce faisant, il détourne aussi le nom de Pascal, non pas seulement, comme il a été dit un peu plus haut, parce que le traité de Mariotte n'est que très indirectement issu de celui de Pascal, mais encore parce qu'il met au service d'un pouvoir qui tend, en dehors de toute mesure, vers un absolu de la force³⁷, ce savant dont les énonciations imprimées tenaient à des lieux configurés d'une tout autre manière.

Ainsi vont les bibliothèques dans leurs voyages, les livres répondant aux livres dans des traversées à la dérive de l'espace et du temps. Dans cet aller-retour à travers le *Chanel*, il n'est pas certain que la réception la plus critique (le jugement par le livre de Boyle) ait été la plus hostile, ni la plus louangeuse (la proclamation nationaliste de La Hire) la moins méprisante.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

- BIRCH, Thomas, *The History of the Royal Society of London for Improving of Natural Knowledge [...]*, London, Printed for A. Millar, 1756-1757
- BOYLE, Robert, *Nova experimenta Physico-Mechanica de Aère*, Oxford, 1661
- BOYLE, Robert, *Hydrostatical paradoxes made out by new experiments, for the most physical and easie*, Oxford, printed by William Hall, for Richard Davis, 1666
- CANTILLON, Alain, *Le Pari-de-Pascal: étude littéraire d'une série d'énonciations*, *Les Dossiers du Grihl*, URL: <http://journals.openedition.org/dossiersgrihl/5475>
- CERTEAU, Michel de, "Politique et mystique. René d'Argenson (1596-1651)", in *Le Lieu de l'autre, histoire religieuse et mystique*, Paris, Gallimard/ Seuil, 2005, pp. 265-301 (première parution, 1963)
- FURETIÈRE, Antoine, *Dictionnaire universel, contenant généralement tous les mots françois tant vieux que modernes, et les termes de toutes les sciences et des arts*, La Haye, A. et R. Leers, 1690
- GOLDMANN, Lucien, *Le Dieu caché, étude sur la vision tragique dans les "Pensées" de Pascal et dans le théâtre de Racine*, Paris, Gallimard, 1976 (première parution, 1956)

³⁷ Voir les analyses du monarque absolu par Louis Marin, *Le portrait du roi*, et l'édition posthume, *Politiques de la représentation*.

- LA HIRE, Philippe de, *Nouvelle methode en geometrie pour les sections es superficies coniques, et cylindriques; Qui ont pour bases des cercles, ou de paraboles, des Elipses, & des Hyperboles*, Paris, L'Autheur et Thomas Moette, 1673
- LAMY, Jérôme, "Sciences, techniques, pouvoirs et sociétés à l'époque moderne", *Cahiers d'Histoire*, n.° 136, 2017, *Histoire critique des sciences (XVII^e-XVIII^e siècles)*, pp. 11-32
- LE ROI, J.-A., "Travaux hydrauliques de Versailles sous Louis XIV, 1664-1688", *Mémoires de la Société des sciences morales des lettres et des arts de Seine-et-Oise*, tome septième, Versailles, 1866, pp. 61-128
- MARCHAISSE, Thierry, *Le théorème de l'auteur: logique de la créativité*, Paris, EPEL, 2016
- MARIN, Louis, *Le portrait du roi*, Paris, éd. Minit, 1981
- MARIN, Louis, *Politiques de la représentation*, édition posthume établie par Alain Cantillon et alii, Paris, Kimé, 2005
- MARIOTTE, Edme, *Traite du mouvement des eaux et des autres corps fluides*. Divisé en V parties. Par feu M. Mariotte, de l'Academie Royale des Sciences. Mis en lumiere par les soins de M. de La Hire, Lecteur et Professeur du Roy pour les Mathematiques, & de l'Academie Royale des Sciences, Paris, E. Michallet, 1686
- MAZAURIC, Simone, *Gassendi, Pascal et la querelle du vide*, Paris, P.U.F., 1998
- PASCAL, Blaise, *Lettre de M. Pascal Le Fils. Adressante à M. Le Premier Président de la Cour des Aydes de Clermont-Ferrand* [Ribeyre]. Sur le Subiet [sic] de ce qui s'est passé en sa présence dans le Collège des Jésuites de Montferrand, aux thèses de Philosophie qui luy ont esté dédiées, & qui ont esté soutenuës le 25 juin 1651
- PASCAL, Blaise, *Traitez de l'équilibre des liqueurs et de la pesanteur de la masse de l'air. Contenant l'explication des causes de divers effets de la nature qui n'avoient point esté bien connus jusques ici, & particulièrement de ceux que l'on avoit attribuez à l'horreur du Vuide*. Par Monsieur Pascal, Paris, G. Desprez, 1663
- PASCAL, Blaise, *Œuvres complètes*, éd. Jean Mesnard, Paris, Desclée de Brouwer, 1964-1992
- REDONDI, Pietro, *Galilée hérétique*, traduit de l'italien par Monique Aymard, Paris, Gallimard, 1985 (ed. originale, 1983)
- RUELLET, Aurélien, *La Maison de Salomon. Histoire du patronage scientifique et technique en France et en Angleterre au XVII^e siècle*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2016

- SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon, *Leviathan et la pompe à air, Hobbes et Boyle entre science et politique*, traduit de l'anglais par Thierry Piélat avec la collaboration de Sylvie Barjansky, Paris, La Découverte, 1993 (éd. originale, *Leviathan and the Air-Pump. Hobbes, Boyle and the experimental life*, 1985)
- SOBOUL, Albert, "Clermont au temps de Pascal", in *Pascal présent 1662-1962*, Clermont-Ferrand, G. de Bussac, 1962, pp. 199-230

Inquisition et marché du livre: le contrôle des bibliothèques et des librairies dans l'Espagne du XVII^e siècle

Mathilde Albisson

Université Sorbonne Nouvelle, CRES/ LECEMO

Si l'invention de Gutenberg fut d'abord accueillie de manière favorable par les autorités civiles et ecclésiastiques de l'Europe chrétienne, ces dernières prirent rapidement conscience du danger que représentait l'imprimé, capable de diffuser massivement des idées pouvant s'avérer subversives¹. Ainsi, dès la fin du XV^e siècle, plusieurs régions d'Europe mirent au point un système d'*imprimatur*, qui fut étendu en 1515 à toute la chrétienté par la bulle *Inter sollicitudines* du pape Léon X. Cependant, la multiplication des livres imprimés et l'usage intensif des presses par les réformés suscitèrent l'adoption de mesures renforcées, destinées à enrayer la circulation, la vente et la lecture d'écrits considérés comme hérétiques.

En Castille, les Rois Catholiques instaurèrent dès 1502 une censure civile, préalable à l'impression, qui fut doublée en 1558 d'une censure répressive s'appliquant aux ouvrages imprimés déjà en circulation². Philippe II confia le contrôle *a posteriori* des livres à l'Inquisition espagnole, tribunal ecclésiastique dépendant de la Monarchie hispanique et dont la mission principale était de veiller au maintien de l'orthodoxie catholique.

La censure inquisitoriale comportait plusieurs volets, d'ordre intellectuel, judiciaire et policier. Le tribunal du Saint-Office recueillait les délations d'écrits suspects, qui étaient ensuite examinés par ses experts théologiques, les qualificateurs. Ces derniers rédigeaient des rapports dans lesquels ils émettaient un avis circonstancié sur l'œuvre dénoncée. Si celle-ci était jugée contraire à l'orthodoxie, les inquisiteurs décrétaient son interdiction ou son expurgation.

¹ Je tiens à remercier Miguel F. N. et Gérard A. pour leur lecture attentive et suggestive de ces pages.

² Sur le fonctionnement du double système censorial, voir notamment H. C. Lea, *Historia de la Inquisición española*, vol. III, pp. 291 *sqq.*; J. Martínez de Bujanda, *Index des livres interdits*, vol. V. Sur la censure civile, voir J. Simón Díaz, *La Bibliografía*, pp. 132-163; A. Cayuela, *Le paratexte au Siècle d'Or*, pp. 15 *sqq.*; F. Bouza, *Dásele licencia y privilegio*. Pour un panorama détaillé de la législation sur le livre dans l'Espagne moderne, voir F. de los Reyes Gómez, *El libro en España y América*.

Les lecteurs et détenteurs de livres frappés de censure risquaient, quant à eux, des poursuites judiciaires. Enfin, pour parer à la circulation d'ouvrages interdits et de publications suspectes venues de l'étranger, l'Inquisition exerçait un étroit contrôle sur la circulation des livres dans les territoires sous sa juridiction.

Avant les années 1560-1570, celui-ci était encore sporadique, mais, à partir du dernier tiers du XVI^e siècle, les mesures de surveillance se systématisèrent progressivement sous le coup de plusieurs décrets. En effet, l'arrivée ininterrompue dans la péninsule ibérique d'œuvres hérétiques et de nouveautés éditoriales potentiellement suspectes incita l'Inquisition à demeurer constamment en alerte et à superviser en permanence les importations et le marché interne. Vers la fin du siècle, la crainte d'une "contagion hérétique" par le livre se transforma en une attitude de fermeture idéologique plus générale, tout particulièrement, en une hostilité envers les publications étrangères et les nouveautés. Il ne s'agissait plus uniquement d'éviter l'entrée d'ouvrages proscrits mais de déceler les indices d'une dissension, d'étouffer dans l'œuf les moindres manifestations suspectes.

Pour parer à la propagation d'écrits pouvant "mettre en danger les âmes" et "dépraver les esprits", l'Inquisition réglementa plusieurs aspects du commerce des livres et tenta d'établir un contrôle sur les grands pôles jalonnant leur circulation: les agents du tribunal inquisitorial procédaient à des fouilles de marchandises aux frontières, à l'arraisonnement des navires qui accostaient dans les ports, ainsi qu'à des visites d'inspection des imprimeries, librairies et bibliothèques privées.

Dans cette étude, nous entendons examiner de plus près l'incidence de l'Inquisition sur le marché du livre dans l'Espagne moderne et sur ses principaux acteurs. Nous proposons de nous centrer ici sur deux des principaux points de mire du tribunal: les librairies et les bibliothèques privées. Pour les libraires comme pour les propriétaires de ces bibliothèques, la stricte régulation de la circulation du livre et la surveillance continuelle exercée par le Saint-Office supposaient diverses contraintes et des pertes économiques; pour les seconds, le préjudice occasionné était non seulement matériel mais aussi intellectuel. Toutefois, bien que le système légal et policier semble parfaitement organisé dans les textes, comme nous le verrons dans un premier temps, l'existence de dysfonctionnements dans la pratique invitera, dans un second temps, à nous interroger sur son efficacité et ses limites.

Pour mener à bien cette recherche, nous avons eu recours à des sources manuscrites (rapports, correspondances diverses et documents administratifs et judiciaires) provenant, pour l'essentiel, des anciennes archives du tribunal de la Suprême Inquisition, aujourd'hui conservées aux Archives Historiques

Nationales, à Madrid³. Les documents examinés dans cette étude nous permettent de connaître, depuis l'intérieur, les rouages de l'appareil censorial inquisitorial et d'éclairer certains aspects méconnus des contraintes qui pesaient sur le marché du livre espagnol à l'époque moderne.

LE CONTRÔLE DU COMMERCE DES LIVRES: INDEX, LÉGISLATION ET INSPECTIONS

1. Le contrôle bibliographique, première entrave au marché du livre

Dans les années 1540, pour faire face à la diffusion rapide des écrits protestants, les universités, autorités ecclésiastiques et Inquisitions locales de l'Europe catholique prirent l'initiative d'élaborer des listes d'auteurs et de livres dont la lecture était désormais proscrite. Ces répertoires permettaient de garder une trace des condamnations et facilitaient l'identification des œuvres réprouvées. En 1551, l'Inquisition espagnole publia un Index de livres interdits, qui fut renouvelé à intervalle irrégulier jusqu'à la fin du XVIII^e siècle⁴. Chaque nouvelle édition de l'Index mettait à jour la précédente, à laquelle étaient ajoutées plusieurs centaines de nouvelles condamnations. Ces "anti-bibliothèques", selon l'expression de François Géal⁵, recensaient les ouvrages interdits et expurgés ainsi que les auteurs condamnés, dont on prohibait l'*opera omnia*. Les Index étaient un outil central de la censure inquisitoriale, en tant qu'ils constituaient le *corpus* officiel de la littérature interdite. Leur valeur juridique transformait la lecture, la possession et la vente de "mauvais livres" en un délit, passible de sanction.

Entre la seconde moitié du XVI^e et le début du XVIII^e siècle, l'Index espagnol se complexifia. Après le concile de Trente, la censure inquisitoriale étendit son ombre sur le vaste territoire *extra fide*, c'est-à-dire, sur des textes qui ne s'opposaient pas aux dogmes catholiques mais qui présentaient d'autres formes de dissensions, plus bénignes que l'hérésie ou l'erreur doctrinale. L'extension de la sphère de l'interdit se traduisit à la fois par une diversification et une augmentation du nombre d'ouvrages frappés de censure. Tout livre finit par devenir une cible potentielle, dont l'interdiction, totale ou partielle, pouvait survenir à tout

³ Pour citer les documents d'archives nous emploierons les abréviations suivantes: AHN (Archives Historiques Nationales), f. (feuillet), Inq., (section "Inquisition"), l. (liasse), L. (livre). Nous faisons suivre le numéro de liasse du numéro du dossier où est archivé le document cité.

⁴ Au XVI^e siècle, l'Inquisition elabora quatre Index, imprimés respectivement en 1551, 1554, 1559 et 1583-1584. Au XVII^e siècle, parurent trois nouveaux catalogues, publiés en 1612, 1632 et 1640. Ils furent suivis par trois autres répertoires, édités en 1707, 1747 et 1790. Sur les Index inquisitoriaux espagnols, voir notamment J. Martínez de Bujanda, *El Índice de libros prohibidos y expurgados et Index des livres interdits*, vols. V et VI.

⁵ F. Géal, *Figures de la bibliothèque*, p. 57.

moment, au hasard d'une délation présentée par un lecteur scrupuleux. Quant aux catalogues inquisitoriaux, ils intégrèrent un nombre croissant de nouvelles condamnations; tandis que l'Index de 1559 ne comptait que 56 ou 72 pages (selon les éditions)⁶, celui de 1707 n'en comportait pas moins de 1260, imprimées sur deux colonnes.

Vers la fin du XVI^e siècle, le Saint-Office entreprit dans le même temps une *relecture* de la production intellectuelle et littéraire de l'époque précédente à travers le filtre tridentin. La censure visait aussi bien des nouveautés éditoriales que des ouvrages imprimés plusieurs années, voire des dizaines d'années, auparavant, et qui avaient circulé jusqu'alors en toute liberté. Pour ne citer qu'un exemple, le célèbre roman sentimental *Cárcel de amor* de Diego de San Pedro, publié pour la première fois en 1523, fut intégralement interdit en 1632, soit plus de cent ans après la parution de la première édition. D'autres œuvres qui avaient joui d'une grande popularité et dont on trouvait des exemplaires dans la plupart des bibliothèques privées furent, elles aussi, mises à l'Index et leur diffusion éditoriale coupée nette. Ce fut le cas, entre autres, de l'*Oratorio de religiosos* du célèbre humaniste Antonio de Guevara, édité une douzaine de fois entre 1543 et 1597⁷, qui se trouva expurgé de plusieurs passages dans l'Index de 1612, ou encore des *Epístolas y Evangelios* du franciscain Ambrosio Montesino, qui connurent, entre 1512 et 1608, pas moins d'une trentaine d'éditions⁸ avant d'être interdites intégralement en 1632.

À partir des années 1580, se généralisa en Espagne la pratique de l'expurgation, qui consistait à amputer une œuvre de passages précis, plus ou moins abondants. Destinée originalement à "sauver" de l'interdiction totale certains textes d'auteurs hérétiques en vertu de leur "utilité", cette modalité censoriale fut abondamment utilisée au XVII^e siècle pour éliminer de publications catholiques des dissensions mineures, qui faisaient désormais partie du champ du censurable. Les libraires et particuliers en possession de volumes "expurgeables" avaient l'obligation de les faire corriger par un réviseur de livres⁹. On peut aisément imaginer qu'elles purent être les réactions des lecteurs devant des exemplaires défigurés par les ratures ou celles des libraires, qui devaient faire face aux pertes économiques engendrées par la saisie d'ouvrages prohibés. Pour comble, ces livres avaient souvent été achetés en toute légalité, avant qu'ils ne fassent l'objet d'une condamnation inquisitoriale.

⁶ J. Martínez de Bujanda, *El Índice de libros prohibidos y expurgados*, p. 34.

⁷ Cf. E. Blanco, "Antonio de Guevara (c. 1480-1545)", pp. 471-472.

⁸ Cf. M. Matesanz del Barrio, *Epístolas y Evangelios para todo el año*, pp. 161-173.

⁹ Sur la pratique de l'expurgation dans l'Espagne moderne, voir M. Peña Díaz, "Sobre expurgos y calificadores" et "Identidad, discursos y prácticas".

2. Réglementation de la circulation et du commerce de livres

Pour éviter que des œuvres censurées ne circulent illégalement dans la Péninsule et que d'autres écrits potentiellement dangereux n'y soient introduits, l'Inquisition s'employa à surveiller étroitement les importations et les activités de librairie. Comme nous l'avons signalé, le contrôle de la circulation des livres demeura intermittent durant la première moitié du XVI^e siècle¹⁰, il répondait généralement à un avertissement ponctuel donné par des informateurs qui alertaient de l'entrée d'œuvres hérétiques dans le royaume. En 1558, une cédula royale confia à l'Inquisition le soin de surveiller les importations de livres qui arrivaient en Espagne par voie de terre ou par mer¹¹. Progressivement, les mesures de contrôle se systématisèrent. Entre la fin du XVI^e et le début du XVII^e siècle, la procédure d'arraisonnement des navires qui accostaient dans les ports espagnols fut peu à peu normalisée.¹²

En plus des fouilles des marchandises aux frontières destinées à contrer l'introduction clandestine de publications hétérodoxes dans la Péninsule, le Saint-Office entreprit de réguler les importations légales ainsi que le marché intérieur. Ainsi, en juillet 1605, le Conseil de l'Inquisition, l'organe central de l'institution, fit parvenir à tous les tribunaux de district une circulaire instaurant certaines obligations auxquelles devaient dorénavant se plier les professionnels du livre¹³. D'une part, les libraires avaient l'obligation de tenir à jour un inventaire de leur fonds et d'y pointer le nom des acquéreurs¹⁴. Les libraires de Saragosse signalèrent les effets négatifs d'une telle consigne: ils craignaient que les acheteurs, se voyant obligés de décliner leur identité sur ordre de la redoutée Inquisition, ne suspectent que le livre ne soit soumis à une interdiction et ne renoncent dès lors à leur achat pour éviter de possibles représailles¹⁵. La circulaire stipulait, d'autre part, que les libraires étaient tenus de fournir chaque année la liste assermentée des titres des livres qu'ils avaient en dépôt¹⁶. Celle-ci devait être présentée dans un délai de soixante jours aux

¹⁰ V. Pinto Crespo, *Inquisición y control ideológico*, p. 99.

¹¹ *Ibidem*, p. 108.

¹² Sur le déroulement des visites de bateaux, voir H. C. Lea, *Chapters from the Religious History*, pp. 86-91 et *Historia de la Inquisición española*, vol. III, pp. 320-329; M. I. Pérez de Colosía et J. Gil Sanjuan, "Inspección inquisitorial a los navíos", pp. 25-37; P. J. Rueda Ramírez, *Negocio e intercambio cultural*, pp. 67-71. Sur les problèmes diplomatiques que suscitèrent ces inspections et sur les conflits entre l'Inquisition, les autorités royales et les commerçants, voir J. C. Galende Díaz et B. Santiago Medina, "Las visitas de navíos", pp. 55 *sqq.*

¹³ Circulaire du 12 juin 1605 (AHN, Inq., L. 1233, f. 37).

¹⁴ D'après F. López, ces documents n'ont pas été conservés ("La librairie madrilène du XVII^e au XVIII^e siècle", p. 45).

¹⁵ V. Pinto Crespo, *Inquisición y control ideológico*, p. 130, n. 14.

¹⁶ AHN, Inq., L. 1233, f. 37.

personnes déléguées par les tribunaux de district – commissaires, qualificateurs ou personnes de confiance¹⁷ –, afin qu'ils puissent la confronter avec le catalogue inquisitorial, pour s'assurer qu'aucune œuvre censurée n'était en vente.

À partir de 1612, l'Index espagnol inclut une série de consignes à l'usage des professionnels du livre (*Mandatos a los librerros, corredores y tratantes de libros*), qui rappelaient aux libraires leur obligation de présenter une fois par an, au tribunal, un inventaire actualisé de leur fonds et de disposer dans leur boutique d'un exemplaire de l'Index afin d'être en mesure de vérifier, à tout moment, si un livre était licite ou non. Quant aux ouvrages importés, qu'ils soient destinés à un usage privé ou à la vente, ils devaient être préalablement examinés par les commissaires inquisitoriaux dès leur arrivée dans la Péninsule.

Afin que les volumes ne soient pas endommagés ni perdus lors des procédures de vérification douanières, certains libraires et particuliers sollicitaient des autorisations spéciales auprès du Conseil de l'Inquisition, appelées "passports", afin que les ballots ne soient pas contrôlés dans les ports, comme le prescrivait le règlement, mais directement dans leur lieu de destination. Le cas échéant, les paquets étaient mis sous scellés, pour qu'aucun exemplaire ne puisse y être subrepticement soustrait durant le voyage. De même, des particuliers qui voyageaient hors d'Espagne et souhaitaient emporter avec eux leur bibliothèque avaient la possibilité de solliciter au Conseil la permission de faire examiner leurs livres avant le départ et non aux douanes, pour limiter les pertes.

À partir de 1645, l'Inquisition introduit une nouveauté dans la procédure de vérification des livres en circulation. Le Conseil décréta que tous les ballots seraient dorénavant inspectés par un secrétaire et un qualificateur du Conseil une fois arrivés à destination, même ceux qui avaient été préalablement passés en revue dans les ports¹⁸. Cette nouvelle disposition s'explique vraisemblablement par le manque de vigilance des commissaires. Enfin, d'après plusieurs témoignages, certains se contentaient de confisquer les ouvrages à l'Index sans se soucier d'examiner ceux qui n'y figuraient pas et ne prenaient pas soin de fouiller les marchandises pour s'assurer qu'aucun livre n'y était dissimulé¹⁹. Il faut ajouter à ces négligences l'installation d'une certaine routine, la corruption²⁰ et l'habileté des importateurs pour déjouer la surveillance inquisitoriale, autant de facteurs qui limitèrent l'efficacité des contrôles.

¹⁷ V. Pinto Crespo, *Inquisición y control ideológico*, p. 129.

¹⁸ AHN, Inq., l. 4470, 19.

¹⁹ Mémorial de José del Olmo, secrétaire du tribunal inquisitorial de Valence, 26 septembre 1652 (AHN, Inq., l. 4470, 31).

²⁰ En 1625, l'imprimeur sévillan Juan Serrano Vargas se plaignait, dans un mémorial adressé à l'inquisiteur général, de la légèreté avec laquelle étaient réalisées les visites de bateaux du nouveau commissaire en poste. Le typographe laissait entendre que celui-ci bâclait son travail et se livrait à la corruption en raison de sa faible rémunération (AHN, Inq., l. 4470, 12).

Outre les importations et les librairies, l'Inquisition entreprit de réguler une autre branche du commerce de livres de l'époque, à savoir, la vente des bibliothèques privées, au motif qu'elle présentait un risque de mise en circulation d'ouvrages proscrits. En 1632, le règlement préliminaire figurant dans l'Index fut complété par un nouvel article relatif à la vente des bibliothèques privées. Par celui-ci, l'Inquisition contraignait les propriétaires de bibliothèque ou leurs héritiers qui souhaitaient vendre à un tiers une partie ou l'intégralité de leurs fonds à solliciter une licence auprès du Saint-Office²¹. Pour cela, ils devaient préalablement dresser un inventaire et faire examiner leurs ouvrages par un qualificateur du Saint-Office qui s'assurerait que les éditions à expurger étaient correctement corrigées et écarterait les éventuels livres interdits. En effet, beaucoup de propriétaires de bibliothèques privées disposaient d'une licence leur permettant de lire et posséder certains livres inscrits à l'Index (il s'agissait le plus souvent de nobles, de religieux au sommet de la hiérarchie ecclésiastique, de hauts fonctionnaires des institutions monarchiques ou d'érudits). Cette autorisation leur était accordée en vertu de leur position sociale ou d'une activité professionnelle qui requérait l'accès à des œuvres censurées, comme, par exemple, des traités de médecine écrits par des auteurs hérétiques. Si ces quelques privilégiés avaient accès en toute légalité à des textes proscrits pour le commun des lecteurs, ceux qui héritaient ou faisaient plus tard l'acquisition de ces volumes ne jouissaient pas nécessairement d'une telle licence. De plus, il arrivait que certains propriétaires fassent illégalement l'acquisition d'œuvres défendues ou qu'ils se les soient procurées avant leur condamnation et, par la suite, qu'ils aient (volontairement ou non) omis de les remettre à l'Inquisition. C'est donc pour prévenir la mise en circulation d'ouvrages condamnés que l'Inquisition entreprit de contrôler la vente des bibliothèques, qu'elle considérait comme des réservoirs potentiels de livres défendus.

En plus des mesures légales, le Saint-Office organisait des visites d'inspection des librairies du royaume et de bibliothèques privées.

3. Les visites d'inspection des librairies et des bibliothèques privées

Dès 1536, en réaction à l'arrivée de livres protestants dans la Péninsule²², le Saint-Office prit l'initiative de charger une personne de confiance de l'inspection des librairies et des bibliothèques privées du royaume²³. Dans les décennies suivantes, ces visites de contrôle semblent s'être déroulées avec une certaine régularité

²¹ "Mandato a los libreros, corredores y tratantes en libros", *Novus librorum, prohibitorum et expurgatorum Index... Antonii Zapata*, n. p.

²² Sur cet aspect, voir A. Redondo, "Luther et l'Espagne de 1520 à 1536".

²³ V. Pinto Crespo, *Inquisición y control ideológico*, pp. 125-126; J. M. Prieto Bernabé, *Lectura y lectores*, p. 399.

mais nous ignorons exactement quelle était leur fréquence. Nous savons que, ponctuellement, le Conseil recommandait à certaines inquisitions locales de faire contrôler les librairies de leur district. Par exemple, après la publication de l'Index du cardinal Quiroga en 1583-1584, le Conseil ordonna l'inspection des librairies de Madrid²⁴ et celles des districts de Tolède, Grenade, Valence, Saragosse, Barcelone, Palerme, Valladolid et Séville²⁵. Les documents d'archives montrent aussi que l'inquisiteur général mandata, à certaines occasions, une personne particulière pour inspecter les librairies et bibliothèques d'une ville ou d'un district. Pour le XVI^e siècle, on a connaissance de visites réalisées en 1546 par le docteur Álvaro de Moscoso à Alcalá²⁶, en 1559 par le vicaire général de Tarragone dans sa circonscription²⁷, en 1561 par l'archevêque de México, Alonso de Montúfar, dans son archevêché²⁸, et en 1589 par l'inquisiteur Luis de Copones, dans la capitale²⁹. Au XVII^e siècle, l'inquisiteur général Andrés Pacheco chargea d'une mission semblable Lorenzo Ramírez del Prado, importante figure des règnes de Philippe III et Philippe IV, membre des Conseils des Indes, de Naples, de Castille, des Finances, ambassadeur en France, auteur d'œuvres d'érudition, familier de l'Inquisition et grand bibliophile. Confiant en la préparation intellectuelle et la foi jugée irréprochable de ce personnage, Pacheco lui concéda le droit d'examiner les librairies et les bibliothèques de son choix et de saisir les livres suspects qui s'y trouveraient³⁰. Parallèlement à ces inspections exceptionnelles, avaient lieu des visites ordinaires, réalisées par des commissaires, des inquisiteurs³¹ ou des qualificateurs.

Outre qu'elles permettaient de vérifier l'application des directives censoriales et de traquer les livres interdits ou non expurgés, la vérification des bibliothèques et des librairies donnait l'opportunité de mettre la main sur des ouvrages potentiellement "dangereux", et donc censurables. Certaines caractéristiques éditoriales et auctoriales étaient de nature à faire naître les soupçons, telles que la confession de l'auteur, la provenance de l'ouvrage ou la ville d'édition. En effet, un livre inconnu inspirait d'emblée de la défiance si l'on soupçonnait son auteur d'être un réformé ou si l'impression avait été réalisée en "terre hérétique" et, plus encore, dans des villes dotées de presses protestantes très actives telles que Genève ou Francfort. Quant aux nouveautés éditoriales, notamment celles imprimées à l'étranger, elles étaient systématiquement

²⁴ Lettre de Francisco Dávila, août 1584 – Académie Royale d'Histoire, Madrid, section "Jésuites", 11/8296(7).

²⁵ Circulaire datée de 1584 (AHN, Inq., L. 1232).

²⁶ V. Pinto Crespo, *Inquisición y control ideológico*, p. 127.

²⁷ *Sobre la prohibición de los libros*, f. 406v (Bibliothèque Nationale d'Espagne, MSS 18731/43).

²⁸ *Ibidem*, f. 407r.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ AHN, Inq. L. 591.

³¹ V. Pinto Crespo, *Inquisición y control ideológico*, p. 128.

contrôlées. Au cours des années 1640, par exemple, le visiteur Juan Ponce de León fut à l'origine de plusieurs dizaines de signalements d'œuvres suspectes découvertes lors de ses inspections régulières des librairies madrilènes. Inspecteur infatigable, il agissait en outre comme un véritable informateur, fournissant au tribunal des renseignements qu'il avait pu glaner en côtoyant les libraires ou grâce à son propre réseau de "personnes de confiance", qui l'avertissaient, par exemple, de l'entrée illégale de livres dans la capitale ou de la publication en province d'éditions suspectes.

Les rapports rédigés par les visiteurs des librairies madrilènes, comme Juan Ponce de León, ainsi que les instructions fournies par le Conseil à ses agents, permettent de reconstruire les principales étapes du déroulement d'une visite de librairie au XVII^e siècle. Nous savons, tout d'abord, qu'afin de garantir l'efficacité de l'inspection, les libraires n'étaient pas avertis de la visite pour la simple raison que, s'ils avaient su à l'avance que leur commerce allait être passé au crible, ils auraient probablement pris soin de se débarrasser des livres compromettants. Sur ordre du tribunal, le visiteur, accompagné d'un notaire ou d'un secrétaire ainsi que d'un ou deux familiers du Saint-Office, se présentait à l'improviste, de bon matin, afin de circonscrire la durée de l'intervention à une seule journée et limiter ainsi les pertes économiques engendrées par la fermeture de la librairie³². Le visiteur commençait en premier lieu par réclamer l'inventaire; il faisait ensuite prêter serment au libraire et lui demandait si se trouvaient dans la boutique des livres qui ne figureraient pas dans ledit inventaire. Puis, il exigeait l'exemplaire de l'Index, que les libraires avaient l'obligation de se procurer et de tenir à disposition dans leur boutique³³, et mettait la librairie sous scellés. Il passait alors à l'examen des listes de titres à l'aide du catalogue inquisitorial, avant de confronter l'inventaire avec les ouvrages en stock.³⁴

Une fois la visite achevée, le qualificateur chargé de l'inspection envoyait son rapport au Conseil de la Suprême Inquisition, où il était examiné par l'inquisiteur commis à la superintendance en matière de censure de livres. Le cas échéant, le libraire devait expurger les exemplaires qui n'avaient pas été dûment amendés et les présenter aux visiteurs afin qu'ils puissent s'assurer que la correction avait été réalisée³⁵. Si tel était le cas, les volumes pouvaient être vendus³⁶; quant aux livres interdits, ils étaient définitivement confisqués, sans dédommagement aucun des libraires, quand bien même ils se les étaient procurés avant d'être frappés de censure.³⁷

³² *Ibidem.*

³³ *Ibidem.*

³⁴ *Ibidem.*

³⁵ Décret du Conseil sur les visites de librairies, 22 décembre 1660 (AHN, Inq., L. 1238 f. 138r).

³⁶ *Ibidem.*

³⁷ *Ibidem.*

Les documents d'archives semblent indiquer que la librairie madrilène fut celle qui suscita le plus d'attention de la part de l'Inquisition. Au milieu du XVII^e siècle, quarante-cinq commerces y étaient visités annuellement³⁸. Dans la seconde moitié du XVII^e siècle, une prudence toute particulière s'imposa à l'égard de certaines boutiques de la calle Mayor³⁹, où étaient vendues d'importantes quantités de livres, notamment des nouveautés et des éditions étrangères⁴⁰. En revanche, les libraires de la calle de Toledo, de la calle de Atocha et de manière générale les bouquinistes, dont les achalandages étaient plus réduits et composés de publications déjà anciennes (donc connues de l'Inquisition), firent l'objet de vérifications beaucoup plus superficielles⁴¹. On constate que, vers le milieu du XVII^e siècle, l'Inquisition ne dépêchait des visiteurs que dans les commerces les plus importants mais négligeait de contrôler les plus modestes.⁴²

Autant que les documents conservés nous permettent d'en juger, le nombre de visiteurs mandatés pour inspecter les librairies madrilènes semble avoir varié au cours du XVII^e siècle. En 1618, le Conseil en nomma une quinzaine⁴³; chacun d'eux était en charge de la visite d'une librairie. En 1625, l'inquisiteur général ne dépêcha plus que quatre visiteurs (deux dominicains, un franciscain et un jésuite), tous qualificateurs du Conseil de l'Inquisition. Ceux-ci devaient se répartir l'inspection des librairies de la capitale, qu'ils avaient la licence d'inspecter à leur gré⁴⁴. À partir des années 1645, seuls deux qualificateurs se partageaient désormais cette tâche qui, comme nous allons le voir, n'était pas exempte de contrariétés diverses.⁴⁵

L'EFFICACITÉ DES DIRECTIVES CENSORIALES EN QUESTION

Les directives inquisitoriales destinées à réguler le marché du livre furent assorties de fortes amendes pour les contrevenants; toutefois, le Saint-Office peina souvent à se faire obéir. De fait, les visiteurs se plaignaient fréquemment de

³⁸ Le rapport intitulé *Memoria de los libreros que hay en esta Corte*, daté du 20 novembre 1650, mentionne quarante-quatre librairies (AHN, Inq., l. 4470, 30). Dans sa lettre du 31 mai 1655, Juan Bautista Dávila en dénombre quarante-et-une (AHN, Inq., l. 4470, 31).

³⁹ Il s'agissait de Pedro Coello, Domingo Palacios, Samuel Arzerio, Manuel López, Gabriel de León, ainsi que de Pedro, Antonio et Baltasar Velero (AHN, Inq., l. 4470, 31).

⁴⁰ AHN, Inq., l. 4470, 30. Voir, par exemple, la visite de la librairie du lyonnais Jérôme Courbé et celle du flamand Cornelio Martín, dans R. Truman, "Inquisición y erudición", pp. 205-206.

⁴¹ AHN, Inq., l. 4470, 19.

⁴² C. Péligré, "Un libraire madrilène du Siècle d'Or", p. 236.

⁴³ AHN, Inq., l. 4470, 29.

⁴⁴ AHN, L. 373, f. 48.

⁴⁵ AHN, Inq., l. 4470, 15.

l'indocilité des libraires et des propriétaires de bibliothèques. Le visiteur Juan de Miranda confessa dans une de ces lettres n'avoir d'autre mérite dans sa tâche que son travail acharné et la "haine mortelle" qu'il portait aux libraires indisciplinés⁴⁶. Les visiteurs signalaient par ailleurs des failles dans le système de contrôle, que l'immobilisme du Conseil inquisitorial n'aidait guère à résoudre. Pour sa part, le visiteur Juan Bautista Dávila ne se limita pas à signaler les défauts de l'appareil censural, il s'efforça aussi, comme nous le verrons, d'y apporter plusieurs solutions.

1. Un profond manque d'informations

La première pierre d'achoppement de ce dispositif était le manque d'informations au sujet des nouvelles interdictions décrétées par le tribunal. Dans les années 1640, soit quelques années seulement après la parution du dernier Index, les visiteurs supplièrent le Conseil de remédier à l'ignorance des libraires et notamment ceux de province, où les décrets relatifs aux nouvelles condamnations ne parvenaient guère⁴⁷. De plus, à Madrid comme ailleurs, les édits publiés par les inquisiteurs locaux étaient affichés dans les églises principales, où ils demeuraient un temps avant d'être oubliés, et avec eux les condamnations qu'ils mentionnaient. De ce fait, lorsqu'un libraire vérifiait si le titre d'un ouvrage qui avait été interdit depuis la parution du dernier catalogue en date figurait ou non dans l'Index, ne l'y trouvant pas, il croyait – à tort – que celui-ci était libre de toute condamnation. Les Index constituaient, par conséquent, des sources d'informations peu fiables car ils s'avéraient toujours incomplets. En effet, les délais de publication qui séparaient deux éditions du catalogue étaient extrêmement longs. Le délai le plus critique est celui qui sépara l'Index de Sotomayor, publié en 1640, de celui de Sarmiento Valladares-Marín, imprimé en 1707, soit soixante-sept ans après la parution du précédent.

Ce défaut d'informations touchait non seulement les lecteurs et les professionnels du livre, mais aussi les propres censeurs et les visiteurs. Ces derniers réclamaient continuellement aux inquisiteurs du Conseil la liste des décrets promulgués depuis la parution du dernier Index, afin de pouvoir actualiser leurs tablettes⁴⁸. En effet, sans nouvelle des récentes condamnations, non seulement

⁴⁶ S. d., AHN, Inq., l. 4470, 31.

⁴⁷ Lettre de Juan Ponce de León, 26 juin 1645 (AHN, Inq., l. 4470, 30); lettre de J. B. Dávila, 25 janvier 1655 (AHN, Inq., l. 4470, 31).

⁴⁸ Lettre de J. Ponce de León, 26 juin 1645 (AHN, Inq., l. 4470, 30); lettres de J. B. Dávila, 31 mai 1653, 20 décembre 1655 et 15 mars 1661; mémorial de J. del Olmo, 26 septembre 1652 (AHN, Inq., l. 4470, 31).

les libraires vendaient aveuglément des éditions prohibées ou des exemplaires non expurgés mais les visiteurs laissaient passer des ouvrages défendus ou, à l'inverse, croyant se souvenir d'une interdiction, ils mettaient sous embargo des livres qui en réalité n'avaient jamais été censurés.⁴⁹

Par ailleurs, les visiteurs avaient conscience que l'Index n'était pas un outil aisé à manier. La recherche d'un titre dans les listes alphabétiques du catalogue ne s'avérait pas toujours intuitive, en raison des variations graphiques des transpositions des noms étrangers et du classement parfois arbitraire des items. De plus, les libraires dont les fonds comptaient plusieurs milliers de volumes n'avaient pas les moyens humains de confronter chacun des exemplaires avec l'Index pour vérifier s'ils étaient ou non censurés, pas plus qu'ils ne pouvaient garder en mémoire les innombrables condamnations listées dans le catalogue. Quant aux vendeurs à l'encan et aux libraires les plus modestes, leurs finances ne leur donnaient pas la possibilité de se procurer un volume de l'Index⁵⁰, ouvrage très onéreux, dont le prix augmentait, de surcroît, à chaque nouvelle édition.

2. Les procès contre les libraires

L'Inquisition fit souvent preuve d'une certaine indulgence envers les libraires qui tardaient à fournir leur inventaire, voire, ne le remettaient jamais. Chaque année, ces derniers disposaient de soixante jours pour le faire parvenir au Saint-Office. Cependant, les documents d'archives relatifs aux librairies de la capitale montrent que plus de la moitié des libraires ne le fournissait pas dans les temps. Ainsi, le Conseil octroyait chaque année plusieurs prolongations⁵¹. Malgré les rappels à l'ordre, la situation demeura inchangée les années suivantes. En mars 1648, par exemple, Jerónimo Pardo signala qu'aucun des libraires madrilènes qu'il lui revenait de contrôler ne lui avait remis son inventaire; dix ans plus tard, Juan Bautista Dávila fit un constat identique.

De surcroît, d'après les visiteurs madrilènes, ces listes n'étaient pas toujours correctement élaborées⁵²: soit elles n'étaient pas assermentées⁵³, soit les données bibliographiques incomplètes ne permettaient pas l'identification des ouvrages⁵⁴, ce qui les rendait inexploitable. Plusieurs libraires se risquaient

⁴⁹ Cf. lettre de J. B. Dávila, 31 mai 1653 (AHN, Inq., l. 4470, 31).

⁵⁰ Cf. mémorial de J. del Olmo, 26 septembre 1652 (*ibidem*).

⁵¹ Cf. lettre de Jerónimo Pardo, non datée, reçue par le Conseil le 8 mai 1642 (AHN, Inq., l. 4470, 30).

⁵² Lettre de J. B. Dávila, 25 mars 1652 (AHN, Inq., l. 4470, 31).

⁵³ Lettre de J. B. Dávila, 31 mai 1653 (*ibidem*).

⁵⁴ Cf. lettre d'Antonio Dávila, 8 mai 1660 (*ibidem*).

même à présenter le même inventaire depuis des années, sans y ajouter aucun nouveau livre, situation pour le moins suspecte, en particulier pour les commerces dans lesquels de nombreux volumes entraient régulièrement.⁵⁵

À partir de 1612, les libraires qui écroulaient des ouvrages prohibés s'exposaient à une peine de deux ans de suspension et d'exil, assortie d'une sanction pécuniaire de deux cents ducats. Ceux qui ne disposaient pas d'un exemplaire de l'Index ou ne présentaient pas annuellement leur inventaire encouraient eux aussi des peines pécuniaires. Dans l'Index paru en 1640, les amendes augmentèrent sensiblement, signe que les directives n'étaient probablement pas respectées: l'amende de vingt ducats, pour non possession d'un exemplaire de l'Index, passa à quarante; celle de trente ducats pour non présentation de l'inventaire et celle de vingt ducats pour vente de bibliothèque privée sans inspection préalable furent élevées à cinquante ducats. Une nouvelle amende de vingt ducats fut également créée pour sanctionner les libraires qui, au lieu de posséder un exemplaire de l'Index dans leur boutique, se contentaient de l'emprunter à un tiers.

Dans les archives inquisitoriales, nous avons identifié une douzaine de procédures engagées contre des libraires madrilènes en 1618 suite à la visite de leur boutique⁵⁶. L'Inquisition condamna Cornelio Martín à verser une amende de cent ducats pour avoir eu en dépôt des livres interdits, écrits par des auteurs hérétiques, non expurgés et d'autres hautement suspects⁵⁷. Pedro Lozano dut, quant à lui, s'acquitter d'une amende de trente ducats pour avoir mis en vente trois livres proscrits: *Novus commentarius de verbis iuris* du protestant François Hotman, *Espejo de la vida humana* de Bernardo Pérez de Chinchón, qui contenait des dévotions non approuvées par l'Église, et un anonyme *Espejo de la conciencia*⁵⁸. Deux autres libraires, qui possédaient des livres interdits⁵⁹, et tous ceux qui n'avaient pas fait corriger les ouvrages à expurger, furent simplement rappelés à l'ordre ou durent s'acquitter d'une amende d'un ou deux ducats.⁶⁰

Comme on peut le constater, les peines imposées s'avérèrent, en général, bien moins lourdes que celles prévues par l'Index. Elles n'étaient, en outre, pas toujours infligées, ce qui les rendait peu dissuasives. En 1665, un visiteur écrit au Conseil pour se plaindre d'un libraire de la capitale qui avait manqué à toutes ses obligations⁶¹: il ne présentait pas son inventaire, n'avait visiblement jamais

⁵⁵ Lettre de J. B. Dávila, 31 mai 1653 (*ibidem*).

⁵⁶ AHN, Inq., l. 4470, 29.

⁵⁷ AHN, Inq., l. 4470, 16.

⁵⁸ AHN, Inq., l. 4470, 24.

⁵⁹ AHN, Inq., l. 4470, 26 et 27.

⁶⁰ AHN, Inq., l. 4470, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25.

⁶¹ Lettre du 16 janvier 1665 (AHN, Inq., l. 4470, 31).

possédé un exemplaire de l'Index et affirmait de surcroît qu'il était inutile d'avoir des scrupules à vendre des écrits illicites qui ne comportaient rien de contraire à la foi ou aux bonnes mœurs, même si ceux-ci avaient été prohibés pour d'autres raisons. À cela, le visiteur ajoutait qu'un jour il avait réquisitionné dans la boutique de ce libraire rétif vingt-quatre exemplaires d'un ouvrage suspect traitant de l'Immaculée Conception⁶², et que, plus tard, s'étant absenté de sa cellule dans laquelle il avait entreposé les exemplaires confisqués, le libraire en avait profité pour y pénétrer et récupérer les ouvrages, qui furent vraisemblablement vendus. D'après le visiteur, ces différentes transgressions étaient provoquées par le laxisme du tribunal, qui n'appliquait pas les peines (et, en l'occurrence, les amendes) prévues par l'Index. Quant à Juan Bautista Dávila, il suspectait pour sa part les libraires madrilènes d'introduire clandestinement en Espagne des ballots de livres en provenance de France, d'Allemagne et de Hollande⁶³, pour la raison qu'on ne l'appelait que rarement pour vérifier les paquets expédiés de l'étranger. Or, il avait constaté que beaucoup de lecteurs possédaient des ouvrages nouveaux qu'il n'avait jamais examinés.

3. L'Inquisition et le problème des "librairies volantes"

Quoique le règlement inquisitorial s'adresse aussi bien aux libraires propriétaires d'une boutique qu'aux marchands qui vendaient des livres aux coins de rue ou sur les places, l'inventaire et les visites d'inspection ne concernaient, dans les faits, que les premiers. En 1655, la confrérie des libraires de Madrid adressa un mémorial à l'Inquisition pour protester contre les vendeurs itinérants, qui écoulaient en toute impunité des livres interdits ou non expurgés⁶⁴. Les inquisiteurs du Conseil consultèrent les deux visiteurs alors en charge du contrôle des librairies à Madrid, Jerónimo Pardo et Juan Bautista Dávila. Le premier estimait qu'il s'agissait d'un problème de la plus haute importance, que l'Inquisition devait prendre en considération⁶⁵. Il lui était lui-même arrivé de confisquer des ouvrages à ces marchands, devenus presque plus nombreux que les libraires. Dávila, quant à lui, estimait que cette affaire ne concernait pas le tribunal inquisitorial mais la justice civile, à qui il appartenait de délivrer les licences pour

⁶² Il convient de rappeler que l'Immaculée Conception était un sujet hautement controversé dans l'Espagne du XVII^e siècle.

⁶³ Lettres de J. B. Dávila, 27 mars 1651, 23 juillet 1652 et 20 décembre 1655 (*ibidem*).

⁶⁴ Lettre signée par les libraires Pedro Verges, Domingo de Haro, Juan Merino et Juan de San Vicente, 1655 (AHN, Inq., l. 4470, 15).

⁶⁵ *Ibidem*.

exercer tel ou tel métier⁶⁶. Toutefois, le visiteur jugeait qu'il conviendrait que ceux qui n'avaient pas accès aux *Indices* s'abstiennent de se livrer à ce type de commerce, eu égard au préjudice occasionné par la vente en pleine rue d'ouvrages interdits ou non corrigés. Cependant, il reconnaissait que ces marchands étaient d'autant plus difficiles à contrôler qu'ils étaient ambulants.

Le 20 décembre 1655, Dávila insista auprès du Conseil afin qu'il prenne une décision concernant l'attitude que devaient adopter les visiteurs envers ces "librairies volantes" (*librerías volantes*)⁶⁷. Nous ignorons la date exacte à laquelle l'Inquisition s'employa à résoudre cette question. La seule mesure dans ce sens dont nous avons trace figure dans les instructions données aux réviseurs et visiteurs du tribunal par l'inquisiteur général Vidal Marín del Campo, entre les années 1705 et 1709. Celles-ci stipulaient que les propriétaires de "librairies portatives" devaient tenir à jour un inventaire, lequel pourrait être contrôlé à tout moment⁶⁸. Ces nouvelles consignes furent-elles respectées? Les archives inquisitoriales ne nous ont pas (encore) permis de le savoir.

4. Les ventes subreptices de bibliothèques privées

Un autre problème auquel dut faire face le Saint-Office étaient les ventes illégales de bibliothèques privées. Entre les années 1640 et 1660, les visiteurs Ponce de León et Dávila informèrent fréquemment le Conseil inquisitorial que des bibliothèques de particuliers étaient vendues illégalement, c'est-à-dire, sans avoir été préalablement examinées, et donc, sans la licence requise⁶⁹. Au surplus, nombre d'entre elles comportaient des ouvrages interdits, qui auraient dû y être soustraits avant la mise en vente du fonds. Parmi les nombreux cas de bibliothèques cédées sans vérification préalable, nous prendrons ici l'exemple de la vente tumultueuse de la bibliothèque de José Antonio de Salas, chevalier de l'ordre de Calatrava et chroniqueur royal.

Le 30 mars 1651, Dávila informa le Conseil de l'Inquisition que la bibliothèque du défunt Salas était sur le point d'être vendue sans avoir été contrôlée⁷⁰.

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ Lettre de J. B. Dávila, 20 décembre 1655 (AHN, Inq., l. 4470, 31).

⁶⁸ *Instrucción que han de observar los ministros revisores que el Ilustrísimo Señor obispo de Ceuta, Inquisidor general ha nombrado para la visita de los libros que se traen a estos reinos y de ellos se remiten a otros y de las librerías públicas y particulares de esta Corte, la cual deberá observarse también en las ciudades donde las hubiere por ministros que para ese efecto se nombraren* (AHN, Inq., L. 500, f. 445r-447v).

⁶⁹ Cf. lettre de J. Ponce de León, 5 juin 1644 (AHN, Inq. l. 4470, 30).

⁷⁰ AHN, Inq., l. 4470, 3.

Cette situation s'avérait d'autant plus préoccupante que celle-ci était susceptible de contenir une grande quantité d'ouvrages prohibés, non expurgés ou suspects. En effet, le chroniqueur avait fait l'acquisition d'un nombre important de volumes imprimés dans des villes protestantes et de livres d'auteurs étrangers, qu'il convenait d'examiner pour s'assurer qu'ils soient conformes à l'orthodoxie⁷¹. Le 17 octobre 1651, Dávila avertit le Conseil qu'il avait procédé à la vérification d'un tiers de l'inventaire des quelques deux mille cinq cents volumes que contenait la bibliothèque, après l'avoir mise sous embargo. En revanche, le reste de l'inventaire n'ayant pas été correctement réalisé, l'identification des ouvrages restants s'était avérée impossible⁷². La première vérification avait néanmoins permis au visiteur de relever pas moins de deux cent cinquante livres interdits ou non expurgés, soit dix pour cent du fonds, ce qui n'augurait rien de bon pour le reste des volumes à examiner. Le 21 octobre, le Conseil exigea de la veuve du défunt qu'elle fasse parvenir à Dávila, dans un délai de six jours, les livres prohibés ou non corrigés ainsi que le reste de l'inventaire, correctement établi.⁷³

En 1653, deux ans plus tard, malgré les multiples diligences du visiteur, l'affaire en était toujours au même point. Dávila avait eu beau rappeler à l'ordre maintes et maintes fois les héritiers et demander en de multiples occasions au Conseil d'intervenir, toutes ses tentatives s'étaient soldées par un échec: aucune trace des listes manquantes ni des livres. Cependant, de leur côté, les héritiers du chroniqueur n'étaient pas restés inactifs. Pedro de Escalera, qui administrait la bibliothèque dont avait hérité la veuve de Salas, fit savoir qu'une partie des livres avait entre-temps été cédée à plusieurs personnes: aux comtes de Peñaranda et Francisco Ramos del Manzano, au marquis Gaspar Ibáñez de Segovia et au juge de la Chapelle royale, Pedro Velázquez. Quant aux ouvrages restants, ils étaient eux aussi sur le point d'être vendus. Pedro de Escalera assurait que les acheteurs étaient tous dignes de confiance et prendraient soin d'expurger les ouvrages qui le nécessitaient⁷⁴. De plus, les comtes Ramos del Manzano et de Peñaranda avaient affirmé disposer d'une licence délivrée par Rome les autorisant à posséder des œuvres prohibées.

Véridiques ou non, ces allégations ne pouvaient éclipser, aux yeux du diligent Dávila, le fait que la bibliothèque de Salas avait été vendue et achetée en toute illégalité, sous ses yeux, sans qu'il ait pu intervenir. Dans sa lettre au

⁷¹ *Ibidem.*

⁷² *Ibidem.*

⁷³ *Ibidem.*

⁷⁴ *Ibidem.*

Conseil de l'Inquisition datée du 11 juillet 1653, le visiteur, irrité, déclarait que si la bibliothèque de Salas avait totalement échappé au contrôle du Saint-Office, ce n'était pas faute d'avoir multiplié les démarches auprès des héritiers et du Conseil mais à cause de l'impuissance absolue des visiteurs, qui ne pouvaient prendre aucune mesure coercitive, et de l'inertie des inquisiteurs.

L'échec du tribunal face à la vente de la bibliothèque du chroniqueur n'était qu'un motif de mécontentement parmi bien d'autres. Les plaintes des agents du Saint-Office chargés de la surveillance de la librairie espagnole étaient fréquentes. Juan Bautista Dávila fut sans doute le visiteur le plus critique de tous mais aussi le plus éclairé.

5. Juan Bautista Dávila, le visiteur arbitriste

Entre les années 1650 et 1660, Dávila adressa fréquemment des mémoires au Conseil inquisitorial pour se plaindre de la stérilité de ses démarches, mais le jésuite ne se contenta pas de manifester son mécontentement à l'égard du manque de coopération des libraires: pendant plusieurs années, ce visiteur "arbitriste"⁷⁵ s'efforça de proposer des solutions pour pallier l'inefficacité et les effets pervers de l'appareil censorial. Dans des mémoires circonstanciés, il pointait du doigt les irrégularités qu'il avait constatées et se lamentait de l'inefficacité des contrôles. Beaucoup de livres censurés étaient vendus impunément dans la capitale, alertait-il, et preuve en était que nombre d'entre eux se retrouvaient ensuite dans les bibliothèques de particuliers. Il y avait là un cercle vicieux car des fonds privés qui contenaient des livres prohibés étaient vendus à des libraires⁷⁶. Quant à la vingtaine de libraires de la capitale qu'il était chargé de contrôler, ils faisaient, à ses dires, bien peu de cas des obligations auxquelles ils étaient soumis: l'excommunication leur importait visiblement peu et les amendes prévues par le règlement de l'Index – le seul moyen qui aurait pu s'avérer opérant – n'étaient jamais infligées, aussi personne n'en tirait de leçon⁷⁷. Le fait est que les visiteurs n'avaient aucun moyen de contrainte sur les libraires ou propriétaires récalcitrants, n'étant pas investis d'un pouvoir d'exécution juridique. En conséquence, leurs menaces ne s'avéraient pas plus efficaces que leurs

⁷⁵ Dans l'Espagne des XVI^e et XVII^e siècles, l'arbitriste (*arbitrista*), à l'instar de son équivalent français, le donneur d'avis, rédigeait des mémoires adressés au Roi, aux Conseils ou aux *Cortes*, pour leur proposer des solutions, plus ou moins réalisables, qui résoudraient des problèmes d'ordre économique, fiscal, ou liés à l'État.

⁷⁶ *Desórdenes que pasan sin corrección en las librerías de esta Corte*, 5 juin 1651 (AHN, Inq., l. 4470, 31).

⁷⁷ *Ibidem*.

inspections. À quoi bon, en effet, passer en revue les inventaires et les achalandages si ni les exemplaires interdits ni ceux à expurger ne leur étaient ensuite présentés⁷⁸? Pour remédier à ces inconvénients, Dávila formula plusieurs recommandations. Il réclama notamment l'application effective des amendes prévues par les *Indices* et exigea le droit de visiter les bibliothèques de particuliers. En effet, si au début du XVII^e siècle cette prérogative était incluse dans les fonctions des visiteurs, dans les années 1650, période durant laquelle le jésuite exerça ses fonctions, ceux-ci n'avaient visiblement plus le loisir de prendre l'initiative de telles inspections. Dávila faisait remarquer qu'on ne l'avait jamais mandaté pour visiter des collections privées.⁷⁹

Collaborateur zélé du Saint-Office, le jésuite ne fut pas moins sensible aux difficultés économiques auxquelles les professionnels du livre se trouvaient exposés. Parmi les entraves subies par les libraires, les plus contraignantes étaient l'embargo systématique des nouveautés, le délai excessif entre la saisie d'un ouvrage et la décision prise par le tribunal, le risque de perdre un tirage entier ou des éditions achetées avant même qu'elles ne soient interdites⁸⁰. Étant donné qu'il n'y avait aucune trace des livres examinés par les visiteurs, il arrivait qu'une même œuvre soit examinée à plusieurs reprises. Par ailleurs, lorsqu'un visiteur saisissait un ouvrage qu'il souhaitait examiner de plus près pour savoir s'il y avait lieu ou non de le censurer, le libraire vendait souvent les exemplaires qui restaient sous embargo dans sa boutique, préférant ne pas attendre la sentence du tribunal. Outre qu'elle tardait souvent plusieurs mois voire plusieurs années, les inquisiteurs pouvaient très bien décider d'une interdiction définitive et le libraire perdrait alors tous les exemplaires de son fonds. Aussi, faisant fi de l'embargo, les libraires préféraient-ils se risquer à vendre les livres avant qu'il ne soit trop tard.

Afin d'éviter ces différents inconvénients, Dávila proposa plusieurs solutions plus ou moins réalistes. Il suggéra que l'Inquisition se procure toutes les nouveautés pour les examiner sans porter préjudice aux commerçants et qu'elle leur rachète les livres suspects ou interdits qu'ils auraient commandés ou reçus sans savoir qu'ils l'étaient. Il proposa en outre d'examiner plus promptement les livres et de faire consigner par le secrétaire du Conseil les reçus des exemplaires confisqués, pour pouvoir les restituer à leur propriétaire si ceux-ci s'avéraient finalement inoffensifs. Enfin, il recommanda la tenue d'un registre des œuvres déjà vues par les qualificateurs afin qu'un même livre ne fasse pas inutilement

⁷⁸ Cf. lettre de J. B. Dávila, mars 1652 (AHN, Inq., l. 4470, 31).

⁷⁹ Lettre, 16 juillet 1653 (*ibidem*).

⁸⁰ *Daños que reciben los libreros en las visitas*, s. d. (*ibidem*).

l'objet de plusieurs vérifications⁸¹. Le Conseil ne donna visiblement pas suite à ces suggestions car le fonctionnement resta inchangé au siècle suivant.⁸²

Conclusions

À partir du début du XVI^e siècle, les autorités civiles et ecclésiastiques de l'Europe chrétienne exerçaient sur le livre une surveillance étroite, qui fut renforcée avec la montée de la Réforme. En Espagne, l'Inquisition, garante de l'orthodoxie catholique, était chargée de contrôler la lecture, la circulation et la vente des livres. Les mesures censoriales ponctuelles prises dans la première moitié du XVI^e siècle pour faire barrage à l'entrée clandestine de publications protestantes firent progressivement place, entre le dernier tiers du XVI^e siècle et le début du XVII^e siècle, à une stricte réglementation et à un système de contrôle complexe qui s'étendirent peu à peu au marché du livre en général. Ainsi, à partir du XVII^e siècle, les libraires et les propriétaires de bibliothèques privées furent soumis à diverses obligations, destinées à contrer la circulation d'ouvrages défendus ou pouvant s'avérer "néfastes". L'Inquisition ne s'employa plus uniquement à empêcher l'entrée clandestine d'édicions hérétiques mais à surveiller étroitement le commerce légal. La "présomption de culpabilité" qui pesait sur le livre, selon l'expression de François Géal, faisait de chaque ouvrage un suspect par défaut, d'où la nécessité pour l'Inquisition de se maintenir toujours en alerte.

Cependant, malgré les moyens déployés, aussi bien légaux que policiers, le système de surveillance inquisitorial rencontra plusieurs écueils, qui semblent avoir affecté son efficacité. D'une part, l'Index, abstraction d'un "enfer de bibliothèque", qui délimitait les frontières de l'interdit, était un outil peu maniable, onéreux et toujours incomplet. En effet, bien que le *corpus* de livres et d'auteurs condamnés se veuille toujours fini au moment de sa parution, l'apparition de nouvelles publications le rendait presque aussitôt obsolète. Par ailleurs, la reconnaissance systématique de chaque volume qui pénétrait en territoire espagnol, pas plus que la vérification de l'intégralité des exemplaires présents dans les librairies et les bibliothèques du royaume, n'étaient des prétentions matériellement réalisables pour une institution qui était sur le point d'entrer dans une crise durable.

L'exemple des librairies madrilènes, le problème des "librairies volantes" et les ventes subreptices de bibliothèques privées permettent de prendre la mesure

⁸¹ *Desórdenes que pasan sin corrección en las librerías de esta Corte*, 5 juin 1651 (*ibidem*).

⁸² Cf. le constat fait par M. Defourneaux pour le XVIII^e siècle (*L'Inquisition espagnole*, pp. 133-166).

de la faillibilité du système de contrôle censorial. Bien que les préjudices économiques qui pesaient sur les libraires et les entraves mises à la circulation du livre soient indéniables, les déficiences du quadrillage censorial, l'irrégularité des sanctions et l'insoumission des libraires et des propriétaires de bibliothèques, que nous avons constatées dans la capitale, semblent montrer que régnait une certaine impunité et que le Saint-Office se trouva souvent démuni dans sa lutte contre ces "hérétiques muets" qu'étaient les livres.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

MANUSCRITS

AHN (ARCHIVES HISTORIQUES NATIONALES)

AHN, L. 373

AHN, Inq., L. 500

AHN, Inq., L. 591

AHN, Inq., L. 1232

AHN, Inq., L. 1233

AHN, Inq., L. 1238

AHN, Inq., l. 4470

ACADÉMIE ROYALE D'HISTOIRE (MADRID), section "Jésuites", 11/8296(7)

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE D'ESPAGNE, MSS 18731/43

IMPRIMÉS

BLANCO, Emilio, "Antonio de Guevara (c. 1480-1545)", in Pablo Jouralde Pou (éd.), *Diccionario filológico de literatura española: siglo XVI*, Madrid, Castalia, 2009, pp. 459-474

BOUZA, Fernando, *Dásele licencia y privilegio: Don Quijote y la aprobación de libros en el Siglo de Oro*, Madrid, Akal, 2012

CAYUELA, Anne, *Le paratexte au Siècle d'Or: prose romanesque, livres et lecteurs en Espagne au XVII^e siècle*, Genève, Droz, 1996

DEFOURNEAUX, Marcelin, *L'Inquisition espagnole et les livres français au XVIII^e siècle*, Paris, PUF, 1963

GALENDE DÍAZ, Juan Carlos; SANTIAGO MEDINA, Bárbara, "Las visitas de navíos durante los siglos XVI y XVII: historia y documentación de una práctica inquisitorial", *Documenta & Instrumenta*, 5, 2007, pp. 51-76

GÉAL, François, *Figures de la bibliothèque dans l'imaginaire espagnol du Siècle d'Or*, Paris, Honoré Champion, 1999

- LEA, Henry Charles, *Chapters from the Religious History of Spain connected with the Inquisition*, New York, Burt Franklin, 1967 (1890)
- LEA, Henry Charles, *Historia de la Inquisición española*, 3 vols., trad. Ángel Alcalá et Jesús Tobío, Madrid, FUE, 1983 (1906-1907, en anglais)
- LÓPEZ, François, “La librairie madrilène du XVII^e au XVIII^e siècle”, in *Livres et librairies en Espagne et au Portugal (XVI^e-XX^e siècles): actes du colloque international de Bordeaux (25-27 avril 1986)*, Paris, Éditions du CNRS, 1989, pp. 39-55
- MARTÍNEZ DE BUJANDA, Jesús, *Index des livres interdits*, vol. V. *Index de l’Inquisition espagnole: 1551, 1554, 1559*, Sherbrooke, Éditions de l’Université de Sherbrooke; Genève, Droz, 1984
- MARTÍNEZ DE BUJANDA, Jesús, *Index des livres interdits*, vol. VI. *Index de l’Inquisition espagnole: 1583, 1584*, Sherbrooke, Éditions de l’Université de Sherbrooke; Genève, Droz, 1993
- MARTÍNEZ DE BUJANDA, Jesús, *El Índice de libros prohibidos y expurgados de la Inquisición española (1551-1819)*, Madrid, BAC, 2016
- MATESANZ DEL BARRIO, María, *Epístolas y Evangelios por todo el año: edición crítica y comentario lingüístico*, thèse de doctorat, dir. Alonso López de Covadonga, Universidad Complutense de Madrid, 1995
- NOVUS INDEX LIBRORUM PROHIBITORUM ET EXPURGATORUM... ANTONII ZAPATA, Hispali [Séville], Franciscus de Lyra [Francisco de Lyra], 1632
- PÉLIGRY, Christian, “Un libraire madrilène du Siècle d’Or: Francisco López le jeune (1545-1608)”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 12, 1976, pp. 219-250
<https://doi.org/10.3406/casa.1976.2227>
- PEÑA DÍAZ, Manuel, “Sobre expurgos y calificadores: debates en torno a la censura inquisitorial (siglos XVI-XVII)”, in Anne Cayuela (éd.), *Edición y literatura en España (siglos XVI-XVII)*, Saragosse, Prensas Universitarias de Zaragoza, 2012, pp. 95-110
- PEÑA DÍAZ, Manuel, “Identidad, discursos y prácticas de la censura inquisitorial (siglo XVII)”, *Astrolabio*, 11, 2013, pp. 61-75
<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/6311>
- PÉREZ DE COLOSÍA, María Isabel; GIL SANJUÁN, Joaquín, “Inspección inquisitorial a los navíos y control de libros”, *Jábega*, 25, 1979, pp. 25-37
- PINTO CRESPO, Virgilio, *Inquisición y control ideológico en la España del siglo XVI*, Madrid, Taurus, 1983
- PRIETO BERNABÉ, José Manuel, *Lectura y lectores: la cultura del impreso en el Madrid del Siglo de Oro (1550-1650)*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2004

- REDONDO, Augustin, "Luther et l'Espagne de 1520 à 1536", *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 1, 1965, pp. 109-165
10.3406/CASA.1965.929
- REYES GÓMEZ, Fermín de los, *El libro en España y América: legislación y censura (siglos XV-XVIII)*, 2 vols., Madrid, Arco Libros, 2000
- RUEDA RAMÍREZ, Pedro José, *Negocio e intercambio cultural: el comercio de libros con América en la carrera de Indias (siglo XVII)*, Séville, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2005
- SIMÓN DÍAZ, José, *La Bibliografía: conceptos y aplicaciones*, Barcelone, Planeta, 1971
- TRUMAN, Ronald, "La Inquisición española y el mundo de la erudición europea en los primeros decenios del siglo XVII: el caso de los libreros madrileños", in Ignacio Arellano, Christoph Strosetzki et Edwin Williamson (éds.), *Autoridad y poder en el Siglo de Oro*, Madrid, Francfort-sur-le-Main, Iberoamericana, 2009, pp. 203-212

3

De mão em mão –
circulações, circuitos

Eremitérios de papel: reclusão e erudição na República das Letras*

Sara Ceia

Universidade Nova de Lisboa

Eremitérios de papel, uma formulação pouco óbvia para aquilo a que podemos chamar, simplesmente, gabinetes. Gabinetes, espaços concretos, pontuais, de feições ambíguas mas a que é necessário chegar para compreender ficções abrangentes, abstractas ou globalizantes como a que aqui nos propomos pensar¹. Podemos facilmente invalidar a sugestão inicial que o título que escolhemos encerra, contudo, com ele, cremos poder esboçar um apelo à reflexão.

Há uma limitação na análise que apresentamos de seguida e que se relaciona com o facto de pensarmos a República das Letras a partir de lugares diluídos incorporados numa casa religiosa, uma casa nas suas permeabilidades, é certo, mas uma casa com letra minúscula, um espaço, onde circulam objectos e onde circula e se detém gente, membros de uma República de sábios, homens-biblioteca ou, se quisermos, bibliotecas viajantes.

Detemo-nos em espaços de trabalho e nesse espaço de vivência comum que é a casa, mas o que dizemos sobre ela pode estender-se e estende-se, com certeza, a outras casas religiosas, nomeadamente as de feição pós-tridentina, que consideramos particularmente abertas ao ambiente urbano e académico que as vê nascer ainda no século XVI.

Deixemos de lado a apresentação da Congregação religiosa da qual partimos e sobre a qual falamos, pois a Congregação já vai sendo abordada e a casa

* O presente contributo parte da releitura de um dos capítulos que integram a nossa dissertação de mestrado (“O Gabinete: um eremitério de papel e tinta?” in *Os Académicos Teatinos no tempo de D. João V: Construir Saberes enunciando Poder*). Assim, recrutamos e desenvolvemos alguns dos tópicos aí presentes, apresentamos novos elementos de reflexão e investigação, dando a ler, simultaneamente, outras fontes.

¹ O nosso entendimento sobre a República das Letras enquanto realidade ficcionada e simbólica, mas ainda assim capaz de mover e condicionar apropriações intelectuais, representações, espaços, atitudes e discursos, parte da leitura incontornável de M. Fumaroli, *La République des Lettres*.

já vai sendo, mais ou menos, conhecida². Neste quadro basta dizer que nos referimos aos Clérigos Regulares de São Caetano, ou teatinos, e à Casa da Divina Providência de Lisboa. Uma casa que se situa no Bairro Alto desde o início da década de cinquenta de Setecentos e que é parte de uma Congregação que se estabelece em território português em 1640, assumindo contornos culturais expressivos entre finais do século XVII e meados do século XVIII.

Para quem não conhece a casa, ou acha que não a conhece, ou para quem não está familiarizado com a Congregação, apresentamos um rol de nomes onde podemos incluir os de Rafael Bluteau (1638-1734), António Caetano de Sousa (1674-1759), Manuel Caetano de Sousa (1658-1734), Luís Caetano de Lima (1671-1757), José Barbosa (1674-1750), Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), André Nunes da Silva (1630-1705), entre outros, referindo que todos eles a dado passo coabitaram, viveram juntos, lado a lado, a poucas celas ou gabinetes de distância.

Em finais do século XVIII, Tomás Caetano de Bem (1718-1797), cronista da Casa da Divina Providência, faz uso da palavra gabinete para nomear ou adjectivar o cubículo ou cela de alguns dos padres que aí vivem. Contudo, este vocábulo serve-lhe também para qualificar os aposentos ou casas no interior de palácios ou conventos onde se dispõem colecções de instrumentos científicos, peças de arte, fragmentos arqueológicos, colectâneas de elementos recolhidos da natureza, conjuntos de livros, mapas, estampas, moedas, objectos raros e toda uma panóplia de coisas que não se acham facilmente e a que vulgarmente se chama, ao longo da época moderna, “curiosidades”.³

Para o teatino Rafael Bluteau, décadas antes, gabinete continua a ser o espaço ou aposento particular de um príncipe ou de um ministro, um lugar físico, onde se encontram papéis e se tratam negócios.⁴

² Destacamos o contributo de António Camões Gouveia, que nos apresenta uma síntese útil para a compreensão da Congregação (“Teatinos”) e o notável contributo de Isabel Ferreira da Mota, que evidencia o papel determinante de alguns dos clérigos teatinos no cimentar das políticas culturais de D. João V (I. F. Mota, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*).

³ Sobre as práticas de antiquariato, a dimensão objectual da constituição de colecções de “curiosidades” e o modo como o afã colecionista condicionou espaços, atitudes e itinerários intelectuais, ver J. C. Brigola, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*, e A. Vine, *Defiance of Time: Antiquarian Writing in Early Modern England*.

⁴ Seguimos de perto R. Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino...*, T. 4, pp. 3-4.

De facto, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, a palavra gabinete encerra ainda um significado ambíguo porque ligado a uma funcionalidade que entrecruza duas dimensões, mais precisamente, a dimensão privada daquilo que emerge como coisa pública ou política, ou seja, um espaço de trabalho e preparação, um teatro de operações e de silenciamento daquilo que se faz e se torna público. Assim, o gabinete aproxima-se e simultaneamente desliga-se das feições materiais que lhe estão inerentes, significando, simultaneamente, órgão de governo ou repartição administrativa constituída por um conjunto de pessoas ligadas a determinados fazeres políticos.

Contudo, há uma outra aceção veiculada por Caetano de Bem no dealbar do século XIX. Ao gabinete este teatino associa gostos e atitudes de saber nem sempre abonatórias para os seus detentores e frequentadores, discorrendo sobre um certo tipo de ciência a que se mostra avesso, a “ciência de gabinete”, um tipo de ciência, refere, próprio dos pedantes, ou seja, daqueles onde não reside erudição e que dão a conhecer o pouco que sabem, os impertinentes e, segundo Bluteau, necessariamente críticos, que (e este é um sentido a reter) interrompem a conversação familiar com sentenças gregas e latinas.⁵

Bluteau aparta da palavra gabinete um outro significado, aquele que o liga aos espaços de classificação, aos engenhos científicos e ao gosto pelos objectos raros, deslocando-o para a palavra museu. Esta é, aliás, uma operação recorrente, uma vez que não há um enquadramento epistemológico fixo capaz de sustentar separadamente e de forma clara as duas realidades. Museu, diz-nos Bluteau, pode muito bem ser o lugar destinado ao estudo das letras humanas, mas pode ser também o lugar onde se encontram “curiosidades científicas”.⁶

Há, por fim, um outro termo, desta vez usado por um não teatino. Filipe José da Gama, para se referir ao aposento de trabalho de um clérigo sobre o qual falaremos adiante, faz uso da palavra “academia”. Para ele, o aposento de D. Manuel Caetano de Sousa é uma “Casa de Sócrates” ou uma “Academia tusculana”, e a Casa da Divina Providência é um “templo de sabedoria”.⁷ Com “Academia Tusculana”, Gama dá a ler a ausência de linearidade e a variedade de sentidos que a própria palavra *academia* encerra no início do século XVIII.

A Casa da Divina Providência é uma constelação de gabinetes particulares onde se professa uma espécie de espiritualidade de biblioteca. Cada padre tem

⁵ R. Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*... T. 6, p. 346 e T. C. de Bem, *Memorias historicas chronologicas da sagrada religião dos clerigos regulares em Portugal*..., T. I, p. xx.

⁶ R. Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*...T. 5, pp. 649-650.

⁷ F. J. da Gama, *Oração Funebre na Morte do Illustrissimo Senhor D. Manoel Caetano de Sousa*..., p. 5.

o seu próprio gabinete erudito, onde se opera um dia-a-dia de trabalho, levado, por vezes, com a mesma seriedade que envolve um qualquer outro exercício espiritual. O único eremitério que boa parte dos teatinos conhece é o de um gabinete, não vivendo o dilema corte/deserto que, por exemplo, Vieira experimenta décadas antes, enquanto homem de missão⁸. As missões destes padres são quase sempre missões políticas rumo à “civilização” no sentido das Luzes, é esta “civilização” e “urbanidade” que lhes interessa, ao ponto de um simples afastamento ou deslocação esporádica da Corte para um ambiente rural despertar, por si só, incómodo e queixas palpáveis na correspondência destes homens.⁹

Os padres da Divina Providência assumem vivências e sensibilidades diferentes e até programas políticos e intelectuais díspares, programas que lhes oferecem as coordenadas de uma porosidade, uma porosidade que não resulta apenas da fluidez das vidas que na Casa se integram mas que advém, também, das transferências que aí se operam.

Mas que gabinetes são estes? De que materialidades falamos? Que práticas e que sociabilidades aí decorrem? Que quotidianos? Vamos pensá-los abordando práticas epistolográficas e lançando, a partir daí, o olhar sobre um gabinete específico.¹⁰

Partindo dos epistolários que reúnem a correspondência trocada entre D. Manuel Caetano de Sousa e D. Francisco de Almeida conseguimos apreender lógicas de sociabilidade muito próprias¹¹. As cartas saídas do gabinete de

⁸ Seguimos de perto Margarida Vieira Mendes na sua abordagem ao modelo de pregador evangélico e apostólico perfilhado por António Vieira *SI*. A autora articula este padrão aparentemente binário que põe de um lado o pregador de corte e do outro o pregador de Missão (Ver M. V. Mendes, *A oratória barroca de Vieira*).

⁹ Falamos sobretudo dos padres que desenvolvem parte da sua acção ao longo da primeira metade do século XVIII, lembrando as queixas de Rafael Bluteau aquando da sua estadia forçada em Alcobça (1704-1713), então acusado de servir os interesses franceses no contexto político-diplomático decorrente da Guerra da Sucessão (1701-1714).

¹⁰ Num estudo recente, Isabel Ferreira da Mota, reflectindo sobre erudição e vida privada, dá-nos também conta das vivências, sensibilidades e sociabilidades intelectuais de D. Manuel Caetano de Sousa (“Erudição e vida privada nos inícios do século XVIII”). Sobre o percurso deste teatino enquanto figura incontornável para a compreensão dos fazeres eruditos nas suas práticas de mobilidade associadas à República das Letras, ver, também, o contributo da autora no presente volume.

¹¹ As cartas de D. Manuel Caetano de Sousa dirigidas a D. Francisco de Almeida encontram-se encadernadas e organizadas por ordem cronológica (BNP, Reservados, cód. 11 185), e o mesmo também acontece com as cartas de D. Francisco de Almeida dirigidas a D. Manuel Caetano de Sousa (BNP, Reservados, cód. 4309). Para se saber mais sobre D. Francisco de Almeida e as suas práticas de erudição importa ler M. Domingos, “Erudição no tempo joanino: a Livraria de D. Francisco de Almeida”.

D. Manuel são, na sua maioria e durante grande parte da sua vida, escritas pelo seu “ajudante de estudo”, José Caetano do Avelar, tido também como seu secretário.¹²

No seio das centenas de cartas trocadas não entre dois eruditos mas antes entre três homens, D. Manuel, como mais velho, dá pareceres, informações e ajudas a D. Francisco de Almeida, a quem presta conselho assíduo no âmbito dos seus fazeres académicos. Pelo meio o teatino faz referências a autores jansenistas, dá indícios de construção de uma identidade editorial e tece considerações de teor político-teológico muito pouco inocentes. Para lá dessas referências e indícios podemos auscultar aspectos ligados não apenas a uma arquitectura de sociabilidades eruditas mas também aspectos presos às sensibilidades que dão forma a essa mesma arquitectura. A partir das cartas podemos vislumbrar um possível espaço de reclusão, a reclusão possível no interior de uma Casa religiosa extremamente movimentada.

É possível sobrepor às narrativas epistolares muitas outras narrativas, anexando pormenores que nos permitam descrever os espaços em que as acções descritas decorrem, mas as cartas de D. Manuel, essas academias de papel, já nos consentem surpreender momentos sobrepostos de leitura, escrita e devoção sem grande recurso à imaginação. No caso deste epistolário específico, podemos arriscar dizer que a acção decorre num espaço comum de reunião, uma espécie de para-academia ou uma academia que integra tantas outras academias. A partir de uma segunda leitura podemos sondar momentos de conversação que se querem cristalizados, momentos de trabalho conjunto e apartado da visão binária emissor/receptor. Momentos que têm como alicerce a palavra e como plataforma o papel, um papel onde se esboçam retratos e auto-retratos, uma tela escrita e inscrita no discurso onde repousa a construção de um eu autoral a partir de acepções e representações de um outro – o “meu” bacharel ou o “meu” ajudante de estudo, insiste D. Manuel Caetano de Sousa.¹³

¹² Pelos Capítulos da Casa da Divina Providência constatamos que José Caetano do Avelar é natural de Lisboa, filho de Manuel Dias e de Maria da Rosa, e que entra na Casa em 1699, professando como leigo cinco anos depois (ANTT, Conventos Diversos, Casa de Nossa Senhora da Divina Providência de Lisboa, liv. 5 e 6). Caetano do Avelar acompanha D. Manuel Caetano de Sousa na sua viagem a Espanha e Itália, sendo responsável pelo seu registo diarístico (BNP, Reservados, cód. 541 e 542). Note-se que os leigos da Casa da Divina Providência não são necessariamente seculares pouco instruídos, mas antes homens que tendo a obrigação de concorrer às ocupações divinas e obedecer aos ditames da oração têm a particularidade de não ser coristas nem sacerdotes. De facto, na Casa da Divina Providência, Avelar não é o único leigo a deixar testemunho escrito nem é o primeiro a rumar a Itália, mas tinha uma relação profissional e pessoal com D. Manuel Caetano de Sousa digna de nota.

¹³ Sobre a escrita do eu e “literaturas íntimas” destacamos, entre muitos outros estudos, o de S. Hubier, *Littératures intimes: les expressions du moi, de l'autobiographie à l'autofiction*. Sobre os usos da carta sublinhamos os estudos reunidos em T. S. Almeida, V. Anastácio e N. G. Monteiro (org.), *Correspondências: usos da Carta no século XVIII*.

D. Manuel Caetano de Sousa, um clérigo e académico que faz da leitura um ritual de serviço, um clérigo pouco prolixo no que toca a uma produção impressa mas cuja autoria se fabrica por via de uma cedência permanente e contínua de autoria aos seus pares¹⁴. Partindo das suas cartas familiares e eruditas podemos reflectir sobre o modo como diferentes membros de um grupo escreveram, leram e deram a ler textos, livros e instrumentos assumindo-se como formadores, mediadores e gestores de informação. No fundo, é possível vislumbrar penas postas ao serviço dos poderes, é possível decifrar alinhamentos políticos e notícias escondidas, porque, para estes homens, informação e erudição são dois lados de uma mesma moeda. Informação e erudição convivem no mesmo espaço discursivo e a Casa é um posto de correio, as notícias correm aí de tal modo e com tal frequência que em 1694 os teatinos são obrigados pelo prepósito a “emitir os grandíssimos gastos que a Casa faz com os portes das cartas para os particulares vindas de outros particulares assim de dentro como de fora da religião”.¹⁵

Enfim, a partir da correspondência – deste tipo de correspondência –, é sempre possível saber: como fizeram uso dos livros e como apreenderam ideias de determinados autores, o que citaram e como citaram, como seleccionaram informação, como corrigiram, aprovaram ou desaprovaram enunciados, que bibliografias indicaram, como afeririam autoridades, que livros emprestaram ou se recusaram a emprestar, que atenção deram às formas, aos tipos de letra, à divisão formal dos textos, o que pensaram sobre o estilo dos autores, como receberam notícias e quais os primeiros impactos de determinadas obras.

As cartas dão-nos conta de mobilidades, as mobilidades possíveis no âmbito dos *fazeres* intelectuais setecentistas. Contabilizando as cartas recebidas e emitidas por um só clérigo podemos observar um extremo apego à mesa de trabalho, um aspecto que não é palpável, por exemplo, nas biografias que dele se escreveram e publicaram¹⁶. Biografias que colocam perante o leitor um homem sem freio, móvel e capaz de se adaptar a diferentes espaços, biografias pejudas de nomes e onde não faltam os daqueles com quem o clérigo apenas se cruzou ou cumprimentou em determinadas ocasiões. Os biógrafos de D. Manuel fazem recorrentemente uso do artifício e de uma arrumação retórica que despoleta no

¹⁴ O Conde da Ericeira faz um rol da produção impressa e manuscrita de D. Manuel Caetano de Sousa, que depois é apropriado por Barbosa Machado (F. X. de Menezes, *Bibliotheca Bibliotheca Sousaana ou catalogo das obras que compoz o reverendíssimo padre D. Manoel Caetano de Sousa*). A partir do arrolamento feito pelo Conde da Ericeira é possível reflectir sobre os interesses do teatino, assim como reconstituir momentos de produção e itinerários de investigação.

¹⁵ ANTT, Conventos Diversos, Casa de Nossa Senhora da Divina Providência, liv. 6 [Assentos e capítulo de 1 de Setembro de 1694].

¹⁶ Referimo-nos, sobretudo, à biografia da autoria de Caetano de Bem e incluída nas *Memórias Históricas* (T. C. de Bem, *Memorias historicas, chronologicas...*, T. 1, liv. VIII, pp. 321-464).

leitor, de ontem e de hoje, mecanismos de associação entre os diversos sujeitos nomeados, podendo a leitura culminar na construção de uma imagem harmonizada de um todo orgânico – uma República de sábios ou uma República de heróis das letras.

Podemos sempre compor um ambiente porque é possível saber como circulam objectos num espaço que, embora se pareça com um convento, não o é. Quem interrompe o trabalho e a propósito de quê, que tempo está lá fora, que livro se tem em mãos, que boatos circulam, que arrufos e contendas diárias ocorrem e que momentos lúdicos se permitem estes religiosos. Podemos, também, adivinhar o pouco espaço que resta num gabinete com mais de 7000 mil volumes, uma biblioteca particular mas assiduamente visitada.¹⁷

O que temos neste gabinete, mas também na presumível oficina de encadernação que o suporta, são livros, muitos livros. Livros manuscritos, livros impressos, livros proibidos, textos por imprimir, esboços por desenvolver, textos para ler e já lidos, textos para consultar, textos para oralizar, textos já oralizados e a acrescentar¹⁸. Impressos e manuscritos que circulam pelos vários gabinetes, impressos e manuscritos anotados, tresladados, corrigidos, por corrigir, estacionados, livros herdados, oferecidos, encomendados, comprados, livros de bolso, livros de mão, grossos *in folio*, em latim, português, espanhol ou francês. Provavelmente ordenados, no gabinete, por tema e autor, e arrumados em estantes e prateleiras, alguns encadernados e outros por encadernar (os encadernados, dispostos verticalmente; os não encadernados, arrumados na horizontal).

E objectos, os objectos do livro, aqueles que lhe dão forma: papel de diferente qualidade (o bastardo, o imperial, o papagaio, o pardo), goma-arábica, cola, fios, cordas e tecidos de vária dimensão, compassos, réguas, couro e bexiga (para remendar livros antigos), agulhas, tintas de várias cores e penas de diversas espessuras – um eremitério de papel.¹⁹

¹⁷ José Barbosa refere: “O certo he que excedião os volumes do seu uso o numero de sete mil [livros], sendo de hum particular, o que em muytas Religioens não he do commum, e que em huma só occasião deo V. S. dous mil volumes para a Livraria da Comunidade.” (J. Barbosa, *Sermão da Canonização...*, [s.n]).

¹⁸ Sobre a cultura escrita e a coexistência e complementaridade do manuscrito e o impresso, vejam-se: F. Bouza Alvarez, “Para qué imprimir: de autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro”, e A. Castillo Gomez, “‘No pasando por ello como gato sobre brasas’. Leer y anotar en la España del Siglo de Oro”.

¹⁹ É fácil chegar à descrição e enumeração destes objectos a partir da transcrição destes dois manuscritos da autoria de Manuel Caetano de Sousa: *A Arte de Livreiro e o Livreiro Curioso Bem Instruído na Maior Perfeição de sua arte* (BNP, Reservados, Mss. 6, n. 40 e 41).

Que livros estacionam nesta Casa e de que matérias tratam? Apesar de não arrolado, o manuscrito convive com o impresso e sobre ele predomina, porque o manuscrito continua a ser valorizado pressupondo ainda, e num tempo que se estende, uma selectividade de públicos e leitores “polidos” e “civilizados”.

Quando em 1734 D. Manuel Caetano de Sousa e Rafael Bluteau morrem, o espólio conservado nos seus aposentos particulares passa para a biblioteca comum da Casa da Divina Providência, uma biblioteca que já existia mas que começa a partir daí a compor-se mais a sério²⁰. Os catálogos que nos restam não nos dão conta da disposição dos livros nos gabinetes, mas as biografias destes padres dão-nos a ler singularidades, excepcionidades e gostos particulares que apontam para uma especialização de conteúdos no seu interior. De qualquer modo, vale a pena fazer uma curta incursão pela biblioteca comum, referindo que boa parte dos livros aí presentes foi adquirida no decurso de viagens feitas, viagens algumas delas patrocinadas por D. João V, rumo a Londres, Haia, Roma.²¹

A partir dos catálogos conseguimos perceber o peso arrebatador que os livros de História têm nesta Casa, este é, aliás, um ponto comum com a Casa dos teatinos de Paris²². Mas conseguimos adiantar outras conclusões preliminares.²³

Cremos que o latim continua a ser a língua preeminente, embora o português e o castelhano comecem a ficar em pé de igualdade. Quanto aos cerca de quinhentos títulos em língua francesa, num total de quase 5000 títulos, cremos

²⁰ Para uma primeira aproximação às bibliotecas teatinas vejamos os estudos pioneiros de Manuela Domingos: “Acervos oficiais da Real Biblioteca Pública. A doação dos Teatinos” e *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional*.

²¹ O cronista da Casa documenta bem as viagens realizadas pelos teatinos, nomeadamente as que marcam as vivências de Luís Caetano de Lima, que se desloca por três vezes e durante largos períodos de tempo às principais Cortes europeias, estacionando nos principais nós do circuito europeu do livro (T. C. de Bem, *Memorias historicas, chronologicas...*, T. 2, liv. XII, pp. 34-162).

²² A propósito das bibliotecas de história, ver o estudo pioneiro de Fernanda Campos “*Para se Achar facilmente o que se Busca*”: *Bibliotecas, Catálogos e Leitores no Ambiente Religioso (Séc. XVIII)*. Sobre a biblioteca dos teatinos de Paris veja-se E. Picard, “Une bibliothèque conventuelle au XVIII^e siècle: Les Théatins de Sainte-Anne-La-Royale”.

²³ Para além do *Catalogo methodico dos livros que a Comunidade dos Clerigos Regulares da Divina Providencia de Lisboa doou à Real Bibliotheca Publica da Corte no anno de 1796* (BNP, cód. 12 935-12 937) e do *Catálogo da Bibliotheca Theatina Ulissiponense* (BNP, cód. 7429-7423) existem outros presentes na Biblioteca Pública de Évora (BPE, CXII/2-28; BPE, CXII/2-29 e BPE, CXII/2-30). Consulte-se, também, a esse propósito: <http://clavisbibliothecarum.bn.pt/>. Na contabilização que avançamos (temos em conta os títulos e não os volumes), esta resulta de uma primeira e rudimentar aproximação aos três volumes do *Catálogo methodico* e não tem pretensões de exaustividade. Sublinhe-se que este Catálogo é aquele que decorre do processo de doação da biblioteca teatina à Biblioteca Pública da Corte em finais do século XVIII, pelo que os livros aí arrolados correspondem a um período muito tardio da história da biblioteca, que nas últimas décadas do século XVIII já havia sido em parte desmembrada, vendida e roubada.

ser pouco comum numa biblioteca conventual, embora este aspecto se explique facilmente por um gosto que se vai acentuando e que se torna tangível à medida que o século XVIII avança. Este aspecto pode também justificar-se quer pela presença na casa de Rafael Bluteau, um anfitrião da língua francesa na Corte, quer pelo uso habitual dessa mesma língua, entre outras, por parte de Luís Caetano de Lima.²⁴

Para lá da monumentalidade dos objectos, para lá da enorme quantidade de instrumentos e aparatos de memória e identidade, para lá da actualidade dos títulos aí presentes, o que nos parece digno de nota é o número considerável de títulos que nos encaminham para o exterior do espaço conventual ou que convidam à integração de “outros” nesse mesmo espaço. Um olhar sobre os temas e as funcionalidades a que se prestam os livros que aí se encontram ajuda a ilustrar isso mesmo. Na casa encontra-se quase tudo o que se escreveu sobre os impérios, métodos fáceis e rápidos de aquisição de conhecimentos, títulos para leitura e ensino de não religiosos, tratados de navegação e comércio, tratados de paz e direito, muito do que sobre Portugal se escreveu na Europa, gramáticas, dicionários, comédias, dramas, música, ciências militares, artes de cavalaria, tratados de artilharia, tratados de arquitectura e mecânica, entre muitas outras temáticas.

A partir daqui podemos afirmar que as bibliotecas, os gabinetes teatinos, os livros que aí estacionam não são para uso doméstico, são antes para uso daqueles que à volta da casa circulam, são para aqueles que aí estacionam mas que aí estacionam a convite, as elites, aquelas que fazem das práticas eruditas e intelectuais a expressão da sua grandeza.

Mas estas elites precisam de bem mais do que livros, aliás, falar apenas de livros no âmbito dos *fazeres* intelectuais destes clérigos e de uma República das Letras marcada por sensibilidades e saberes entrecruzados e tematicamente fluidos seria redutor, porque nem só de Letras vive a República das Letras.

C. 1690, o teatino Tomás Bequeman (1660-1729) viaja até Itália, passando por Roma e estacionando em Florença. Nessa cidade, lugar de efervescência intelectual, trava amizade com um professor de Matemática que, à data, desenvolve conhecimentos em torno da Óptica, Dióptrica e Catóptrica, disciplinas ligadas às artes da visão, da luz e das cores, que, como sabemos, conhecem franco desenvolvimento ao longo dos séculos XVII e XVIII, sobretudo, depois de editado o

²⁴ Lembre-se que Luís Caetano de Lima foi secretário de línguas na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, instituída por D. João V.

Discours de la Méthode de Descartes e de publicados alguns dos resultados científicos de Newton e Spinoza a esse respeito.

É precisamente em Florença que se ergue, poucas décadas antes da jornada de Bequeman, a *Accademia del Cimento*, um espaço concorrido onde se desenrolam sessões académicas frequentes, verdadeiros espectáculos científicos onde abundam criações engenhosas, maquinaria e demonstrações laboratoriais. Enfim, manifestações aparatosas e meticulosamente programadas daquilo a que chamaríamos hoje Física e Química, ou seja, demonstrações de uma ciência-espectáculo. Não sabemos quem é o mestre florentino de Bequeman, mas Tomás de Bem diz-nos que com este o clérigo aprendeu a fabricar óculos de ver ao perto e a longa distância, microscópios, telescópios e outros instrumentos. Não sabemos também em que oficinas se exercitou Bequeman, o certo é que chegado a Lisboa, perante a colecção de instrumentos matemáticos pertencentes ao infante D. Francisco, instrumentos reunidos não sabemos também como nem por quem, Bequeman, sendo solicitado, fornece explicações sobre o seu uso. Acreditamos que estas explicações não seriam feitas em privado e que haveria um público cioso e curioso, capaz de absorver esse tipo de conhecimentos.

Mas os saberes ligados à Óptica alteram profundamente a materialidade dos espaços em que decorrem, sejam eles conventuais ou palacianos. Para adquirir, difundir e desenvolver os saberes em parte apreendidos e desenvolvidos em Florença por Tomás Bequeman não basta papel e tinta, não basta uma mesa de trabalho, não basta uma cela com muitos ou alguns livros. Em termos formais e no que toca às vivências quotidianas, estudar Óptica e fabricar óculos implica deter uma série de objectos que não cabem num cubículo, isto porque estamos perante um saber de oficina, muitas vezes aliado à relojoaria, um saber fazer que implica manejar e moldar materiais. Falamos sobretudo de parafusos, roscas, objectos metálicos e vidro, mas também daquilo que é necessário para o fazer ou modelar. Ou seja, há toda uma ciência dos materiais e dos elementos, um saber e um fazer só passível de acontecer em oficina e em espaços ao ar livre, porque é preciso ar livre e não cela para observar e absorver o comportamento dos elementos, da luz, do fogo, da água e dos minerais. É preciso, também, olhar pelos óculos e pelas lentes, ajustá-los e reajustá-los reiteradamente, esperar pelo alinhamento dos planetas, pelos eclipses ou pela passagem dos cometas, é preciso observar e registar, registar e observar...

A Casa da Divina Providência é, se comparada com outras, pequena, e nela não há grandes espaços ao ar livre, para além de um pequeno claustro só existe aí um tosco jardim triangular com algumas árvores de fruto. Mas estes clérigos de Corte têm um outro espaço ideal, uma palaciana Quinta de recreio nos

arrabaldes da cidade, no Campo Grande, bem perto de outras Quintas onde convive amiúde a nobreza. Pouco sabemos sobre esta Quinta de recreio, mas podemos adivinhar os *fazeres* académicos de carácter informal que aí decorreriam.²⁵

Como é que se forma esta gente, como se forma gente para o exterior, gente que viaje e que integre círculos literários e academias de letras e ciências?

Há um manuscrito da autoria de D. Manuel Caetano de Sousa que nos permite, em parte, dar resposta às questões acima formuladas²⁶. O manuscrito faz parte de uma vasta literatura que tem como núcleo preocupações pedagógicas e propedêuticas que nos permitem perceber como se formam noviços e estudantes externos no interior destes novos claustros. Não é uma arte para aprender a ler e escrever, é uma arte para uso dos estudantes nos exercícios recorrentes de disputa intelectual. Cremos que a funcionalidade deste manual se estende e alarga a outros espaços que não a aula, ou seja, estende-se a círculos eruditos, certames e sessões académicas.

O manual visa, sobretudo, regular e ordenar as *performances* orais dos noviços e os comportamentos que devem estar na base de atitudes de aquisição e difusão de conhecimentos. A partir da leitura do texto podemos sustentar que os noviços são, desde cedo, formados para formar, isto porque a manutenção interna da Casa e a gestão dos gabinetes eruditos de que temos vindo a tratar depende, em parte, da futura acção “polida” dos mais novos fora da Casa.

Assim, o que o mestre propõe e o que se veicula é um “saber-estar” e um “saber-agir” em conformidade com o lugar onde se vai construindo um discurso comunitário, um discurso comunitário que se fabrica também (e talvez sobretudo) fora de portas. Com uma dezena de fólhos, o manual é escrito a partir de referências a Cícero, Tito Lívio, Santo Agostinho, entre outras autoridades, e tem um título digno de nota – *Pugna literária* (pugna no sentido de luta ou combate). Em vernáculo, com uma disposição linear e fácil de ler, nele estão plasmadas fórmulas, regras e pistas que indiciam posturas e atitudes de saber e, claro, do poder que daí advém.

Mas, se a lógica de abertura ao exterior palpável na *Pugna Literária* e a permeabilidade de fronteiras que temos vindo a aflorar tornam, por um lado, os gabinetes teatinos e a Casa da Divina Providência de Lisboa um lugar materialmente

²⁵ Sobre a Quinta do Campo consulte-se: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/base-de-dados/>.

²⁶ *Pugna Literária* (BNP, Reservados, cx. 2, n.º 12, doc. 61).

rico e um ponto visível numa cidade atulhada de oferta espiritual, por outro, tornam-na também um alvo fácil de chacota.

A este propósito damos conta de um acontecimento que pouco tem a ver com bibliotecas viajantes mas que nos permite pensar representações, aquelas que satiricamente envolvem estes “homens-biblioteca” e a casa onde vivem.

Vamos até ao Bairro Alto e estacionemos na portaria da Casa da Divina Providência. Não nos interessam as salas de aula abertas a estudantes externos e bem guarnecidas de mesas e cadeiras, contornemo-las passando também ao lado dos gabinetes. Nesta portaria, quase palaciana, está presente e convive a principal nobreza da Corte, mecenas, artistas, clérigos de diferentes Casas e Ordens, membros de uma nobreza de serviço e, também, noviços. Aí se encontra Rafael Bluteau, que regressa do seu retiro forçado em Alcobaça, Manuel Caetano de Sousa, acabado de chegar do seu périplo europeu, e D. João V, que entra provavelmente mais tarde e, embora informalmente, com alguma pompa.

É dia de Certame, um Certame sacro-poético em obséquio de Santo André Avelino, um Certame que se vai desenrolar ao longo de três dias, os três dias recorrentes nas cerimónias organizadas por estes clérigos²⁷. Santo André, figura central, vai, ao longo dos dias, perdendo protagonismo face às considerações poéticas feitas ao Rei e aos próprios clérigos:

Hum céu na terra pois logra Avellino,
 ao tempo vinculado à eternidade,
 no firmamento do esplendor Theatino
 mas que muito deve a Vossa Majestade
 que quanto mais humano he mais divino
 representava o sol da divindade.²⁸

Meses antes, os teatinos e particularmente o secretário do Certame, Manuel do Tojal e Silva (1670-1738), haviam dado à estampa um apelo à participação, convidando “os mais florentes, e luzidos engenhos da Corté” a concorrer com composições poéticas subordinadas a temas específicos.²⁹

²⁷ Para além de Tomás Caetano de Bem, quem primeiro fez referência a este Certame foi Elze H. Vonk Matias, *As academias literárias portuguesas dos séculos XVII e XVIII*. As poesias recitadas no Certame foram reunidas e encadernadas em dois tomos intitulados *Collecção de poesias em louvor de S. André Avelino recitadas no Certame Sacro que se celebrou nas Casas dos Padres da Divina Providência* (BNP, Reservados, cód. 3315-3316).

²⁸ BNP, Reservados, cód. 3315, f. 76.

²⁹ *Certame Sacro em obsequio de Santo André Avellino...*, 1713. Seguimos de perto este impresso e é a partir dele que fazemos as citações que se apresentam no corpo do texto.

As composições poéticas são entregues ao secretário em três cópias. A primeira em folha de papel grande, “escrita o melhor que puder ser para se pendurar nas paredes deste regular teatro, que se quer enriquecer com este precioso ornamento”, a segunda cópia em letra e papel ordinário, “sem o nome do autor para se dar aos juízes”, e a última com o nome e o primeiro e último versos da poesia “para se saber certamente o autor”. Os participantes podem escolher expressar-se em português, latim, castelhano e italiano, e os jurados entenderão quais as composições merecedoras de prémio.

O Certame não vai desenrolar-se na portaria mas no segundo piso, a terceira classe de cima ou o piso dos noviços, um espaço de suposta reclusão e aprendizagem de silêncios. Assim o Instituto destina “para esta acção especialmente o sítio do alegre e fermoso cruzeiro do corredor de cima da dita Casa da parte do meio-dia”.

Olhando para as composições poéticas entregues, mas nem por isso agradadas, podemos imaginar um corredor apinhado de gente. Podemos também imaginar a forma como se dispunham os prémios: um espelho “preciosamente guarnecido de prata”, um anel de ouro com uma pedra preciosa, uma “taça cristalina”, um precioso rosário, um “primoroso óculo de ver ao longe”, fabricado, talvez, por Tomás Bequeman, um cofre com vários remédios, uma imagem de Santo André numa “lâmina de elegante pintura” e um “brinco de coral extraído do mar”.

Mas a assistir ao Certame está um escritor anónimo que, talvez ressentido, redigirá uma paródia ao evento, uma paródia intitulada *Certamen Certaminis em obsêquio de não sei quem impresso não sei onde na oficina niguemziana no ano tantos com as licenças todas*.³⁰

Neste folheto anónimo, os teatinos são acusados de parcialidade na atribuição de prémios, sendo designados por fidalgos bordalengos, toleirões e poetas mendicantes. O secretário é acusado de aceitar proferir sermões e de os desmarcar poucos dias antes de os pregar, e Bluteau é tido como cabalista, arrogante e presunçoso. A escolha maioritária de poemas em língua portuguesa também é satirizada.

O autor anónimo, numa alusão flagrante à casa, escreverá, ainda, “será o teatro deste Certame aquele sumptuoso palácio imaginário no qual se destina para esta acção especialmente o alegre e famosíssimo retrete que cai para o pé de nenhures”.

D. João – “o tolo” – surge como juiz supremo e assomam ainda sonetos supostamente premiados em louvor de D. Manuel Caetano de Sousa, “bastardo

³⁰ ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 1048 (10).

e asno”, Tojal e Silva, “aborto da altivez, descomedido, afidalgado, figurinha de jaspe azeitonado”, e Bluteau, com uma alusão ao seu sotaque afrancesado.

Estas apreciações são reveladoras de atitudes de saber que mobilizam e são mobilizadas por afectos e desafectos, aspecto que importa reter pois as emoções são também elas inseparáveis dos contextos sociais e culturais, oferecem-lhes tessitura, e são parte de uma metodologia criando e condicionando conhecimento e pensamento.

Os sonetos jocosos que damos a ler em anexo tornam tangencial, palpável e visível um outro eco que então se faz das reuniões literárias, das sessões académicas e dos discursos heróicos e edificantes. A sua leitura permite (re)dimensionar o impacto e o peso que uma pequena, mas vibrante, Casa religiosa adquire na vida sociocultural lisboeta do século XVIII. Mas, para lá desse peso, sempre relativo, podemos a partir destes e dos enunciados que fomos apresentando equacionar a existência de modelos próprios de construção de um “carisma” espiritual e intelectual, um “carisma” que entrecruza de forma flagrante dimensões académicas, cortesãs, políticas e teológicas que se plasmam em atitudes de saber e poder.

Atitudes de saber que se compartimentam em gabinetes e bibliotecas particulares mas que, ao mesmo tempo, se multiplicam no interior de Casas religiosas porosas e com uma forte vocação urbana, casas cujos habitantes não limitam a sua acção ao púlpito de todos os dias – o da Igreja – mas desdobram a sua acção em espaços de erudição diversificados.

Atitudes de saber que se ritualizam mas que, ainda assim, se mantêm maleáveis e passíveis de apropriação, recriação e (re)configuração, isto porque os rituais, aqueles que se ligam às práticas de difusão e obtenção de conhecimento, espriam-se num tempo longo que ultrapassa o dos enunciados que aqui escolhemos apresentar.

Por fim o imaginário, aquele que os sonetos, a literatura satírica e, por vezes, a epistolografia contradizem, que nos pode fazer crer numa possível República das Letras envolta em ideias de benevolência cristã, idealmente assente num amor desinteressado pelas Letras, no encontro, na generosidade, na troca e na partilha de saberes entre Homens solidários entre si, uma República composta por Sábios que fazem de uma vida entregue ao estudo o resultado de uma fusão harmoniosa entre acção e contemplação, uma República onde as bibliotecas viajam, onde os Homens se mobilizam em torno de novos espaços de sociabilidade e se desmobilizam peregrinando, enfim, uma República edificante...

Tentámos pensar uma possível República das Letras (ou a República das Letras possível!) partindo de um espaço concreto que se foi desdobrando e que fomos preenchendo e pontuando com homens, objectos e discursos. Contudo, a abordagem que escolhemos fazer invalidou, em parte, a acepção inicialmente evocada, aquela que se ligava aos eremitérios de papel e às práticas de reclusão no âmbito dos *fazeres* intelectuais setecentistas. De qualquer modo, o olhar pontuado que lançámos ajudou-nos a estacionar, porque é preciso estacionar para compreender bibliotecas que viajam.

Ao Reverendissimo Padre Proposito do Conde de Alvor Mayor

Soneto Premiado

Dom Padre Calhariz, que nos respeitos
na prudencia e na modéstia de hum prelado
Trazeis o desacerto vinculado
Vinculados os erros e os defeitos

Da Corte os que nos são menos suspeitos
Loucos dizem que sois, porem bastardo
E disto não fiqueis admirado
Que os legítimos são mais bem asseitos

Outros dizem melhor que mais depressa
Pode a Corte averiguar que sois asninho
Em vós vendo a asneira tão travessa

E assim he certamente meu padrinho
Pois de certame sendo nós cabeça
Jogaste no certame o arre burrinho

Ao Reverendissimo P. D. Manuel do Tojal do Visconde de Tetas

Premiado

Farsante Tojal, és poldro encrespado
Aborto da Altivez descomedido
Mais vão que o sonho, quando já esquecido
Bizonho pregador, tolo serrado.

Vilam por influencia afidalgado
Fidalgo sem nobreza concebido
Rizo das gentes, zote esvanecido
Figurilha de jaspe azeitonado

Meu poeta mendigo se meressem
Em vós laureados rimas mendigas
Podengas, muzas, louros vos oferecem

De tojo huma capella as mais surradas
Vos tem, porque as taes para asnos tecem
No Tojal estas Coroas disveladas.

Ao Reverendissimo P. D. Rafael Bluteau

Monsieur, Mon Reverrendo, Padre Prudente
Se campastes ate aqui desconhecido
Por momo lá de França, procedido
Vos conhecem já todos de presentes

Vou fetes un discours irreverente
Com que em mil bouberias derretido
A modéstia ofendestes com ruido
O vosso habito, e cans mui indecente

Foi huma bulha estrondosa o vosso enigma
Travada entre humas letras que tão sans
Como de antes sahirão dessa esgrima

Nella Levandijastes vossas [?]
Com xufas que a modéstia desestima
Et nom lastimat point les plus savans.³¹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MANUSCRITOS

ANTT, Conventos Diversos, Casa da Divina Providência de Lisboa, liv. 5 e 6

ANTT, Manuscritos da Livraria, n. 1048 (10)

BNP, cód. 12 935-12 937

BNP, cód. 7429-7423

BNP, Reservados, cód. 11 185

BNP, Reservados, cód. 3315-3316

BNP, Reservados, cód. 4309

BNP, Reservados, cód. 541 e 542

BNP, Reservados, cx. 2, n.º 12, doc. 61

BNP, Reservados, Mss. 6, n. 40 e 41

BPE, CXII/2-28

BPE, CXII/2-29

³¹ ANTT, Manuscritos da Livraria, n. 1048 (10).

BPE, CXII/2-30

REFERÊNCIAS EM LINHA

<http://clavisbibliothecarum.bn.pt/> [Clavis Bibliothecarum: Catálogos e inventários de livrarias e instituições religiosas até 1834]
<http://lxconventos.cm-lisboa.pt/base-de-dados/> [Projecto Lx.Conventos]

IMPRESSOS

- ALMEIDA, Teresa Sousa de, ANASTÁCIO, Vanda e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.), *Correspondências: usos da Carta no século XVIII*, Lisboa, Colibri, 2005
- BARBOSA, José, *Sermaõ da Canonização de S. João da Cruz*, Lisboa Occidental, Oficina de Miguel Rodrigues, 1727
- BEM, Tomás Caetano do, *Memorias historicas, chronologicas da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal e suas Conquistas na India Oriental*, 2 tomos, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1792-1794
- BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino [...]*, 10 vols., Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, “Para qué imprimir: de autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro”, *Cuadernos de Historia Moderna*, 18, 1997, pp. 31-50
- BRIGOLA, João Carlos Pires, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*, Coimbra, FCG, 2003
- CAMPOS, Fernanda, “*Para se Achar facilmente o que se Busca*”: *Bibliotecas, Catálogos e Leitores no Ambiente Religioso (Séc. XVIII)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015
- CASTILLO GOMEZ, Antonio, “‘No pasando por ello como gato sobre brasas’. Leer y anotar en la España del Siglo de Oro”, *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*, 9-10, 2001-2002, pp. 99-121
- CEIA, Sara Bravo, *Os Académicos Teatinos no tempo de D. João V: Construir Saberes enunciando Poder*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010
- DOMINGOS, Manuela, “Acervos oficiais da Real Biblioteca Pública. A doação dos Teatinos”, *Revista da Biblioteca Nacional*, 2, 1994, pp. 75-121
- DOMINGOS, Manuela, *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional*, Lisboa, BNP, 1995
- DOMINGOS, Manuela, “Erudição no tempo joanino: a Livraria de D. Francisco de Almeida”, *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 9-10, 2001-2002, pp. 191-219

- FUMAROLI, Marc, *La République des Lettres*, Paris, Gallimard, 2015
- GAMA, Fillipe Joseph da, *Oração Funebre na Morte do Illustrissimo Senhor D. Manoel Caetano de Sousa*, Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736
- GOUVEIA, António Camões, “Teatinos”, in Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 271-274
- HUBIER, Sebastien, *Littératures intimes: les expressions du moi, de l'autobiographie à l'autofiction*, Paris, Armand Colin, 2003
- MATIAS, Elze M. H. Vonk, *As academias literárias portuguesas dos séculos XVII e XVIII*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988
- MENDES, Margarida Vieira, *A oratória barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho, 1989
- MENEZES, Francisco Xavier de, *Bibliotheca Bibliotheca Sousana ou catalogo das obras que compoz o reverendíssimo padre D. Manoel Caetano de Sousa*, Lisboa, José António da Sylva, 1737
- MOTA, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, Coimbra, Minerva, 2003
- MOTA, Isabel Ferreira da, “Erudição e vida privada nos inícios do século XVIII”, *Revista Portuguesa de História*, XLVII, 2016, pp. 257-267
- PICARD, Évelyne, “Une bibliothèque conventuelle au XVIII^e siècle: Les Théatins de Sainte-Anne-La-Royale”, *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, n.º 27, 1979, pp. 235-255
- VINE, Agnus, *Defiance of Time: Antiquarian Writing in Early Modern England*, Oxford, Oxford University Press, 2010

Viagem, Erudição e República das Letras: Manuel Caetano de Sousa no “Jardim do Mundo”

Isabel Ferreira da Mota

Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

“Nas origens remotas da Academia Real da História cruzam-se as linhas da erudição europeia do século XVII e início do XVIII. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734) faz uma prolongada viagem a Itália, onde se encontra com os maiores eruditos italianos, entre os quais se destaca Magliabechi, Itália que, por seu turno, tinha já recebido os grandes eruditos franceses, como Mabillon, cuja viagem de estudo redundou num enorme sucesso junto das comunidades eruditas italianas. É do contacto com essa República das Letras europeia que Manuel Caetano de Sousa traz, de regresso ao país, a ideia da construção de uma História Eclesiástica de Portugal ao nível do que de melhor tinha visto na sua expedição, cultural e religiosa, à península itálica. Esta ideia, exposta ao rei, foi por este aceite de imediato”, daí resultando, pouco tempo depois, a fundação da Academia Real da História Portuguesa (1720). Iniciava-se, deste modo, um estudo sobre a Academia Real da História, publicado em 2003.¹

As viagens de eruditos, por motivos diversificados – eclesiásticos, diplomáticos, etc. –, tornavam-se cada vez mais frequentes em finais do século XVII e inícios do século XVIII. Em 1710 é a vez de Manuel Caetano de Sousa, importante erudito da primeira metade do século XVIII, se dirigir a Roma com a incumbência de votar no Capítulo Geral da Religião dos Clérigos Regulares Teatinos, a que pertencia. Regressou a Lisboa apenas em 1713, tendo produzido umas memórias da sua viagem por Itália e Espanha. Infelizmente desaparecido o texto original, “quatro Tomos de 4º”, utilizaremos como fontes a recopilação parcial das memórias devida a Caetano do Avelar², seu companheiro de viagem, a selecção que destas memórias originais fez Tomás Caetano de Bem – selecção baseada num

¹ I. F. da Mota, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, p. 29 (dissertação de doutoramento apresentada à FLUC em 2001). Ver, sobre estes temas, bibliografia referenciada nesta obra.

² J. C. do Avelar, *Viagem de Itália e Espanha feita pelo P. D. Manuel Caetano de Souza, clérigo regular, e recopilada pelo Irmão Jose Caetano do Avelar que foy seu companheyro nella*, BNP, Cod. 541.

olhar da segunda metade do século XVIII – para a biografia que dedicou àquele erudito, vinda a público em 1792, e ainda as cartas escritas, pelo P.º D. Manuel, de Itália ou sobre a Itália. Tomás Caetano de Bem, nesta data, selecciona para o leitor de fim de século “as cousas que lhe poderão merecer particular reparo”, configurando desse modo a viagem erudita exemplar. Confrontaremos e completaremos, portanto, a selecção efectuada por este autor com a recopilação parcial devida a Caetano do Avelar, seu acompanhante.

Manuel Caetano de Sousa dispunha de uma representação definida do “método de viajar” e da prática do *Grand Tour* europeu, aproveitando pois a oportunidade para fazer, nas palavras de Justus Lipsius, a sua “nobilis et erudita peregrinatio”³. Conhecedor dos clássicos textos sobre viagens, como aliás boa parte da elite europeia, foi autor de um guia ou de uma grelha de perguntas às quais todo o viajante deveria procurar responder.⁴

“Á curiosidade, e vigilancia do Padre Sousa poucas cousas das notáveis [...] entendemos poderião escapar, o que bem se confirma com a vastidão das suas memorias, aqui não referiremos tudo [...]. Desta jornada pois do Padre Sousa daremos aqui sómente uma ideia geral”⁵. Estas são as palavras de Tomás Caetano de Bem sobre a selecção que opera na narrativa de Manuel Caetano de Sousa. Com essa selecção vai definir a Itália erudita da primeira metade do século XVIII, traçando-lhe os contornos, definindo-lhe os momentos de intensidade, configurando os seus pólos e as suas fronteiras. Como veremos, esta definição não está longe da de Giuseppe Ricuperati, no traçado da sua “geografia intelectual do espaço italiano”.⁶

Manuel Caetano de Sousa, membro das academias mais selectas da corte, amante de livros, de edições, de bibliotecas, descendente por bastardia de uma importante família aristocrática, leva na bagagem para a sua viagem a Itália uma sólida cultura clássica e uma profunda religiosidade, bem como certamente uma imagem preconcebida do espaço a visitar. É esta cultura de partida que vai ser ‘desarrumada’. A viagem desestabiliza a ordem dos olhares sobre si e sobre o outro, “paradigme de l’expérience authentique et directe [le voyage] transforme les personnalités individuelles, les mentalités et les rapports sociaux”.⁷

³ Ver J. Stagl, *A History of Curiosity: The theory of travel 1550-1800*.

⁴ Ver *O Peregrino Instruído*, B.N.L., Códice 618. Ver também A. I. Buescu, “*O Peregrino Instruído*. Em torno de um projecto de viagem setecentista”.

⁵ T. C. de Bem (1792-1794), *Memorias historicas chronologicas da sagrada religião, dos clérigos regulares em Portugal*, T. I, p. 325.

⁶ G. Ricuperati, *Frontiere e limiti della ragione. Dalla crisi della coscienza europea all’ Illuminismo*, p. 7.

⁷ G. Bertrand, *Le voyage en Italie au XVIII^e siècle: problématiques et perspectives*, p. 30.

Em 16 de Outubro, embarcaram no porto de Lisboa o Padre Sousa, o seu companheiro, Irmão José Caetano do Avelar, e um criado. Seguiam viagem numa nau veneziana, que acompanhava uma galera também veneziana, um navio genovês, e um outro de Flessighen. Cruzaram-se ainda no Atlântico com duas naus de “Mouros Corsários”, o que obrigou a pequena esquadra a pôr-se imediatamente em armas e linha de batalha, chegando a haver uma pequena pejeja.

A 30 de Novembro ancoraram no Porto de Liorne. Instalaram-se na estalagem do Leão de Ouro, que os viajantes consideraram “maravilhosa”, e logo se deu o primeiro confronto cultural: “vimos a escola dos judeus, que nos pareceu escandaloza por muy ornada”⁸. De Pisa visitaram as pontes, as Igrejas e a Sé, sobre cujas maravilhas o relato remete para um livro italiano, num exercício simultâneo de experiência e de leitura. E partiram para Florença. Do acolhimento que receberam nesta cidade, como noutras em Itália, e da trama de interações que se foram tecendo, nos informa largamente a narrativa. Como não podia deixar de ser, Caetano de Bem, erudito e biógrafo, destaca o jogo das relações sociais e *savantes* na organização da estadia do viajante.

Recolhendo-se na casa que a sua própria religião possuía na cidade, no dia seguinte recebeu a visita de um nobre florentino com quem, estando em Lisboa, contraíra amizade. Com este tratou de conseguir audiência do Grão-Duque, o que se realizou, recebendo o Grão-Duque ao Padre Sousa com “summa urbanidade”. No dia seguinte recebeu o viajante um presente enviado pelo Grão-Duque, “que constava de varios doces, salmão, caviar, enxovas, e vinhos, que conduziam alguns lacaios”. Pouco depois, proporcionou-se um dos pontos altos da viagem a Itália, o encontro com o bibliotecário do Grão-Duque,

o célebre, e tão famoso Antonio Magliabechi, tão instruído na Historia Literaria, e conhecimento dos livros, e de quem o mesmo Padre Sousa em suas Memorias afirma *ser monstruoso em a sciencia Bibliothecaria*. Este o recebeu com notaveis honras, e passarão logo a falar em livros; e Magliabechi se queixou dos poucos, que de Hespanha passavam à Itália; e o Padre Sousa lhe deu noticia de alguns que elle ainda não conhecia.⁹

Dando o P.^e Sousa notícia de algumas obras suas e pedindo Magliabechi informação sobre outras, trocaram informações e conversaram sobre diferentes projectos de publicação. Desde logo, é de acentuar um facto relevante e que se repete:

⁸ J. C. do Avelar, *Viagem de Itália e Espanha feita pelo P. D. Manuel Caetano de Souza*, p. 7.

⁹ T. C. de Bem, *Memorias historicas chronologicas*, T. I, p. 329.

le voyage [...] n'agit pas seulement sur l'individu qui se déplace mais joue un rôle dans l'histoire des sociétés d'accueil, c'est-à-dire par lesquelles passent et où séjournent les voyageurs, ainsi que dans celles de départ qui sont des sociétés où ceux-ci font retour au terme de leur déplacement.¹⁰

Por outras palavras, os efeitos são recíprocos e multiplicam-se. As viagens a Itália de homens como Manuel Caetano de Sousa permitem que os italianos tenham também uma imagem de Portugal, a qual se pode mover ou modificar: a imagem constrói-se e reconstrói-se duplamente. Com o Abade Bernardo Pitti, muito douto, mutuamente se encarregaram de procurar notícias úteis aos estudos de um e outro.

Visitou também, e com particular interesse, as livrarias dos conventos, apreciadas na qualidade e raridade dos seus livros e manuscritos e na variedade e comodidade das suas instalações. Os jesuítas, informados de Lisboa de quanto a Companhia devia ao Padre Sousa, acolheram-no por toda a Itália com particular cortesia. Embora instalado na casa dos Teatinos, os jesuítas do Colégio da Companhia em Florença convidaram-no e receberam-no na intimidade privada da sua comunidade. Oferecendo-lhe uma cela onde pôde trocar, para maior comodidade, a capa por um roupão novo, e ainda dispor de um par de chinelas novas e de um barrete novo, foi de seguida conduzido pelo reitor e outros padres à casa do fogo e de recreação, “onde se entretiveram em erudita conversação até às horas do jantar”. Ao jantar, e certamente em honra do visitante, leu-se, enquanto durou a refeição, um sermão do Padre António Vieira.¹¹

As relações do Padre Sousa com eruditos, amantes das ciências e das letras, multiplicam-se, e a elas confere Tomás Caetano de Bem, no final do século XVIII, o maior relevo. A lista é grande, e os eruditos nela constantes, sabe-o Caetano de Bem, são nomes de referência, com importância reconfirmada na segunda metade do século. A recolha de informação bibliográfica tem um lugar de destaque nestas trocas. Obteve assim o Padre Sousa notícias da obra *Paleographia Graeca* que Bernardo Montfaucon, da Congregação de São Mauro em França, tinha publicado no ano precedente, bem como da obra de Mabillon, da mesma congregação, intitulada *De Re Diplomatica*, igualmente impressa em Paris em 1709. Falava-se também “nos livros que o célebre Luiz Antonio Muratore tinha composto sobre a Poesia Italiana”, nomeadamente em conversas com

¹⁰ G. Bertrand, *Le voyage en Italie au XVIII^e siècle: problématiques et perspectives*, p. 29.

¹¹ Ver em T. C. de Bem, *Memorias historicas chronologicas*, pp. 333-334, a descrição do serão dispensado a Manuel Caetano de Sousa pelos jesuítas do Colégio da Companhia de Jesus em Florença, que, com particular cortesia, o acolheram na intimidade privada da sua comunidade. A escolha de Vieira, igualmente *SI*, é também significativa.

Académicos da Crusca ou com o enviado de Inglaterra, Henrique Newton, junto de quem obteve também “notícias do mundo”. Em tempo de grande agitação europeia, este olhar sobre o mundo era uma preocupação permanente de Manuel Caetano de Sousa. Depois de uma última visita à livraria do Grão-Duque, pela mão de Magliabechi, onde pôde apreciar a qualidade e raridade dos seus livros e manuscritos, seguiu viagem. As visitas a eruditos e a livrarias são permanentes, as conversas e debates sobre livros, e muito particularmente sobre livros de história, são recorrentes.

Mas às letras associavam-se a estética e a arte de viver. Assim, não saiu de Florença sem mais um presente do Grão-Duque, o qual

constava de um grande prato, no meio do qual vinha uma porcelana cheia de ovos moles, e à roda desta várias castas de doces de ovos seccos feitos á Portuguesa, e mais quatro caixas, e dous cofres com suas gavetas cheios de preciosísimos remedios, preparados na sua Real Botica.¹²

A troca passava por todas as facetas da cultura, desde a gastronomia aos preparados medicinais, das reflexões políticas às considerações históricas.

Depois de Florença, novo pólo cultural – Roma. Destacado por Tomás Caetano de Bem e confirmado pelo historiador Giuseppe Ricuperati, para quem, retomando Muratori, os grandes centros e instituições culturais da época se encontram em Florença, Roma, Nápoles e Veneza: “Quando Muratori concepi i *Primi disegni*, costruì implicitamente una geografia intellettuale dell’Italia che considerava Roma, Napoli, Firenze, Venezia, Milano e le piccole città del Centro, come Modena e Parma”¹³. Manuel Caetano de Sousa percorreu todos estes pólos culturais, visitando o próprio Muratori, que de imediato retribuiu, visitando também o viajante português nas suas instalações. Mais visitas trocaram para longas, eruditas e informadas conversas, acompanhadas de ofertas de livros.

As representações das culturas portuguesa e italiana entrecruzam-se, duplicam-se, multiplicam-se e permanecem. Assim, Tomás Caetano de Bem confirma e enfatiza, já no fim do século: “Em 15 de Março partio para Modena... no seguinte dia de tarde foi ao Palacio do Duque, cuja Livraria lhe mostrou seu Bibliothecario o célebre Luiz Antonio Muratori, bem conhecido no mundo por seus escritos”¹⁴. E segue-se o relato das ofertas de livros de Muratori e dos diversos encontros entre ambos.

¹² T. C. de Bem, *Memorias historicas chronologicas*, T. I, p. 341.

¹³ G. Ricuperati, *Frontiere e limiti della ragione*, pp. 7 e 11.

¹⁴ T. C. de Bem, *Memorias historicas chronologicas*, T. I, pp. 417-418.

Diz-nos o historiador Giuseppe Ricuperati que naqueles *Primi disegni* de Muratori

Mancava ogni riferimento a Torino, che proprio nei primi decenni del Settecento avrebbe realizzato con più intensità, all'interno del programa di modernizzazione coordinato da Vittorio Amadeo II, quella parte delle riforme intellettuali muratoriane riguardanti non solo le università, ma anche le scuole secondarie.¹⁵

Era ainda cedo para Manuel Caetano de Sousa observar as reformas de Vittorio Amadeo II¹⁶. Mas Caetano de Sousa não deixava de ter também grande interesse e curiosidade pela cidade de Turim, um dos pontos altos da visita, embora por diferentes motivos, que adiante analisaremos.

Quanto a Roma, nela foi o Padre Sousa recebido pelo embaixador português André de Mello e Castro, seu particular amigo, que, já depois do regresso a Lisboa, em frequentes cartas, continuará a informá-lo não só do que se passa em Itália, mas também das notícias que a Roma chegam de todo o mundo.¹⁷

Instalado na Casa da sua ordem, aí recebe um corropio de visitas, tanto de romanos como de portugueses. O próprio Padre visitou, mais uma vez, bibliotecas e seus bibliotecários, recebeu livros e estampas de presente. Correspondendo o modo de circulação dos livros ao modo de circulação das pessoas no tecido social, contactos e influências ultrapassavam assim as fronteiras de países ou cidades. Visitou Gabinetes e Museus, tipografias, lojas de mercadores de livros, encontrando nelas outros eruditos com quem veio a contrair amizade. Mas assistiu também a representações teatrais, comédias e tragédias “notavelmente representadas” e Óperas. Participou nos divertimentos de Carnaval mas, “entre as visitas dos amigos, e das Livrarias, em que ordinariamente empregava o tempo”¹⁸, fez também a peregrinação das igrejas, relíquias e lugares santos. Não deixou de contactar também, naturalmente, com cardeais e outras figuras da mais alta hierarquia da Igreja.

Conheceu a Roma do Papa e dos cardeais (com o seu cerimonial). Conheceu também os Palácios, onde privilegiou a visita às livrarias, no seu conteúdo e na decoração dos seus interiores e dos seus adereços, antiguidades e preciosidades.

¹⁵ G. Ricuperati, *Frontiere e limiti della ragione*, p. 11.

¹⁶ Outros viajantes portugueses, um pouco posteriores, não deixarão de tomar boa nota destas reformas efectuadas em Turim. Ver I. F. da Mota, “Da viagem à Itália à prática institucional e política: entre Turim e Lisboa.”

¹⁷ Ver I. F. da Mota, “Erudição e vida privada nos inícios do século XVIII. Um estudo de caso”.

¹⁸ T. C. de Bem, *Memorias historicas chronologicas*, T. I, p. 350.

Vai observando o que há sobre História de Portugal, medalhas e moedas antigas. Visita jardins e gabinetes de história natural, admira os seus fósseis e outras curiosidades. Acumula assim uma enorme quantidade de informação e um capital de experiência que lhe vai ser muito útil, depois do regresso a Lisboa, na sua vivência pessoal e na sua acção institucional e política, nomeadamente junto do rei D. João V. Capital a que vai recorrer bastas vezes nas suas actividades eruditas. Particularmente disponível está o fundo de livros que trouxe de Itália, oferecidos e comprados, presentes na livraria da sua cela, que usa ele próprio e que são recurso também para os amigos e discípulos.¹⁹

Observou igualmente em Roma, em casa de José Campana, célebre “maquinista”, microscópios e telescópios de diversas manufacturas, muitos outros instrumentos e várias obras na área da óptica. Informou-se das novas observações astronómicas conseguidas com novos e potentes “óculos”, tudo isto relata orgulhosamente Tomás Caetano de Bem, publicando para um público mais alargado a informação contida no diário do viajante, seleccionada e enfatizada ao modo do final do século XVIII. Diz que com Monsenhor Bianchini, de quem recebeu como presente o seu livro *Solutio Problematis Paschalis*, o viajante observou a Lua com um “óculo de setenta palmos”²⁰. Não admira, pois, que venha a ter na sua cela em Lisboa também alguns desses instrumentos. O trato com os sábios e doutos mais reputados foi permanente. Deste modo assistiu, como convidado, na *Sapientia* a um doutoramento; no Colégio Romano, a umas Conclusões de matemática, tendo ainda participado como arguente em muitas “Conclusões” públicas. Autores há que lhe pedem que faça traduzir para português as suas obras.

Depois de uma deslocação a Nápoles, voltando a Roma, frequentou durante a sua estadia a Academia dos Arcades ou Arcádia. Em 1 de Outubro de 1711

se celebrou em aquelle anno a ultima Academia dos Arcades, que depois se transferiu a uma nova casa, que no sítio comprado por ordem d’El Rei de Portugal D. João V e com a despeza do mesmo Monarca nelle se fabricou para as Sessões, da mesma tão célebre Academia [...].²¹

A esta sessão assistiu Dom Manuel de Sousa, que foi nomeado sócio da Arcádia de Roma com o nome de Telamo Anomio. Ao deixar Roma e despedindo-se dos seus amigos, diz o seu biógrafo que se despedia “de toda Roma Nobre,

¹⁹ Ver I. F. da Mota, “Erudição e vida privada nos inícios do século XVIII. Um estudo de caso”.

²⁰ T. C. de Bem, *Memorias historicas chronologicas*, T. I, p. 370.

²¹ *Ibidem*, p. 400.

Purpurada, Sabia, e Política”²². Na despedida do Papa, este lhe confirmou para sempre a licença, que já tinha do Santo Ofício, para ler livros proibidos – liberdade preciosa para um homem de letras.

Tentou trazer consigo estampas de cidades, mas não encontrou coisa que lhe agradasse, comentando que em Roma só se deve procurar a mesma Roma, para as estampas vai-se a Paris ou à Flandres. Tal como todos os que percorriam a Itália, não deixou D. Manuel de ir também a Nápoles, avisando Tomás Caetano de Bem o leitor que não despreverá Nápoles como o Padre Sousa o fez em suas memórias, até porque o leitor poderá informar-se na obra de Carlos Celano, de 1692, *Notitie del bello, del antico, e del curioso della Città di Napoli*, ou no *Guida de' Forastieri*, impresso em Nápoles em 1697.

Admirando as numerosas “maravilhas da Arte”, também em Nápoles assistiu a “Conclusões” nos Conventos onde diz que, com o mesmo calor de Espanha, foram bem defendidas e fortemente impugnadas. Chegou mesmo a ser convidado, também em Nápoles, para arguir conclusões de Filosofia, o que aceitou.

Admirou muito as ruínas romanas, tanto como os manuscritos raros e antigos, de tudo tirando nota. Viu ainda os *Museus* plenos de antiguidades e curiosidades, e visitou, como não podia deixar de ser, os mais doutos, como José Valleta, “eruditíssimo” e colecionador de livros antigos tocantes à erudição e à política. Conferenciou com o famoso João Francisco Gemelli Careri, autor da obra *Giro del Mondo* – que esteve em Portugal e em Goa –, além de outros autores. Também, como sempre, foi a casa dos livreiros, procurar e comprar novidades.

Passou ainda por Veneza, onde tomou boa conta da organização política da República, e visitou o seu Arsenal. Travou também conhecimento com Bernardo Travisano, que lhe gabou muito os escritores portugueses, principalmente Luís de Camões, e com o cosmógrafo Vicente Coronelli. De novo encontrou Scipião Maffei, com quem tinha feito amizade em Roma. Em todo o percurso vai recebendo e escrevendo cartas, para dentro e fora de Itália, percurso feito de encontros e reencontros. Pádua e Mântua, com importantes contactos com Bento Bachini, também fazem parte do seu roteiro, tal como Milão, mas novo destaque é dado, arriscamo-nos a dizer por razões políticas, à cidade de Turim.

O que prima em Turim é o urbanismo e a arquitectura civil, o deslumbramento perante a regularidade de formas do “Turim Novo”, os interiores “galantíssimos” do Palácio e o “vastíssimo” e “formosíssimo” jardim. E, sempre que presentes, realçados os vestígios dos estragos feitos pelos franceses, na cidadela ou nos jardins, realce acompanhado de um claro alinhamento – em tempo de guerra da sucessão de Espanha – pelos piemonteses e contra os franceses,

²² *Ibidem*, p. 405.

franceses que, com glória para os do Piemonte, “foram obrigados a deixar Turim” em Setembro de 1706. Nas palavras de Tomás Caetano de Bem, “partiu para Turim [e] chegando a Vercelli lhe causou compaixão o estrago, que as armas Francezas tinham feito nesta Cidade”²³; ou, na transcrição de Caetano do Avelar, “faz compaixão o ver esta cidade toda desmantelada pelos Franceses”.

Em Julho de 1712 chegou Manuel Caetano de Sousa a Turim. Caetano do Avelar escreve (transcrevendo certamente Manuel Caetano de Sousa), a respeito do Duque de Sabóia, então reinante, “que he Principe admiravel no zelo da justiça”, e sobre esta cidade, ou Turim o Novo, diz o Padre Sousa, nas palavras de Caetano de Bem, “que he o modêlo da Policia, porque as suas ruas todas são muito largas, e formosas, e cheias de Palacios todos uniformes”. Se não tivéssemos algum receio da palavra, por demasiado anacrónica, diríamos que, a propósito de Turim, ao lado do interesse político de Dom Manuel, existe um traço de ‘turismo urbano’, vivendo a cidade nas suas ruas e nas suas praças, na sua arquitectura e nos seus ambientes, admirando e incorporando novos significados em novos espaços.

Como se sabe, Manuel da Maia, engenheiro militar e responsável “pela metodologia seguida na reconstrução de Lisboa posterior ao Terramoto de 1755”, conhece as soluções urbanísticas de Turim, tal como as de Londres²⁴. Os nossos viajantes, logo em 1712, admiraram Turim Novo, sem dúvida um dos momentos felizes da sua viagem, onde Manuel Caetano de Sousa pôde, mais uma vez, integrar, numa mesma experiência, religião, política e cultura. Na verdade, a viagem de D. Manuel traça, na Itália, uma geografia dos afectos, tanto como uma geografia ‘intelectual’. Relembremos uma expressão de Peter Burke, embora aplicada a uma outra época: “A Itália que os não-italianos imitavam era de certo modo uma invenção deles, moldada pelas suas necessidades e desejos”.²⁵

A representação da cidade de Turim chegou portanto a Lisboa muito antes do terramoto e do estudo urbanístico de Manuel da Maia. As viagens e a sua narrativa, para além de se integrarem no campo das relações interculturais, constituem-se ainda como “espaço fértil na construção, perpetuação ou redescrção de representações” porque elas próprias convocam uma presença intensa de imagens.²⁶

²³ *Ibidem*, p. 436

²⁴ J. F. Pereira, P. Pereira (eds.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, pp. 277 e ss.; J. A. França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, pp. 84 e 89-90.

²⁵ P. Burke, *O Renascimento*, p. 65.

²⁶ M. de F. Outeirinho, “Albert T'Serstevens, Olivier Rollin e Max Alhau em Portugal: aproximações a um país”, p. 221.

“De tarde sahimos com o Padre Richelmi, e fomos dar um passeio por Turim Novo”²⁷: ruas largas e formosas, a praça de São Carlos, as vistas para a cidade, a cidadela. Visitaram o jardim do Príncipe de Carinhano mas também a Academia, com a sua arquitectura belíssima, onde são recebidos “cavalheiros moços” de todas as partes da Europa para aprender as artes “cavalheirescas”, ou seja, as artes mundanas e os exercícios nobres. Visitaram o palácio de Madame Real, Maria Joana Baptista de Sabóia-Nemours (Paris, 1644-Turim, 1724), irmã da rainha de Portugal, Maria Francisca Isabel de Sabóia-Nemours (Paris, 1646-Lisboa, 1683)²⁸. Apreciaram os seus ricos interiores, os tectos, os pavimentos, os adornos, os costumes da corte. A Capela do Santo Sudário é naturalmente visita obrigatória, visto que a experiência religiosa é tida como particularmente importante na viagem à Itália.

A audiência com Madame Real durou mais de uma hora, passeando juntos e “fallando em coisas de Portugal; e quando falou em sua irmã, a nossa Rainha D. Maria Francisca Isabel, se lhe humedecêrão os olhos”. Visitou o Colégio dos Nobres, construção ainda por acabar, e o palácio do Duque. Viu com particular agrado a galeria onde estavam os brinquedos de guerra com que os príncipes devem brincar, “industriosa politica para se não criarem Principes timidos, frouxos e efeminados”²⁹. Ao visitar a Cidade de Turim e ao falar com o seu governador, recordou o valor com que ela foi defendida dos franceses poucos anos antes. Franceses que em 7 de Setembro de 1706 se viram obrigados a abandonar o cerco posto a Turim, não deixando o viajante, ao recordá-lo, de fortalecer alianças e alinhamentos políticos. Convocado por Madame Real para uma segunda visita de despedida, onde mais uma vez tiveram uma longa conversa de hora e meia, por ela lhe foi oferecido um livro sobre a Rainha sua irmã. Maria Joana de Sabóia-Nemours enviou um “largo recado, cheio todo de grande estimação”, para o Duque de Cadaval e “disse muito do amor que tinha aos Portuguezes”. Serviu-se chocolate, para mais amável conversação e comunhão.³⁰

Depois dos costumados presentes, oferecidos pelos companheiros da sua Ordem, saiu de Turim, continuando viagem rumo a Lisboa, via Génova e Barcelona. De Génova, em 16 de Julho de 1712, envia o Padre Sousa ao seu

²⁷ BNP, Cod. 541, p. 427.

²⁸ Sobre as relações entre Portugal e Sabóia ver M. A. Lopes, B. A. Raviola (eds.), *Portugal e o Piemonte: a casa real portuguesa e os Sabóias. Nove séculos de relações dinásticas e destinos políticos (XII-XX)*.

²⁹ T. C. de Bem, *Memorias historicas chronologicas*, T. I, p. 438. Esta consideração não está presente no texto de Avelar, mas pelo que conhecemos de Manuel Caetano de Sousa é muito provável que constasse do texto original.

³⁰ Ver, para as anteriores relações entre Madame Real e Portugal, M. A. Lopes, B. A. Raviola, *Portugal e o Piemonte: a casa real portuguesa e os Sabóias*.

grande amigo, conde de Assumar, embaixador em Barcelona junto a Carlos III, uma carta³¹, missiva onde faz um balanço da viagem: “Aqui me acho tendo concluída a minha peregrinação de Itália”. Apelida a Itália de “Jardim do Mundo”, invocando a imagem clássica (tão em moda) do jardim como lugar ameno de sociabilidade e passeio erudito e recreativo. E informa o seu amigo, em traços largos, das rotas e tempos de estadia nas principais cidades. Florença viu por duas vezes, uma em quarenta dias, outra em mais de sessenta; em Nápoles esteve cinco meses, em Roma, de uma vez mais de nove, em outra mais de sete; esteve ainda em Sena, Assis, Montefalco, Perúgia, Bolonha, Módena, Vicência e Verona, Mântua, Parma e Milão e duas vezes em Pádua. Sempre informado (com informações enviadas de dentro e de fora da Itália), queixa-se da falta de notícias de Portugal e de Roma, por não ter recebido cartas dos seus amigos, e conta que são vários os discursos que na Itália correm sobre as “Pazes” da guerra da sucessão de Espanha. Lembre-se que nesta guerra Portugal e a Sabóia estavam do mesmo lado, em aliança com a Inglaterra, a Áustria e a Holanda. Comenta com o seu amigo que Portugal sabe tão pouco fazer valer os seus interesses que foi necessário todo o crédito que obteve para não duvidarem dos feitos dos portugueses na guerra, nomeadamente a ocupação de Madrid por um general português que governava em chefe o exército. E remata:

Em Portugal não querem crer que se os nossos pinceis nos não retratarem havemos de aparescer mui desfigurados pellos estrangeiros. Eles vão preocupando o Mundo com as histórias escritas a seu modo, e quando sahirem as nossas (se sahirem) serão tidas por fábulas.³²

Encurta a carta porque de Génova, diz, vai escrever também “para toda a Itália”. Esta consciência da falta de informação que no estrangeiro se tem de Portugal e da sua história, adquirida em Itália, vai perdurar no regresso a Lisboa. Frequentando há muito as academias da capital e a corte, muitas vezes conselheiro político de D. João V, e estando o rei consciente de “a pouca noticia que o mundo tem das Historias de Portugal”, entre ambos nasceu o projecto da Academia Real da História Portuguesa, instituída oficialmente em 8 de Dezembro de 1720.³³

³¹ BNP, Cod. 8546, fls. 51 e 52.

³² BNP, Cod. 8546, f. 52.

³³ I. F. da Mota, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, pp. 29-44.

Na Academia, Manuel Caetano de Sousa está no centro de uma rede de letrados com enorme experiência cosmopolita e influência política. Entre outros vários cargos que exerce, é membro do Conselho de Estado. Da Academia Real sairão obras magníficas enviadas para toda a Europa, nomeadamente Itália, numa demonstração da interacção das imagens e das influências. Os viajantes, ao narrarem o movimento (seja a narrativa oral ou escrita), vão representando os espaços, tornando-os actuaentes através da sua representação.

A viagem de Manuel Caetano de Sousa, sem descurar as relíquias e o sagrado, é a viagem erudita por excelência, culta e elegante. Desta viagem a Itália obteve a máxima inserção numa República das Letras, não apenas italiana mas europeia, e, de olhar aberto à experiência do novo e do diferente, encarou a viagem como uma arte e um método de conhecimento³⁴. Assim, de regresso a Portugal, passando ainda por Barcelona e aí visitando o seu grande amigo Conde de Assumar, D. João de Almeida, embaixador junto de Carlos III, aproveitou mais uma vez para inspecionar livrarias e contrair amizade com a maior parte dos eruditos da cidade.

De novo instalado em Lisboa, na casa da sua ordem dos Clérigos Regulares de S. Caetano, a Casa da Divina Providência, reúne no seu aposento ou cubículo os objectos e memórias trazidos de Itália³⁵. Entre os sete mil volumes (não contando com os numerosos manuscritos) que constituíam a sua livraria, muitos tinham vindo de Itália, embora não somente, “pois de todas as partes do Mundo mandava trazer os melhores e mais raros exemplares”³⁶. Na sua copiosa e diversificada correspondência com inúmeros eruditos, particularmente com D. Francisco de Almeida, de muitas das informações bibliográficas refere o Padre Sousa que as trouxe de Itália³⁷. Mas também ele próprio se serviu, nomeadamente em trabalhos e conversações na Academia Real da História, das suas memórias italianas – “estando em Roma nos anos de 1710 e 1711 procurei averiguar”³⁸ –, referindo-se frequentemente às investigações

³⁴ Nem sempre se verifica esta abertura, os viajantes na Itália frequentemente reproduziram imagens estereotipadas. Embora a bibliografia sobre o tema seja extensa, referimos apenas F. Waquet, *Le modèle français et l'Italie savante* e J. Black, *Italy and the Grand Tour*.

³⁵ Ver I. F. da Mota, “Erudição e vida privada nos inícios do século XVIII. Um estudo de caso”.

³⁶ F. J. da Gama, *Oração Fúnebre na morte do illustrissimo senhor D. Manoel Caetano de Sousa...*, p. 52.

³⁷ Ver I. F. da Mota, “Erudição e vida privada nos inícios do século XVIII. Um estudo de caso”.

³⁸ M. C. de Sousa, *Catalogo Historico dos Summos Pontifices, Cardeais, Arcebispos e Bispos Portuguezes, que tiveram Dioceses, ou Titulos de Igrejas fóra de Portugal, e suas Conquistas, com a noticia Topografica das Cidades...*

que concretizou em Roma, corrigindo autores, verificando fontes *in loco*. Na *Biblioteca Sousa*³⁹, catálogo das obras escritas por Caetano de Sousa, composto pelo Conde da Ericeira para ser recitado nas conferências da Academia e posteriormente impresso, inúmeras são as referências ao que adquiriu ou aos documentos que copiou em Itália, em prol da sua Ordem Teatina. Não só os amigos distantes, mas também os amigos mais próximos, os teatinos residentes na Casa, puderam aproveitar da livraria de Manuel Caetano de Sousa e do seu saber cosmopolita. O empréstimo de livros fazia parte da sociabilidade *savante*, mais ainda neste ‘convento de estudos’ que é a Casa teatina. Já antes tinha posto, de uma só vez, dois mil volumes na biblioteca comum da Casa, mas “antes de falecer desejou muito mandar pôr na Livraria commã da Casa todos os livros, que para o seu estudo, e uso tinha no seu aposento”⁴⁰. Os livros, tal como a correspondência, servindo de poderosos meios de ligação e sociabilidade, tanto a sociabilidade internacional como a sociabilidade urbana e lisboeta ou ainda a sociabilidade interior ao convento. Viagens, livros e relações epistolares cruzavam uma República das Letras, tanto ideal como real, levando à transferência de princípios, valores, comportamentos, formas de pensar e de agir, modos e métodos de trabalho.⁴¹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MANUSCRITOS

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

COD. 541, *Viagem de Itália e Espanha feita pelo P. D. Manuel Caetano de Souza, clérigo regular, e recopilada pelo Irmão Jose Caetano do Avelar que foy seu companheyro nella*

COD. 618, *O Peregrino Instruído. Devem aquelles que por meio das viagens querem conhecer utilmente o Mundo, informarse em cada lugar do estado natural, Ecclesiástico, Político, e Militar delle*

COD. 8546, *Cartas do P.º D. Manoel Caetano de Souza, clérigo Regular da ordem de S. Caetano, para o Conde de Assumar Embaixador extraordinário de Portugal a Carlos 3.º; que Principião em Maio de 1706, até 16 de Julho de 1712*

³⁹ F. Xavier de Meneses (Conde da Ericeira), “Bibliotheca Sousa, ou Catalogo das Obras, que compoz o Reverendissimo Padre D. Manoel Caetano de Sousa”.

⁴⁰ Cf. F. J. da Gama, *Oração Funebre* e T. C. de Bem, *Memorias historicas chronologicas*, T. I, p. 461.

⁴¹ Cf. I. F. da Mota, “Sociabilidade e comunicação na República das Letras: um Estado sem fronteiras?”

IMPRESSOS

- BEM, Tomás Caetano de, *Memorias historicas chronologicas da sagrada religião, dos clérigos regulares em Portugal* [...], T. I., Lisboa, Regia Officina Typografica, 1792-1794
- BERTRAND, Gilles, “Le voyage en Italie au XVIII^e siècle: problématiques et perspectives”, in *Le voyage à l'époque moderne*, Association des Historiens Modernistes des Universités, Paris, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2004, pp. 27-45
- BLACK, Jeremy, *Italy and the Grand Tour*, New Haven – London, Yale University Press, 2003
- BUESCU, Ana Isabel, “O Peregrino Instruído. Em torno de um projecto de viagem setecentista”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, FCSH-UNL, 1988, 2, pp. 27-58
- BURKE, Peter, *O Renascimento*, Lisboa, Ed. Texto & Grafia, 2014 (1.^a ed.: 2008)
- FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Bertrand, Lisboa, 1977 (1.^a ed.: 1965)
- GAMA, Filipe José da, *Oração Funebre na morte do illustrissimo senhor D. Manoel Caetano de Sousa* [...], Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736
- LOPES, Maria Antónia; RAVIOLA, Alice Blythe (eds.), *Portugal e o Piemonte: a casa real portuguesa e os Sabóias. Nove séculos de relações dinásticas e destinos políticos (XII-XX)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012
- MENEZES, FRANCISCO Xavier de (Conde da Ericeira), “Bibliotheca Sousana, ou Catalogo das Obras, que compoz o Reverendissimo Padre D. Manoel Caetano de Sousa [...] Ilustrado por ordem de sua Magestade com observações Academicas, e Filologicas, recitadas nas Conferencias da mesma Academia pelo Conde da Ericeira”, in *Collecçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa Occidental, Joseph Antonio da Sylva, 1736
- MOTA, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, Coimbra, Edições Minerva, 2003
- MOTA, Isabel Ferreira da, “Sociabilidade e comunicação na República das Letras: um Estado sem fronteiras?”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, FLUC, 2005, vol. 26, pp. 585-597
- MOTA, Isabel Ferreira da, “Erudição e vida privada nos inícios do século XVIII. Um estudo de caso”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, IUC, 2016, t. XLVII, pp. 257-267

- MOTA, Isabel Ferreira da, “Da viagem à Itália à prática institucional e política: entre Turim e Lisboa”, in Isabel Ferreira da Mota, Carla Enrica Spantigati (Coord.), *Tanto ella assume novitate al fianco: Lisboa, Turim e o intercâmbio cultural do Século das Luzes à Europa Pós-Napoleónica*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, pp. 103-141
- OUTEIRINHO, Maria de Fátima, “Albert T’Serstevens, Olivier Rollin e Max Alhau em Portugal: aproximações a um país”, *CEM cultura, espaço e memória*, CITCEM - FLUP/UM, Afrontamento, 2010, n.º 1, pp. 221-228
- PEREIRA, José Fernandes, PEREIRA, Paulo (eds.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989
- RICUPERATI, Giuseppe, *Frontiere e limiti della ragione. Dalla crisi della coscienza europea all’ Illuminismo*, Milano, Utet, 2006
- SOUSA, Manuel Caetano de, “Catalogo Historico dos Summos Pontifices, Cardeais, Arcebispos e Bispos Portuguezes, que tiveram Dioceses, ou Titulos de Igrejas fóra de Portugal, e suas Conquistas, com a noticia Topografica das Cidades [...]”, *Collecçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1725
- STAGL, Justin, *A History of Curiosity: The theory of travel 1550-1800*, Chur – Switzerland, Harwood Academic Publishers, 1995
- WAQUET, Françoise, *Le modèle français et l’Italie savante. Conscience de soi et perception de l’autre dans la République des Lettres (1660-1750)*, Rome, École française de Rome, 1989

Livros, gravuras e emblemas entre a Europa e as Américas. Notas sobre a cultura visual barroca no Espaço Atlântico

Luís de Moura Sobral

Universidade de Montréal

*Car en fait d'Arts elles [les estampes] sont les lumières du
Discours et les véritables moyens par où les Auteurs se communiquent.*

Roger de Piles, *De l'utilité des Estampes*, 1699

Ao fechar do século XVII, Roger de Piles (1635-1709) publicou em Paris um breve tratado sobre a utilidade das estampas, que incluiu no seu *Abrégé de la vie des peintres*. Este texto é importante por diversas razões. Primeiro, porque pintor, gravador e principalmente teórico da pintura, Roger de Piles considerava com olhar de profissional particularmente avisado trezentos anos de produção de estampas, sem dúvida o período de maior significado na história desta forma artística. Segundo, pela posição que Piles ocupava no meio artístico parisiense e em particular na Academia Real de Pintura e de Escultura, da qual, em 1699, no próprio ano da publicação, havia sido nomeado Conselheiro Honorário. Terceiro, enfim, pela importância que a capital francesa assumia na geografia cultural do Ocidente, tanto no que diz respeito à produção de livros como de estampas, os aspectos que neste momento nos interessam. As estampas, afirma o autor,

alcançaram no nosso tempo tal grau de perfeição, tantos artistas de qualidade nos legaram tão grande quantidade de gravuras sobre toda a espécie de assuntos, que elas formam um repositório de tudo o que existe de mais belo e de mais curioso no mundo.¹

¹ R. Piles, *Abregé de la Vie des Peintres*, p. 74.

Associadas à “infinidade de volumes que tratam das Ciências e das Artes”, elas constituem um poderoso instrumento pedagógico e de comunicação, tanto mais que, continua Piles apelando para Horácio, “o que entra pelos ouvidos percorre um caminho bem mais longo e impressiona menos do que o que entra pelos olhos, testemunhas mais seguras e mais fiéis.”² Piles esboça ainda uma rápida história da gravura a buril, e só muito de passagem menciona a xilografia, a gravura em camafeu, cuja invenção atribui a Ugo da Carpi, e a água-forte. A propósito das gravuras de reprodução ou de interpretação, afirma liminarmente que foram as estampas de Marcantonio Raimondi que “levaram o nome de Rafael a todas as partes da Terra”:

Em épocas mais recentes, na Alemanha, em Itália, na França e nos Países-Baixos, numerosos gravadores em tudo respeitáveis executaram a buril e a água-forte uma infinidade de temas de todos os géneros, Histórias, Fábulas, Emblemas, Divisas, Medalhas, Animais, Paisagens, Flores, Frutos e, de maneira geral, todos os produtos da Arte e da Natureza. Não existe uma única pessoa, qualquer que seja o seu estado ou profissão, que delas não possa retirar grande utilidade: os teólogos, os religiosos, os devotos, os filósofos, os militares, os viajantes, os geógrafos, os pintores, os escultores, os arquitectos, os gravadores, os amadores de belas artes, os curiosos da História e da Antiguidade, e por fim todos os que não tendo uma profissão particular mas que, pessoas de qualidade, pretendam adornar o espírito com os conhecimentos que os possam tornar ainda mais estimáveis.³

Em particular, “os Pintores podem retirar consideráveis vantagens dos que os precederam”, e nas estampas eles encontrarão “tudo o que os pode fortalecer nas partes da sua arte, os edifícios antigos [...], a correcção do desenho, a grandeza da maneira, a selecção dos tipos das cabeças, as paixões da alma e as poses [...]”.⁴

Roger de Piles afirma logo na primeira página do seu texto que a invenção da gravura é “uma das mais felizes produções dos últimos séculos”, produção (ou invenção) que rapidamente se associou ao livro impresso.⁵

É claro que a Época Moderna bem antes de Piles tinha plena consciência da importância e do extraordinário poder de comunicação das duas invenções, a tipografia e a gravura em metal. Ora o teórico francês não podia deixar de

² R. Piles, *Abregé de la Vie des Peintres*, p. 84.

³ R. Piles, *Abregé de la Vie des Peintres*, p. 77.

⁴ R. Piles, *Abregé de la Vie des Peintres*, pp. 79-80.

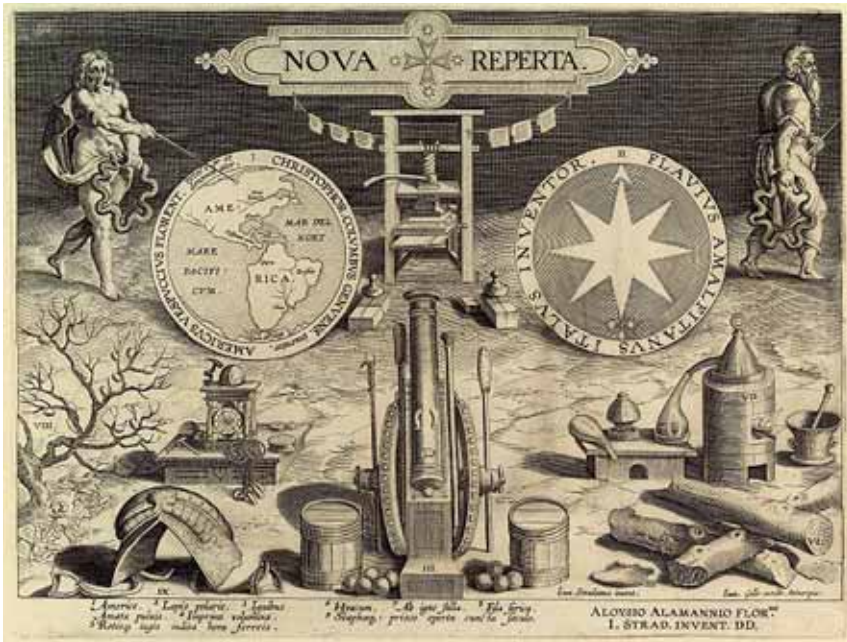
⁵ R. Piles, *Abregé de la Vie des Peintres*, p. 74.

conhecer *Nova Reperta*, publicado por Philips Galle em Antuérpia entre 1599 e 1603. A obra *Nova Reperta* é constituída por dezanove buris (para além do frontispício) abertos por Theodore Galle e Jan Collaert a partir dos desenhos de Stradanus (Jan van der Straet ou Giovanni Stradano, 1523-1605), o pintor flamengo que trabalhou na corte dos Medici em Florença. As estampas representam e celebram as “Novas Descobertas dos Tempos Modernos”, título com que a série é por vezes mencionada.

Assim, entre descobertas geográficas (o descobrimento da América é a primeira gravura), astronómicas, matemáticas, mecânicas e técnicas, figura-se a *Imprensa (Impressio librorum*, quarta estampa da colectânea) e a *Gravura em Cobre (Sculptura In Aes*, última estampa). Em ambas se vêem equipas de operários e aprendizes no exercício dos seus ofícios: a composição do texto com os caracteres tipográficos, a utilização do prelo de torniquete, a leitura ou correcção das provas, na primeira estampa; o abrir da chapa de cobre, o aquecimento desta e a aplicação das tintas, a utilização dum prelo de cilindro exigido pela técnica do talho-doce e a secagem das folhas já impressas.

A importância da tipografia é evidenciada logo no frontispício da obra pela colocação de um prelo no eixo central da composição (fig. 1). Note-se que no frontispício só aparecem, à maneira de sumário, as nove primeiras descobertas, o que deve corresponder a uma primeira fase do projecto (as dez outras gravuras teriam sido abertas posteriormente). Por baixo do prelo, ao centro do frontispício, encontra-se um canhão flanqueado por barricadas de pólvora e por balas. A pólvora é de facto uma das “invenções” celebradas em *Nova Reperta (PULVIS PYRIUS*, prancha número 3). A associação destes dois elementos – prelo e canhão – não deixa de ser significativa. Em tempos de guerras de religião, e muito particularmente nos Países Baixos dos inícios do século XVII, livros, gravuras e canhões eram armas esgrimidas com idêntica convicção por todos os beligerantes nos diferentes campos de batalha. Para além disso, sem armas e sem livros não teria sido possível conquistar o Novo Mundo, militar e culturalmente, Novo Mundo figurado aliás no mapa circular à esquerda, para onde aponta o braço do prelo...⁶

⁶ Jean-Claude Margolin vê nestes dois elementos o “par antitético da guerra e da paz” (J. C. Margolin, “À Propos de la *Nova Reperta* de Stradan”, p. 26).



1. Hans Collaert o Moço por desenho de Jan van der Straet (Stradanus), frontispício de *Nova Reperta* (Antuérpia, 1599-1603), gravura a buril, placa: 20,3 x 26,4 cm.

Utilizando ferramentas saídas do mesmo universo tecnológico – prelos, matrizes, papel, tintas –, e publicados a um século de distância um do outro, *Nova Reperta* e o tratado de Piles ilustram e delimitam o território hermenêutico em que se inserem as notas que se seguem.

Obviamente, à história da arte ou da cultura visual interessa muito particularmente a imagem reproduzida pela gravura. Surgida nos começos do século XV e rapidamente associada ao livro impresso, a estampa, nas suas diversas declinações técnicas, foi durante mais de cinco séculos o principal instrumento de informação visual no Ocidente. Obras de arte por direito próprio, utilizadas para ilustrar, complementar ou sintetizar conhecimentos nas mais diversas áreas do saber, as gravuras desempenharam um papel de primeira importância na constituição da cultura visual – ou das culturas visuais – da época moderna. No que diz respeito ao vasto mundo atlântico, elas tiveram um papel determinante.

Vejamos pois a partir de obras conservadas principalmente em Portugal continental, nos Açores, no Brasil, alguns modos de interação entre estas diferentes modalidades artísticas.

PINTURAS E TEXTOS

Começemos pelos livros e consideremos mais especificamente a visualidade dos textos impressos, a sua materialidade plástica. A integração de textos em obras de arte (sem falar da questão das assinaturas) foi desde sempre prática corrente na história da arte ocidental, servindo para identificar motivos ou temas ou para sublinhar tal ou tal aspecto particular de determinada representação.

O monumental tecto da nave de S. Francisco de Assis em Ouro Preto, em Minas Gerais, no Brasil, por exemplo, pintado por Manuel da Costa Athaide (1762-1830) já nos começos do século XIX, utiliza um certo número de tarjas com inscrições. Quatro delas identificam os Doutores da Igreja Latina representados nos cantos, enquanto três outras, no eixo central da composição, por cima e por baixo da figura de Nossa Senhora da Assunção, contêm extractos dos Offícios de Nossa Senhora. Na tarja com os versículos da antífona *Assumpta est Maria in coelum*, o pintor seguiu naturalmente um modelo tipográfico mais ou menos coevo (fig. 2). Veja-se a título de exemplo o terceiro parágrafo da coluna



2. Manuel da Costa Athaide, Tarja no tecto da nave, S. Francisco de Assis, Ouro Preto, Minas Gerais, 1801-1812. Foto do autor (Maio de 2011).

da direita da página 407 do *Breviário Romano* publicado em Antuérpia em 1763 (fig. 3). No livro, os quatro versículos da antífona ocupam um espaço de dez por vinte e cinco milímetros e só se distinguem do resto da página pela utilização da capitular A e da palavra *Antiphona* impressa a vermelho. Em Ouro Preto, a inscrição perde o carácter intimista próprio da leitura individual – e do pequeno formato do *Breviário* –, agiganta-se e, inserida numa tarja rococó, constitui-se em motivo plástico de grande impacte visual. Acessoriamente, a tarja funciona como identificador da composição do tecto, mas talvez só acessoriamente, dada a distância a que dela se encontra o espectador.



3. *Breviarii Romani, Ex Decreto sacrosancti Concilii Tridentini restituti*, Antuérpia, Architypographia Plantiniana, 1763, p. 407: 15 de Agosto, na Festa da Assunção da Virgem Santa Maria (página: 123x68 mm). Foto do autor.

TRÊS PINTURAS E TRÊS ESTAMPAS

Naturalmente, foi muito mais frequente a utilização pelos artistas da Época Moderna de imagens gravadas, produzidas em vários centros europeus nos séculos XVI, XVII e XVIII em quantidades astronómicas. Pelas suas especificidades (reprodutibilidade, formato, facilidade de transporte), a gravura, avulsa, inserida em livros ou organizada em séries, teve um papel fundamental na difusão de formas e temas. No mundo de obediência católica e a seguir às reformas tridentinas, foi principalmente por ela que se fixaram e difundiram as novas iconografias, nomeadamente as hagiográficas. Assim se explica a longevidade de certas fórmulas compositivas, utilizadas por vezes um ou dois séculos após a sua criação, pois longo foi o universo cultural que as solicitava. E não há que esquecer que nas artes figurativas das regiões em estudo a função devocional ou evangelizadora era o principal elemento que determinava a encomenda.

Vejamos, para começar, de que maneira três pinturas portuguesas dos séculos XVII e XVIII utilizaram e modificaram as composições que lhes serviram de modelo.



4. José de Avelar Rebelo, *São Jerónimo, Doutor da Igreja*, óleo sobre tela, 250 x 180 cm, 1640-1645. Mosteiro de Santa Maria de Belém, Lisboa. Foto do autor (Janeiro de 2017).

Pelos anos 1640-1645, os jerónimos de Belém, em Lisboa, encomendaram ao pintor José de Avelar Rebelo (act. 1637-1657) um *São Jerónimo* destinado à livraria do mosteiro. Obviamente não convinha a este espaço o S. Jerónimo sofredor do século XVII, o penitente que castiga o peito com uma pedra, de que existem aliás exemplos no próprio cenóbio. Para uma livraria, o tema adequado era o Santo Doutor da Igreja, a figura do sábio tradutor da *Vulgata*, o intelectual venerado pelos humanistas cristãos. O modelo escolhido foi portanto o *S. Jerónimo no seu Gabinete de Trabalho*, de Dürer, uma das obras-primas da gravura a buril do século XVI (fig. 5). Datada de 1514, a composição de Dürer logo se

transformou em paradigma da representação do santo *doutor*, qualidade que ela conservava, por conseguinte, mais de um século após a sua execução.

Para além disso importava acentuar a relação da pintura com o espaço para onde tinha sido executada. Avelar Rebelo eliminou, pois, quase todos os objectos secundários da composição do mestre alemão, substituindo-os exclusivamente por livros. Estes aparecem arrumados em duas estantes ao fundo e abertos, na mesa de trabalho do santo, no banco à sua direita e no canto esquerdo, virados para os frequentadores da livreria, em improvável equilíbrio.



5. Albrecht Dürer, *S. Jerónimo no seu Gabinete de Trabalho*, gravura a buril, 1514.

Quase um século mais tarde, Policarpo de Oliveira Bernardes (1695-1778) realiza para a igreja de S. Lourenço de Almansil, no Algarve, um monumental ciclo de azulejos dedicado ao santo diácono e mártir. Para a cúpula

da capela-mor reservou-se uma *Apoteose de S. Lourenço* (fig. 6). Devidamente identificado pelos seus atributos, a dalmática e a grelha do martírio, de braços abertos, o santo diácono é transportado aos céus por dois anjos. Ora, se as apoteoses, as glórias ou as subidas aos céus são típicas da estética barroca, tal episódio não parece muito frequente na iconografia de S. Lourenço. Como quer que seja, Policarpo inspirou-se para a obra de Almansil numa célebre composição de Nicolas Poussin (1594-1665), o *Éxtase de S. Paulo* do Louvre (1649-1650), várias vezes reproduzido.⁷



6. Policarpo de Oliveira Bernardes, *Apoteose de S. Lourenço*, 1730, azulejos na cúpula da capela-mor, Almansil, S. Lourenço. Foto do autor (Junho de 2011).

⁷ A. Mérot, *Poussin*, p. 269, n.º 95.

Policarpo de Oliveira Bernardes pode assim ter utilizado a estampa de um dos Hecquet, uma família de gravadores franceses do século XVIII (fig. 7). Se tal aconteceu, o pintor português inverteu a disposição da gravura, aparecendo o santo virado para a direita como no quadro de Poussin. E provavelmente mais por razões de decoro do que por falta de espaço, Policarpo eliminou o anjo da direita, que no quadro e na gravura aparecia por cima de S. Paulo. E, por absoluta necessidade iconográfica, acrescentou, como já se disse, a trempe e vestiu ao santo uma dalmática de diácono, ficando o S. Paulo de Poussin transmutado no orago da igreja algarvia. Executada menos de um século após a invenção de Poussin, a obra de Almansil é praticamente coetânea da estampa dos Hecquet.



7. Hecquet, Jacques (1659-1703) ou Robert (1693-1775) ou Nicholas (1697-1749) por Poussin, *Éxtase de S. Paulo*, gravura a buril, 25,5 x 33,4 cm.

Um pouco mais tarde, Eustache Lesueur (1616-1655) lembrou-se do *Éxtase de S. Paulo* do seu ilustre predecessor (mas mais da versão hoje no Ringling Museum de Sarasota, na Flórida)⁸, quando pintou a vida de S. Bruno para a Cartuxa de Paris (1645-1648, Paris, Louvre). Os vinte e dois quadros do ciclo

⁸ A. Mérot, *Poussin*, p. 269, n.º 94.

foram quase todos reproduzidos por François Chauveau (1613-1576), numa série de águas-fortes publicadas em Paris em 1660, *La vie de St. Bruno, fondateur de l'ordre des Chartreux*. Foi numa delas, a *Apoteose de S. Bruno* (fig. 8)⁹, que se inspiraram os autores da *Apoteose de S. António*, de cerca de 1750, no tecto do ante-coro alto (também referido como Capela de Santo António) da igreja da Madre de Deus em Lisboa (fig. 9). Desta feita, a transformação do santo cartuxo efectuou-se sem grandes problemas, não havendo necessidade de acrescentar ou eliminar atributos, limitando-se o artista a escurecer o hábito do religioso, para o transformar em franciscano. De novo, mais ou menos um século separa o quadro da Madre de Deus da criação de Lesueur.



8. Sébastien Leclerc por Lesueur, *Apoteose de S. Bruno*, gravura a água-forte, 1660.



9. André Gonçalves (1685-1762)?, Vieira Lusitano (1699-1783)?, *Apoteose de S. António*, óleo sobre tela, cerca de 1750, “Capela” de S. António, Convento da Madre de Deus, Lisboa. Foto do autor (Junho de 2011).

⁹ A. Mérot, *Eustache Le Sueur*, p. 213, n.º 56.

PINTURAS E SÉRIES DE ESTAMPAS

Como se disse, as gravuras tiveram um papel essencial no movimento de uniformização e de renovação da iconografia hagiográfica que se levou a cabo na época da Contra-Reforma. Naturalmente, as ordens religiosas encontravam-se entre os primeiros interessados nesse movimento. Desde os finais do século XVI, surgiram assim abundantes séries gravadas sobre os santos fundadores antigos (S. Bento, S. Bernardo, S. Francisco, Santa Clara, S. Domingos) ou modernos (Santo Inácio, Santa Teresa de Ávila).

A Santo Agostinho, por exemplo, um dos quatro Doutores da Igreja Latina, cuja regra seria adoptada por diversas ordens religiosas, dedicou-se uma *Iconografia do Padre Aurélio Agostinho Magno*, que compreendia vinte e oito gravuras a buril, abertas principalmente por Schelte A. Bolswert e por Cornelis Galle (autor de apenas duas delas). O volume foi publicado em Antuérpia em 1624 e teve



10. Schelte Adams Bolswert, *Aparecimento de Santo Agostinho ao Duque de Mântua*, gravura a buril tirada de *Iconographia Magni Patris Aurelii Augustini*, Antuérpia, 1624.

imensa repercussão nas artes do mundo católico (fig. 10). Inspirados nestas gravuras, em Portugal, devem-se assinalar os quadros de Bento Coelho (ca. 1620-1708) pintados em 1706 para os Religiosos de Santo Agostinho ao Grilo, em Lisboa (hoje na Igreja de Alhandra)¹⁰. A série de Pedro Alexandrino (1730-1810), na capela-mor do Convento da Graça igualmente em Lisboa, segue as gravuras mais recentes dos irmãos Klauber por desenhos de Johann Anwander (*Vita Sancti Augustini Doctoris*, Ausburgo, 1758).

Na América Latina, conhecem-se desde há muito duas importantes séries agostinhas, a da oficina do cuzquenho Basilio Pacheco (1635-1710) em Lima, no Peru, e a da oficina do pintor de Quito, no Equador, Miguel de Santiago (1630-1706). O milagre do *Aparecimento de Santo Agostinho ao Duque de Mântua*, deste último, pintado uns trinta anos após a gravura de Bolswert, segue escrupulosamente a estampa, inclusive na colocação duma legenda por baixo da imagem (fig. 11)¹¹. O *S. António Convertendo o Nobre Tisso*, uma vez



11. Oficina de Miguel de Santiago, *Santo Agostinho, Morto, Aparece a Francisco de Gonzaga, Duque de Mântua, num Momento de Perigo*, óleo sobre tela, cerca de 1656, Convento de Santo Agustinho, Quito, Ecuador.

¹⁰ Sobre estes quadros ver L. M. Sobral, *Bento Coelho (1620-1708)*, pp. 394-407, n.ºs 75-80.

¹¹ A. Justo Estebaranz, *Miguel de Santiago*, n.º 17, pp. 170-174.

mais no tecto do ante-coro alto da Madre de Deus, de cerca de 1750, ou seja, um século após o quadro quitenho, utilizou o mesmo modelo, mas agora laboriosamente adaptado à narrativa antoniana (fig. 12). Reduziu-se o espaço da composição gravada e colocou-se no primeiro plano a figura de Santo António que se dirige a Tisso, ajoelhado à sua frente. A cena da batalha quase desaparece, tendo-se obviamente eliminado a aparição de Santo Agostinho no topo da composição. Este episódio, creio que ausente da abundante iconografia antoniana portuguesa, teria acontecido em Campietro, perto de Pádua, nos últimos anos da vida do santo lisboeta.¹²



12. André Gonçalves (1685-1762)?, Vieira Lusitano (1699-1783)?, *S. António Convertendo o Nobre Tisso*, óleo sobre tela, cerca de 1750, “Capela” de S. António, Convento da Madre de Deus, Lisboa. Foto do autor (Junho de 2011).

Quanto a S. Bento, cuja ordem teve imensa importância em Portugal, os artistas parecem ter geralmente respeitado a iconografia por assim dizer oficial do patriarca, tal como ela ficou estabelecida logo em 1579 na *Vita et Miracula Sanctissimi Patris Benedicti*, com gravuras a buril de Aliprando Capriolo (1550-1600) por desenhos de Bernardino Passeri (act. 1576-1585). Baseada no Livro II dos chamados *Diálogos* de Gregório Magno, a obra foi publicada em Roma

¹² F. Ghyvelde, *Saint Antoine de Padoue*, p. 98.

em 1579 e consta de cinquenta estampas, uma gravura por cada capítulo dos *Diálogos*. A esta seguiu-se outra *Vita* dela inspirada mas acrescida de duas estampas, o *Speculum et exemplar christicolarum, Vita beatissimi Patris Benedicti Monachor. Patriarchae Sanctissimi*, de Angelus Sangrinus (Florença, 1586). Nestas diferentes gravuras ou noutras delas derivadas se inspiraram quase todos os artistas que em Portugal trataram do tema, a óleo, em azulejos ou em relevos de madeira, em Tibães, em Bouro, no Porto, nas Comendadeiras da Encarnação de Lisboa, etc.

O maior ciclo iconográfico de azulejos sobre a vida de S. Bento encontra-se no claustro de Tibães. Produção lisboeta de cerca de 1770, com caixilhos rococó, em tonalidades de amarelo, violeta e verde, os painéis seguem as gravuras de Sangrinus, um painel por cada gravura (fig. 13). O *Milagre da fouce retirada do lago* corresponde assim à estampa número 15 de Sangrinus – e ao capítulo sexto do texto de S. Gregório Magno (fig. 14). Encontrando-se a roçar mato à beira de um lago, um “godó”, que tinha sido acolhido por S. Bento, perde o ferro da fouce no fundo do lago, ferro mais tarde recuperado milagrosamente pelo santo, que se



13. *Milagre da fouce retirada do lago*, painel de azulejos, 1770, Reitoria da Universidade do Minho, Braga. Foto do autor (Maio de 2017).

limita a mergulhar a haste da fouce nas águas do lago. Utilizando uma modalidade narrativa que vinha da Idade Média, a gravura e o painel representam quatro momentos da história, que se desenrolam no mesmo cenário. A narrativa começa no primeiro plano à esquerda – o godo com a fouce –, continua um pouco mais longe, quando o godo conta o sucedido a Amaro (ou Mauro), prossegue até ao fundo – Amaro a falar com S. Bento à porta do convento –, regressando por fim ao primeiro plano, do lado direito, onde se vêem as três figuras reunidas, com S. Bento a fazer o milagre.

Não muito longe de Tibães, na igreja do Terço de Barcelos, anteriormente dum convento de religiosas beneditinas, António de Oliveira Bernardes (1662-1732) integrou este mesmo episódio no revestimento azulejar que cobre as paredes na nave¹³. Datados de 1713, em tons de azul e branco como correspondia à estética do momento, os azulejos contornam portas, janelas, quadros (quase todos também de Oliveira Bernardes) e o púlpito da parede norte. Os azulejos dividem-se em três registos horizontais. O primeiro forma um silhar com emblemas e está atribuído ao Mestre PMP, autor dos painéis da capela-mor. Os outros dois registos contam a história de S. Bento, desta feita segundo as estampas de Capriolo-Passeri.

Oliveira Bernardes utilizou contudo estes modelos com grande liberdade, ignorando a sequência dos episódios ou apresentando unicamente um certo número de fragmentos de outras histórias. A leitura dos azulejos de Barcelos resulta assim algo problemática.



14. *Milagre da fouce retirada do lago*, gravura a buril tirada de Angelus Sangrinus, *Speculum et exemplar christicolorum, Vita beatissimi Patris Benedicti Monachor. Patriarchae Sanctissimi*, Roma, 1587.

¹³ Sobre os azulejos de Barcelos ver P. R. Almeida, “Barcelos. Igreja de Nossa Senhora do Terço”, pp. 42-49.



15. António de Oliveira Bernardes, *Cenas da Vida de S. Bento*, 1713, Igreja do Terço, Barcelos. Foto do autor (Maio de 2017).

Na parede do lado norte, por exemplo, a faixa intermédia divide-se em dois grandes painéis com paisagens e figuras, um de cada lado do púlpito. Vejamos o painel da direita (fig. 15).

Dividido por sua vez em duas partes quase idênticas por uma árvore, mas apresentando um espaço contínuo, a representação parece concentrar-se no episódio do *Milagre da Fouce*. O “godo”, desta vez com hábito religioso e observado por quatro companheiros, aparece à esquerda da árvore, a schar à beira do lago. Já do lado direito, ele deixa escapar o ferro da fouce, que acaba por ser recuperado por S. Bento, no primeiro plano. No canto esquerdo, ao lado do púlpito, S. Bento volta a aparecer, com outros religiosos, todos de joelhos e de mãos postas. Este grupo parece copiado da gravura número 18 da *Vita* de Capriolo-Passeri que representa a *Destruição do Templo de Apolo no Monte Cassino* (fig. 16). Isolado contudo do seu contexto narrativo – nos azulejos não aparece o templo – não se compreende a sua função no painel de Barcelos. Completamente à direita, vê-se outra cena igualmente enigmática, parcialmente coberta pelo altar colateral. Nela S. Bento acolhe um homem que lhe apresenta um objecto. A cena

foi em grande parte tirada da estampa 23 da *Vita* de Capriolo-Passeri, *S. Bento Reprendendo um Piedoso Homem por ter Comido a Caminho do Convento*, embora nesta o homem figure ajoelhado e com um chapéu nas mãos (fig. 17).

Como compreender o programa de Barcelos? A resposta talvez se encontre no alizar de azulejos.



16. Aliprando Capriolo por desenho de Bernardo Passeri, *Destruição do Templo de Apolo no Monte Cassino*, gravura a buril tirada da *Vita et Miracula Sanctissimi Patris Benedicti* (estampa 18), Roma, 1579.



17. Aliprando Capriolo por desenho de Bernardo Passeri, *S. Bento Reprendendo um Piedoso Homem por ter Comido a Caminho do Convento*, gravura a buril tirada da *Vita et Miracula Sanctissimi Patris Benedicti* (estampa 23), Roma, 1579.

PINTURAS, EMBLEMAS, PROGRAMAS COM EMBLEMAS

A narrativa beneditina do Terço vai de facto acompanhada de um rodapé com emblemas, atribuídos ao Mestre PMP, que acompanham as cenas do registo intermédio. Ao painel acima estudado (fig. 15), correspondem quatro emblemas (um provável quinto não se vê hoje, coberto pelo altar da direita).

Estes emblemas inspiram-se, como há muito se sabe, na obra de João dos Prazeres, *O Príncipe dos Patriarcas S. Bento. De sua Vida, Discursada em Empresas Políticas e Predicáveis* (Lisboa, vol. I, 1683, vol. II, 1690), o único livro de emblemas originais publicado em Portugal nesta época. O emblema que corresponde ao *Milagre da Foice*, colocado debaixo da figura de S. Bento, representa não a foice da narrativa gregoriana, mas um machado (fig. 18). A *inscriptio* do azulejo esclarece *IMPOSSIBILIA SUPERAT* e a *subscriptio* afirma, desta feita em português, A OBEDIENCIA HÁDE SER CEGA. O Mestre PMP inspirou-se da “Empreza XXVIII” do segundo volume de João dos Prazeres (1690, p. 371), que leva a mesma *inscriptio*, mas que apresenta uma figuração bastante mais sumária (fig. 19). O título do capítulo onde a empresa se insere – “A um aceno de S. Bento anda o ferro a nado pelas águas de um peço” – explica o sentido dos dois emblemas, o do livro e o do azulejo: para o homem de Deus, S. Bento, não existem impossíveis. A *subscriptio* do azulejo evoca a “virtude evangélica” da Obediência, essencial na vida monástica.



18. Mestre PMP, *Impossibilia Superat*, painel de azulejos (pormenor da fig. 15), 1713, Igreja do Terço, Barcelos. Foto do autor (Maio de 2017).

É ainda outro emblema do alizar que permite a identificação do episódio algo enigmático figurado à extrema direita do registo intermédio (ver fig. 15).

O emblema do Mestre PMP (QUIA OLET), o último que se vê à direita (fig. 20), inspira-se na “Empresa XXX” do segundo volume de João dos Prazeres (1690, p. 395), que leva o mesmo mote. A *subscriptio* dos azulejos diz: A INVEJA NA RELIGIÃO HADE SER PARA IMITAR E NAM PARA DESTRUIR. O título da página 395 do *Príncipe dos Patriarcas S. Bento* faz referência a “um clérigo” que tentou envenenar S. Bento. Trata-se portanto do invejoso Florêncio, cuja história é contada nos *Diálogos* de S. Gregório (II, cap. VIII). Na gravura de Capriolo-Passeri que corresponde a este capítulo (estampa número 15), a entrega do pão envenenado a S. Bento mal se vê através duma janela aberta ao fundo do refeitório do convento. Nela figuram apenas duas figuras, Florêncio e S. Bento. Por alguma razão que não é possível apurar neste momento, decidiu-se dar em Barcelos outro relevo a este acontecimento.



19. Página 371 de João dos Prazeres, *O Príncipe dos Patriarcas S. Bento. De sua Vida, Discursada em Empresas Políticas e Predicáveis*, Lisboa, vol. II, 1690.



20. Mestre PMP, *Quia Olet*, painel de azulejos (pormenor da fig. 15), 1713, Igreja do Terço, Barcelos. Foto do autor (Maio de 2017).

Os emblemas de Barcelos reorganizam assim a leitura da narrativa beneditina, ordenando-a em função de considerações de ordem moral ou até, quem sabe, de acontecimentos que hoje nos escapam.

Como quer que seja, combinando emblemas e cenas narrativas, a igreja do Terço conta com alguns dos exemplos mais antigos deste tipo de estrutura decorativa. Um tipo de decoração que conheceu notável desenvolvimento nos começos do século XVIII e que muito ficou a dever à ação de figuras como Oliveira Bernardes.

Oriunda do universo humanista dos inícios do século XVI, a emblemática é um género tipicamente moderno, que combina as capacidades expressivas do verbal e do visual. Entre nós, a emblemática havia sido principalmente utilizada nas artes do discurso e, no campo das artes plásticas, em decorações efémeras (cerimónias da corte, procissões, etc.)¹⁴. Nos finais do século XVII, aparecem duas séries de telas de Bento Coelho baseadas na *Regia via Crucis* do beneditino Benedictus van Haeften (Antuérpia, 1625), provavelmente os primeiros conjuntos emblemáticos de grande escala da arte portuguesa.¹⁵

A temática interessava igualmente os meios eruditos portugueses da época de Oliveira Bernardes. Em 1713, no próprio ano da decoração de Barcelos, Rafael Bluteau dedica um verbete do seu *Vocabulário* à palavra *Emblema*:

Hoje, entre Humanistas, Emblema é termo metafórico, porque da significação de ornamentos materiais passou a significar algum documento moral, que aberto em estampas ou pintado em quadros, se põe para ornamento das salas, galerias, Academias, arcos triunfais, etc. O Emblema tem, como a divisa ou empresa, corpo e alma, a saber, figura visível e letra inteligível [...].¹⁶

Bluteau realça o que é próprio do emblema, a combinação duma imagem – o “corpo, figura visível” – e dum texto – a “alma, letra inteligível”.

Cinco anos mais tarde, explica Francisco Leitão Ferreira na *Nova Arte de Conceitos*, saída das lições proferidas na *Academia dos Anónimos de Lisboa*:

Os símbolos, hieróglifos e empresas são também sinais sensíveis dos conceitos: são engenhosos porque alusivos e figurados porque metafóricos. Neles uma coisa se vê e outra se entende, manifestam o corpo e ocultam a alma, os olhos admiram a figura e o figurado só o entendimento o percebe.¹⁷

¹⁴ Ver os diversos estudos reunidos por L. Gomes em *Mosaic of Meaning* (2008).

¹⁵ L. M. Sobral, *Bento Coelho*, pp. 256-259.

¹⁶ *Vocabulário* [...], t. III, pp. 43-44.

¹⁷ Francisco Leitão Ferreira, *Nova Arte de Conceitos. Primeira Parte*, p. 31.

EMBLEMAS EM LOUVOR DA MÃE DE DEUS

Como já tivemos oportunidade de ver, a emblemática monumental é em Portugal de cariz fundamentalmente religioso. E ainda mais importante do que o culto dos santos foi, na época em estudo, a devoção mariana, de longa e funda tradição nos países ibéricos. O culto da Mãe de Deus (venerada tanto na Igreja regular como secular), nas suas múltiplas invocações, passou ao Novo Mundo, ali se tendo por vezes combinado com divindades autóctones ou originárias de outros universos culturais, assimilando-as ou a elas se sobrepondo em curiosos sincretismos devocionais.

A iconografia mariana é por conseguinte vasta e variada. Neste momento limitar-me-ei porém a considerar alguns exemplos derivados das Ladainhas da Virgem Maria. As Ladainhas – ou Litanias – são rezas de louvor à Virgem

recitadas normalmente após o rosário, em que se invoca a protecção da Mãe de Deus. A partir dum dado momento elas aparecem divulgadas em livros de emblemas. Duas séries gravadas no século XVIII tiveram particular influência nas artes plásticas da época, em ambos os lados do Atlântico. A mais antiga intitula-se *Elogia Mariana*, de Isaac von Ochsenfurth, publicada em Augsburg em 1700; a segunda, provavelmente ainda mais influente e editada na mesma cidade em 1732, designa-se *Elogia Mariana*, com textos de August Casimir Redel e gravuras de Martin Engelbrecht (1684-1756) por desenhos de Thomas Scheffler (1699-1756) (fig. 21).

As gravuras de Engelbrecht deram origem a inúmeras obras, como por exemplo a série de telas de Marcos Zapata (ca. 1710-1773) na Catedral do Cuzco, no Peru, de 1755 (fig. 22), ou os azulejos do Mosteiro de Jesus em Setúbal, já dos finais do século (fig. 23).



21. Martin Engelbrecht por desenho de Thomas Scheffler, *S. Dei Genitrix*, gravura a buril tirada de August Casimir Redel, *Elogia Mariana*, Augsburg, 1732.

Note-se que na elaboração das *subscriptions* dos emblemas, Redel procedeu à utilização sistemática de anagramas, procedimento literário de remota origem, muito em voga na época de que nos ocupamos. Na estampa número 13 (fig. 21), as dezassete letras do “elogio”, S[ANCTA] DEI GENITRIX, deram origem ao anagrama NIX TECTA IGNI ARDES, formado com as mesmas letras. Esta *subscription* foi integralmente copiada na tela de Marcos Zapata mas não nos azulejos de Setúbal, que se limitaram ao enunciado (ou título) da ladainha.



22. Marcos Zapata, *S. Dei Genitrix*, 1755, óleo sobre tela, Catedral, Cuzco, Peru.



23. *S. Dei Genitrix*, painel de azulejos, 1781, Setúbal, Mosteiro de Jesus. Foto do autor (2006).

As gravuras de Engelbrecht voltaram a inspirar o desconhecido autor das pinturas sobre tábuas que decoram as partes altas das paredes laterais da Sala do Capítulo do convento de S. Francisco em Salvador da Bahia¹⁸. Em VAS HONORABILE, por exemplo (fig. 24), inspirada na gravura número 35 (fig. 25), alargou-se o espaço da representação e incluiu-se à esquerda do altar a figura tutelar de S. Francisco. A *subscription* foi incluída no próprio espaço da representação, na plataforma debaixo do altar, tendo-se colocado a invocação

¹⁸ Sobre as pinturas do convento de Salvador ver L. M. Sobral, “Ciclos das pinturas de São Francisco”, pp. 269-313.



24. Pintor desconhecido, *Vas Honorabile*, óleo sobre tábuas, meados do século XVIII, Convento de São Francisco, Sala do Capítulo, Salvador, Bahia, Brasil. Foto do autor (2006).

VAS HONORABILE por cima da cabeça de Nossa Senhora (inscrições, gastas e de pequenas dimensões, difíceis de ler hoje).

Na Sala do Capítulo de S. Francisco, o trabalho de adaptação das Ladainhas parece-me todavia mais complexo. De facto, o pintor português António Simões Ribeiro (?-1755), autor dos tectos da Biblioteca de Coimbra e de outras obras em Salvador, onde chegou por volta de 1735, pintou no tecto da sala uma série de caixotões octogonais com figuras de Virgens mártires (trinta e dois painéis), intercaladas com anjos músicos em painéis em forma de estrelas de oito pontas (sete painéis). O tecto pode então aludir às invocações REGINA MARTYRUM, REGINA VIRGINUM e REGINA ANGELORUM, das Litanias.



25. Martin Engelbrecht por desenho de Thomas Scheffler, *Vas Honorabile*, gravura a buril tirada de August Casimir Redel, *Elogia Mariana*, Augsburg, 1732.

Mas talvez não se fique por aqui o eco deixado pelas Ladainhas no convento franciscano de Salvador da Bahia. A nave da igreja está coberta por um soberbo tecto de caixotões pintados, que repete em maior escala o esquema da Sala do Capítulo. O autor destas pinturas foi uma vez mais Simões Ribeiro, que as deve ter executado por volta dos anos 1736-1738. As pinturas organizam-se numa complexa alegoria à Imaculada Conceição da Virgem Maria, devoção tipicamente franciscana, apelando fundamentalmente às correspondências entre o Novo Testamento e o Antigo, a velha doutrina tipológica. Uma das pinturas, na fiada central do tecto, representa a *Virgem da Sarça Ardente*, tema que “marianizou” o episódio vetero-testamentário (fig. 26). A história não é muito comum na arte dos tempos Modernos, mas os *Elogia Mariana* tanto de Ochsenfurth como de Engelbrecht adaptaram-na à invocação *Mater Castissima* das Litanias, para evocar a virgindade da Mãe de Deus. Deve ter sido na gravura mais antiga, a de Ochsenfurth, que se inspirou Simões Ribeiro (fig. 27), pois ali se encontra Moisés à esquerda da sarça.



26. António Simões Ribeiro, *Virgem da Sarça Ardente*, óleo sobre tábuas, 1736-1738, Convento de São Francisco, tecto da igreja, Salvador, Bahia.



27. *Mater Castissima*, gravura a buril tirada de Isaac von Ochsenfurth, *Elogia mariana ex Lytaniis Lauretanis Deprompta*, Augsburg, 1700.

Ora, antes de partir para o Brasil, António Simões Ribeiro deve ter podido estudar em Lisboa uma obra ímpar dum novo tipo de decoração barroca que por esses anos se instalava nas artes portuguesas, a antiga capela da Conceição do Convento de Jesus (actual Igreja das Mercês), primitivamente uma casa franciscana¹⁹. Ali, por volta dos anos 1715, ou seja, dois ou três anos após as obras de Barcelos, havia António de Oliveira Bernardes instalado um ambicioso programa mariano que compreendia azulejos, felizmente conservados (parte inferior das paredes, tecto abobadado), e muito provavelmente uma série de óleos sobre tela com passos da vida da Virgem, que, suspeito, não podiam ser muito diferentes dos que se conservam hoje no Museu de Arte Sacra de Arouca e na sacristia de S. Roque, em Lisboa²⁰. Estas telas, encaixilhadas de pesada talha dourada como a época pedia, deviam ocupar as superfícies hoje vazias das paredes da antiga capela, entre o alizar e a abóbada. Azulejos azuis e brancos interrompidos por uma faixa de telas, polícromas por definição, esta estrutura instaura um particular regime de leitura e de meditação.

Um dos painéis da abóbada representa, na perspectiva da doutrina tipológica já evocada, *Moisés e a Sarça Ardente* (fig. 28), parecendo neste caso não ter



28. António de Oliveira Bernardes, *Virgem da Sarça Ardente*, azulejos, cerca de 1715, antiga Capela da Conceição, Igreja das Mercês, Lisboa. Foto do autor (Junho de 2011).

¹⁹ L. M. Sobral, "Lisboa. Antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição", pp. 166-171.

²⁰ L. M. Sobral, *Bento Coelho*, pp. 432-435; L. M. Sobral, *Pintura Portuguesa do Século XVII*, pp. 165.

sido necessário incluir Nossa Senhora, enquanto na pintura de Simões Ribeiro em Salvador da Bahia (fig. 26) a presença da Virgem Maria se destinava sem dúvida a impedir toda e qualquer ambiguidade de interpretação.

Seguindo o exemplo de Barcelos, Oliveira Bernardes introduziu na decoração um alizar com emblemas, desta vez por ele mesmo pintados. E, como em Barcelos, cada um destes emblemas devia relacionar-se no campo das conotações simbólicas com a história que se encontrava no registo superior, neste caso, segundo a hipótese proposta, uma pintura sobre tela. Consideremos o emblema que leva o moto *IN UTERO IAM PURA FUI* (fig. 29). Na história mítica da formação das pérolas através de uma gota de orvalho caída numa ostra, a teologia mariana viu a prefiguração da pureza original de Maria (a Imaculada Conceição)²¹. Nas Mercês, o emblema afirma mais concretamente a doutrina franciscana: Nossa Senhora já (*iam*) estava purificada no ventre da Sua mãe, contrariamente ao que defendiam os dominicanos.



29. António de Oliveira Bernardes, *In Utero Iam Pura Fui*, azulejos, cerca de 1715, antiga Capela da Conceição, Igreja das Mercês, Lisboa. Foto do autor (Junho de 2011).

²¹ Ver L. M. Sobral, “*Una Pretiosa Margarita*”, pp. 243-256.

Suponhamos agora que a tela que se encontrava por cima do emblema representava os *Desposórios de Nossa Senhora*, e tratemos de ler o segmento narrativo e simbólico constituído na vertical pelas três obras, a *Sarça Ardente* (azulejos na abóbada), a tela na parede (por hipótese, os *Desposórios*) e o emblema da pérola. Este segmento, como aliás a decoração no seu conjunto, estabelecia com o crente – o frequentador natural da capela – um pacto ficcional instável, porque moldado pelos diferentes graus de verosimilhança das três obras. Uma pintura a óleo, polícroma e com figuras, é mais verosímil do que um painel de azulejos azul e branco, ainda que com figuração humana. O patamar-padrão de verosimilhança fica assim estabelecido pelos *Desposórios*, que representam um acontecimento histórico (mesmo se apócrifo). Deste patamar se afastam gradualmente os dois painéis de azulejos, primeiro a *Sarça Ardente*, e ainda mais o emblema da pérola (sem figuração humana). Apesar de tudo, as três obras relacionam-se coerentemente umas com as outras no campo dos significados: a *Sarça Ardente* anuncia os *Desposórios* em termos de simbologia tipológica, a ostra perlífera no plano da simbologia emblemática. As três pinturas aludem a três “excelências” ou “privilégios” da Mãe de Deus: a castidade (os *Desposórios*), a Pureza Virginal (a *Sarça*) e a Pureza Imaculada (a pérola).

Na passagem acima citada, afirmou Francisco Leitão Ferreira a propósito dos “símbolos, hieróglifos e empresas”, que “a vista conhece o objecto e ignora o significado, está evidente e parece enigma, a alusão veste-se de ilusão”, comentário que bem pode descrever a reacção dum observador coevo do monumental e polifónico emblema mariano das Mercês.

O gosto pela emblemática monumentalizada em azulejos continua a manifestar-se durante todo o século XVIII. Em meados do século, os Franciscanos de Angra do Heroísmo, por exemplo, decoraram as paredes laterais da capela-mor da igreja com uma série de quatro longos painéis com emblemas imaculistas, atribuídos a Valentim de Almeida (1692-1779), pintor de Lisboa (fig. 30). Desta feita, os azulejos baseiam-se num livro do beneditino italiano Celestino Sfondrati (1644-1696), *Innocentia vindicata ... pro immaculato conceptu deiparae*, publicado em São Galo (Sant Gallen), na Suíça, em 1695 (fig. 31). Em duas tonalidades de azul, mais escuros os caixilhos do que o interior, os painéis são típicos da primeira fase do rococó. Do emblema gravado, os pintores utilizaram unicamente a cena emblemática (paisagem com sol nascente, árvore, serpente maligna com a maçã na boca), deixando de lado a exuberante tarja decorativa. O moto INIMICITIAS PONAM (Génese, 3, 15) evoca – ou anuncia – o papel salvífico que foi conferido à Mãe de Deus, após o pecado de Eva.



30. Valentim de Almeida, atr., *Inimicitias Ponam*, azulejos, 1750-1755, capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Guia, antigo convento de S. Francisco (Museu de Angra), Angra do Heroísmo. Foto do autor (Junho de 2015).



31. *Inimicitias Ponam*, gravura a buril tirada de Celestino Sfondrati, *Innocentia vindicata ... pro immaculato conceptu deiparae*, São Galo, 1695.

Na mesma casa franciscana dos Açores encontra-se ainda uma obra pouco conhecida que também se pode relacionar com a arte da emblemática. Trata-se de um painel de azulejos em forma de retábulo com nicho, de aproximadamente 3,22 m de alto (vinte e três azulejos), que se encontra colocado no patamar ao topo da escadaria que leva ao coro-alto da igreja (fig. 32). A obra é característica da produção da Fábrica do Rato, em Lisboa, e deve datar dos finais do século XVIII. Por baixo do nicho vê-se uma tarja com uma inscrição latina em



32. Altar Anagramático, azulejos, finais do século XVIII, Igreja de Nossa Senhora da Guia, antigo convento de S. Francisco (Museu de Angra), Angra do Heroísmo. Foto do autor (Junho de 2015).



33. Altar Anagramático (pormenor), azulejos, finais do século XVIII, Igreja de Nossa Senhora da Guia, antigo convento de S. Francisco (Museu de Angra), Angra do Heroísmo. Foto do autor (Junho de 2015).

três linhas: *Ave Maria gratia plena Dominus tecum / Anagrama / Deipara inventa Sum ergo immaculata* (fig. 33). Trata-se efectivamente de um anagrama, na tradição, por exemplo, das gravuras das Ladainhas (ver fig. 21): as trinta e uma letras da saudação evangélica foram reorganizadas na frase *Deipara inventa Sum, ergo immaculata*.

Este anagrama foi muito provavelmente retirado do livro de Giovanni Battista Agnesi, *Centum anagrammata pro immaculata B. V. Mariae conceptione, in haec Angelicae Salutationis verba Ave Maria, gratia plena, Dominus tecum*, cuja primeira edição foi feita ao que parece em Roma, em 1661. Do mesmo ano data a bula *Sollicitudo omnium ecclesiarum* do Papa Alexandre VII, considerado o documento mais importante a favor da doutrina da Imaculada antes da declaração do dogma. A bula provocou uma enorme vaga de fervor imaculista em todo o mundo católico, movimento em que se integram os emblemas de Agnesi.

O nicho dos azulejos abrigava por conseguinte uma estátua de Nossa Senhora da Conceição, devoção principal dos Franciscanos, o que transformava o painel num altar tridimensional, emblemático e anagramático.

Assim, em pleno Atlântico, a meio caminho entre a Europa e as Américas, livros, gravuras e emblemas das mais variadas épocas e origens continuavam a cumprir a sua função, estruturando cultura, suscitando formas artísticas...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Patrícia Roque, “Barcelos. Igreja de Nossa Senhora do Terço, antigo Mosteiro de São Bento”, in Rosário Salema de Carvalho (coord.), *Azulejos. Maravilhas de Portugal / Wonders of Portugal*, Famalicão, Centro Atlântico, 2017, pp. 42-49
- BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario Portuguez e Latino [...]*, t. III, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713
- FERREIRA, Francisco Leitão, *Nova Arte de Conceitos que com o titulo de Licções Academicas Na publica Academia dos Anonymos de Lisboa, Dictava, e Explicava o Beneficiado Francisco Leytam Ferreyra, Academico Anonymo, Primeyra Parte*. Lisboa Occidental, Antonio Pedrozo Galram, 1718
- GOMES, Luís (ed.), *Mosaics of Meaning. Studies in Portuguese Emblematics, Glasgow Emblem Studies*, vol. 13, 2008
- GHYVELDE, Frédéric, *Saint Antoine de Padoue. Sa Vie. Les treize Mardis et Autres dévotions en son honneur*, Québec, L'imprimerie Franciscaine Missionnaire, 1896
- JUSTO ESTEBARANZ, Ángel, *Miguel de Santiago en San Agustín de Quito*, Quito, FONSA, 2008
- MARGOLIN, Jean-Claude, “À Propos de la *Nova Reperta* de Stradan”, in François Laroque & Franck Lessay (éds.), *Esthétiques de la Nouveauté à la Renaissance*, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelles, 2001, pp. 1-28
- MÉROT, Alain, *Eustache Le Sueur (1616-1655)*, Paris, Arthéna, 2000 (1.^a ed.: 1987)
- MÉROT, Alain, *Poussin*, Paris, Hazan, 2011
- PILES, Roger de, *Abrégé de la Vie des Peintres*, Paris, Chez Jacques Estienne, 1715 (1.^a ed.: 1699)
- SOBRAL, Luís de Moura (ed.), *Bento Coelho (1620-1708) e a Cultura do seu Tempo*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998
- SOBRAL, Luís de Moura, *Pintura Portuguesa do Século XVII. Histórias, Lendas, Narrativas*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2000
- SOBRAL, Luís de Moura, “Ciclos das pinturas de São Francisco”, in Maria Helena Ochi Flexor & Frei Hugo Fragoso (org.), *A Igreja e o Convento de São Francisco da Bahia*, Rio de Janeiro, Versal, 2009, pp. 269-313

- SOBRAL, Luís de Moura, “*Una Pretiosa Margarita. Artíficios, Encontros e Desencontros de Sentidos num Emblema de António de Oliveira Bernardes*”, in Maria do Rosário Pimentel & Maria do Rosário Monteiro (org.), *Leonorama. Volume de Homenagem a Ana Hatherly*, Lisboa, Edições Colibri e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010, pp. 243-256
- SOBRAL, Luís de Moura, “Lisboa. Antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição do Convento de Jesus, na actual Igreja das Mercês”, in Rosário Salema de Carvalho (coord.), *Azulejos. Maravilhas de Portugal / Wonders of Portugal*, Famalicão, Centro Atlântico, 2017, pp. 166-171

4

Marcas de posse –
ler e inscrever

The Case of the Anonymous Portuguese.
Identification de l'Anonyme portugais du *Museo Cartaceo* de
Cassiano del Pozzo: Nicolau de Frias à Rome (1568-1570)

Sylvie Deswarte-Rosa

ENS/IHRIM

À la mémoire d'Alberto Rosa
(† 23 août 2017)

Dans le *Museo Cartaceo* de Cassiano dal Pozzo, dont une partie est conservée à la Royal Library à Windsor, 25 folios du volume d'*Architectura Civile* contenant 44 dessins d'édifices antiques de la campagne romaine, datés entre mai 1568 et septembre 1570, portent des annotations dans un italien mêlé de portugais.

À la fin des années 1970, alors que j'étudiais à Rome le voyage en Italie de Francisco de Holanda (1538-1540), Arnold Nesselrath fut le premier à me parler de cet artiste ibérique, non identifié, actif à Rome pendant la seconde moitié du XVI^e siècle. Il me montra la photographie de l'un de ses dessins copieusement annoté. Il soupçonnait qu'il s'agissait d'un Portugais et non d'un Espagnol, comme on le disait depuis Rodolfo Lanciani (1845-1929). Dans son étude de 1973 sur la Villa Adriana, Eugenia Salza Prina Ricotti faisait de ce dessinateur un collaborateur espagnol de Pirro Ligorio à Tivoli, tandis que Mariette de Vos proposait, en 1991, de l'identifier avec l'architecte espagnol Francisco del Castillo.¹

Au cours de ses recherches sur le *Fossombrone Sketchbook*, son sujet de thèse (Université de Bonn 1981), puis à l'occasion de l'élaboration du *Census of Antique Works of Art and Architecture known to the Renaissance* sur les dessins d'architecture de la Renaissance, Nesselrath avait en effet croisé cet artiste ibérique qui dessinait

¹ Rodolfo Lanciani, MS 27, p. 7, Rome, Biblioteca dell'Istituto di Archeologia e Storia dell'Arte (BIASA); Salza Prina Ricotti, "Villa Adriana in Pirro Ligorio e Francesco Contini", note p. 36; De Vos, "Presentazione", in Marina De Franceschini, *Villa Adriana, mosaici, pavimenti, edifici*, p. XVI, n. 29. Francisco del Castillo est ce "Francisco spagnolo" qui travaillait à Saint-Pierre-de-Rome sous les ordres de Michel-Ange et de Juan Bautista de Toledo de 1546 à 1548, également documenté comme sculpteur-stucateur à la Villa Giulia en 1552-1553 sous la direction de Bartolomeo Ammannati, Giorgio Vasari et Vignole. Sur Francisco del Castillo, voir Moreno Mendoza, *Francisco del Castillo la arquitectura manierista andaluza*, et Fernando Marías, *El largo Siglo XVI*, p. 418.

dans la Campagne romaine. Dans deux de ses dessins, le mystérieux artiste traitait de sujets déjà présents dans le *Fossombrone Sketchbook*²: la double chapelle funéraire à neuf milles sur la via Appia; deux antiques – un vase et une base de candélabre – de la cathédrale de Tivoli (fig. 1)³. La simple lecture des annotations décrivant ces deux antiques ne laisse guère de doute sur l'origine portugaise de leur auteur: “este vaso esta ainda [corrigé en *ancora*] numa egreja ia a tivoli é antigo”, et, au-dessous du piédestal, à droite, “No domo de Tivoli esta este pedestal” (fig. 1a, b, c)⁴. L'artiste anonyme des dessins de la Royal Library à Windsor Castle est bien un Portugais.



1a. Anonyme portugais, Vase et base de candélabre à Tivoli, d'après Campbell 2004, n.º 133.

² Fossombrone, Biblioteca Civica Passionei, *Fossombrone Sketchbook*, f. 2 (tombe) et f. 6 (vase); Nesselrath, *Das Fossombroner Skizzenbuch*, p. 148, fig. 36; p. 90, fig. 103.

³ Windsor, RL 10359, *Architectura Civile*, fol. 6 (I. Campbell, “The Anonymous Portuguese Draughtsman [102-146]”, n.º 124 “Tomb nine miles out on the via Appia”); Windsor, RL 10427, *Architectura civile*, fol. 70 (I. Campbell, “The anonymous...”, n.º 133 “Ancient vase and candelabrum base, Tivoli”).

⁴ Windsor, RL 10427, *Architectura civile*, fol. 70; I. Campbell, “The anonymous...”, n.º 133, p. 394.

En 1994, Ian Campbell fut chargé de la rédaction du catalogue en trois volumes des dessins d'architecture d'après l'antique provenant de Cassiano dal Pozzo, à la Royal Library de Windsor, catalogue paru en 2004 et intégré dans le vaste programme éditorial *Paper Museum of Cassiano dal Pozzo* lancé en 1980 par Francis Haskell⁵. Dans la Série A "Antiquities & Architecture", c'est principalement le Volume I de la Partie IX, "Ancient Roman Topography and Architecture" en trois volumes à la numérotation et pagination continues, qui nous intéresse ici. On y trouve les 44 dessins de *The Anonymous Portuguese Draughtsman* figurant dans le volume d'*Architectura Civile*, à côté des dessins de quatre des "five major figures [that] dominate the story of the study of antique architecture in the second half of the sixteenth century: Pirro Ligorio, Andrea Palladio, Giovanni Antonio Dosio, Guglielmo della Porta and Giovanni Battista Montano"⁶. Il est



1b. Anonyme portugais, Vase à Tivoli, d'après Campbell 2004, n.° 133 détail.



1c. Anonyme portugais, Base de candélabre à Tivoli, d'après Campbell 2004, n.° 133 (détail).

⁵ I. Campbell, "The anonymous...", p. 67. Il s'agissait de faire la reconstitution de la collection de dessins de Cassiano dal Pozzo du XVII^e siècle, achetée par le roi anglais George III au XVIII^e, sous la forme d' "a fully illustrated catalogue raisonné". Les 4.500 dessins de la collection furent divisés en deux séries, la Série A "Antiquities & Architecture" et la Série B "Natural History". Chacune des deux séries est divisée en une dizaine de parties ou thèmes comprenant une quarantaine de volumes, soit en tout 80 volumes entièrement catalogués et illustrés. Le titre de ce travail monumental est *The Paper Museum of Cassiano dal Pozzo*.

⁶ I. Campbell, "The anonymous...", p. 27.

donc de la plus haute importance d'identifier cet architecte anonyme portugais dont les dessins constituent "one of the larger groups of drawings in the extant *Paper Museum*"⁷ [80 volumes!], qui est là en compagnie de prestigieux dessinateurs italiens. Trente ans après les dessins des *Antigualhas* de Francisco de Holanda⁸, cet Anonyme portugais occupe une place de tout premier plan et représente assurément une étape dans l'histoire du dessin portugais d'après l'antique et dans l'histoire de l'art portugais.

Ian Campbell me contacta en 1999 pour avoir confirmation de la nationalité portugaise du dessinateur ibérique et pour éventuellement identifier l'artiste. J'évoquais alors sans grande conviction les noms de Francisco Vanegas et de Gaspar Dias, peintres qui avaient fait le voyage à Rome, étudiés à l'époque par Vítor Serrão. Puis j'ai surtout pensé à l'architecte Baltasar Álvares. Fernando Mariás, également consulté par Campbell, avança le nom de Guillermo Ferran, architecte de San Giacomo degli Spagnoli à Rome entre 1573 et 1598, avant de concéder qu'il s'agissait sûrement d'un Portugais.⁹

La question de l'Anonyme portugais a ressurgi de façon quelque peu inattendue, je l'avais presque oubliée, au moment où je travaillais sur les livres annotés par Francisco de Holanda conservés à la Bibliothèque Nationale du Portugal, reprenant ainsi une étude commencée au début des années 1970¹⁰. En 2016, ma nouvelle analyse du recueil épigraphique annoté par Francisco de Holanda, conservé à la Bibliothèque Nationale du Portugal et contenant l'*Epigrammata Antiquae Urbis* publié à Rome par Jacobus Mazochius en 1521¹¹, m'a en effet convaincue de la nécessité d'examiner d'un œil neuf les autres ouvrages annotés par Holanda. Ce recueil épigraphique où l'artiste appose sa signature avait été ma toute première découverte et publication dans le champ des études portugaises en 1973. Je n'avais eu d'yeux alors que pour Francisco de Holanda, ses annotations et ses croquis. Or la présence d'André de Resende dans les apostilles y est flagrante, du moins à mes yeux d'aujourd'hui. Resende, en poète néolatin chevronné, effectua dans les *Epigrammata* une recherche systématique sur les épigrammes en vers (*Versus*

⁷ I. Campbell, "The anonymous...", p. 312.

⁸ Le manuscrit des *Antigualhas* de Francisco de Holanda est conservé à la Bibliothèque de l'Escorial (Ms 28-I-20), cf. E. Tormo, *Os desenhos das Antigualhas que vio Francisco d'Olanda pintor português (1539-1540)*; voir Sylvie Deswarte-Rosa, "Contribution à la connaissance de Francisco de Hollanda", pp. 421-442.

⁹ I. Campbell, "The anonymous...", p. 314.

¹⁰ S. Deswarte-Rosa, "Contribution à la connaissance de Francisco de Hollanda"; *Idem*, "Par-dessus l'épaule de l'artiste... Les livres annotés de Francisco de Holanda" et "*Sous la dictée de la Sibylle*. Épigraphie et Poésie. Un exemplaire des *Epigrammata Antiquae Urbis* annoté par André de Resende et Francisco de Holanda".

¹¹ BN Portugal (Lisbonne): cote Res. 1000A.

écrit-il partout). Il utilisa ce recueil pour enseigner l'épigraphie latine à son élève, celui qu'il appelait *meus Franciscus Holandicus*, avant le départ de l'artiste à Rome en janvier 1538. Aussi, forte de cette expérience, ai-je réexaminé l'exemplaire des *Vite* de Giorgio Vasari annoté par Francisco de Holanda.

C'est là que l'Anonyme portugais a ressurgi et pris corps.

LES ANNOTATIONS DANS L'EXEMPLAIRE DES *VITE* DE VASARI DE LA BNP DE LISBONNE

Le volume des *Vite de' piu eccellenti Pittori, Scultori et Architettori* de Giorgio Vasari, annoté par Francisco de Holanda (Lisbonne, BNP, Res 376V), est issu de la seconde édition des *Vite* publiée à Florence chez Giunti en trois volumes, en 1568¹². C'est le seul conservé. Il provient "Da Livraria publica do Coll.º da Comp.ª de Jesus" d'après l'inscription manuscrite portée sur la page de titre, et d'après l'ex-libris de Nossa Senhora da Graça do Pópulo de Braga, au bas de la *Tavola delle Vite*, "Pertinet ad conventum D^{nae} N^{rae} Populo Bracara Augustae".

Le comte Athanasius Raczyński a été le premier à s'y référer dans la notice consacrée à António de Holanda, le père de Francisco, de son *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*¹³. On connaît la célèbre apostille de Francisco de Holanda¹⁴ sur la concurrence déloyale que le disciple de Raphaël, Il Bologna, dans les Pays-Bas méridionaux, livra à son père, António de Holanda, pour réaliser le dessin de la *Généalogie des rois du Portugal*.

On relève au verso de la page de titre des *Vite* la *marca de posse* "De Nicolao de Frias". Le nom a été barré et surmonté d'une croix par le nouveau propriétaire du livre, Francisco de Holanda, dont c'est le signe d'annotation bien connu (fig. 2). C'est une première indication que Frias serait le premier possesseur du livre et non Holanda, contrairement à ce que l'on a toujours dit.

L'analyse des *marginalia* montre qu'il y a effectivement deux annotateurs: l'un, Nicolau de Frias, d'une petite écriture soignée (celle de l'inscription de son nom), annoté alternativement en italien et en portugais, avec soulignements à la règle des passages d'intérêt ou insertion de son signe d'annotation, un astérisque; l'autre, Francisco de Holanda dont l'écriture est bien connue, annoté en portugais et souligne toujours à main levée dans une encre sépia. Frias souligne des passages dans les *Vies* d'Andrea Sansovino, de Bramante, d'Antonio

¹² G. Vasari, *Vite de' piu eccellenti Pittori, Scultori et Architettori* ..., Florence, 1568.

¹³ Athanasius Raczyński, *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, p. 134.

¹⁴ N. Dacos, "Tommaso Vincidor, un élève de Raphaël aux Pays-Bas"; Sylvie Deswarte-Rosa, "Francisco de Holanda à Bologne, Pâques 1540. Les Portugais et Bologne durant la première moitié du Cinquecento".



2. *Ex-libris* (*Marca de posse*) de Nicolau de Frias, barré par Francisco de Holanda, au verso de la page de titre du volume des *Vite* de Vasari (BNP Lisbonne Res. 376 V).

da Sangallo il Giovane ou encore de Fra Giocondo, tous architectes et au cœur des intérêts de Francisco de Holanda. Aussi n'a-t-on pas voulu voir l'évidence et reconnaître la main de Frias.

L'écriture de Nicolau de Frias est par ailleurs bien identifiée grâce aux documents d'archives, c'est la même écriture que l'on retrouve dans les dessins de l'Anonyme portugais du *Museo Cartaceo* de Cassiano dal Pozzo. De là me vint l'idée que Frias pourrait être le dessinateur portugais de Rome, d'où il avait rapporté la seconde édition, fraîchement parue, des *Vite* de Vasari.

Limitons-nous à analyser les annotations manuscrites à la *Vita di Fra Giocondo* où les deux mains se conjuguent. Dans la *Tavola delle Vite de gli Artefici*, à l'entrée "Liberale Veronese pittore 249", corrigé à la plume "245", on lit la *marginalia* "ver descursos de Pontes", que l'on retrouve au début des *Vite di fra Jocondo & di Liberale e d'altri Veronesi* à la page 244, répétée dans la même écriture de Nicolau de Frias (fig. 3).

Frias souligne à la règle les lignes concernant le pont de Vérone (p. 445). L'autre annotateur, Francisco de Holanda, second possesseur du livre, indique d'un trait plus large et vertical, au bas de la même page, le passage sur le séjour à Rome de Fra Giocondo dans sa jeunesse, au moment où ce dernier révélait des monuments et inscriptions antiques et les recueillait dans un beau livre offert à Laurent le Magnifique. Politien mentionne cet ouvrage dans sa *Miscellanea* où il qualifie Fra Giocondo de "peritissimo in tutte l'antiquita"¹⁵. Ce passage souligné verticalement par Holanda comprend la mention des écrits de

¹⁵ Politien, *Miscellaneorum centuria una*, 1489 et *Opera*, Bâle, 1553, p. 287 (*apud* "Vie de Fra Giocondo, Liberale et autres Véronais" dans l'édition française des *Vite* de Giorgio Vasari dirigée par André Chastel, *Les Vies des Meilleurs peintres, sculpteurs et architectes*, vol. 6, 1984, p. 309).



3. *Vita di Fra Giocondo* annoté par Nicolau de Frias et Francisco de Holanda, dans le volume des *Vite* de Vasari (BNP Lisbonne Res. 376 V).

Fra Giocondo sur les Commentaires de César, alors imprimés, et son dessin, le tout premier à être exécuté, du pont sur le Rhône¹⁶ (en fait le Rhin).

Holanda souligne encore à la verticale la partie sur la présence de Fra Giocondo à Saint-Pierre de Rome, aux côtés de Raphaël, pour renforcer la partie construite par Bramante, ainsi que le passage sur le sauvetage de Venise en faisant passer les eaux vers Chioggia, avec référence à Luigi Cornaro (pp. 346-347).

L'apostille *Descurso de pontes*, apposée par Frias, renvoie-t-elle à un manuscrit de Giocondo¹⁷ qu'il aurait vu à Rome? Probablement pas, mais on ne peut l'exclure complètement. Les dessins de ponts romains dans le codex Destailleur B de la Bibliothèque de l'Ermitage de Saint-Petersbourg (ff. 55r-56r), attribués autrefois à Fra Giocondo par le Baron Henry von Geymüller (1887, 1891), s'avèrent être du milieu du XVI^e siècle, comme l'a amplement démontré Orietta Lanzarini dans sa publication du codex en 2015.¹⁸

¹⁶ Dans son édition des *Commentaires de César* (IV, 17, 2-10, f. B5r), Lucia Ciapponi analyse le long commentaire de Fra Giocondo qui accompagne le dessin du pont sur le Rhin (f. B4v), source précieuse pour sa méthode philologique car cas très rare, écrit-elle, où il discute ses choix; voir L. Ciapponi, "Fra Giocondo tra filologia e architettura", pp. 230-232. Sur Fra Giocondo, voir P. N. Pagliara, "Giovanni Giocondo da Verona".

¹⁷ Voir Orietta Lanzarini, "*Questo libro fu d'Andrea Palladio*": il codice Destailleur B dell'Ermitage.

¹⁸ *Ibidem*, pp. 15-18.

Par *Descurso de pontes*, Frias désignerait simplement les *Commentaires* de César, édités par Fra Giocondo, auxquels Vasari fait référence dans la *Vita de Fra Giocondo*:

Scrisse il medesimo [Fra Giocondo] sopra i comentari di Cesare alcune osser-
vazioni, che sono in stampa. & fu il primo che mise in disegno il ponte fatto
da Cesare sopra il fiume Rodano, descritto da lui ne i detti suoi comentarii, e
male inteso a i tempi di fra locondo¹⁹...

Dans l'édition française des *Vite* dirigée par André Chastel dans les années 1980, Vladimir Juren indique que Vasari fait référence à César (*Commentariorum de bello gallico libri VIII*, Venise, Alde, 1513), précisant encore que: "La reconstitution du pont construit par César sur le Rhin (non le Rhône) et décrit dans ses *Commentaires de la guerre des Gaules* (IV, 17), problème étudié par d'innombrables architectes et érudits de la Renaissance, à commencer par L.-B. Alberti [...], fait partie de six illustrations réunies au début du volume"²⁰.

En raison de la formation d'ébéniste acquise auprès de son père, comme nous le verrons plus loin, Nicolau de Frias pourrait porter une attention particulière à ce pont en bois sur le Rhin. De même, dans la *Vita di Antonio da Sangallo il Giovane*, Frias signale d'un astérisque le puits d'Orvieto et de deux astérisques le *modelo* de Saint-Pierre²¹. Il se place ainsi dans le sillage de Francisco de Holanda, qui dessina en coupe le célèbre puits (*Antigualhas*, f. 43bis recto) – sans doute d'après une maquette de l'atelier des Sangallo à Rome – et qui visita le *modelo* de Saint-Pierre réalisé par Antonio Labacco, comme il le déclare dans *Da Pintura Antigua*²². Le témoignage de Francisco de Holanda sur le *modelo* de Saint-Pierre est le premier de la littérature artistique, avant celui de Vasari et celui de Scamozzi. Plutôt que des dessins en perspective, Sangallo, *maestro di legname* de formation, a volontiers recours aux *modelli* de bois pour présenter ses œuvres aux commanditaires²³. Francisco dut en parler à Frias avant son départ pour Rome.

Ainsi le volume des *Vite* de Vasari a-t-il appartenu initialement à Nicolau de Frias, cet important architecte de la fin du XVI^e et début du XVII^e siècle. Frias a dû en faire l'acquisition en Italie au moment où il faisait probablement partie

¹⁹ G. Vasari, *Vite*, pp. 245-246 (d'après l'exemplaire annoté de la Bibliothèque Nationale de Lisbonne).

²⁰ G. Vasari, "Vie de Fra Giocondo, Liberale et autres Véronais" dans *Les Vies des Meilleurs peintres, sculpteurs et architectes*, vol. 6, p. 309, note 17.

²¹ G. Vasari, *Vite*, p. 318 (*pozzo di Orvieto*), pp. 320-321 (*Modelo di san Pietro*).

²² Francisco de Holanda, *Da Pintura Antigua*, 1984, I, chap. 43, p. 186: "... acaba agora a egreja de São Pedro com grande cuidado. E eu vi o modelo de sua mão, feito de madeira mui perfeito na mesma igreja". Voir S. Deswarte-Rosa, "Francisco de Hollanda et les études vitruviennes en Italie", 1981, p. 242 et note 1.

²³ Comme le soulignent Nicholas Adams et Simon Pepper, "The Fortification Drawings", p. 64.

de la suite de l'ambassadeur D. Álvaro de Castro, à la fin des années 1560. Frias en aurait fait cadeau à Francisco de Holanda, sans doute pour le remercier des conseils fournis pour son séjour romain. Il existe un autre cas célèbre, celui de Federico Zuccaro qui donna à Greco²⁴ sa copie de la seconde édition des *Vite* de Vasari quand il lui rendit visite à Tolède.

La concordance chronologique nous a alors amenée à penser que Nicolau de Frias pourrait bien être l'Anonyme portugais du *Museo Cartaceo* de Cassiano del Pozzo. La confrontation de l'écriture de Frias, dans les *marginalia* du Vasari comme dans les documents d'archives, avec les annotations de l'Anonyme portugais des dessins du *Museo Cartaceo* a fini de nous convaincre (fig. 4). Aussi arrêtons-nous un instant sur Nicolau de Frias avant de reprendre l'analyse des dessins de l'Anonyme portugais.



4. Écriture de Nicolau de Frias dans un document d'archive du 2 septembre 1599, ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mc. 114, n.º 34.

²⁴ X. de Salas et F. de Marías, *El Greco y el arte de su tiempo. Las notas de El Greco a Vasari*.

NICOLAU DE FRIAS († 1610)

On a aujourd'hui une plus ample connaissance de l'art portugais de la seconde moitié du XVI^e siècle. Vítor Serrão a promu les études sur cette période délaissée de l'art portugais en organisant à Lisbonne, contre vents et marées, la grande exposition *A Pintura maneirista em Portugal. Arte no Tempo de Camões* (1995)²⁵. Nombre d'artistes, étudiés par Sousa Viterbo dans son *Dicionário histórico e documental dos arquitectos* (1899), ont pris corps et d'autres noms sont apparus. Grâce aux recherches de Vítor Serrão, toute une série d'artistes qui ont séjourné à Rome dans le sillage de Francisco de Holanda, à partir du milieu du XVI^e siècle et jusqu'au début du XVII^e siècle²⁶, sont aujourd'hui connus. Nicolau de Frias († 1610) est l'un d'eux: il succéda à António Campelo en 1550, à Alfonso Álvares en 1554, dûment documenté dans la maison du cardinal Alexandre Farnese²⁷, et précéda Baltasar Álvares et Pedro Vaz Pereira.

Sousa Viterbo avait consacré à Nicolau de Frias une longue notice documentée dans son *Dicionário histórico e documental dos arquitectos* (1899)²⁸: Frias y est déjà présenté comme un architecte et un dessinateur d'importance tenant à Lisbonne une sorte d'*escola-oficina* pour enseigner "o officio de marcenaria e a traçar e debuxar"²⁹. Grâce aux études de Vítor Serrão, de Carlos Ruão, de Miguel Soromenho et d'autres encore, la carrière au Portugal de ce grand architecte, pourvoyeur de modèles de retables à la fin du XVI^e et au début du XVII^e siècle, à Lisbonne et à Évora, et auteur de la façade du palais ducal à Vila Viçosa, est aujourd'hui mieux éclairée.

Francisco de Holanda rencontra sans doute Nicolau de Frias dès les années 1540 à Évora; il n'était encore qu'un enfant et accompagnait son père Pedro Frias, "carpinteiro de maçenaria". Ce dernier travaillait alors pour le Cardinal-Infant D. Henri en 1543. Dans le *Livro da Fazenda do Ifante dom Amrique que começou em janeiro de quinhentos trinta e oito annos* (BPE, cod. CVII/1-29), parmi les artistes et artisans, outre la présence de Miguel de Arruda, on relève celle de Pedro de Frias "carpinteiro de Maçenaria" en 1543 et, de façon transitoire en 1551, on le trouve mentionné pour "algũas obras do darcebispado & obra da See".

²⁵ *A Pintura maneirista em Portugal. Arte no Tempo de Camões*, dirigée par V. Serrão.

²⁶ V. Serrão, "Viaggio a Roma. Campelo e os pintores maneiristas portugueses com presença na Cidade Papal".

²⁷ F. Benoit, "Farnesiana. II La Maison du cardinal Farnèse", pp. 203, 205.

²⁸ Sousa Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal*, pp. 381-386.

²⁹ Comme il ressort des dépositions de témoins devant le Saint-Office sur la généalogie de Magdalena de Frias, fille de Nicolau de Frias et épouse du peintre Domingos Vieira Serrão, voir Sousa Viterbo, *Ibidem*, p. 382.

Nicolau de Frias a séjourné à Rome, affirme-t-on, comme tant d'autres artistes portugais de la seconde moitié du XVI^e siècle. Ce séjour, non documenté à notre connaissance, remonterait à la fin des années 1560 avant le *terminus ante quem* de 1573, date à laquelle Frias est à Lisbonne occupé à mesurer les *Águas Livres* en vue de la reconstitution de l'aqueduc, selon les recommandations de Francisco de Holanda dans *Da Fabrica que fallece à cidade de Lisboa* (1571)³⁰, et à travailler au dortoir en croix grecque du couvent de S. Domingos au Rossio de Lisbonne.³¹

Nicolau de Frias a sans doute, comme dit plus haut, fait partie de la suite de D. Álvaro de Castro au cours de sa seconde ambassade à Rome (1567-juin 1568), sous le pontificat de Pie V (1566-1572). D. Álvaro de Castro en rapporta le buste d'Hercule aujourd'hui en bonne place dans le jardin de la Quinta da Penha Verde. Cet antique de la Villa Giulia fut offert par le pape Pie V, sans doute à l'instigation du cardinal Giovanni Ricci da Montepulciano, ancien nonce au Portugal et probable protecteur de Frias à Rome³². Francisco de Holanda, un proche de D. Álvaro de Castro pour qui il peignit vers 1570 une série de petits tableaux pour la Quinta da Penha Verde³³, fut sans doute pour quelque chose dans ce voyage de Nicolau de Frias et il dut certainement prodiguer des conseils au jeune artiste et lui montrer les dessins des *Antigualhas* qu'il venait de réordonner en livre de dessins. Il s'agissait peut-être d'offrir une formation à Frias, éventuellement en rapport avec le projet de restitution des *Águas Livres* de Lisbonne, recommandé au roi D. Sébastien dans *Da Fabrica* (1571)³⁴. En 1575, D. Álvaro de Castro chargera Nicolau de Frias de fournir les plans pour la chapelle familiale des Castro au monastère des dominicains de Benfica.³⁵

À Rome, Frias put aussi bénéficier du soutien de l'humaniste portugais Aquiles Estaço (1524-1581), un ami de Fulvio Orsini. Aquiles Estaço s'intéressait à la question des aqueducs comme le montrent les livres de sa bibliothèque

³⁰ J. Caetano, "Arquitectos, Engenheiros e Mestres de obras do aqueduto das Águas Livres".

³¹ V. Serrão, "Marcos de Magalhães, arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)".

³² Voir S. Deswarte-Rosa, "Le cardinal Ricci de Montepulciano", p. 121, et *Ideias e Imagens em Portugal na Época dos Descobrimentos. Francisco de Holanda e a Teoria da Arte*, pp. 37-54.

³³ Vers 1570, Francisco de Holanda peint le *Baptême de saint Augustin par saint Ambroise* et peut-être d'autres encore tels que la *Création du Monde*, la *Naissance de Moïse*, le *Tránsito de S. Domingos*, aujourd'hui perdus, pour D. Álvaro de Castro. Voir R. Moreira, "Novos dados sobre Francisco de Holanda", 1988, pp. 623-624.

³⁴ Rappelons qu'il existe un exemplaire du petit ouvrage d'Agostino Steuco sur l'*Aqua virgine* ayant appartenu au Cardinal-Infant D. Henri, exemplaire à la riche reliure ornée de ses armoiries, à la Bibliothèque Nationale du Portugal (Lisbonne, ENC. 20).

³⁵ ANTT, Cartório Notarial, n.º 7-A, l.º 5, fls 53 à 55v; cité par V. Serrão, *Arte, Religião e Imagens em Évora*, 2015, p. 90, note 198.

conservés à la Bibliothèque Vallicelliana à Rome³⁶. Il possède le livre d'Augustino Steuco, *De Aqua Virgine in Urbem revocanda*, imprimé à Lyon en 1547 par Sébastien Gryphe³⁷; on retrouve la même édition à Lisbonne dans une reliure aux armes du Cardinal-Roi D. Henri.³⁸

Nous pouvons à présent, grâce au rapprochement avec l'Anonyme portugais du *Museo Cartaceo* de Cassiano dal Pozzo, confirmer le séjour à Rome de Nicolau de Frias, en préciser la chronologie entre 1568 et 1570 et souligner l'excellence de sa formation architecturale et graphique, comme le montre l'étude menée par Ian Campbell dans son édition des dessins d'architecture d'après l'antique du *Paper Museum of Cassiano dal Pozzo*.

NICOLAU DE FRIAS À ROME (1568-1570) À TRAVERS LES DESSINS DU MUSEO CARTACEO À WINDSOR

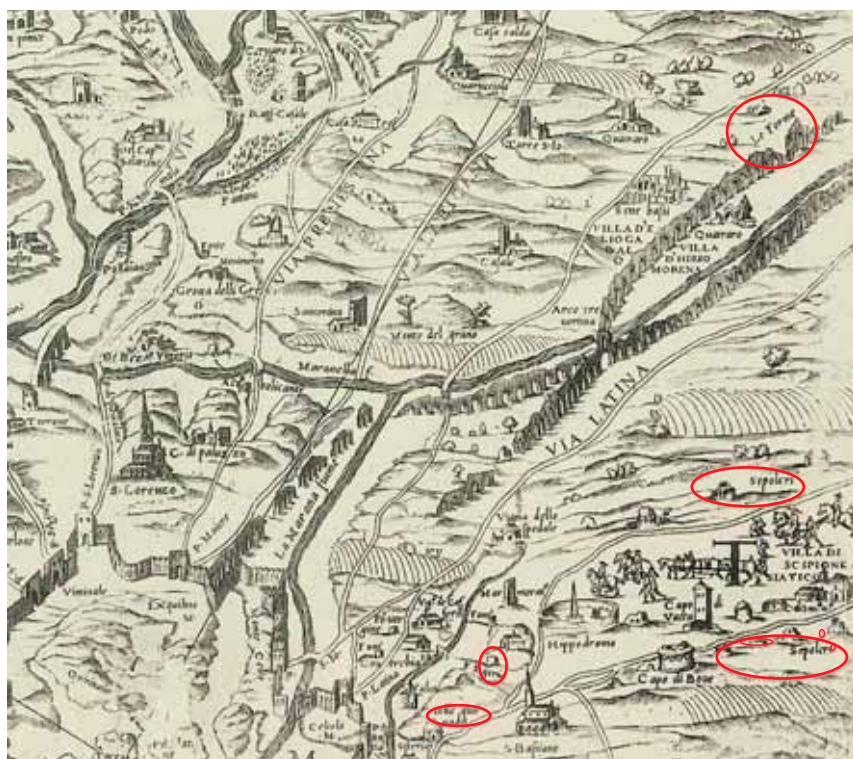
Les relevés d'architecture antique de *l'Anonymous Portuguese*, d'une exceptionnelle fidélité et d'une haute technicité, classés en trois séries de dessins marqués de lettres majuscules allant de A à S, ont été en majorité effectués dans la campagne romaine à l'Est et au Sud-Est de Rome: sur la via Latina (Série I), à Albano, Castel Gandolfo et sur la via Appia (Série II), à Tivoli et à la Villa Adriana (Série III). Pour s'orienter, le dessinateur disposait de la carte de la Campagne romaine dressée par Eufrosino della Volpaia en 1547, ce qui nous permet de le suivre dans ses déambulations³⁹ (fig. 5). D'autres dessins sont hors série: la tombe dite *Casa Rossa* hors Porta Santa Maria Maggiore, l'*Osteria di Centocelle* sur la via Labicana. Seuls deux dessins – une feuille de détails du Panthéon (n.^{os} 139/140) – concernent Rome.

³⁶ B. Pereira, "A livraria de Aquiles Estação"; Maria Teresa Rosa Corsini, *I Libri di Achille Stazio alle origine della Biblioteca Vallicelliana*.

³⁷ Bibliothèque Vallicelliana, Rome, S. Borr. I. I. 48 (7). Voir Maria Teresa R. Corsini, *Ibidem*, cat. 53d. Nous n'avons pas pu consulter l'exemplaire, difficile d'accès, qui comprend deux pages entières de notes manuscrites d'Aquiles Estação à la fin, p. [20] et p. [21] et une partie de p. [22].

³⁸ BNP Lisbonne, ENC. 20.

³⁹ T. Ashby, "Classical Topography in the Roman Campagna, II: the Viae Salaria, Nomentana and Tiburtina". I. Campbell, "The anonymous...", en reproduit une partie, fig. 10. Voir aussi T. Ashby, *La Campagna romana al tempo di Paolo III. Mappa della Campagna romana del 1547 di Eufrosino della Volpaia riprodotta dall'unico esemplare esistente nella Biblioteca Vaticana*.



5. Eufrosino della Volpaia, *Mappa della Campagna romana*, 1547, détail. D'après Ashby, 1914.

Ses dessins ont été tracés entre mai 1568 et septembre 1570, sous le pontificat du pape Pie V (1566-1572). Quatre dates sont mentionnées: mai 1568 sur la via Appia; 9 juin 1570 sur la via Latina; août 1570 à Albano; septembre 1570 sur la via Appia, au retour d'Albano.

Le Portugais dessine en grande majorité les tombes situées le long des voies romaines au sortir des portes de la ville – certaines conservaient encore leur riche décoration de stuc peint, en particulier les tombes du II^e siècle après J. C. –, depuis le premier dessin de mai 1568, d'un style et d'une écriture encore mal assurés, jusqu'aux dessins de 1570 du groupe de tombes richement décorées de stuc, hors de la Porta San Giovanni, sur la Via Latina au lieu-dit *Le Forme*, près du segment d'aqueducs, dûment stipulé dans son commentaire manuscrit (fig. 6 et 7).⁴⁰

⁴⁰ Windsor, RL 10 369, *Architectura civile*, fol. 16, 260x202 mm (I. Campbell, "The anonymous...", n.° 102. Voir aussi les dessins n.°s 105, 108, 109, 110).



6. Anonyme Portugais, Tombe hors de la Porta Latina, d'après Campbell 2004, n.° 105.



7. Anonyme Portugais, Tombe à deux milles de la Porta Latina, d'après Campbell 2004, n.° 108.

Outre les tombes sur les voies romaines, l'Anonyme portugais prit un soin particulier à relever les nymphées, à commencer par la Fontaine de la nymphe Egeria⁴¹ non loin de l'église San Sebastiano, un relevé précis et bien différent de la reconstitution qu'en livre Francisco de Holanda dans ses *Antigualhas* (f. 33v, fig. 8 et 9).

En août 1570, il dessine le plan de la Villa de Domitien à Castel Gandolfo (n.° 120)⁴² avec l'indication des quatre nymphées, alternativement quadrangulaires et curvilignes sur l'un des grands côtés de l'enceinte. Il souligne dans son commentaire la beauté de la décoration de stuc orné de figures ainsi que la vue magnifique sur le lac d'Albano. C'est le premier relevé connu des ruines de la Villa de Domitien avant qu'elle ne soit transformée en jardins pour la Villa Barberini vers 1630, d'où, note Campbell, l'intérêt de ces dessins pour les archéologues.

Il dessine le plan des nymphées dorique et Bergantino au lac Albano⁴³ et la vue intérieure du nymphée⁴⁴ dorique rendu célèbre par la gravure à

⁴¹ Windsor, RL 10 373, *Architectura civile*, fol. 20; 244x212 mm (I. Campbell, *Ibidem*, n.° 112).

⁴² Windsor, RL 10 365 verso, *Architectura civile*, fol. 12 verso (I. Campbell, *Ibidem*, n.° 120).

⁴³ Windsor, RL 10 371, *Architectura civile*, fol. 18, 334x229 mm (I. Campbell, *Ibidem*, n.° 122).

⁴⁴ Windsor, RL 10 359, *Architectura civile*, fol. 6 verso (à l'origine sans doute le recto) (I. Campbell, *Ibidem*, n.° 123).



8. Anonyme Portugais, Fontaine de la nymphe Égérie, valle de la Caffarella, d'après Campbell 2004, n.° 112.



9. Francisco de Holanda, Fontaine de la nymphe Égérie, *Antigualhas* f. 33v, Escorial, Biblioteca de San Lorenzo de El Escorial.

l'eau-forte de Piranèse, un Piranèse qui, avant de quitter Rome en 1762, s'est peut-être inspiré du dessin de l'Anonyme portugais, alors dans la collection Albani, en intégrant ces mêmes pilastres doriques (fig. 10)⁴⁵. C'est, à cette date, un témoignage graphique unique sur ces édifices antiques qui devaient tant fasciner Cassiano dal Pozzo au XVII^e siècle⁴⁶, comme l'attestent les relevés qu'il commanda vers 1629.

Outre la Villa de Domitien à Castel Gandolfo, le Portugais dessine encore d'autres villas romaines, la salle octogonale de la Villa des Gordiens sur la via Praenestina à la riche décoration de stucs – premier dessin du volume d'*Architettura civile* (fig. 11)⁴⁷ –, le cryptoportique de la Villa de Maxentius sur la via Appia⁴⁸ et, à la Villa Hadriana⁴⁹, un plafond de stuc et un pavement de mosaïque noir et blanc (fig. 12).

⁴⁵ D'après les notes de Noach, selon les fiches non publiées dans la *Print Room* de la Royal Library à Windsor, compilées en 1947-1960, cité par I. Campbell, *Ibidem*, p. 368.

⁴⁶ I. Campbell, *Ibidem*, *Emissarium* ou déversoir du lac Albano n.° 254; vue des quatre nymphées de la Villa Domitien n.° 255; n.° 260, nymphée dorique au lac Albano; n.° 261, nymphée Bergantino au lac Albano.

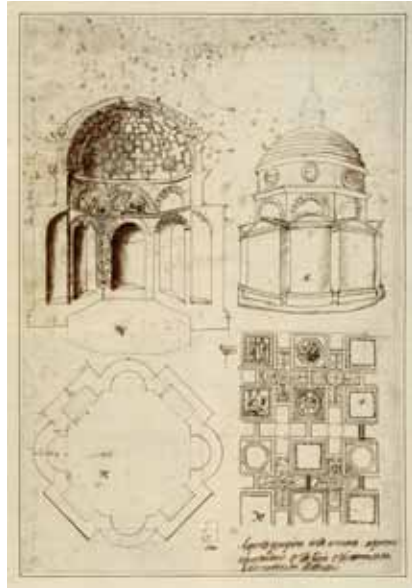
⁴⁷ Windsor, RL 10 354 *Architettura Civile*, fol. 1 (I. Campbell, *Ibidem*, n.° 114).

⁴⁸ Windsor, RL 10 375 *Architettura Civile*, fol. 122v (I. Campbell, *Ibidem*, n.° 129).

⁴⁹ Windsor, RL 10 440 *Architettura Civile*, fol. 83 (I. Campbell, *Ibidem*, n.° 134).



10. Anonyme Portugais, Nymphée dorique au-dessous de Castel Gandolfo, d'après Campbell 2004, n.° 123.



11. Anonyme Portugais, Salle octogonale de la Villa Gordiani, complété par Giovan Battista Montano, d'après Campbell 2004, n.° 114.

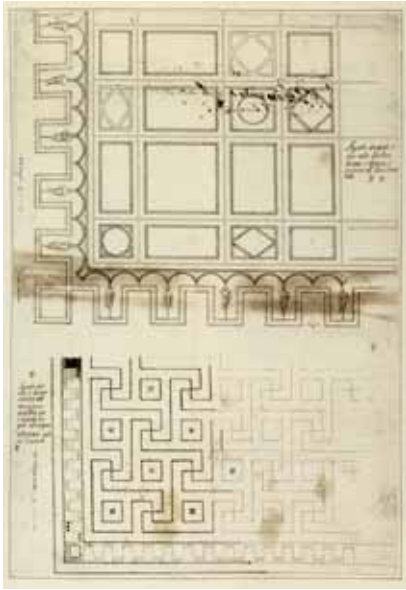
Ce sont des dessins d'architecte, dotés de mesures précises en *palmi*, qui révèlent une maîtrise parfaite des différents modes de représentation alors pratiqués à Rome dans le cercle de Pirro Ligorio (1513-1583): la coupe en perspective; la combinaison d'élévation orthogonale de la façade et projection oblique pour le côté droit, combinaison que Ligorio, inspiré des monnaies romaines qu'il découvrait, pratiquait souvent (fig. 13).

L'Anonyme portugais manifeste les mêmes intérêts qui avaient été ceux, au milieu du XVI^e siècle, du dessinateur anonyme du codex Destailleur B de l'Ermitage – Battista Franco (Venise, v. 1510-1561), selon l'identification hypothétique d'Orietta Lanzarini⁵⁰. Cette dernière relève les convergences des deux dessinateurs, dans le sillage de Pirro Ligorio⁵¹: le relevé des mêmes *sepolcri* sur les *vie* Latina et Appia, selon l'itinéraire de Pirro Ligorio, tel qu'il ressort de ses livres manuscrits⁵²; celui du plan de la villa de Maxence sur la

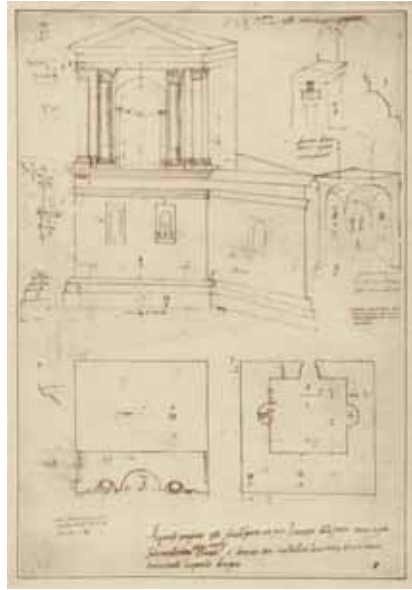
⁵⁰ Orietta Lanzarini, "Questo libro fu d'Andrea Palladio": il codice Destailleur B dell'Ermitage, p. 69.

⁵¹ *Ibidem*, pp. 69, 90, 119 (*Index nominum*, Anonymous Portuguese).

⁵² Federico Rausa, "Disegni di monumenti funerari romani in alcuni mss. di Pirro Ligorio", pp. 513-550; *Idem*, *Pirro Ligori. Tombe et mausolei dei romani*.



12. Anonyme Portugais, Plafond de stuc et pavement de mosaïque à la Villa Hadriana à Tivoli, d'après Campbell 2004, n.° 134.



13. Anonyme Portugais, Tombe à 9 milles sur la via Appia, d'après Campbell 2004, n.° 124.

Via Appia⁵³. Ils vont l'un et l'autre à Albano et dessinent S. Maria Redonda, un ancien nymphée de Domitien (I^{er} s.) transformé en église (IX^e-XI^e s.).⁵⁴

De par le choix et le style des relevés, l'analyse des dessins de l'Anonyme portugais montre ainsi sa proximité avec divers artistes ayant travaillé ou travaillant à Rome à l'époque. Dans son introduction et dans l'analyse précise de chacun des dessins de l'Anonyme portugais du volume d'*Architectura Civile*, Ian Campbell ne manque pas de renvoyer aux artistes qui dessinèrent les mêmes édifices antiques ou qui ont copié les dessins du Portugais, indice précieux pour reconstituer le milieu artistique où Nicolau de Frias a évolué dans ses années romaines. On peut ainsi relever les noms de Pirro Ligorio, Sallustio Peruzzi, Giovanni Antonio Dosio et Giovanni Battista Montano,

⁵³ I. Campbell, "The Anonymous Portuguese...", cat. n.° 129; O. Lanzarini, "Questo libro fu d'Andrea Palladio": il codice Destailleur B dell'Ermitage, tav. XVIII; Dest. B f. 57v (54v).

⁵⁴ I. Campbell, "The Anonymous Portuguese...", cat. n.° 119 S. Maria Rotonda, Albano, section and plan; Windsor, RL 10365, *Architectura civile*, fol. 12; O. Lanzarini, "Questo libro fu d'Andrea Palladio": il codice Destailleur B dell'Ermitage, p. 101 (Dest. B, f. 24r et Dest. A 18r).

ainsi qu'un ou plusieurs artistes français anonymes auteurs des dessins du Codex Destailleur D de Berlin.⁵⁵

Lorsque le Portugais commence ses relevés en mai 1568, Pirro Ligorio prépare son départ pour Ferrare où il arrive le 1^{er} décembre 1568, en qualité d'*anti-quario* d'Alphonse II d'Este, remplaçant Enea Vico qui venait de mourir.

Depuis la perte de son statut d'architecte du pape Pie V, alors qu'il travaillait sur le projet de la coupole de Michel-Ange à Saint-Pierre, suite aux dénonciations de Guglielmo della Porta et à son emprisonnement⁵⁶, Ligorio s'était conservé à Rome. Il travaillait à Tivoli en 1567 pour le cardinal Hippolyte II d'Este (1509-1572) et dessinait la fameuse *Rometta* de sa villa. Il avait vendu en janvier 1567 son encyclopédie de l'Antiquité au cardinal Alexandre Farnèse par l'intermédiaire de Fulvio Orsini, en raison sans doute des difficultés financières qu'il traversait. Les dix volumes de Ligorio, enrichis de dessins (aujourd'hui à la BN de Naples), étaient à Rome sous la bonne garde de Fulvio Orsini, et donc consultables au moment du séjour romain du Portugais. L'Anonyme portugais, qui est proche de Ligorio dans son mode de représentation graphique comme dans le choix des édifices représentés, l'a-t-il connu à son arrivée dans la cité ? Son relevé d'un plafond peint et d'un pavement de mosaïque à la Villa Hadriana a convaincu Eugenia Salza Prina Ricotti, qui a fait de l'Anonyme portugais un des collaborateurs de Ligorio (fig. 12). En tous cas, il a dû avoir connaissance de ses dessins.

Sallustio Peruzzi (Rome v. 1511-1512 – 1572) est également absent de Rome: au service de Maximilien II d'Autriche, il quitte la ville début décembre 1567 et ne revient que pour un court séjour à la Noël 1569⁵⁷. On trouve en revanche à Rome Giovan Andrea Dosio et Etienne Dupérac, entre 1560-1578, et encore Guglielmo della Porta et Giovan Battista Montano.

Peu après le départ de Ligorio pour Ferrare en 1568, Guglielmo della Porta, l'artisan de la chute de l'architecte du pape, mit en œuvre un vaste programme de relevé graphique de la Rome antique et moderne, ainsi que de ses alentours, en faisant appel aux forces en présence, comme il l'expose dans sa lettre à Bartolomeo Ammannati de 1569⁵⁸. Le projet, trop ambitieux, n'aboutira pas.

⁵⁵ I. Campbell, "Anonymous...", pp. 30, 31, 315.

⁵⁶ E. Mandowsky et Ch. Mitchell, *Pirro Ligorio's Antiquities. The Drawings in the Ms XIII.B in the National Library in Naples*, pp. 3-4; D. Coffin, "Pirro Ligorio on the Nobility of the Arts", p. 204 et note 52.

⁵⁷ M. Ricci, "Sallustio Peruzzi", *Dizionario biografico degli Italiani*.

⁵⁸ I. Campbell, "The anonymous...", p. 30 et note 136; cette lettre est publiée par W. Gramberg, *Die Düsseldorfer Skizzenbücher des Guglielmo della Porta*, I, pp. 122-127 et commentée par Linda Fairbairn, *Italian Renaissance Drawings from the Collection of Sir John Soane's Museum*, II, p. 544 et "Giovanni Battista Montano (c. 1534-1621)". Voir aussi Stefano Pierguidi, "Il trattarello di Guglielmo della Porta: l'antagonismo con Vasari e i plagi da Tolomei e Ligori".

Selon Linda Fairbairn et Ian Campbell, l'intense activité graphique menée à Rome et dans la *Campagna* romaine en cette fin du XVI^e siècle, avec la participation de Sallustio Peruzzi, Giovan Andrea Dosio, Giovanni Battista Montano, pourrait ainsi faire partie du vaste projet de Guglielmo della Porta, dans la lignée de l'Accademia della Virtù de Claudio Tolomei des années 1540, comme Della Porta le décrit dans sa lettre-programme à Bartolomeo Ammanati en 1569⁵⁹. Toujours présent, Annibal Caro (1507-1566) faisait le lien entre les deux époques, celle du pontificat de Paul III (1534-1549) et celle du pontificat de Pie V (1566-1572), comme le souligne Fairbairn. L'activité graphique de l'Anonyme portugais pourrait également s'intégrer dans ce cadre, comme le développe dans la foulée Campbell en 2004. L'hypothèse de Campbell est d'autant plus probable quand on connaît les liens de Guglielmo della Porta avec le cardinal Ricci da Montepulciano, protecteur des artistes portugais à Rome depuis sa nonciature au Portugal (1545-1550).

Guglielmo della Porta (1515-1577), arrivé à Rome depuis le Nord de l'Italie à la fin des années 1530, venu de Gênes en 1537 avec Perino del Vaga, fit partie de la Rome qu'avait connue Francisco de Holanda (1538-1540) et il est toujours là, dans la Rome que fréquente Nicolau de Frias à la fin des années 1560. Guglielmo della Porta, qui avait restauré les statues antiques du cardinal Farnèse, est étroitement lié au cardinal Giovanni Ricci da Montepulciano. En 1547, nous l'avons déjà signalé, le cardinal Farnèse avait demandé à Ricci de trouver au cours de sa nonciature au Portugal quelque pension dans ce pays pour Guglielmo della Porta⁶⁰. Frias pourrait ainsi avoir été introduit dans le monde artistique romain, et dans cette entreprise de relevé graphique, par le biais de Guglielmo della Porta et à la demande du cardinal Ricci.

Grâce à Della Porta, le Portugais put éventuellement faire la connaissance de Giovanni Antonio Dosio (Florence 1533-Naples 1605), alors à Rome, ainsi que de Giovan Battista Montano. Campbell note en effet les contacts entre Dosio et Guglielmo della Porta⁶¹. Arrivé à Rome en 1548, Dosio fit d'abord partie de l'atelier du sculpteur Raffaello da Montelupo, puis, à la mort de ce dernier, il

⁵⁹ W. Gramberg, *Die Düsseldorf Skizzenbücher des Guglielmo della Porta*, pp. 122-128, cat. n.° 228; voir encore L. Fairbairn, *Italian Renaissance Drawings from the Collection of Sir John Soane's Museum*, p. 544; I. Campbell, "The anonymous...".

⁶⁰ Lettre du cardinal Alexandre Farnèse à Giovanni Ricci, Rome 20 novembre 1547, publiée par Charles-Martial De Witte, *La Correspondance des premiers nonces permanents au Portugal, 1532-1553*, doc. 232. Sur Guglielmo della Porta et le cardinal Giovanni Ricci Montepulciano, voir S. Deswarte-Rosa, "Le cardinal Ricci et Philippe II: cadeaux d'œuvres d'art et envoi d'artistes", et plus généralement, "Le cardinal Ricci de Montepulciano".

⁶¹ I. Campbell, "The anonymous...", p. 29.

passa dans le *studio* de Guglielmo della Porta au début des années 1550; il resta proche de Della Porta jusque dans les années 1570.

Parmi les artistes qui travaillaient au relevé d'après l'antique, on trouve Sallustio Peruzzi, fils du grand Baldassare Peruzzi, un dessinateur prolifique d'après l'antique et qui a produit sous la direction de Pirro Ligorio au Vatican. Beaucoup d'édifices relevés par Sallustio Peruzzi se retrouvent aussi chez l'Anonyme portugais, ainsi des tombes sur la via Appia ou la *Casa Rossa* sur la via Praenestina⁶². Dans plusieurs cas, l'Anonyme portugais et Sallustio Peruzzi ont été les seuls à faire le relevé d'édifices de la campagne romaine, notamment une tombe sur la via Appia⁶³, comme le souligne Ian Campbell. Ou encore le Portugais dessine-t-il, en août 1570, la coupe et le plan du *tempio* de Santa Maria Rotonda à Albano⁶⁴ en en accentuant l'arrondi, comme le fait Sallustio Peruzzi, pour que le plan ressemble à celui du Panthéon⁶⁵. Le goût et le choix des mêmes édifices romains peut être un indice du voisinage qui a existé, d'une façon ou d'une autre, entre les deux artistes à l'occasion du séjour à Rome à la Noël 1569, ou par le biais des dessins.

À Rome on retrouve aussi Giovanni Battista Montano (1524-1621), ébéniste de formation, *falegname antiquario*, comme Frias. Ces mêmes années, Battista Montano dessine un grand nombre d'édifices antiques romains (au moins 360 dessins), dont 21 figurent dans le *Paper Museum* de Cassiano dal Pozzo, peut-être dans le cadre du *corpus* graphique de Guglielmo della Porta⁶⁶. Il produisait ses dessins en plusieurs exemplaires pour un public d'amateurs, antiquaires et architectes, si bien qu'on les retrouve à Paris, Londres, Milan, Madrid. Liés par l'exercice d'une même profession et par une pratique intensive du dessin d'architecture, Frias et Montano ont pu se retrouver dans le cadre de la *Congregazione dei Virtuosi* au Panthéon, dont le saint patron était S. Giuseppe dei Falegnami, selon Linda Fairbairn et Ian Campbell (fig. 14). Signe de leur proximité, c'est Giovanni Battista Montano qui a d'abord eu entre les mains les dessins de l'Anonyme portugais avant qu'ils ne passent, avec ceux de Montano, dans celles de Cassiano dal Pozzo au XVII^e siècle.

Pour certains de ses dessins, Montano semble s'inspirer du Portugais⁶⁷, mais c'est bien lui qui complètera à la pierre noire les dessins du Portugais qu'il

⁶² Anonyme portugais n.° 137 et S. Peruzzi (UA 662).

⁶³ Anonyme portugais n.° 125 et S. Peruzzi (UA 665v).

⁶⁴ Windsor, RL 10365, *Architectura civile*, fol. 12 (I. Campbell, "The anonymous...", n.° 119).

⁶⁵ Sallustio Peruzzi, Florence UA 664 (Bartoli 1914-22, IV, fig. 678; VI, p. 120); Orietta Vasori, *I Monumenti antichi in Italia nei disegni degli Uffizi*, pp. 210-212, n.° 159.

⁶⁶ I. Campbell, "The anonymous...", pp. 30-31 et cat. n.° 147-167, analysés par Linda Fairbairn.

⁶⁷ Telle l'élévation d'une tombe sur la via Latina. Voir L. Fairbairn, *Italian Renaissance Drawings from the Collection of Sir John Soane's Museum*, II, p. 739, cat. 1036), repris de l'Anonyme portugais (I. Campbell, "The anonymous...", n.° 104) Telle encore la tombe de la via Latina Montano n.° 156 et



14. Vincenzo de' Rossi (1525-1587), *Saint Joseph et l'Enfant Jésus*, v. 1550-1560, Panthéon, *Cappella di S. Giuseppe dei Falegnami*, saint patron de la *Congregazione dei Virtuosi*. Photo S. Deswarte-Rosa.

possédait. Ainsi le dessin n.º 114 – le premier du volume *Architectura civile* du *Paper Museum* (fig. 11) – représentant la salle octogonale de la Villa Gordiani sur la via Praenestina, où le dôme est couronné d'une lanterne, au crayon.

Montano se servait de ces dessins dans son enseignement de l'architecture à l'*Accademia di San Luca* à Rome, comme le fera sans doute Frias à Lisbonne, dans son école-atelier, où il enseigne le métier d'ébéniste et le dessin d'architecture.

Anonyme Portugais n.º 108), tel l'édifice aux trois absides – *triconch buildings* (Montano n.º 172, repris du Portugais n.º 115d).

Note: je remercie Arnold Nesselrath et Ian Campbell, pour avoir attiré, il y a longtemps, mon attention sur l'Anonyme portugais, Vítor Serrão, pour son invitation à me pencher plus longuement sur ces dessins pour la revue *Artis* ("Identificação do Anónimo português do Museo Cartaceo de Cassiano dal Pozzo: Nicolau de Frias em Roma, 1568-1570", *Artis*, 5, 2017, pp. 16-27). Une pensée particulière va à Alberto Rosa, qui a choisi de partir sur l'autre rive le 23 août 2017 à Chevinay, dans la maison de l'Étoile et des Éclairs, alors que nous cherchions un titre pour cet article. Il avait écrit sur la couverture d'un cahier d'écolier: *The Case of the Anonymous Portuguese*. Enfin, un grand merci à Isabel Almeida et Ilda Mendes pour leur invitation, qui me permet de faire paraître ce texte en français, langue dans laquelle il a été originellement composé, et dans une version revue et corrigée.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

MANUSCRITS

ANTT [Arquivo Nacional da Torre do Tombo], Cartório Notarial, n.º 7-A, l.º 5 MS 27, Rome, Biblioteca dell'Istituto di Archeologia e Storia dell'Arte (BIASA)

IMPRIMÉS

- ADAMS, Nicholas; PEPPER, Simon, "The Fortification Drawings", in Christoph L. Frommel & Nicolas Adams, *The Architectural Drawings of Antonio da Sangallo the Younger and his Circle*, vol. I. *Fortifications, Machines and Festival Architecture*, New York, The Architectural History Foundation, 1994
- ASHBY, Thomas, "Classical Topography in the Roman Campagna, II: the Viae Salaria, Nomentana and Tiburtina", *Papers of the British School at Rome*, III, 1906, pp. 1-212
- ASHBY, Thomas, *La Campagna romana al tempo di Paolo III. Mappa della Campagna romana del 1547 di Eufrosino della Volpaia riprodotta dall'unico esemplare esistente nella Biblioteca Vaticana*, Rome, Biblioteca Vaticana, 1914
- BERNOÏT, F., "Farnesiana. II La Maison du cardinal Farnèse", *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire. École Française de Rome*, XL, 1923, Fasc. I-II, pp. 198-206
- CAETANO, Joaquim Oliveira, "Arquitectos, Engenheiros e Mestres de obras do aqueduto das Águas Livres", in *D. João V e o abastecimento de água à cidade de Lisboa*, Lisbonne, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, pp. 67-100

- CAMPBELL, Ian, "The Anonymous Portuguese Draughtsman [102-146]", in *Ancient Roman Topography and Architecture*, vol. 1, Londres, The Royal collection, Harvey Miller Publishers, 2004, pp. 312-428
- CIAPPONI, Lucia A., "Fra Giocondo tra filologia e architettura", in Pierre Gros, Pier Nicola Pagliara (éds.), *Giovanni Giocondo, umanista, architetto e antiquario*, Venise, Marsilio, 2014, pp. 221-234
- COFFIN, David R., "Pirro Ligorio on the Nobility of the Arts", *Journal of the Courtauld and Warburg Institute*, 27, 1964, pp. 191-210
- CORSINI, Maria Teresa Rosa, *I Libri di Achille Stazio alle origine della Biblioteca Vallicelliana*, Rome, Edizioni De Luca, 1995
- DACOS, N., "Tommaso Vincidor, un élève de Raphaël aux Pays-Bas", in *Relations artistiques entre les Pays-Bas et l'Italie à la Renaissance. Études dédiées à Suzanne Sulzberger*, Rome, Academia Belgica, 1980, pp. 61-98
- DE VOS, Mariette, "Presentazione", in Marina De Franceschini (éd.), *Villa Adriana, mosaici, pavimenti, edifici*, Rome, "L'Erma" di Bretschneider, 1991, pp. IX-XVIII
- DESWARTE, Sylvie, "Contribution à la connaissance de Francisco de Hollanda", *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. VII, Lisbonne-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1973, pp. 421-429
- DESWARTE-ROSA, Sylvie, "Francisco de Hollanda et les études vitruviennes en Italie", in *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica, V centenário da morte de João de Ruão, Rouen 1500-Coimbra 1580. Actas do simpósio internacional organizado pelo Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Epartur, 1981, pp. 227-280
- DESWARTE-ROSA, Sylvie, "Le cardinal Ricci et Philippe II: cadeaux d'œuvres d'art et envoi d'artistes", *Revue de l'art*, 88, 1990, pp. 52-63
- DESWARTE-ROSA, Sylvie, "Le cardinal Ricci de Montepulciano", in André Chastel (dir.), *La Villa Médicis*, vol. II, Rome, Académie de France à Rome-École Française de Rome, 1991, pp. 110-169
- DESWARTE-ROSA, Sylvie, *Ideias e Imagens em Portugal na Época dos Descobrimentos. Francisco de Holanda e a Teoria da Arte*, Lisbonne, Difel, 1992
- DESWARTE-ROSA, Sylvie, "Par-dessus l'épaule de l'artiste... Les livres annotés de Francisco de Holanda", *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, XXXIX ("Biographies"), Lisbonne-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 231-264
- DESWARTE-ROSA, Sylvie, "Sous la dictée de la Sibylle. Épigraphie et Poésie. Un exemplaire des *Epigrammata Antiquae Urbis* annoté par André de Resende et Francisco de Holanda", in Gérard González Germain (éd.), *Peregrinationes*

- ad inscriptiones colligendas. Estudios sobre epigrafía de tradición manuscrita*, Bellaterra, Universitat Autònoma de Barcelona, 2016, pp. 73-134
- DESWARTE-ROSA, Sylvie, “Francisco de Holanda à Bologne, Pâques 1540. Les Portugais et Bologne durant la première moitié du Cinquecento”, in Micaela Antonucci et Sabine Frommel (éds.), *Da Bologna all’ Europa. Artisti bolognesi in Portogallo (XVI-XIX secolo)*, Bologne, Bononia University Press, 2017, pp. 21-70
- DE WITTE, Charles-Martial, *La Correspondance des premiers nonces permanents au Portugal, 1532-1553*, II, Textes, Lisbonne, Academia Portuguesa da História, 1980
- FAIRBAIRN, Linda, “Giovanni Battista Montano (c. 1534-1621)”, in Ian Campbell (éd.), *Ancient Roman Topography and Architecture*, vol. II, Londres, Harvey Miller Publishers, 2004, pp. 442-477
- FAIRBAIRN, Linda, *Italian Renaissance Drawings from the Collection of Sir John Soane’s Museum*, vol. 2, Londres, Azimuth Editions, 2018
- GEYMÜLLER, H. de, *Les Du Cerceau. Leur vie et leur œuvre d’après de nouvelles recherches*, Paris, 1887
- GEYMÜLLER, H. de, “Trois Albums de dessins de Fra Giocondo”, in *Mélanges d’archéologie et d’histoire*, École Française de Rome (MEFRA), 11, 1891, pp. 133-158
- GRAMBERG, W., *Die Düsseldorf Skizzenbücher des Guglielmo della Porta*, 3 vols., Berlin, Mann, 1964
- HOLANDA, Francisco de, *Da Pintura Antigua*, Angel González Garcia (éd.), Lisbonne, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984
- LANZARINI, Orietta & MARTINIS, Roberta, “Questo libro fu d’Andrea Palladio”: *il codice Destailleur B dell’Ermitage*, Rome, “L’Erma” di Bretschneider, 2015
- MANDOWSKY, Erna & MITCHELL, Charles, *Pirro Ligorio’s Antiquities. The Drawings in the Ms XIII.B in the National Library in Naples*, Londres, Warburg Institute, University of London, 1963
- MARIÁS, Fernando, *El largo Siglo XVI. Los usos artísticos del Renacimiento español*, Madrid, Taurus, 1989
- MOITA, Irisalva, “O Aqueduto das Águas Livres e Abastecimento de água a Lisboa” in *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, Lisbonne, Câmara Municipal de Lisboa, 1990, pp. 9-66
- MORENO MENDOZA, Arsenio, *Francisco del Castillo y la arquitectura manierista andaluza*, s.l, s.n, 1984
- MOREIRA, Rafael, “Novos dados sobre Francisco de Holanda”, *Sintria*, I-II (I), 1982-1983, 1988, pp. 619-692

- NESSLRATH, Arnold, *Das Fossombronner Skizzenbuch*, Londres, Warburg Institute, 1993
- PAGLIARA, Pier Nicola, “Giovanni Giocondo da Verona”, in *Dizionario Biografico degli Italiani*, volume 56, Rome, Istituto della Enciclopedia Italiana, 2001, pp. 326-338
- PEREIRA, Belmiro Fernandes, “A livraria de Aquiles Estaço”, *Humanitas*, 45, 1993, pp. 255-306
- PIERGUIDI, Stefano, “Il trattarello di Guglielmo della Porta: l’antagonismo con Vasari e i plagi da Tolomei e Ligori”, *Arte Lombarda*, N.S., 170/171, 2014, pp. 136-149
- RACZYNSKI, Athanasius, *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, Paris, Jules Renouard et Cie, Libraires-Éditeurs, 1847
- RAUSA, Federico, “Disegni di monumenti funerari romani in alcuni mss. di Pirro Ligorio”, *Rendiconti della R. Accademia dei Lincei*, VII, S. IX, 1996, pp. 513-550
- RAUSA, Federico, *Pirro Ligorio. Tombe et mausolei dei romani*, Roma, 1997
- RICCI, Maurizio, “Sallustio Peruzzi”, *Dizionario biografico degli Italiani*, vol. 82, Rome, Istituto della enciclopedia italiana, 2015 [version en ligne]
- RICOTTI, Eugenia Salza Prina, “Villa Adriana in Pirro Ligorio e Francesco Contini”, in *Atti della Accademia Nazionale dei Lincei (Classe scienze morali storiche e filologiche. Memorie)*, ser. VIII, vol. XVII.I, 1973, pp. 3-47
- RUÃO, Carlos, “*O Eupalinos Moderno*”: teoria e prática da arquitetura religiosa em Portugal: 1550-1640, Thèse de doctorat en Lettres (Histoire de l’Art), Faculté des Lettres de Coimbra, 2006.
- SALAS, Xavier de & MARÍAS, Fernando, *El Greco y el arte de su tiempo. Las notas de El Greco a Vasari*, Tolède, Real Fundación de Toledo, 1992
- SERRÃO, Vítor, “Marcos de Magalhães, arquitecto e entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)”, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, n.º 89, 1.º tomo, 1983, pp. 271-329
- SERRÃO, Vítor (dir.), *A Pintura maneirista em Portugal. Arte no Tempo de Camões*, Lisbonne, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Centro Cultural de Belém, 1995
- SERRÃO, Vítor, *Arte, religião e imagens em Évora no tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602*, Vila Viçosa, Fundação da Casa de Bragança, 2015
- SERRÃO, Vítor, “Viaggio a Roma. Campelo e os pintores maneiristas portugueses com presença na Cidade Papal”, in Jesús Palomero Paramo (coord.), *Roma Qvanta Fvit Ipsa Rvina Docet. Nicole Dacos In Memoriam*, Huelva, Universidad de Huelva, 2017, pp. 53-74

- SOROMENHO, Miguel, "Classicismo, italianismo e 'estilo chão'. O ciclo filipino", in *História da Arte Portuguesa*, Lisbonne, Círculo dos Leitores, II, 1995, pp. 377-403
- TORMO, E., *Os desenhos das Antigualhas que vio Francisco d'Olanda pintor português (1539-1540)*, Madrid, 1940
- VASARI, Giorgio, *Vite de' piu eccellenti Pittori, Scultori et Architettori*, Florence, Giunti, 1568
- VASARI, Giorgio, *Les vies des meilleurs peintres, sculpteurs et architectes*, traduction et édition commentée sous la direction d'André Chastel, Paris, éd. Berger-Levrault, 12 vol., 1981-1989
- VASORI, Orietta, *I Monumenti antichi in Italia nei disegni degli Uffizi*, Rome, De Luca, 1981
- VITERBO, Sousa, *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou a serviço de Portugal*, vol. I, Lisbonne, Imprensa Nacional, 1899 (reéd. 1988)

“Ó livro se te perderes”: Práticas de circulação, posse e uso dos livros em bibliotecas religiosas

Fernanda Maria Guedes de Campos

CHAM, FCSH-UNL e UAÇ; CEHR-UCP

A BIBLIOTECA COMUM

Estudar bibliotecas de instituições religiosas regulares do Antigo Regime pressupõe o contacto e o reconhecimento de colecções de livros, de extensão e organização variadas, constituídas em observância de regras ou estatutos da ordem ou congregação a que a instituição pertencia. Nas palavras de Aires A. Nascimento, referindo-se às livrarias cistercienses: “Por exigência da Regra, uma comunidade monástica precisava de livros e, por estatutos, nenhuma nova fundação podia ser feita sem que lhe fossem garantidos os livros necessários por parte do fundador ou da abadia-mãe”¹. A biblioteca fazia parte integrante do espaço comunitário e destinava-se ao uso de quem, nesse espaço, habitava. A sua missão primordial consistia em representar o movimento geral da vida da Igreja, através dos textos necessários para assegurar aos membros da comunidade um sustentáculo espiritual através da palavra escrita.²

A percepção geral que se tem destas bibliotecas vive muito, ainda hoje, de imagens e estereótipos. O mais comum, com raízes na iconografia medieval, é o que mostra a biblioteca de um mosteiro com os seus livros pacientemente copiados e decorados pelos monges. É verdade que num tempo de escassez de textos escritos, obtidos essencialmente de cópias múltiplas destinadas a assegurar o sustentáculo espiritual que acima referimos, as bibliotecas monásticas eram lugares de leitura e aquisição de conhecimentos e, simultaneamente, centros de produção de livros. Sendo muito reduzida a população que sabia ler e poucos os livros disponíveis, as bibliotecas religiosas, antes da invenção da imprensa,

¹ Aires A. Nascimento, “O ‘scriptorium’ medieval”, vol. I, p. 91.

² Cf. H. A. Peterson, *The genesis of monastic libraries*. O autor baseia-se na análise das primeiras regras monásticas para justificar a tese de que, desde os primórdios da vida regular, as obras escritas eram colecionadas e os seus conteúdos lidos enquanto actividades necessárias para alcançar o conhecimento da palavra de Deus e a santidade.

funcionavam como garantes de uma cultura que tinha na escrita a sua expressão principal. De acordo com Guglielmo Cavallo, que se tem dedicado ao estudo das bibliotecas da Antiguidade e dos primeiros tempos do cristianismo:

Dans le monde des représentations du monachisme antique, les livres, la copie des livres, les bibliothèques se révèlent étroitement liés. Mais la réalité est bien plus complexe. En particulier, le rôle dévolu aux bibliothèques monastiques dans la transmission des textes a différé dans le temps et dans ses modalités.³

Para além do estereótipo do monge copista, há outro que se relaciona mais com o aspecto do espaço da livraria: os livros acumulados em grandes estantes, alguns fechados ou sujeitos a cadeados, as belas encadernações, as profusas ilustrações resultantes das iluminuras e, na Época Moderna, a arquitectura elaborada da sala ou salas da biblioteca, a decoração com quadros, estátuas, globos terrestres e celestes, as colecções de manuscritos e livros, mas também de mapas, gravuras, medalhas e moedas, em suma, um depósito de riquezas de que poucos usufruíam.

Ora a magnificência ou a simplicidade do espaço e da sua colecção relacionam-se com o poder e a missão da comunidade onde se inserem, pelo menos num determinado momento da sua vida, pois a verdade é que a história das bibliotecas religiosas reflecte o ambiente socio-cultural, religioso e político em que as instituições regulares foram participando. Interessa, apenas para contextualizar o objectivo primeiro deste estudo, reiterar que a existência de bibliotecas, ou, pelo menos, conjuntos de livros nas instituições religiosas regulares do Antigo Regime, é uma realidade presente desde a Idade Média, qualquer que fosse a ordem religiosa e o género do estabelecimento. Um mosteiro sem livros era comparado a uma fortaleza sem armas, e, se o alimento do corpo era fundamental para a sobrevivência física, idêntica função se reconhecia ao livro para sustento do espírito.

Habitamo-nos a conhecer e a reconhecer a presença dos livros – de forma mais ou menos organizada, com ou sem um espaço próprio e em quantidades por vezes muito díspares –, sobretudo através dos inventários ou catálogos que até nós chegaram, preparados pelos bibliotecários em diferentes épocas e com distintos modelos. Porém, se é verdade que nestes instrumentos de trabalho se listam os livros ao tempo existentes na instituição religiosa, não obtemos neles informação sobre se esses livros eram lidos, quem os lia e como os lia. Podemos,

³ G. Cavallo, "Les bibliothèques monastiques", p. 263.

no entanto, recorrer a uma fonte importante, as Regras e Estatutos das ordens, para avaliar da relevância que se dava à biblioteca comum (ou da comunidade) e ao seu recheio, ao mesmo tempo que entrevemos uma outra realidade: a existência de livros de posse privada dos membros da comunidade.

Vejamos, então, alguns exemplos. Na Ordem dos Frades Menores, Província da Arrábida, a situação é definida nos seguintes termos:

Ordenamos que nenhum Frade tenha livros de seu uso, salvo os Prégadores & Confessores de seculares [...] Em virtude do Espirito Santo & sob pena de excomunhão *latae sententiae* mandamos que nenhum Frade súbdito ou Prelado dê, empreste, aliene, commute de qualquer sorte que seja, livro algum, ou livros dos aplicados às livrarias dos Conventos; com declaração que nesta Provincia se entenderá por livraria não só a casa commã aonde os livros se guardão, mas qualquer cella ou lugar do Convento, em que qualquer livro se achar & estiver posto [...].⁴

Verifica-se uma explícita proibição de haver livros para uso individual, com excepção dos pregadores e confessores de seculares. Nos Estatutos de outras Províncias da Ordem dos Frades Menores, o texto é muito semelhante, nalguns casos com a justificação de se tratar de ordem mendicante e do voto de pobreza dos seus membros. Vemos, também, neste exemplo, um conjunto expressivo de medidas proibitórias e sancionatórias relativas à circulação dos livros da livraria comum, alargando-lhe o âmbito para o que era a realidade em qualquer casa religiosa: nem todos os livros estavam na biblioteca.

Vale a pena recordar, a propósito, as palavras de Claude Jolly, historiador das bibliotecas religiosas francesas:

D'évidence, sous l'Ancien Régime [...] les livres sont partout: dans les cellules des religieux, dans l'appartement de l'abbé ou du supérieur, rangés ici ou là dans la maison, et d'abord, bien entendu, dans la bibliothèque commune.⁵

Noutra ordem religiosa, a de São Paulo Primeiro Eremita, encontramos algumas disposições interessantes sobre o significado da livraria comum e a relação entre os seus livros e os religiosos, particularizando-se certas situações, como o empréstimo (mesmo a pessoas de fora) ou a venda de livros sem interesse e/ou duplicados ou ainda a alienação de livros de posse privada:

⁴ *Estatutos da Provincia*, 1698, pp. 48-49.

⁵ C. Jolly, "Unité et diversité des collections religieuses", vol. II, p. 11.

Como na Religião não aja outro tisouro mais precioso que os livros aptos para estudo, mandamos & ordenamos que nenhum Reitor, ainda que todo o Convento consinta, dê, venda, aliene, ou empenhe algum livro, ou livros da livraria commã, nem para isso dê licença ou consentimento sob pena de privação de seu officio por hum anno. E o mesmo que dizemos do Reitor, dizemos de qualquer outro Religioso sob pena de privação de voz activa & voz passiva por dous anos. Permittimos que os livros da livraria se possam emprestar a Religiosos & pessoas honestas com cautela que se não possam perder, ficando sempre assinado de quem leva o tal livro & de licença do Reitor & dos conselheiros. Mas se ouver alguns livros não proveitosos ou dobrados, os taes de licença do Provincial se poderão vender & do preço deles se comprarão outros mais proveitosos & necessários ou com os mesmos os poderão trocar. Nenhum Religioso venda o livro que lhe derão, ou adquirio por outra qualquer via, a pessoa fora da Ordem, nem de outra qualquer maneira o aliene sem licença de seu Prelado, a qual lhe não concedera, senão por causa necessária; & o que sem a dita licença vender, ou alienar algum livro de seu uso, será condenado a pena *gravioris culpe* por oito dias.⁶

O exemplo seguinte, já do século XVIII, diz respeito à Congregação do Oratório:

[...] os irmãos poderão ter em seus cubiculos alguns livros, os que forem necessários a cada hum, conforme sua occupação, porque os mays estarão na livraria [...]. Ao Bibliotecario toca ter cuydado da Livraria commã, para que esteja com todo o aceyo, limpeza, e perfeição conveniente. Terá lembrança, e arrecadará os livros que os nossos irmãos com licença do Preposito levarem da livraria, se forem negligentes, ou descuydados em os trazer.⁷

Como se vê, é muito sucinto no respeitante à posse privada, que, no geral, é permitida, de acordo com a necessidade que os padres oratorianos pudessem ter para o desempenho das suas funções. A ênfase está na livraria comum, de onde os livros podem sair para os cubiculos, com autorização. Há, ainda, referência ao controle desses empréstimos, que fica a cargo do bibliotecário.

⁶ *Livro da Regra*, 1617, Título quarto, capítulo VII, fls. 74r-74v.

⁷ *Regulamento da Congregação do Oratório*, 1725, Regra XIII (ap. J. S. Silva Dias, *A Congregação do Oratório de Lisboa: regulamentos primitivos*, p. 34).

USAR O LIVRO DA COMUNIDADE

Vistas, no geral, as principais regras relativas ao uso e posse dos livros nas instituições religiosas, vamos prosseguir com uma análise mais detalhada sobre as modalidades de que se revestia a leitura, quer a do livro da livraria comum quer a do livro de posse privada. A fonte que vamos utilizar consiste em testemunhos que ficaram escritos nos próprios livros, sendo que os exemplos são todos pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, como se verá na indicação das cotas. De notar que, como marcas de posse ou de leitura, este tipo de testemunhos facilmente se encontra em livros de proveniência conventual e que pertencem a acervos de outras instituições, com formulação muito semelhante quer em Portugal quer noutros países. O mundo religioso regular tem uma escala global, onde as regras são semelhantes, e os membros das comunidades viajam com grande frequência dentro e fora do seu país. Em cada lugar havia uma livraria comum que se podia utilizar, e, para os que tinham livros de seu uso, a possibilidade de os levar com outros pertences.

Começamos pela utilização do livro da comunidade. Nos testemunhos plasmados nos próprios livros, verificamos que tal só sucederia para empréstimos não casuísticos, regidos pelas normas que vimos antes. São situações que configuram uma apropriação de longo prazo, ou seja, a “concessão permanente do uso” de um livro a um determinado membro da comunidade, para fins de estudo e/ou por necessidades relacionadas com a pregação, o ensino ou a missionação. De notar, no terceiro exemplo, a concessão da licença por parte do Guardiã, cuja obrigação, mais ou menos matizada, já tínhamos visto plasmada em Estatutos, anteriormente:

Da Livr.^a de S. B.[en]to de X.[abreg]as Do uso do P. Amaro dos Anjos (BNP H.G. 1420 V)

Do Co.[nven]to de n[uest]ra Sra de la Piedad de Carm.^{tas} descalços de Cascaes. Esta com ele Fr. Joam de Santa Thereza (BNP R. 172 V)

Usa deste livro Fr. Jozé de Christo com lic.^a do [...] G.[uardi]ão Pertence à Livr.^a de Varatojo (BNP VAR. 3478).

Encontramos, também, exemplos de autorizações que se transferem de um para outro religioso:

Este Livro he da Com.[unida]de, uza delle Fr. João de Jezus Maria [noutra mão] Por sua morte uza delle Fr. João da Salvação (BNP R. 23 600 P)

MODALIDADES DE USO DO LIVRO PRIVADO

Passando às modalidades de leitura do livro privado, verificámos quer em testemunhos de religiosos quer de religiosas que é muito vulgar a expressão "Do uso de", podendo a inscrição conter indicação de permissão desse uso, o que nos reitera a noção, transmitida pelos Estatutos, de que a leitura individual estava sujeita à observação da regra de Obediência ou da Licença. É verdade que também a expressão é comum nos casos de autorização para "usar" um livro pertencente à comunidade, de que atrás mostrámos exemplos, mas nas marcas de posse individual o frade (ou a freira) é o dono do livro. A referência à autorização, nestes casos, apareceu com muita frequência na leitura em instituições femininas, mas muito raramente nas masculinas, o que evidencia um controlo maior sobre o que se podia ler nas primeiras⁸. A este propósito, José Adriano de Freitas Carvalho refere:

[...] de certo modo, dadas as condições de vida retirada que levavam [...], as leituras das religiosas dependiam de factores que vão desde as existências bibliográficas na casa até à possibilidade – que pode ser oportunidade – de aquisição dos textos, passando pelo conselho do director ou pela obediência à mestra de noviças [...].⁹

Chama, ainda, a atenção para a existência de leituras recomendadas nos conventos de franciscanas e clarissas, baseando-se nas *Cartas espirituas* de frei António das Chagas, ressaltando que é uma recomendação com uma atitude aberta e que desconhecemos se foi seguida:

[...] Frei António das Chagas insiste na liberdade de escolha das leituras a fazer – o importante é que se leia – chegando mesmo a oferecer listas de leituras possíveis apropriadas às circunstâncias de vida e de progresso espiritual das destinatárias, sempre privilegiando as vidas de santos [...] Convém, porém, notar que, apesar disso, teremos até aqui procurado sublinhar a importância do papel da "direcção da leitura" que, sem dúvida, coube a mestres de noviços..., confessores..., directores espirituais... No entanto, de todos estes conselhos não parece ser legítimo deduzir, sem mais, que as obras recomendadas

⁸ Sobre a leitura em meios religiosos, ver também Pedro Cátedra, "Lectura feminina en el claustro (España, siglos XIV-XVI)"; Antonio Castillo Gómez, "Leer en comunidad: libro y espiritualidad en la España del barroco".

⁹ J. A. de Freitas Carvalho, "Do recomendado ao lido", pp. 16-17.

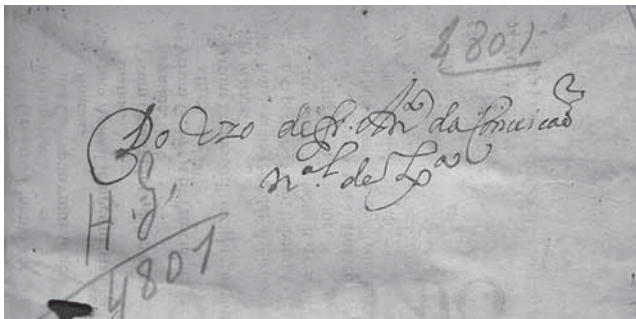
tivessem sido efectivamente lidas... Aconselhar não garante o acolhimento do conselho, embora das pessoas envolvidas e do tipo de relação entre elas – uma espécie de hierarquia espiritual – poderemos (poderíamos?) sempre supor – mas apenas supor – que tais conselhos foram, sempre que possível, seguidos.¹⁰

Ora, precisamente, nas marcas deixadas nos livros, temos uma percepção mais exacta sobre, por um lado, a existência de uma certa “liberdade” na escolha das obras de posse individual, mas, por outro lado, em muitas fica patente essa relação de hierarquia espiritual que obriga a que a posse de um livro por um determinado religioso ou religiosa tenha de ser autorizada. Vejam-se, então, várias circunstâncias desse uso privado do livro. Nos exemplos abaixo é uma inscrição simples que configura apenas a propriedade, nalguns casos com indicações de circunstância, sendo o último invulgarmente circunstanciado na informação contida:

Este livro he do uso de Soror Leonor da Cruz Escrava de Jesus e Maria (BNP R. 23 911 P)

Esta Regra [de S. Bento] he de D. Luiza Vitoria da Encarnaçam (BNP R. 18 382 P)¹¹

Do uso de fr. Am[ar].º da Conceição n.[atur]al de Lx.^a (BNP H.G. 4801 P)



¹⁰ *Ibidem*, p. 24.

¹¹ O livro tem também o carimbo “Salvador Braga”, relativo ao mosteiro beneditino de São Salvador existente naquela cidade e fundado em 1602. O carimbo foi aposto nos livros encontrados na respectiva biblioteca e arrecadados pela Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos após a sua extinção, em 1893.

Do uzo de Fr. Joaquim de S. Thomaz de Aquino Eremita descalço de Sto Ag.º
13 de Abr.l de 1762 Montemor (BNP R. 23 445 P)

Neste grupo de marcas que apresentamos está presente a questão da "obediência":

Do uso de Sor Maria Francisca da Nativid.º e em q.º a obediência lho permitir
(BNP R. 24 512 P)

Do uso de Fr. Joze das Dores em q.º a obediência lho permitir (BNP
R. 23 580 P)

Este livro he de soror Joana de sto Ant.º em q.º a obediencia o permitir (BNP
RES. 2886 V)

Nos exemplos seguintes reconhecemos modalidades de autorização expressa:

Pode a Madre Abadessa q. mãdou do Convento de nossa S.ª da quietação ler
este livro [e assina] Fr. Marcos de Castelbr.º [?] (BNP R. 18 932 P)

M.º Anna [...] com lisensa da Sr.ª Abb.ºssa (BNP R. 23 643 P)

Concedo licença ao Ir. Fr. Lourenço de Elvas estudante p.ª q.º possa usar deste
Livro. Dado neste Conv.º da Consolação do Bosque aos 26 de Junho de 84 Fr.
Joaq.º de Por[talegr]e Preg.ºr (BNP L. 30 227 P)

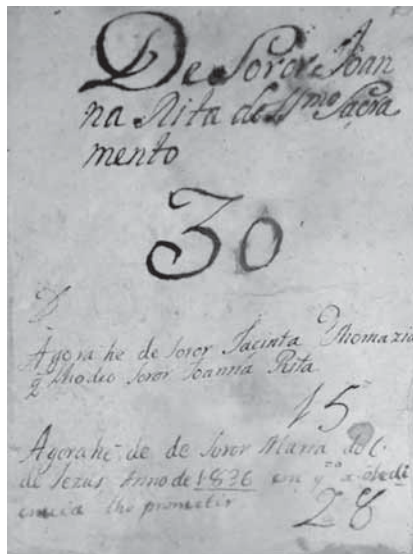
Um aspecto interessante do livro de posse particular no ambiente religioso é que tem uma longevidade grande através das sucessivas passagens de mão motivadas por oferta ou morte do seu proprietário. São vulgares essas indicações em marcas manuscritas, ainda que muitas vezes não fique explícita a razão da mudança de propriedade. No contexto da posse individual, esta prática demonstra, por um lado, a estabilidade da palavra escrita, que permite considerar que o conteúdo de um determinado livro é interessante para os seus diversos proprietários, ao longo dos anos. Por outro lado, revela a permanente mobilidade do livro no ambiente religioso, que já tínhamos observado para a biblioteca comunitária e que está muito presente na estratégia de aquisição privada, até por força do preço que os livros atingiam.

Este “mercado” do livro em segunda mão, em que intencionalmente se indicam sucessivamente os proprietários, é muito expressivo nas marcas de posse que encontramos. Vejam-se alguns exemplos em que também existem testemunhos de passagem de mão entre religioso e religiosa, o que pode derivar da circunstância de muitos livros dos conventos masculinos extintos em 1834 terem ido reforçar as bibliotecas dos conventos femininos. No último exemplo está intencionalmente rasurada a marca do anterior proprietário(a), situação pouco vulgar nos testemunhos de posse de conventuais:

Do uso do Ir. D. Fran.co Xavier Bap.^a [e noutra mão] Do uso do Ir.^m D. Luis de S. Fr.^{co} de Sales [?]1750 (BNP H.G. 1257 V)

He do uso do Irmão Fr. Bento da Trindade [e noutra mão] Agora usa o Ir. Fr. Manoel de Santa Maria (BNP VAR. 4207)

De Sorore Joanna Rita do SS^{mo} Sacramento 30 [e noutra mão] Agora he de Soror Jacinta Thomazia q. lho deo Soror Joanna Rita 15 [e noutra mão] Agora he de Soror Maria do C[oração] de Jezus Anno de 1836 em q.^{to} a obediencia lho premetir 28 (BNP R. 27 389 P)¹²



¹² Não sabemos bem qual a razão dos números que constam nas três marcas. Pensamos poder tratar-se de uma indicação do número das celas ocupadas pelas sucessivas proprietárias.

Este livro he de Donna Izabel Thereza de Jesus [e noutra mão] Pasou p.^a o uso de D. Fran.^{ca} Perpetua [...] (BNP R. 23 066 P)¹³

Do uso do P.^e M.^e D.^{or} Francisco de S. Bernardo [e noutra mão] Dado ao D.^{tor} V[icen].^{te} de S.^{ta} Maria [e noutra mão] Aos 9 dias do mês de Abril passarão p.^a o uso do P.^e M.^{el} de São [João?] Evang.^a [...] (BNP VAR. 2861)

Do uso de Fr. Miguel de J[esus] M.^a [e noutra mão] E agora de Fr. Pedro das Dores [e noutra mão] E agora de Fr. Ângelo da Pureza (BNP VAR. 1443)

Do uso de Fr. Aurelio de Sta Anna [e noutra mão] Do uso de Soror Ana M.^a das onze mil Virgens em q.^{to} a obediência lho permite (BNP R. 23 529 P)

Do uso do P.^e Fr. Joze de S.^{ta} Anna Carm.^a descalço Conv. De N. Snr.^a dos Rem.[édi]os de Lxa [e noutra mão] Este Livro Concedeo a S.^{ta} Obediencia à Ir. M.^a de São Jozé (BNP R. 29 645 P)

[Marca rasurada ilegível e, noutra mão] Agora he de Jozefa Ign.^a da Virgem Maria (R. 12 928 P)

Se, na maioria dos exemplos que encontrámos, não fica explicitada a razão da passagem de mãos, tal pode dever-se às circunstâncias ligadas ao destino dos livros dos religiosos falecidos. Os Estatutos e Regulamentos previam que os livros ficassem para a instituição a que o religioso se encontrava vinculado. Porém, estava prevista a alienação dos que não interessavam para a livraria comum. O exemplo que escolhemos documenta como se devia proceder na Província de Santo António da Ordem dos Frades Menores, sendo que nos Estatutos de outras províncias capuchas a redacção é muito semelhante:

Os livros que ficarem dos frades defunctos, ou por qualquer via forem deixados à Provincia, o irmão Ministro Provincial, sob pena de privação do seu officio, não os poderá dar a frade algum particular, nem a outra pessoa & todos applicará à livraria da casa donde o frade defuncto for morador, ou às livrarias das outras casas, que deles tiverem necessidade [...]. Porém os livros

¹³ O livro tem também o carimbo "Semide", relativo ao mosteiro beneditino de Nossa Senhora da Assunção ou de Santa Maria, de Semide, concelho de Miranda do Corvo, fundado em 1183. O carimbo foi aposto nos livros encontrados na respectiva biblioteca e arrecadados pela Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos após a sua extinção, em 1896.

que forem de pouca sustância, & não acomodados às livrarias, como são alguns de devoção, ou outros piquenos de outras matérias, o irmão Provincial os poderá repartir pelos Religiosos que lhe parecer dentro da Provincia. E aos ditos Religiosos mandamos, por obediência, sob pena de excomunhão, *latae sententiae*, que os livros que assi receberem, os não possam dar para fora da Provincia [...].¹⁴

As inscrições manuscritas nos livros confirmam essa prática, com representações variadas. De notar o último exemplo, que configura um legado testamentário, com um pedido de oração por quem vier a usar do livro:

Pertence a Livraria da Penha por morte do I. Fr. António de Passos (BNP R. 6839 P)

Ao Mestre de Noviços de Lisboa por morte do P.^e Nuno da Cunha (BNP H.G. 1307 V)

Hic Liber est Bibliothecae hujus Monasterii Lisbonensis Ordinis Sancti Pauli Primi Eremitae per obitum N. R.^{mi} P. in Sacra Theologia Magister jubilati ac Sapientissimo Doctoris Fr. Francisci a Sancto Theotonio dignissimi Ex Generalis Nostri Ordinis. Obit die 29 Maii an. 1774 (BNP R. 5882 A)

Fr. Thomas Carvalho deixo estas obras de sam Joam chrisostomo em 4 tomos por minha morte aos capuchos da província de S.^o Ant.^o a quem peço que servindose deles me encomendem a Ds N.S.^r [e assina] Thomas Carvalho. (BNP R. 136-139 A)

Entre as “errâncias” dos livros nestas sucessivas passagens de mãos, encontram-se também de forma explícita as referências a doações de entidades externas aos conventos, conforme lemos nos exemplos. Atente-se no penúltimo ao uso da expressão “esmola”, muito vulgar nas marcas de posse, para indicar doações pontuais. O último testemunho configura um “estado de alma” ou desabafo passado a escrito, decorrente de uma situação anterior que gerara controvérsia:

Este Livro me deu Meu pai Manoel Roiz p.^a q. tivesse uso delle [e assina] frei Vicente da Cruz (BNP R. 3499 P)

¹⁴ *Estatutos da Provincia*, 1645, cap. LV, f. 31r.

Este Livro deu Ant.[óni]º de Basto Pereyra ao Ir. Fr. Paulo de S.^{ta} Thereza Oremus Deum pro eo Varatojo (BNP VAR. 1373-374)

Este livro derão ao p.[adr]º A[ntóni]º Dias e tem Licença p.^a se usar delle e o tem aplicado ao Coll.[égi]º do Porto (BNP H.G. 3915 P)

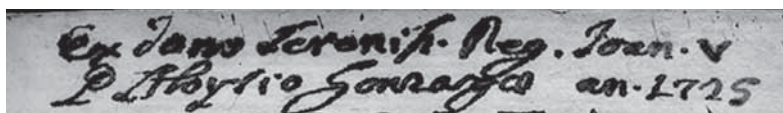
De Soror Maria d'Assumpção q. mo deo o R.[everendíssim]mo P[adr].º M[estr].º Ex Prov.[inci]al Fr. Fran.[cis]co Joaq.^m de S^{ta} Anna N[oss].º Vig[á]r.º e meu Director Anno 1840 (BNP R. 27 730 P)

Do uso de Fr. Diogo do Sacram.^{to} com licença do seu Prelado. Esmola q. fez Joseph Caetano de mesquita, Prior de S. Lourenço de Lisboa. Anno de 1780 (BNP VAR. 4205)

Do uso de Sor Catharina Bernarda Purificação q. lhe deu hum Religiozo da nossa Ordem (podem tirar daqui o sentido) em q.^{to} eu viver, só se for por mandado de Obediência pello votto que fiz e não por a m.^a von.^{de} estou escaldada por isso digo assim (BNP R. 24 055 P)

Por fim, uma oferta régia, no caso, feita pelo rei D. João V ao padre Luís Gonzaga (1666-1744), da Companhia de Jesus, que fora seu mestre de Matemática. De notar que a inscrição é feita pelo padre Gonzaga, e encontramos-a, aliás, noutras obras de sua pertença, nos acervos da BNP:

Ex dono Serenisi. Reg. Joan.V P. Aloysio Gonzarico an.1725 (BNP H.G. 2796 P)



Entre as modalidades de posse de livros, os empréstimos eram desaconselhados ou mesmo proibidos se os livros tivessem de sair do convento, mormente os da livraria comum, mas consentidos dentro de portas, entre livros de posse privada. Nos exemplares que compulsámos foram muito raras as menções de empréstimo encontradas, precisamente porque eram situações que ocorriam dentro da instituição e não se julgava necessário averbá-las por escrito, no próprio livro. No entanto, apresentamos dois casos que podem configurar

empréstimos de longa duração. O primeiro é interessante porque decorre entre religiosos de ordens e conventos diferentes (o que as Regras e Estatutos não pareciam autorizar) e foi empréstimo que não retornou, antes veio a beneficiar a biblioteca comum de quem recebeu o livro, pois nele encontramos a marca do convento de S. João da Cruz de Carnide, da Ordem dos Carmelitas Descalços. O segundo exemplo é entre irmãos, mas quem empresta dá o uso do livro assinando, explicitamente, que continua a ser dele proprietário:

Este Sermonario he do P.^e Joseph de S. Bern.[ar]do Religi.^o Loyo emprestou ao Ir. Fr. Fr.[ancis]co de S. Sev.^o [Severo ou Severino] Carm^a descalço (BNP R. 7031 P)

Dou [...] o uso deste Livro a meo Ir. Fr. Joze de S. Caet.[an]° Serra e reservo p.^a mim a propried.^e delle [e assina] o P[adr].^e M[anu].^{el} Lopes Serra (BNP R. 2256 P)

Já a posse conjunta de livros aparece com alguma frequência nas inscrições, mas de religiosas, vendo-se em dois exemplos a ligação familiar expressa:

Este Caderno he de D. Marianna e de suas Irmans (BNP R. 23 454 P)

He do uso de Soror Maria Maxemina e de sua Irmam (BNP R. 12 310 P)

Este livro he de Joanna Angelica e Rita de Jezus Maria (BNP R. 28 543 P)

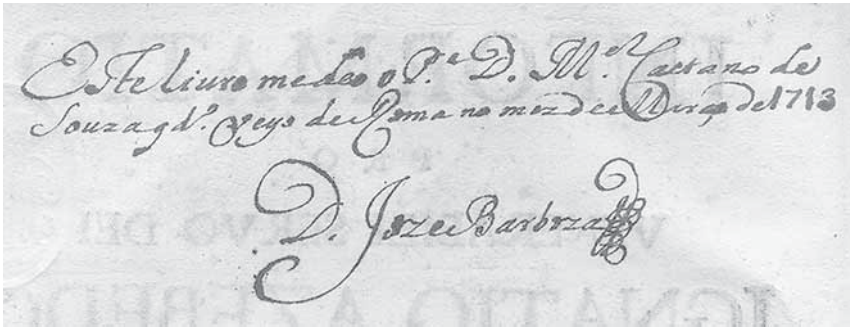
As “viagens dos livros” sobressaem entre os religiosos que se vocacionavam para o estudo e que constituíam uma biblioteca com as obras de que necessitavam para a prossecução da sua missão. A prática de enviar e receber livros de outros eruditos, especialmente religiosos, era vulgar, nomeadamente no que ao livro estrangeiro diz respeito. Verificámos a circunstância ao compulsar livros da posse de teatinos, membros da Academia Real da História Portuguesa, como os padres José Barbosa (1674-1750) e António Caetano de Sousa (1674-1759)¹⁵. Com efeito, os exemplos que transcrevemos abaixo deixam informação detalhada sobre quem (e quando) deu o livro a estes religiosos. Note-se a “rede” de proveniências, verdadeiro exemplo da República das Letras, com a necessária

¹⁵ Para uma leitura mais completa sobre a importância cultural dos Clérigos Regulares de S. Caetano de Thiene ou Teatinos, ver Sara Ceia, *Os académicos teatinos*. Para a Academia Real da História Portuguesa, ver Isabel Ferreira Mota, *A Academia Real*.

circulação dos livros trazidos por outros padres que viajaram, como Luís Caetano de Lima (1671-1757) e Manuel Caetano de Sousa (1658-1734), bem como dádivas e presentes, incluindo no último caso um livro oferecido pelo cronista-mor de Castela, D. Luís de Salazar y Castro (1658-1734), ao seu homólogo, cronista-mor da Casa de Bragança:

Este l.º me deo o P.º Luiz de Lima, q.º veyo de Olanda em 28 de Dez.º de 1718 [e assina] D. Joze Barboza (BNP H.G. 5059 P)

Este livro me deo o P.º D. M.º Caetano de Souza qd.º veyo de Roma no mês de Março de 1713 [e assina] D. Joze Barboza (BNP H.G. 4030 P)



Este livro me mandou de Évora o R.º P.º Fr. Leonardo de S.º Thomaz Sachristão Mor do Conv.º de S. Dom.ºs da mesma Cid.º em 3 de Março de 1730 [e assina] D. Joze Barboza (BNP H.G. 5611 P)

Dadiva do Ex.º S.º Marq.º de Cascaes a 20 de Out. de 1713 [e assina] D. Ant.º Caet.º de Souza (BNP H.G. 5437 P)

Este Livro me mandou de Madrid de presente Dom Luiz de Salazar e castro Chronista mor de Castella em 16 de Janeiro de 1722 [e assina] D. Ant.º Caetano de Sousa (BNP H.G. 5110 P)

O livro no Antigo Regime aparece como um objecto fundamental na vida do seu proprietário e, normalmente, é estimado também pelo valor que tem, representando assim um bem a salvaguardar. No entanto, o coleccionador, no pior sentido do termo, é figura que podemos entrever, no ambiente religioso,

nas palavras de frei Diogo de São Miguel, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, quando refere no capítulo XXVII da sua obra, o qual tem o título (elucidativo) “Dalguns que mais se prezão de Livros que de estudar & saber”:

O primeiro que escandaliza nos religiosos que menos prezão mundo & suas pompas he a curiosidade de que usam em seus livros, folgando que sejam dourados, tenham fitas de seda curiosas, ou brocas de prata, ou prateadas & outras semelhantes vaidades com as quaes mais escandalizão e dão que falar, do que edificam [...]. Não devem logo os religiosos e servos do Senhor com seus livros mostrar vaidade, antes pobreza [...]. E conforme a isto digo também, que mais queria ver na mão do religioso livro mal encadernado (& o que ensina bem guardado) que nam livro doirado & polido, ou curioso, & o que nelle se contem esquecido. Outros religiosos há, que todo seu estudo & saber poem em ter muytos livros, trabalham por fazer grandes livrarias, de sorte que não há livros que lhe abastem & assi ajuntão tanta copia de livros que em toda sua vida os não acabaram de ler nem menos estudar.¹⁶

Com poucas excepções, como os padres teatinos, eruditos e estudiosos que tinham vastas colecções de livros, os testemunhos que buscámos revelam-nos o leitor(a) anónimo(a), de cuja biblioteca não sabemos a dimensão. A posse dos livros, se podia conduzir a uma vaidade coleccionista, apresenta-se nas marcas de proveniência, não raro, como um testemunho pessoal de apreço e relação privilegiada com o livro. Daí que surjam inscrições com ameaças para quem leve abusivamente o livro (aquele, em particular) ou incessantes pedidos de devolução se for perdido. De notar que essas inscrições são mais frequentes em livros pertencentes a privados laicos ou a membros do clero secular, como se a posse individual no ambiente comunitário religioso servisse, em si própria, de defesa contra essas circunstâncias. Os exemplos são impressionantes e expressivos, e, precisamente porque ilustram um apego especial por “aquele” livro em especial, entendemos que não se podia dispensar a respectiva identificação:

De André Corsino do Valle Hoje da Cartuxa de Laveiras por ser já monge della o sobredito inda q. indigno. Estimasse m.¹⁰ este Livro q. he digno disso não só p.¹⁰ assumpto mas p.¹⁰ elegante do verso subido delle (BNP L. 3773 P)
[José de Valdivieso, 1565-1638 – *Vida, excelências y muerte del gloriosíssimo patriarcha y esposo de Nuestra Señora, San José*. Lisboa, 1615]

¹⁶ *Exposiçam da Regra*, 1563, f. 158r.

Do Ir. José da Pied.[dad]e Se este livro[sic] for achado q[uan]do venha a ser perdido leva seu dono assinado para ser restituído (BNP VAR. 2575)
[Giovanni Battista Rinuccini, 1592-1653, *Historia do capuchinho escocês*, trad. Cristóvão de Almeida, Lisboa, 1667]

Este livro é de António Carvalho da Fonseca quem lho achar que lho torne a dar senão no Purgatório o irá pagar. Ó Livro se te perderes! (BNP R. 9201 P)
[Juan Eusebio Nieremberg SJ, 1595-1658, *Dictámenes... recogidos de sus obras y añadidos por el mismo auctor*, Lisboa, 1667]

CONCLUSÃO

A tentativa de reconstituição dos modos de usar o livro em ambiente conventual depara sempre com as dificuldades inerentes à escassez e volatilidade de fontes, por um lado, e ao facto de o acto de ler constituir em si próprio um acto individual e solitário, cujas marcas se descobrem muito fugazmente. Ora a utilização dos testemunhos que ficaram inscritos nos próprios livros da biblioteca religiosa permite-nos identificar modalidades específicas do uso do livro nestas comunidades e estabelecer práticas que podem ser reconhecidas no universo estudado, sem que se diferenciem por ordem religiosa e estabelecimento, nem, curiosamente, por época, com variantes apenas no que diz respeito ao género, como vimos.

A propósito desses vestígios de um "saber relíquia", Ana Cristina Araújo, que os encontrou nas *artes de bem morrer*, deixa-nos o seguinte testemunho:

Sinais de sensibilidade, traços da vida material e marcas pessoais ocultas no interior do livro, eis o que encontrámos. Estes vestígios falam-nos sobretudo de mulheres e do tipo de relação que estabelecem com o objecto de leitura. [...] Bem mais elaborados são, entretanto, os testemunhos que assinalam o estado de espírito do leitor atento e sensível. [...] A marca pessoal é de tal forma importante nestes livros que as folhas de anterrosto de muitos deles aparecem serpenteadas de assinaturas que se vão apagando ou manchando de tinta com o tempo, sinal talvez da importância que cada possuidor atribuiu a um livro que percorre uma longa cadeia de transmissão.¹⁷

¹⁷ Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa*, pp. 269-271.

O cruzamento destes vestígios, eminentemente práticos, não dispensou que se investigasse, em Regras e Estatutos de ordens religiosas, os conceitos e disposições canônicos, no que à biblioteca comum e à posse privada de livros estava determinado.

Este tipo de estudos afasta-nos, de certo modo, do leitor conhecido, como dissemos, e situa-nos no domínio da enorme massa dos leitores anónimos que povoaram conventos e mosteiros ao longo de séculos. Podemos assim alcançar um conjunto do que Roger Chartier designa como “normas e convenções de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, utilizações legítimas do livro, modos de ler, instrumentos e processos de interpretação”¹⁸. Propositadamente não demos informação sobre os livros em concreto onde se encontraram estas marcas, a não ser nos que testemunhavam uma ligação específica e pessoal com certos livros. No limite, e ao invés de encarar a História da Leitura como um exercício que se baseia, na generalidade, em reconstituir os acervos das bibliotecas a partir dos respectivos inventários ou catálogos, ou seja, como parte inequívoca da História do Livro, os testemunhos inscritos nos livros contribuem para reforçar a perspectiva que Michel de Certeau tão bem consagrou¹⁹, de uma História da Leitura radicalmente separada de uma história daquilo que se lê e onde o leitor já não é o efeito do livro, antes se destaca desses livros, dos quais se pensava que era apenas a sombra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Ana Cristina, *A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830*, Lisboa, Notícias, 1997
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015
- CARVALHO, José Adriano de Freitas, “Do recomendado ao lido: direcção espiritual e prática de leitura entre franciscanas e clarissas em Portugal no século XVII”, *Via Spiritus*, 4, 1997, pp. 7-56
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio, “Leer en comunidad: libro y espiritualidad en la España del barroco”, *Via Spiritus*, 7, 2000, pp. 99-122
- CÁTEDRA, Pedro, “Lectura feminina en el claustro (España, siglos XIV-XVI)”, in Dominique de Courcelles, Carmen Val Julián (eds.), *Des femmes et des livres, France et Espagne, XIV^e-XVI^e siècles: actes de la journée d'étude organisée par*

¹⁸ Roger Chartier, *A ordem dos livros*, p. 15.

¹⁹ Michel de Certeau, “La lecture absolue”, pp. 65-79.

- l'École normale supérieure de Fontenay/Saint Cloud (Paris 30 avril 1998)*, Paris, École des Chartes, 1999, pp. 7-53
- CAVALLO, Guglielmo, "Les bibliothèques monastiques et la transmission des textes en Occident", in Luce Giard et Christian Jacob (dir.), *Des Alexandries I – Du livre au texte*, Paris, Bibliothèque Nationale de France, 2001, pp. 263-274
- CEIA, Sara Bravo, *Os académicos teatinos no tempo de D. João V: construir Saberes enunciando Poder*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, Lisboa, FCSH-UNL, 2010
- CERTEAU, Michel de, "La lecture absolue: théorie et pratique des mystiques chrétiens, XVI^e-XVII^e siècles", in *Problèmes actuels de la lecture*, Paris, Clancier-Guénaud, 1982, pp. 65-79
- CHARTIER, Roger, *A ordem dos livros*, Lisboa, Vega, 1997 (1.^a ed., francesa, 1992)
- CHARTIER, Roger, *Histoires de la lecture: un bilan de recherches*, Paris, IMEC, 1997
- DIAS, José Sebastião da Silva, *A Congregação do Oratório de Lisboa: regulamentos primitivos*, Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1966
- Estatutos da Provincia de Santo Antonio do Reyno de Portugal [...]*, [S.l., s.n., 1645]
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, "Recordar os 'santos vivos': leituras e práticas devotas em Portugal nas primeiras décadas do século XVII", *Via Spiritus*, 1, 1994, pp. 133-157
- GIURGEVICH, Luana e LEITÃO, Henrique, *Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*, Moscavide, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016
- JOLLY, Claude, "Unité et diversité des collections religieuses", in *Histoire des bibliothèques françaises*, Paris, Promodis, 1988, vol. II, pp. 11-29
- Livro da Regra do Bispo & Doutor da Igreja Sancto Agostinho e das Constituições da Ordem de São Paulo primeiro Ermitão da cõgregação da Serradossa...* Em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1617
- MOTA, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História Portuguesa: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*, Coimbra, Minerva, 2003
- NASCIMENTO, Aires Augusto, "O 'scriptorium' medieval, instituição matriz do livro ocidental", in Maria Adelaide Miranda (dir.), *A iluminura em Portugal: identidade e influências: catálogo da exposição*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2009, vol. I, pp. 51-109
- PETERSON, Herman A., "The genesis of monastic libraries", *Libraries and the cultural record*, vol. 45, n.º 3, 2010, pp. 320-332
- SÃO MIGUEL, Diogo de, O.E.S.A., *Exposiçam da Regra do glorioso Padre sancto Augustinho, copilada de diversos Authores por frey Diogo de sam Miguel da ordem dos Eremitas do mesmo Doctor...*, Em Lixboa, em casa de Joannes Blavio, 1563

Ler na fronteira entre a vida e a morte nos séculos XVII e XVIII, em Portugal

Ana Cristina Araújo

Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra
Centro de História da Sociedade e da Cultural FCT

LEITURA E ORALIDADE MISTA

Nas sociedades de Antigo Regime, as modalidades de acesso ao livro diferenciam competências de leitura, distinguem letrados e iletrados. Neste universo seletivo e díspar de leitores, a cultura popular não se caracteriza pela existência de um *corpus* de textos específicos, passíveis de fácil inventário¹. O apodo de popular qualifica, sobretudo, um modo de relação, uma maneira de utilizar objetos impressos ou manuscritos, de apropriar ideias e normas de grande aceitação social². Assim sendo, os modelos culturais dominantes não definem o espaço próprio de receção dos textos nem sequer distinguem os seus recetores. Apontam, ao invés, para caminhos de leitura e de escrita que fazem parte de um processo complexo e diversificado de apropriação e de aceitação de imagens e mensagens gráficas.

No caso de papéis de grande circulação, manuscritos e impressos, o eco alcançado por tradições e mimetismos orais, incorporados pela escrita, pode ajudar a explicar o êxito das fórmulas, convenções, ideias, imagens e valores amplamente partilhados. A este respeito, Fernando Bouza, analisando os modos de comunicação nos séculos XVI e XVII, salienta que:

Imágenes y voces [...] estuvieron presentes en esa realización de la escritura que es la lectura. Lo escrito siguió manteniendo una viva e intensa relación con esas otras dos formas de comunicación, conocimiento y memoria, quizá porque también en él había algo de la esencia creativa que hemos visto apare-

¹ Sobre o assunto, vejam-se: P. Burke, *Popular Culture in Early Modern Europe*; N. Z. Davis, *Society and Culture in Early Modern France*; C. Ginzburg, *Il fromaggio e i vermi. Il cosmo di un mugnaio del '500*; e R. Chartier, "Culture écrite et littérature à l'âge moderne".

² R. Chartier, "Culture écrite et littérature à l'âge moderne", pp. 783-802.

cer en una voz que increpa o bendice y en las poderosas imágenes cuya visión era propiciatoria.³

Para tentar mostrar como um objeto de cultura escrita captura a tradição oral de uma determinada sociedade e pode ser manejado ou lido em função de práticas sociais geralmente aceitas, servi-me do *Passatempo honesto de adivinhações em verso, declarações delle em prosa*, impresso em 1603, em Lisboa. Este livro, sem autoria, constituído por uma coletânea de ditos, predições e conjeturas, foi lançado por iniciativa do livreiro Francisco Lopes, que, a partir da 3.^a edição da obra, passa a constar como seu autor. Em 1658 veio a lume uma segunda edição, em formato bastante reduzido, in 24.º. Pouco depois, publicaram-se, em 1659 e 1677, versões ampliadas do *Passatempo honesto, com uma Segunda parte*. Apesar da concorrência e do aparecimento de novos instrumentos de recreação semelhantes, a obra conheceu ainda atualizações no século XVIII, mantendo-se, ao longo de dois séculos, como texto de referência no género.⁴

Entre outros motivos lúdicos, os cultores de exercícios de adivinhação buscavam nas suas páginas motivos de associação fonológica e de correspondência metonímica de palavras para, desse modo, resolverem enigmas aparentemente acessíveis. Presos a encadeamentos de letras que produziam sempre os mesmos sons e curiosos a respeito dos efeitos inesperados da associação de vocábulos, todos aqueles que se dedicavam ao passatempo de adivinhação de versos, trovas e rimas praticavam, sem se darem conta disso, uma leitura instrutiva e proveitosa. O entretém convidava também ao autodidatismo gráfico, na medida em que privilegiava a identificação de fáceis conjuntos monossilábicos e dissilábicos⁵, como se depreende deste exemplo:

Não he ave nem mulher,
E tendo de ambas o nome
Voa sem ninguém a ver,
Tem com Deos grande poder,
E nunca bebe nem come,
Três irmãs entre outras tem,
Que só de noite aparecem,
E nos brados se conhecem,
Quando estas três aves vêm
As de mais desaparecem.

³ F. Bouza, *Comunicación, conocimiento y memoria*, p. 77.

⁴ I. F. da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. II, p. 421 e t. IX, p. 321.

⁵ Sobre a representação destas estruturas fonológicas, veja-se R. Marquilha, *A Faculdade das Letras. Leituras e escrita em Portugal no século XVII*, pp. 242 e ss..

Declaração do enigma: “Ave Maria tem nome de ave, e de mulher, que he Maria, as três irmãs são as três Ave Marias que rezamos de noite, quando as outras aves se recolhem, como lá diz o verso.”⁶

Neste caso, a resolução do problema remete, na ordem prática, para o culto da Virgem e para o lugar primordial da oração no quotidiano das comunidades, e, no domínio da linguagem, para a soletração de palavras soltas, procedimento indispensável à identificação de termos pretensamente associados a enigmas vocálicos. Para garantir bons resultados no processo de representação de figuras e símbolos, recuperam-se, assim, procedimentos de aprendizagem utilizados nas primeiras gramáticas modernas de idiomas vulgares, conforme exemplifica a *Gramática* (1539) de João de Barros, que inclui, igualmente, adivinhas de temática universal.

Paradigma de uma *forma mentis* que alicerça o ato de conhecer na regra da analogia e da simpatia⁷, estes jogos de correspondência, desenvolvidos a partir de perguntas e respostas, vulgarizam-se nos séculos XVI e XVII, na mesma altura em que outros enigmas, mais engenhosos, ecoam no discurso literário. Entre outros exemplos maiores, refira-se que Cervantes recorre a enigmas na *Discreta Galatea* (1585) e que, pouco depois, D. Francisco Manuel de Melo recria cenas do quotidiano pondo na boca de personagens inverosímeis e alegóricos dos *Apólogos Dialogais* (1655-1657) estranhas relações de palavras e ideias, que não deixam de ter sentido para os homens do seu tempo.

Respeitando a ordem da escrita, os enigmas literários combinam o valor simbólico dos signos com a invenção retórica. De acordo com este registo, Luiz Nunes Tinoco defende que

o mundo he hum grande Livro de que emana a Sciencia da Orthographia e que na machina do orbe todas as criaturas são o ABC de Deos, como diz Santo Ambrósio, por onde cada natureza he hũa letra, cada vinculo hũa syllaba e cada geração muitas dicções; não havendo criatura algũa por pequena que seja que não sirva de folha no volume do Mundo e com infinitos caracteres, com mudas línguas e com callados acentos não articulem vozes, com que pregoão, confissão e aclamão a Omnipotência Divina, ensinando aos mortaes a dar gloria ao seu Criador.⁸

⁶ F. Lopes, *Passatempo honesto de adivinhações em verso, declarações delle em prosa*, pp. 31- 32.

⁷ Conforme salientou M. Foucault, *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*.

⁸ BGUC, ms. 346, L. N. Tinoco, *A Pheniz de Portugal. Prodigioza*, fls. 54-55.

No contexto da mentalidade da época, não era possível ler a obra da criação sem ter presente os ensinamentos da fé e sem aperfeiçoar o domínio dos mistérios da escrita. Explorando o contraste entre a perfeição divina e a imperfeição humana, o escritor é assim levado a desafiar a arrumação convencional das letras e a recriar, respeitando a norma alfabética, o contacto transitivo com o próprio objeto de leitura.⁹

OBJETOS TRANSITIVOS DE LEITURA NUM ROL DE LIVRARIA DO SÉCULO XVII

Estes indicadores de oralidade mista, alicerçados num contacto intermitente com os livros e objetos impressos, complexificam-se quando se considera o modo mais comum de colecionar livros no Antigo Regime. Para avaliar melhor esta questão servi-me de um precioso documento encontrado nos papéis da Inquisição. Em 1621, na sequência de um édito publicado no distrito da Inquisição de Coimbra, os leitores da região de Lamego foram obrigados a elaborar róis dos livros que possuíam. Nos arquivos da Inquisição conservam-se 99 róis das referidas livrarias particulares, que, em conjunto, arrolam 1125 volumes, impressos e manuscritos, na posse de indivíduos de diferentes escalões sociais, residentes na vila e imediações rurais de Lamego¹⁰. Nos acervos mais pequenos (apenas com um título declarado), cerca de metade dos leitores não soube redigir o respetivo rol, nem mesmo assiná-lo. Os proprietários masculinos destes quinze róis formam um grupo relativamente homogêneo de leitores solitários que se comprazem com a posse de cartinhas de doutrina, bulas da Cruzada e livros de orações. Mas há outro traço a destacar: dois terços destas bibliotecas particulares contêm, em média, três a cinco livros. Nestas pequenas coleções dominam os livros de devoção e de espiritualidade prática.

Estas categorias de impressos ajudam a explicar a lógica da constituição de muitas pequenas livrarias particulares portuguesas. Para os recém-chegados à cultura escrita era difícil resistir à magia de livros que ofereciam vantagens para este e para o outro mundo. Veja-se, em primeiro lugar, o caso das “cartinhas de doutrina”. Ao mesmo tempo que promoviam a aprendizagem da leitura, estes atrativos livros ilustrados forneciam conhecimentos de catequese. Eram escritos em vulgar e, em termos gramaticais, ensinavam a constituir sílabas, escrever vocábulos e ler textos, recorrendo, por vezes, a processos visuais

⁹ Com mais desenvolvimento, A. C. Araújo, “Cultivar enigmas e espalhar prodígios: traços da cultura escrita no Antigo regime em Portugal”, pp. 61-78.

¹⁰ ANTT, Inquisição de Coimbra, liv. 21, fl. 71r.

muito elementares¹¹. O modelo mais antigo da *Cartinha para ensinar a ler com as doutrinas da prudência e os dez mandamentos da ley com as suas contas* (1534) será retomado e aperfeiçoado pelas primeiras “gramáticas” de língua portuguesa, que contêm igualmente duas partes: uma primeira curta, de iniciação à leitura, e uma segunda mais longa, com textos religiosos que serviam, simultaneamente, de exercício da leitura e alimento da alma.

Para desvendar o mistério das letras e alcançar os insondáveis trilhos dos caminhos da salvação, a Igreja, na era da Contrarreforma, procurou prover à alfabetização dos rústicos, passando a oferecer “cartinhas de doutrina” a quem não sabia ler nem escrever. Desconhecem-se os critérios que presidiram à distribuição desse tipo de impressos, mas há boas razões para pensar que essas dádivas tenham sido, em certos períodos, vultuosas. A primeira edição quinhentista da cartinha do jesuíta Marcos Jorge foi distribuída aos milhares pelo cardeal D. Henrique. Segundo diz o cronista Baltazar Teles: “E pera que logo viesse a conhecimento de todos, mandou o sereníssimo Infante repartir por todo o Reyno muitos milhares destes tratados, à custa de sua real fazenda, fazendo-os dar de graça, pera de melhor vontade os trazerem todos nas mãos.”¹²

Na mesma altura, outras fontes deixam perceber que, em Espanha, as cartilhas tinham também tiragens muito elevadas¹³ e que títulos conhecidos, como o *Espejo de cristal fino* de Pedro Espinosa, faziam parte de uma cadeia mais vasta de leituras, que começava em artes de ler e escrever e acabava em artes de bem morrer. Com efeito, uma edição do *Espejo de cristal fino*, “um librito em 8.º de 16 folhas”, correu, conjuntamente, com a *Arte de bien morir*, do mesmo autor.¹⁴

No campo da literatura de preparação da morte, havia livros que davam esmolas. Uma das inúmeras edições do *Mestre da vida que ensina a viver e morrer santamente* (1731), do dominicano João Franco, destinava, na declaração de privilégio que antecedia as licenças de impressão, um montante da venda do livro para a redenção de cativos. Portanto, introduzia uma dupla motivação, piedosa e ilustrada, por um lado, escrupulosa e caritativa, por outro, na aquisição do livro. Este aspeto deve ser sublinhado, na medida em que serve para demonstrar que a lógica da leitura convencional, alfabetizada, nem sempre determinou o acesso

¹¹ F. Castelo-Branco, “Cartilhas quinhentistas para ensinar a ler”, pp. 109-152.

¹² B. Teles, *Chronica da Companhia de Jesus na Provincia de Portugal*, p. 375.

¹³ V. Infantes, *De las primeras letras. Cartillas y Doctrinas españolas de los siglos XV y XVI*; V. Infantes y A. Martínez Pereira, *De las primeras letras. Cartillas españolas de los siglos XVII y XVIII* e A. Redondo: “Les livres de lecture (*Cartillas para enseñar a leer*) au XVI^e siècle: lecture et message doctrinal”.

¹⁴ A. Viñao Frago, “Alfabetización y primeras letras (siglos XVI-XVII)”, p. 69.

ao livro¹⁵. E que a existência de livros em certos espólios nada diz da relação que o proprietário estabeleceu com eles e do uso que deles fez.

A este respeito, recorde-se que a religião, ligada à vivência do quotidiano, está presente em inúmeros impressos, de dimensão variável, escritos para combater doenças, intempéries e toda a casta de infortúnios. Este tipo de receituário espiritual tinha procura assegurada. As receitas da fé adquiriam assim uma dimensão prática, recuperavam e adaptavam antigos textos hagiográficos, encurtando-os de modo a transmitir uma mensagem dirigida à superação dos males da vida. O padre Luís Cardoso – grande impulsionador dos inquéritos paroquiais do século XVIII, os quais estiveram na origem do projetado *Diccionario Geográfico Português*, de que só se publicaram os dois primeiros volumes – conhecia bem o sucesso de tais publicações. Por isso, colige e manda estampar, em 1727, uma curiosa obra com o título de *Receita Universal, ou breve noticia dos santos especiais advogados contra os achaques, doenças, perigos e infortúnios*.

LIVRARIAS VOLANTES CONSTRUÍDAS A PENSAR NA ETERNIDADE

O pendor marcadamente religioso da mentalidade do homem barroco constitui o fundo comum do diálogo que as elites e o povo mantêm entre si e com os seus livros¹⁶. A predominância da literatura ascética na livraria de Antigo Regime corresponde a um modelo de erudição divina, pautado pela autoridade intemporal da Sagrada Escritura, pela leitura repetitiva e pela meditação recorrente de temas edificantes, considerados fundamentais para a salvação dos crentes. Neste contexto, os livros que falam da morte e que ensinam a bem morrer funcionam como instância normativa de valores, comportamentos e convenções ritualizadas. Fornecem normas práticas de comportamento piedoso, fixam procedimentos litúrgicos, oferecem versões de orações e ladainhas e encerram uma lição de heroísmo perante o último transe. Subentendem uma filosofia de vida e um saber prático na morte e, enquanto tal, contribuem poderosamente para a uniformização de regras e preceitos de comportamento. Por isso, também ensinam os homens a tratar o corpo, a educar os filhos, a viver em conjugalidade, a comer à mesa, a conversar, a partilhar o espaço doméstico e a vigiar os outros.¹⁷

¹⁵ A. Petrucci, *Le scritture ultime. Ideologia della morte e strategie dello scrivere nella tradizione occidentale*.

¹⁶ A. Weruaga Prieto, *Libros y Lectura en Salamanca. Del Barroco a la Ilustración 1650-1725* e J. A. Maravall, *La Cultura del Barroco*.

¹⁷ A. C. Araújo, “A esfera pública da vida privada. A família nas ‘artes de bem morrer’”, pp. 341-371.

Nestes livros de autoajuda, as mensagens eram tocantes, mas não originais. Na época do Barroco, as mesmas ideias e preceitos ecoavam na oratória sacra. De certo modo, o excesso da palavra do sermão, destinado a ser ouvido e meditado, levava mais longe o dramático confronto entre a vida e a morte e despertava a apetência para a posse do livro que falava do *memento mori* e aconselhava a bem morrer. O pessimismo existencial que perpassava, como tônica dominante, no conjunto de imagens, ladainhas e conselhos escritos retomava assim a palavra insistente do pregador.

Em termos materiais, as artes ou manuais de bem morrer distinguem-se por serem livros acessíveis, de pequeno formato, escritos maioritariamente em vulgar e impressos a eito, com tiragens elevadas. No espaço de duzentos anos (1600-1799) produziram-se em Portugal cerca de 130 títulos repartidos por pouco mais de duas centenas e meia de edições. Dois livros – cada um deles campeão de vendas no seu tempo – ilustram bem a íntima convergência de gostos e sensibilidades criada no interior de um mesmo universo cultural. O primeiro, o *Breve Aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer hum christão*, do jesuíta Estêvão de Castro, foi doze vezes reeditado e reimpresso entre 1621 e 1724. Dele chegaram até nós mais duas contrafações, uma decalcada da edição de Évora de 1672, outra supostamente editada em Lisboa, em 1641.¹⁸

Dos textos vindos a público no século XVIII, *O Mestre da vida que ensina a viver e morrer santamente* supera largamente o sucesso do livro anterior. O fulgurante êxito editorial desta obra percebe-se por esta simples trajetória: sai a primeira vez em 1731; conhece, até 1750, dezasseis edições; e, em 1762, atinge a 20.^a edição legal. Associada à virtude da obra está naturalmente a fama ou mesmo o carisma do seu autor, o padre João Franco, pregador dominicano, que deixou doze volumes de sermões impressos¹⁹. Quando já se achava esgotada a 8.^a edição do *Mestre da vida que ensina a viver e morrer santamente*, Diogo Barbosa Machado anotava que, entre 1731 e 1747, data da última impressão conhecida, haviam saído dos prelos dezasseis mil exemplares. Revelava ainda que, de outra obra do mesmo autor, *Modo perfeito de ouvir missa*, impressa duas vezes em 1739, se tinham tirado dois mil exemplares. Por fim, acrescentava estarem também esgotadas as contrafações do *Mestre da vida*, ou seja, as “edições sem faculdade

¹⁸ A. C. Araújo, *A morte em Lisboa*, p. 164; Sara Maria Cerqueira da Silva: O “*Breve Aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer hum christão*” do Padre Estêvão de Castro; e Fernando Martínez Gil, que regista também a primeira edição da obra em castelhano (1621), *Muerte y sociedad en la España de los Austrias*, p. 646.

¹⁹ O. Loureiro, “Uma leitura de sucesso no século XVIII: *Mestre da Vida que ensina a viver e morrer santamente*”, pp. 33-40.

do autor que fazem grande número”²⁰. Havia então, com toda a probabilidade, só destes dois livros do padre João Franco, mais de vinte mil cópias em 1747 e, possivelmente, como admite João Luís Lisboa, quarenta mil em 1762.²¹

Considerando agora o conjunto conhecido de artes de bem morrer publicadas em português, pouco mais de 20% são traduções ou adaptações de obras congêneres estrangeiras. Entre as línguas traduzidas, o italiano ocupa o primeiro lugar, com dez títulos (35%), seguido do castelhano com oito títulos (28,5%). De qualquer modo, anoto que nem sempre as portadas das obras são esclarecedoras quando se trata de adaptações ou traduções.

Desde logo, é estranho que o livro *De arte bene moriendi*, do cardeal Bellarmino, cuja obra ascética e política tanta importância teve em Portugal, não tenha conseguido encontrar um tradutor à altura. E, no entanto, é fácil dar por ele, em latim ou castelhano, nas nossas bibliotecas. No século XVII, circularam, com toda a segurança, da *De Arte Bene Moriendi*, as edições de Barcelona (1624), Sevilha (1639) e Madrid (1650).

Mesmo assim, a presença indireta de Bellarmino na manualística tanatológica portuguesa deve ser destacada. Publicado na mesma altura que o *Breve Aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer hum christão* (1621), do jesuíta Estêvão de Castro, *De arte bene moriendi* permanece como referência obrigatória em grande número de autores portugueses, nomeadamente em Francisco Leitão, António dos Reis, João da Fonseca, Boaventura Maciel Aranha, frei João de Nossa Senhora e António Pimentel, que compôs uma *Cartilha para saber ler em Christo, compêndio da vida eterna*, com trechos escolhidos de Bellarmino, Molina, frei João da Cruz e frei Luís de Granada.

De um modo geral, os textos estrangeiros mais célebres são lidos e utilizados muito antes de serem traduzidos. Nem sempre aparecem citados, mas os exemplos e reflexões que neles se colhem transparecem, quer em forma de florilégio, quer em transcrição solta e corrida, em bom número de obras portuguesas conhecidas. Eis um exemplo: do jesuíta Drexel, não nos ficou nenhuma tradução completa do *Aeternitatis Prodomus* que, em França, registou, nos séculos XVII e XVIII, cerca de uma dezena de edições, embora se conheça um grosseiro decalque do pensamento deste autor e de Juan Eusebio Nieremberg na *Preparação para a eternidade* (1705), oferecida ao descuido humano, da autoria de Manuel Inácio, jesuíta da Província de Goa.

Também é surpreendente o aparecimento tardio do *Testamento e última vontade da alma* de Carlos Borromeu, cuja tradução e acrescentos pertencem

²⁰ Diogo B. Machado, *Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica, e Chronologica*, t. I, p. 753.

²¹ J. L. Lisboa, “Papéis de larga circulação no século XVIII”, pp. 131-147.

a António Luís Coutinho de Abreu (1731). E o mesmo acontece com o *Guia Espiritual para levar as almas ao reino de Deus*, de Francisco de Sales, dado à estampa pelo presbítero secular Francisco Alvares Victorio, em Lisboa, no ano de 1748.

Em contrapartida, o *Pensez-y-bien*, do padre de Barry, outro grande êxito da livraria francesa²², surge em Portugal, no século XVII, por iniciativa do jesuíta Manuel Luís. Dele se fizeram, pelo menos, quatro edições legais entre 1674 e 1687, em Évora e Coimbra. No fim do século XVII, outro jesuíta, Provincial da Companhia no Brasil, Francisco Matos, dava a conhecer o *Guia para tirar as almas do caminho espaçoso de perdição e dirigi-las pelo estreito da salvação* (1695), de Hayneuf.

De França chegam-nos, também, os manuais mais reeditados naquele país: a *Préparation à la mort*, do padre Crasset, e *L'Ange Conducteur*, do padre Coret. O primeiro foi inicialmente extratado e apresentado em versão abreviada por D. António de Nossa Senhora do Carmo, cônego de Santa Cruz de Coimbra, que para o efeito utilizou uma edição adaptada castelhana. A obra do padre Coret só mais tarde merecerá a atenção do varatojano frei Francisco de Jesus Sarmiento, que a dará a conhecer em língua portuguesa, no último quartel do século XVIII.

Ao laborioso frei Agostinho de Santa Maria se devem as traduções dos manuais de Segneri, o antigo, Jacob Merostio, Sancti Chicarelli, e do castelhano Francisco de Salazar. Dos *Quatro Novissimos* do célebre jesuíta espanhol Sebastião Izquierdo se ocupou o padre Manuel Martins de Anciães, enquanto a *Arte da boa morte*, de Havenesi, foi extratada e compendiada pelo jesuíta Manuel dos Anjos (1732). No final do século, o público português tem ainda acesso ao *Quadro da Morte*, do Marquez de Caraccioli (1779) e aos *Principios e testamento espiritual*, do cardeal de Bona (1793).

À margem da permuta fácil de ideias, perfeitamente instalada neste segmento do livro religioso, o fluxo editorial de traduções e adaptações dos grandes autores permite, desde já, isolar um título de grande aceitação em Portugal, o *Combate Espiritual*, do teatino Lourenço Scupoli. Luís Vera publica, inicialmente, em idioma castelhano, uma versão fragmentada da obra. O livro foi impresso em Lisboa, no ano de 1630. No último quartel do século XVII, circulou uma outra tradução, mais completa, assinada por D. Sanseverino, da qual se fizeram quatro edições. Porém, só a que posteriormente foi realizada pelo Prepósito da Casa de Nossa Senhora da Divina Providência, Thomaz Bequeman, se impôs

²² D. Roche, "La mémoire de la mort. Recherche sur la place des arts de mourir dans la librairie et la lecture en France aux XVII^e et XVIII^e siècles", p. 82 e ss., e R. Chartier, "Les arts de mourir, 1450-1600", pp. 51-75.

no mercado. Mais ajustada à edição italiana de 1657, a nova versão do *Combate Espiritual* retoma e amplia a meditação em torno da morte. A inclusão de todo o livro IV, sobre o “Modo de agradecer e consolar os enfermos para que se disponham a bem morrer”, e de muitas orações “úteis ao bem das almas”, é disso prova evidente. E se é certo que, ao longo deste período, circularam três versões diferentes de Scupoli, repartidas por dez edições, mais difícil se torna a classificação desta obra no quadro da análise que aqui propomos. Neste ponto, deve acrescentar-se que o manual de Scupoli tem a virtude de pôr em evidência, de uma maneira imediatamente perceptível, a ambiguidade essencial de boa parte dos manuais de preparação da morte deste período, ao mesmo tempo que reforça a nossa convicção acerca das dificuldades em estabelecer um *corpus* completo e absolutamente inquestionável. Lendo Scupoli, percebe-se, do princípio ao fim, a importância atribuída à meditação e preparação da morte, tónica que se vem a acentuar na fixação final do texto, como atrás assinalai. Porém, se nos deixarmos guiar exclusivamente pelo índice do *Combate Espiritual* vemos que o programa aí inscrito é, *lato sensu*, de espiritualidade prática.

Nos manuais de bem morrer, o espaço reservado à iconografia é modesto, ressalvadas algumas expressivas exceções alusivas a cenas inquietantes de Julgamento Final, condenação de almas no Inferno, visões do Purgatório e mesmo Espelhos alegórico-simbólicos em leitos de morte. Os textos de maior aparato incluem, por vezes, pequenas vinhetas e minúsculas gravuras exibindo a Virgem aos pés da Cruz, o sepulcro, a coroa de espinhos, instrumentos de flagelação, cruzes, crânios e tíbias. Não sendo um elemento constante, a pequena gravura xilográfica que se apresenta na portada, no fim ou a intercalar capítulos das artes de bem morrer, visa um objetivo: fixar total ou parcialmente a imagem da paixão de Cristo.

O apelo à penitência plasmado na representação mágica da morte e redenção de Cristo vê-se, sente-se e lê-se. A massificação da leitura religiosa, de carácter edificante, explora os mais variados mecanismos de comunicação mágica dos crentes com a divindade. Noutra linha, e contra as facilidades concretas da ilustração, os manuais modernos de preparação da morte devolvem à palavra, plasticamente barroca, o poder da sugestão visual e a força da persuasão espiritual. Ver com os “olhos da alma” no acto de meditar “o discurso dos sentidos”, eis o que se pretende. Para além deste aspeto, o apelo à iniciativa individual, a tónica posta na formação das primeiras idades, o compromisso de transmissão ao maior número de pessoas do conteúdo destes manuais e a prevalência dada aos mais fracos e ignorantes são alguns dos aspetos que explicam a existência destes livros em pequenas livrarias volantes de particulares.

LIVROS HABITADOS: ANOTAÇÕES E FRAGMENTOS ARQUEOLÓGICOS DE LEITURA

O estudo das marcas de posse tem, como foi recentemente sublinhado por Fernanda Campos, várias funcionalidades,

porque se considera, dentro desse contexto, toda e qualquer evidência que exista num livro e que possa configurar um testemunho de propriedade do livro quer tenha a forma de *ex-libris*, *super-libros* ou carimbo quer consista em inscrição manuscrita, feita no próprio livro.²³

Ora, como salientei em estudos anteriores, a marca pessoal é de tal forma importante nas artes de bem morrer que as folhas de anterrosto de muitas delas aparecem serpenteadas de assinaturas, apagadas ou manchadas de tinta com o tempo, assinaturas que denunciam a longa viagem destes livros, ou melhor, a passagem destes objetos impressos de mão em mão e, simultaneamente, a sua personalíssima apropriação por diferentes leitores e possuidores²⁴. Tais autógrafos sobrepostos delimitam corpóreas relações de cumplicidade com o livro e permitem inseri-lo numa longa cadeia de transmissão. A informação sobre antigos possuidores é, portanto, um dado tangível que atesta uma ligação personalizada, por vezes mesmo afetiva, com o livro.

Estes objetos impressos condensam, assim, uma espécie de “saber relíquia”, que transpõe o patamar da experiência única, tornando-se também motivo de partilha e comunhão, como comprovam vários registos de pertença e consignação de um mesmo livro. Na folha que precede o cólofon de um dos exemplares que consultámos da *Jornada da alma libertada, guiada no arriscado e tempestuoso mar do mundo por christão piloto ao porto da celestial salvação* (1626), depois de uma série de assinaturas apagadas e ilegíveis, topámos esta curiosa anotação: “de frei Domingos de S. Tomás. Do uso de soror Joana Capristana da Fé”²⁵. A magia do objeto impresso reclama, portanto, uma nova linguagem e uma outra forma autógrafa de representação do eu que lê e do eu que dá a ler ao outro.

Pegando neste último tópico, gostaria de assinalar a dimensão arqueológica destes objetos impressos que guardam aquilo a que chamei um “saber relíquia”. Dito de outro modo, estes livros fixam um saber sagrado e conservam coisas de muita estimação, por isso funcionam como autênticos relicários domésticos, contendo palavras mágicas e coisas minúsculas carregadas de significado.

²³ F. Campos, *Para se achar facilmente o que se busca*, p. 101.

²⁴ Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa*, pp. 174-179.

²⁵ *Ibidem*, p. 175.

Em páginas gastas de papel amarelecido, aqui e ali salpicadas de cera, topam-se, com frequência, marcas pessoais de uma leitura atenta, suspensa no tempo, silenciosa e noturna. Muitos dos livros que consultámos, originariamente pertencentes a cenóbios e recolhimentos femininos, ocultam no seu interior anotações, traços de vida material e marcas pessoais fortíssimas. Nas curtas margens e nas folhas em branco, as notas manuscritas que se apõem ao texto denunciam o estado de espírito da leitora ou do leitor, anotações que, como foi evidenciado por H. J. Jackson, exprimem também uma forma de autoconhecimento de quem lê.²⁶

Por outro lado, as flores desenhadas, os recortes de fantasia, os marcadores de página, as pétalas de flores ressequidas, os caracóis de cabelo, os diademas de cartão com imagens de santos gravados ladeando caveiras e ampulhetas – exprimindo o sentimento da *vanitas* e a proximidade temporal da morte –, as pequenas tiras de seda garrida e os fiapos de linho entalados nas páginas desses livros, transportam-nos para a cultura material e para as práticas do quotidiano. Estes resíduos ínfimos e plenos de materialidade de um quotidiano perdido convertem o livro em recetáculo de coisas banais e denunciam, de forma tangível e sensível, o universo ausente dos leitores.

Todos estes vestígios intimistas denotam o lado oculto da vida conventual e o esmero da leitura pessoal, íntima e silenciosa. As marcas físicas apostas às folhas de papel delimitam “o espaço interior da leitura”, pontuado, não raro, por anotações singulares, pensamentos penetrantes e sinais inconfundíveis de uma relação pessoal mantida em silêncio com o livro²⁷. Para além do valor circunstancial das notas manuscritas e dos averbamentos apostos à margem das folhas impressas – como sejam, a data em que se comprou ou herdou o livro, o seu preço ou a última vez que foi emprestado –, subsistem as anotações relativas ao texto e também o rasto físico deixado por sucessivos leitores²⁸. Por entre páginas soltas de penitência, minúsculos objetos arqueológicos de leitura aprisionam assim o olhar peregrino daqueles que aspiram à eternidade. Procurando entrar neste pequeno mundo de recolhimento e expectação, caminhamos pelas

²⁶ H. J. Jackson, *Marginalia: readers writing in books*.

²⁷ Estes elementos são fundamentais para a análise da individualidade de leitores e para o estudo da transmissão dos objetos impressos, conforme também sustenta Armando Petrucci, *Alfabetismo, escritura y sociedad*.

²⁸ Com mais informação, Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa*, pp. 174-179. Sobre este tipo de registo, vejam-se ainda, Diego Navarro Bonilla, “Las huellas de la lectura: marcas y anotaciones manuscritas en impresos de los siglos XVI a XVIII”, pp. 243-287; e Antonio Castillo, “No passando por ello como gato sobre brasas’. Leer e anotar en la España del Siglo de Oro”, pp. 99-121. No campo da bibliologia e tratamento material do livro antigo, merecem especial destaque os estudos de Roger Stoddard, *Marks in books: illustrated and explained* e H. J. Jackson, *Marginalia: readers writing in books*.

margens do texto e encontramos registos autógrafos que falam da renúncia ao pecado, do perigo dos “tiranos gostos da vida” e da experiência angustiante do tempo, contado como se fosse um rosário, um terço de fé.

Para concluir diremos que a cadeia de transmissão de devoções e gestos propiciatórios se alimenta, de facto, de centenas de minúsculas coleções particulares de livros de espiritualidade prática, onde pontuam os manuais de bem morrer. Nestas coleções, os livros que mudam de possuidor e de leitor são, na plena aceção da palavra, objetos transitivos. Possuídos com desprendimento do mundo, representam o ponto de partida de vidas que buscam a eternidade e de bibliotecas que se transmitem e viajam de espaço em espaço e de geração em geração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MANUSCRITOS

ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), Inquisição de Coimbra, liv. 21
 BGUC (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra), Ms. 346, Luís Nunes Tinoco, *A Pheniz de Portugal. Prodigioza em seus nomes D. Maria Sofia Isabel Raynha Serenissima, & Sra. Nossa. Em cuja Augustissima Entrada por Artes Liberaes em curiozos anagramas se mostra felizmente renovada a Idade de Ouro.* Anno de 1687

IMPRESSOS

ARAÚJO, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e Representações (1700-1830)*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997
 ARAÚJO, Ana Cristina, “A esfera pública da vida privada. A família nas ‘artes de bem morrer’”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, 1997, pp. 341-371
 ARAÚJO, Ana Cristina, “Cultivar enigmas e espalhar prodígios: traços da cultura escrita no Antigo regime em Portugal”, in Antonio Castillo Gómez (dir.) e Verónica Sierra Blas (ed.), *Senderos de ilusión. Lecturas populares en Europa y América Latina (Del siglo XVI a nuestros días)*, Gijón, Ediciones Trea, 2007, pp. 61-78
 BOUZA, Fernando, *Comunicación, conocimiento y memoria en la España de los siglos XVI e XVII*, Salamanca, Publicaciones del Seminario de Estudios Medievales y Renacentistas, 1999
 BURKE, Peter, *Popular Culture in Early Modern Europe*, London, Maurice Temple Smith, 1978

- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, *Para se achar facilmente o que se busca. Bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*, Casal Cambra, Caleidoscópio, 2015
- CASTELO-BRANCO, Fernando, “Cartilhas quincentistas para ensinar a ler”, *Boletim Bibliográfico e Informativo*, Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, 14, 1971, pp. 109-152
- CASTILLO, Antonio (ed.) *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*, Barcelona, Gedisa, 1999
- CASTILLO, Antonio, “‘No passando por ello como gato sobre brasas’. Leer e anotar en la España del Siglo de Oro”, *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional – O Livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI-XVIII*, 9-10, 2001-2002, pp. 99-121
- CHARTIER, Roger, “Les arts de mourir, 1450-1600”, *Annales E.S.C.*, 1, 1976, pp. 51-75
- CHARTIER, Roger, “Culture écrite et littérature à l’âge moderne”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, juillet-octobre, 2001, pp. 783-802
- DAVIS, Natalie Zemon, *Society and Culture in Early Modern France*, Stanford, Stanford University Press, 1975
- FOUCAULT, Michel, *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1968 (1.ª ed. francesa, 1966)
- GINZBURG, Carlo, *Il fromaggio e i vermi. Il cosmo di un muggaio del ‘500*, Torino, Einaudi, 1976
- INFANTES, Victor, *De las primeras letras. Cartillas y Doctrinas españolas de los siglos XV y XVI*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1998
- INFANTES, Victor & MARTÍNEZ PEREIRA, Ana, *De las primeras letras. Cartillas españolas de los siglos XVII y XVIII*, 2 vols., Salamanca, Universidad de Salamanca, 1998
- JACKSON, H. J., *Marginalia: readers writing in books*, New Haven/Londres, Yale University Press, 2001
- LISBOA, João Luís, “Papéis de larga circulação no século XVIII”, *Revista de História das Ideias*, 20, 2000, pp. 131-147
- LOPES, Francisco, *Passatempo honesto de adivinhações em verso, declarações delle em prosa*, Lisboa, João Galvão, 1677 (1.ª ed.: 1603)
- LOUREIRO, Olímpia, “Uma leitura de sucesso no século XVIII: Mestre da Vida que ensina a viver e morrer santamente”, *Poligrafia*, n.º 3, 1994, pp. 33-40
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica, e Chronologica*, ed. fac-similada, t. I, Coimbra, Atlântida Editora, 1966
- MARAVALL, José António, *La Cultura del Barroco*, Barcelona, Editorial Ariel, 1975

- MARQUILHAS, Rita, *A Faculdade das Letras. Leituras e escrita em Portugal no século XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000
- MARTÍNEZ GIL, Fernando, *Muerte y sociedad en la España de los Austrias*, Madrid, Siglo XXI Editores, 1993
- NAVARRO BONILLA, Diego, “Las huellas de la lectura: marcas y anotaciones manuscritas en impresos de los siglos XVI a XVIII”, in Antonio Castillo Gómez (ed.), *Libro y Lectura en la Península Ibérica y América, siglos XIII a XVIII*, Salamanca, Junta de Castilla y León, 2003, pp. 243-287
- PETRUCCI, Armando, *Le scritture ultime. Ideologia della morte e strategie dello scrivere nella tradizione occidentale*, Turim, Einaudi, 1995
- PETRUCCI, Armando, *Alfabetismo, escritura y sociedad*, Barcelona, Gedisa, 1999
- REDONDO, Augustin, “Les livres de lecture (*Cartillas para enseñar a leer*) au XVI^e siècle: lecture et message doctrinal”, in Augustin Redondo (dir.), *La formation de l'enfant en Espagne aux XVI^e et XVII^e siècles*, Paris, Publications de la Sorbonne/ Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1996, pp. 71-103
- ROCHE, Daniel, “La mémoire de la mort. Recherche sur la place des arts de mourir dans la librairie et la lecture en France aux XVII^e et XVIII^e siècles”, *Annales E.S.C.*, 1, 1976, pp. 76-119
- SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. II e t. IX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859
- SILVA, Sara Maria Cerqueira da, *O “Breve Aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer hum christão” do Padre Estêvão de Castro*, Porto, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 1996
- STODDARD, Roger, *Marks in books: illustrated and explained*, Cambridge, Houghton Library, 1985
- TELES, Baltasar, *Chronica da Companhia de Jesus na Provincia de Portugal e do que fizeram nas conquistas deste Reyno os religiosos que na mesma provincia entraram, nos annos em que viveu Sancto Ignacio de Loyola. Parte I. Na qual se contem os principios d'esta provincia no tempo em que a fundou e governou o P. M. Simão Rodrigues*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645
- VIÑAO FRAGO, Antonio “Alfabetización y primeras letras (siglos XVI-XVII)”, in Antonio Castillo (ed.) *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*, Barcelona, Gedisa, 1999, pp. 39-84
- WERUAGA PRIETO, Angél, *Libros y Lectura en Salamanca. Del Barroco a la Ilustración 1650-1725*, Salamanca, Junta de Castilla y León, 1993



**Sorbonne
Nouvelle** /

CREPAL - EA 3421
centre de recherches sur
les pays lusophones



ISBN 978-989-8660-11-4



9 789898 660114